

RONAN EUSTÁQUIO BORGES

No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais.

**Rio Claro-SP
2006**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP
Instituto de Geociências e Ciências Exatas

No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais.

RONAN EUSTÁQUIO BORGES

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvia Selingardi-Sampaio

Tese de doutorado elaborada junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração em Organização do Espaço - IGCE/UNESP - Campus de Rio Claro, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Rio Claro-SP
2006

G330.91 B732n Borges, Ronan Eustáquio
No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação
Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos
socioeconômicos e espaciais / Ronan Eustáquio Borges. –
Rio Claro : [s.n.], 2006
220 f. : il., figs., gráfs., tabs., mapas

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Insti-
tuto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Silvia Selingardi-Sampaio

1. Geografia agrícola. 2. Agroindústria e transformações
socioespaciais. 3. Geografia humana. 4. Complexos agroin-
dustriais (CAI's). 5. Dinâmica socioespacial. 6. Agroindus-
trialização. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

Comissão Examinadora

Pós-graduando - Ronan Eustáquio Borges

Rio Claro, _____ de _____ de _____

Resultado: _____

Para Ivana e Iago.

AGRADECIMENTOS

Ao Bom Deus;

À Ivana e ao Iago, minha pequena família, pelo apoio, pela compreensão e inspiração.

À minha orientadora, profa. Silvia Selingardi-Sampaio, pelos ensinamentos e pela orientação cuidadosa.

À minha mãe, aos meus irmãos e sobrinhas (Andressa e Ananda), pelo apoio e pelas orações.

À acadêmica Denise Espíndola, bolsista PIBIC/CNPq, pelo auxílio em algumas etapas do trabalho.

Aos estudantes Elias, Sonale e Eliana, pelas contribuições.

À empresa Perdigão Agroindustrial S/A, pela disponibilidade em atender nossos pedidos de informações.

Aos entrevistados (produtores integrados, gerentes de bancos, diretores de instituições de ensino e presidentes de associações) pela disponibilidade em nos ajudar.

Ao prof. e amigo Silvio L. Andreozzi, pelo incentivo para realizar a seleção e pelo constante apoio ao longo do curso.

Ao amigo Ácles pela editoração do trabalho final.

Aos colegas do Departamento de Artes e Humanidades (DAH), pelo incentivo e apoio em vários momentos da caminhada.

SUMÁRIO

Índice	viii
Lista de quadros.....	X
Lista de tabelas	X
Lista de figuras	Xi
Resumo	Xii
Abstract	Xii
Introdução	01
1. Complexos Agroindustriais e transformações socioespaciais: delimitação do tema e do objeto de estudo	04
2. Produção e reprodução do espaço no Sudoeste de Goiás: da criação de gado ao CAI da soja, a primeira "onda" de agroindustrialização	45
3. A segunda "onda" de agroindustrialização: a chegada da Perdigão e a consolidação do CAI de carnes no sudoeste de Goiás	108
4. Impactos/efeitos do processo de instalação do complexo agroindustrial da Perdigão no Sudoeste de Goiás	166
Considerações Finais	194
Referências Bibliográficas	202

INDÍCE

Introdução	01
1. Complexos Agroindustriais e transformações socioespaciais: delimitação do tema e do objeto de estudo	04
1.1 Um olhar sobre o local: Rio Verde- GO	13
1.2 CAI ou CAI's? A busca do/de um aparato teórico e analítico	19
1.3 Trajetória histórica da formação e evolução de CAI's no Brasil	31
1.4 Metodologia: método, métodos e procedimentos de pesquisa	42
2. Produção e reprodução do espaço no Sudoeste de Goiás: da criação de gado ao CAI da soja, a primeira "onda" de agroindustrialização	45
2.1 Breve história de Goiás	45
2.2 Da pecuária extensiva ao CAI da soja: uma retrospectiva da ocupação da microrregião do Sudoeste de Goiás	56
2.2.1 Processo de ocupação do Sudoeste de Goiás: de 1830 a 1950	56
2.2.2 Período pós 1950: a modernização agropecuária e o surgimento do CAI da Soja	59
2.2.2.1 Modernização agropecuária: uma breve discussão	59
2.2.2.2 Especificidades do processo de modernização e de industrialização da agricultura no Sudoeste de Goiás	62
2.3 A primeira "onda" de agroindustrialização no Sudoeste de Goiás: o CAI da soja e a (re)produção do espaço	78
2.3.1 Evolução do CAI da soja no Brasil	78
2.3.1.1 Dinâmica espacial e estrutural da evolução do CAI da soja	80
2.3.2 A chegada da soja no Sudoeste de Goiás e metamorfose do espaço	84
2.3.3 A atuação das agroindústrias de soja na configuração socioespacial e na formação do CAI de soja	88
2.3.4 A COMIGO	91
2.3.4.1 Um breve histórico	91
2.3.4.2 Caracterização da COMIGO	96
2.3.4.3 Efeitos socioespaciais da atuação e territorialização da COMIGO	101
3. A segunda "onda" de agroindustrialização: a chegada da Perdigão e a consolidação do CAI de carnes no sudoeste de Goiás	108
3.1 O CAI de carnes no Brasil: algumas considerações	108
3.2 Processo de instalação da Perdigão no Sudoeste de Goiás	113
3.2.1 O Projeto Buriti no contexto histórico da empresa Perdigão	113
3.2.2 Fatores e elementos que levaram a Perdigão a se instalar no Sudoeste de Goiás	119
3.2.2.1 Mudanças no mercado de carnes	119
3.2.2.2 Mudanças no sistema produtivo e na estrutura das empresas e a dispersão territorial	125
3.2.2.3 O papel do Estado como agente fomentador	128
3.2.2.4 Vantagens do território	130
3.2.3 Do Projeto Buriti à Unidade Rio Verde: o "aninhamento" de um novo CAI no Sudoeste de Goiás	137
3.2.3.1 O CAI coordenado pela Perdigão no Sudoeste de Goiás	141
3.2.3.1.1 Perdigão Rio Verde: uma sucinta apresentação	143
3.2.3.1.2 Empresas fornecedoras de mercadorias e serviços	146
3.2.3.1.3 Indústrias de apoio ou Indústrias fornecedoras diretas	148
3.2.3.1.4 Instituições de ensino e pesquisa e órgãos públicos	154
3.2.3.1.5 Os integrados: histórico e perfil	156
4. Impactos/efeitos do processo de instalação do complexo agroindustrial da Perdigão no Sudoeste de Goiás	166
4.1 Efeitos no espaço urbano	168
4.1.2 Efeitos na economia urbana	176

4.2 Impactos sociais	179
4.2.1 Complexo agroindustrial da Perdigão e a cultura do trabalho industrial	179
4.2.2 As Associações de produtores integrados	182
4.3 Efeitos no campo	184
4.3.1 Surge um novo-novo modelo de integração	186
4.4 Efeitos no espaço regional	192
4.4.1 Nidificação de um novo CAI no Sudoeste de Goiás	192
4.4.2 Implantação do Projeto Araguaia	193
Considerações Finais	195
Referências Bibliográficas	203

LISTA DE QUADROS

01	Investimentos das agroindústrias de carnes do Sul do Brasil - 1990-2000	08
02	Principais características das concepções "Macro" e Micro CAI	28
03	Investimentos, empreendimento e convênios feitos pela COMIGO, de 1985 a 2001	95

LISTA DE TABELAS

01	Principais produtos agrícolas de Rio Verde-GO -2001/2002	14
02	Efetivo de aves, bovinos e suínos - Rio Verde-GO - 1998 a 2002	14
03	Total de estabelecimentos industriais - Municípios selecionados - 1999-2002	16
04	Estabelecimentos industriais por tipos - Rio Verde - GO - 2003	17
05	População do município de Rio Verde - 1991 a 2002	18
06	Estrutura e evolução do CAI brasileiro na década de 70	39
07	População do estado de Goiás - 1849 a 1900	50
08	Crescimento populacional do estado de Goiás - 1960 - 2000	54
09	Índice percentual do valor adicionado por atividade no estado de Goiás - 2003	54
10	Formas de aquisição das fazendas - Rio Verde - 1857-1858	59
11	Percentual (%) de participação das regiões brasileiras no crédito agrícola - 1973-1977	64
12	Evolução da produção de soja nos estados da região Sul - 1949-1992 (toneladas)	78
13	Produção de soja nos principais estados Brasileiros – Safra 1996/97	80
14	Brasil - Capacidade instalada de processamento de oleaginosas – 1997 (ton/dia)	83
15	Produtividade (t/ha) de cereais, no Sudoeste Goiano - 1950 a 1994	85
16	Máquinas e implementos agrícolas - Região Sudoeste (GO) - 1970-1985	86
17	% da PEA ocupada nos setores de atividade - Rio Verde e Jataí - 1960-1980	88
18	Evolução do número de cooperados e funcionários da COMIGO - 1976 - 2004	93
19	Exportações brasileiras de carne 1990-2000 (mil ton. Equiv. Carcaça)	120
20	Participação das agroindústrias líderes nas exportações de carne de frango (198-87).....	122
21	Produção, consumo de carnes bovina, suína e avícola - Brasil - 1990-2000	123
22	Participação das empresas líderes no mercado de industrializados (%) -1992-1999	127
23	Renda do produtor e custos de frangos e suínos em diferentes estados -1998	133
24	Número de estabelecimentos rurais do Sudoeste de Goiás, 1960-1980	135
25	Número de empregados da unidade Rio Verde - 2000 -2003	145
26	Escolaridade dos trabalhadores da unidade Rio Verde - 2003	146
27	Principais tipos de empresas fornecedoras de produtos e serviços - 2004	148
28	Quantidade de integrados e de propriedades por tipos de integração Perdigão - Rio Verde(GO)	157
29	Distribuição dos integrados da Perdigão em Rio Verde por municípios -2004	159
30	Percentual das atividades desenvolvidas nas propriedades dos entrevistados antes da integração e da principal atividade após a integração - 2003	162
31	População do município de Rio Verde - 1991 a 2004	173
32	Receita corrente dos principais municípios da Microrregião de Rio Verde (GO) - 1995 -2001 (em milhões de reais)	176
33	Valores IPTU e ISS do município de Rio Verde (GO) - 1997 a 2002	176
34	Quantidade de produtores, abates, produção e exportação da Perdigão por estados de atuação	187

LISTA DE FIGURAS

01	Foto - Planta industrial da Perdigão - Rio Verde (GO)	11
02	Foto - Módulo de criação de aves - Rio Verde	12
03	Vista de um módulo de terminação de frangos, em contraste com a pastagem para criação de gado - propriedade particular	12
04	Localização do município de Rio Verde-GO	15
05	Vista parcial da cidade de Rio Verde (GO)	18
06	Esquema clássico da relação agricultura-indústria	20
07	Esquema da nova realidade da relação agricultura-indústria	20
08	Representação gráfica de uma cadeia	21
09	Morfologia do CAI segundo Geraldo Müller (1991)	25
10	Modelo de evolução das transformações na agricultura brasileira	36
11	Localização do estado de Goiás	46
12	Divisão do estado de Goiás em Meso e microrregiões - 1997.....	56
13	Microrregião do Sudoeste de Goiás - Municípios Componentes- 1982	57
14	Orientação da produção agropecuária. - 1975 - Sudoeste de Goiás.	76
15	Distribuição percentual dos produtores rurais, segundo o número de práticas inovadoras adotadas - Sudoeste de Goiás - 1979	77
16	Ilustração do funcionamento de um CAI	81
17	Crescimento populacional do Sudoeste de Goiás (%) - 1960-1991.....	86
18	Vista do complexo industrial da COMIGO	97
19	Estrutura organizacional da COMIGO	98
20	Fluxo de produtos industrializados e matérias-primas - 2004	100
21	Território de atuação direta da COMIGO e estrutura de fluxos e de fixos - 2004	102
22	Publicidade produzida pela Massey Ferguson em Informativo Mensal da COMIGO	104
23	Esquema dos CAI's de soja e leite, apoiados na COMIGO - Sudoeste de Goiás	107
24	Frigoríficos instalados no Brasil até 1940	109
25	Relações estabelecidas no complexo de carnes	110
26	Mapa de Localização das unidades produtivas da Perdigão	116
27	Mapa de localização dos Centros de distribuição da empresa Perdigão no Brasil	117
28	Países importadores dos produtos da Perdigão S/A	118
29	Componentes do CAI de carnes coordenado pela Perdigão no Sudoeste de Goiás	142
30	Investimentos próprios da Perdigão na Unidade Rio Verde	144
31	Distribuição dos funcionários da unidade Rio Verde por gerências – 2003	145
32	Foto - Triel-HT Indústria de equipamentos rodoviários Ltda - Rio Verde (GO)	152
33	Foto - Orsa - Celulose, papel e embalagens S/A - Rio Verde (GO)	152
34	Foto - Caminhão do sistema just-in-time - Orsa em Rio Verde(GO)	153
35	Foto - Vide Plast Centro-Oeste - Rio Verde (GO)	153
36	Mapa de localização dos módulos de integração – 2004	160
37	Tamanho das propriedades dos produtores integrados da Perdigão – 2004	162
38	Foto - Casas no Parque das Laranjeiras - Rio Verde (GO)	170
39	Foto - Parque do Ipês - condomínio fechado - Rio Verde (GO)	170
40	Posto de saúde, integrado com posto policial - Parque das Laranjeiras - Rio Verde	171
41	Localização dos empreendimentos derivados da instalação da Perdigão no espaço urbano de Rio Verde	172
42	Rebanho bovinos, suínos e aves - Rio Verde (GO) - 1990 -2003	184

RESUMO

O presente trabalho é fundamentado em pesquisa que teve como objetivo central compreender o processo, as transformações e os impactos/efeitos socioespaciais derivados da instalação do complexo agroindustrial da Perdigão S/A, no município de Rio Verde (Sudoeste de Goiás). Utilizamos como procedimentos metodológicos: pesquisas bibliográfica, documental e de campo; entrevistas junto a Perdigão e empresas, indústrias, instituições financeiras e de ensino, e produtores integrados. A Perdigão, a partir da década de 1990, expandiu o seu território de atuação para fora da região Sul, instalando uma nova unidade no Sudoeste de Goiás (Rio Verde). A agroindústria foi atraída, sobretudo, pelos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelos governos federal, estadual e municipal, e pelas vantagens do território (produção de grãos, vantagens ambientais para uso de dejetos, etc). A implantação do complexo da Perdigão desencadeou impactos sociais (fortalecimento da cultura do trabalho industrial, surgimento de associações de produtores, etc), e transformações/efeitos no espaço urbano de Rio Verde e no espaço agrário regional (novos bairros, novas indústrias, incremento do comércio e dos serviços locais, geração de milhares de postos de trabalho, aumento do rebanho de aves e suínos, um novo sistema de integração, consolidação do CAI de carnes, etc). A instalação da Perdigão trouxe uma nova "onda" de agroindustrialização, através da consolidação do CAI de carnes, transformando as realidades espaciais local e regional.

Palavras chaves: 1- Transformações, impactos e dinâmica socioespaciais 2- CAI's e Agroindústrias 3- Sudoeste de Goiás. 4- Agroindustrialização. 5- Perdigão

ABSTRACT

This academic work is based on research with the central objective to understand the process and the sociospatial transformations/impacts derived from the implantation of the agro-industrial complex of Perdigão S/A, in Rio Verde district (South-West of Goiás-Brazil). We have used as methodological procedures: bibliographical and documental researches, field investigation; interview of Perdigão and other companies, industries, financial and educational institutions, and integrated producers. Perdigão, since the decade of 1990, has expanded its business activity to outside South region, installing one new unity in South-West of Goiás (Rio Verde). Agro-industry was attracted by fiscal and financial incentives given by the federal, state and city governments, and by territory advantages (grain production, environmental advantages of the use of excrements, etc). The establishment of the Perdigão complex enabled social impacts (the solidification of the industrial work culture, the creation of producers' associations, etc) and effects in Rio Verde's urban area and in the regional countryside (new neighborhoods, new industries, local business and services improvement, opening of many job positions, increase of chicken and pig herds, one new integration system, consolidation of meat agribusiness, etc). Perdigão's installation brought a new agro-industrial "fad" through consolidation of the meat agribusiness, changing the local and regional spatial reality.

Keywords: 1- Sociospatial transformation/impacts and dynamics. 2- Agribusiness. 3- South-West of Goiás (Brazil). 4- Agro-industrialization 5- Perdigão S/A

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A (re)produção do capital está vinculada à produção de espaço. Mesmo em momentos de alta tecnologia e fluxos de capitais entre vários lugares do mundo, o capital precisa de um lugar para sua materialização e maximização. Ao longo da história, percebe-se que o capital busca, constantemente, novos espaços e novas formas para a sua reprodução. Se usarmos como exemplo o caso brasileiro, observaremos que o capital, materializado nas empresas, indústrias e na agropecuária, se desenvolve e espacializa de forma desigual no tempo e no espaço.

Inicialmente, ocorre concentrado nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, vinculado ao processo de industrialização, como salientam Paiva e Campregher (1986), pois somente com as primeiras indústrias e com as novas relações impostas por elas, é possível discutir o desenvolvimento capitalista brasileiro.

A industrialização brasileira surge com o capital agrícola, que é reconvertido para a atividade industrial (nas primeiras décadas do séc. XX), como uma forma de sair da crise e continuar a se reproduzir. Neste quadro, observa-se uma relação entre indústria e agropecuária, pois o investimento industrial ocorreu tanto para os bens de consumo como para os de produção e de capital (insumos e bens leves), visando o processamento de produtos para a exportação (MULLER, 1989).

Nas décadas de 1930 e 1940, houve um incentivo à industrialização brasileira, a partir da criação de infra-estrutura e de indústrias de base, como a siderúrgica (Cia Vale do Rio Doce e a Cia Siderúrgica Volta Redonda). Isto ocorreu com intensa participação do Estado, objetivando a política de substituição das importações e o fortalecimento do capital nacional, resultando em uma ampliação do parque industrial e da produção.

Especialmente, este momento ampliou os territórios/espaços de ocupação pelo capital industrial, atingindo regiões mineiras, sulistas e nordestinas. Isto integrou ao capital novas áreas de produção e mercados, não só industriais como agrícolas.

Já os anos 1950 e 1960 foram marcados por políticas industriais, agrícolas e de ocupação territorial, subsidiadas com capital internacional, visando dotar o país de infra-estrutura para o crescimento econômico rápido. Este período foi caracterizado pelo Plano de Metas e pelo chamado "milagre econômico". No primeiro citado, ocorreram investimentos em vários setores (energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação). O setor de alimentação contava com criação de armazéns, silos, frigoríficos, mecanização da agricultura, produção de fertilizantes e ampliação da fronteira agrícola.

[...] Mas outras empresas novas já começaram a produzir máquinas pesadas para a agricultura (como a International Harvester Máquinas, que produzia arados e grandes de discos) e maquinaria completa e peças para usinas de açúcar (Metalúrgica Dedini). Contudo, a diversificação foi mais significativa na fabricação de máquinas industriais e para outros fins (MÜLLER, 1989, p.29)

O segundo período citado, foi selado pelos grandes investimentos em políticas públicas, visando aumentar o PIB e obter superávit na balança comercial. O setor agropecuário recebeu um volumoso investimento, para aumentar a produção. Também, foi caracterizado pela criação da capital nacional e pela construção de inúmeros quilômetros de vias de transportes para ligar a nova capital ao restante do país. Isto levou a uma reestruturação do espaço brasileiro, surgindo novas dinâmicas sócio-econômicas.

Este período possibilitou a ampliação da fronteira agrícola, da urbanização, da industrialização e dos fluxos de produtos e mercadorias no território brasileiro. Foi possível integrar regiões, antes "isoladas", ao mercado nacional. Representa um momento impar da (re)territorialização do capital, em várias regiões do país. Dentre elas, o estado de Goiás e, mais especificamente a microrregião do Sudoeste de Goiás.

Discorrendo sobre a modernização da agricultura brasileira, Santos e Silveira (2002, p. 128-129) classificam o Sudoeste de Goiás como um *front* agrícola, que se moderniza e tecnifica nos anos de 1960 e 1970, tornando-se frente de expansão de oleaginosas e cereais (milho, algodão e soja) que se desconcentravam de São Paulo e da região Sul e, nos anos 1990, "[...] se torna uma das instâncias do circuito de produção de grandes empresas agroalimentares" (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 131) de grãos e carnes. Nosso estudo é exatamente a análise do modo como uma dessas empresas - talvez a maior de todas - se insere no território, estruturando um CAI, e dos efeitos sociais e espaciais que advêm dessa implantação.

O surgimento/instalação de grandes agroindústrias, a partir dos anos 1980, representa uma das mais significativas mudanças, ocorridas no processo de "capitalização" regional. Como salienta Machado (1996, p. 96), "[...] mesmo que em ritmo e proporções menores, começam a se processar algumas transformações que apontam no sentido de um desenvolvimento de atividades industriais, mais especificamente o surgimento das agroindústrias".

As agroindústrias, embora exógenas (na sua maioria) e fortemente vinculadas à lógica espacial global, encontraram em terras goianas um espaço propício para se "aninhar", fazer o seu ninho, estabelecendo novas redes de relações produtivas, formando novos CAI's, e desencadeando uma nova dinâmica espacial, objetivando sua reprodução e ter competitividade para concorrer no mercado. São, portanto, os principais agentes responsáveis por grandes investimentos e transformações espaciais, nas áreas de fronteira agrícola. Elas atuam como elemento motriz para o espaço local, atraindo outras empresas, pessoas, investimentos, e modificando as atividades desenvolvidas no local e na região.

A instalação da Perdigão Agroindustrial em Rio Verde, no Sudoeste de Goiás, é um exemplo recente do processo de territorialização do capital nas áreas de fronteira, agora numa segunda "onda", que se sobrepõe e articula com a primeira, a da produção comercial de grãos e ação dos respectivos CAI's.

A empresa Perdigão, diferentemente de outras agroindústrias da região, criadas a partir do capital local e regional, instalou-se em Rio Verde-GO como consequência do processo de expansão industrial da região Sul, e em busca de novas áreas produtivas de matéria-prima, de incentivos fiscais e financeiros, e de posturas de flexibilização perante a proteção ambiental.

As agroindústrias não provocam apenas mudanças com a sua própria instalação, mas também através das ações dos outros componentes de seus complexos. Elas trazem consigo outras iniciativas de investimentos, fazendo surgir uma teia de relações com agricultores, consumidores e empresas locais. E conseqüentemente, aparecem novos fluxos de produtos, matérias-primas, insumos, informações, tecnologias e trabalhadores. Toda essa dinâmica provoca modificações na paisagem local, regional, e na inserção da região no mercado nacional e no internacional.

No período em residimos no Sudoeste de Goiás, mais especificamente em Jataí, nos deparamos com a realidade, acima descrita, se materializando no espaço regional e rodeada de expectativa e anseio, sobretudo, pelas autoridades municipais e, como consequência, pela sociedade.

Neste contexto, fluiu a incitação para pesquisar e entender o processo de instalação da agroindústria Perdigão, e seu papel na transformação espacial microrregional, especificamente no município de Rio Verde-GO, justificada pela necessidade de estudos geográficos para compreender e analisar a dinâmica regional e seus agentes.

Naquele momento, várias perguntas nos inquietavam e estimulavam. Tentávamos entender porque Rio Verde fora escolhida, quais mudanças a afetaram, como repercutiam os impactos da instalação da empresa. Diante disso, iniciamos a pesquisa procurando compreender as transformações e os impactos/efeitos socioeconômicos e espaciais, ocasionados pela instalação da Perdigão em Rio Verde (GO). Em outras palavras, desvendar um processo complexo e articulado, onde uma grande agroindústria nacional, com o forte apoio do Estado, amplia sua área de atuação, implantando uma unidade produtiva em uma região com pouca ou nenhuma tradição industrial, e sem experiência na suinocultura e avicultura.

O texto que apresenta os resultados da pesquisa foi dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, far-se-á uma delimitação do tema, do problema e do objeto. O segundo é destinado a uma reflexão sobre a evolução e as transformações espaciais ocorridas através de "ciclos " ou atividades econômicas que se materializaram na região durante o século XX, finalizando com a primeira "onda" de agroindustrialização no Sudoeste de Goiás, com o CAI da soja. No terceiro capítulo, é feita uma discussão da última "onda" de agroindustrialização na microrregião, por meio da instalação do CAI de carnes, coordenado pela Perdigão Agroindustrial S/A. No quarto e último, são apresentados os impactos/efeitos provocados pela implementação da Perdigão, em Rio Verde. Neste capítulo, enfatizam-se as transformações provocadas no respectivo município e na microrregião.

CAPÍTULO 1

1. COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS: DELIMITAÇÃO DO TEMA E DO OBJETO DE ESTUDO

A relação agricultura-indústria é antiga. Se lembrarmos a Revolução Industrial e sua influência junto à forma de produzir do campo, verificaremos que este fato ocorre há muito tempo. Não cabe, aqui, entretanto, fazer uma recapitulação histórica desse processo, apenas vale ressaltar que ele é contínuo e antigo.

Essa relação tornou-se mais intensa e complexa no século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Várias mudanças na base técnico-científica dos meios de produção e nas ações políticas de grandes empresas e governos, intensificaram este processo, chegando ao ponto de ser difícil entender a agricultura (em seu sentido amplo), sem compreender as transformações no setor industrial.

As bases técnica e econômica da atividade agropecuária, seja para o cultivo de plantas, seja para a criação de animais, foram substituídas, uma vez que se mostravam incompatíveis com as novas formas de produção, distribuição e consumo. Este modelo de desenvolvimento agrícola se baseia na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação para aumentar e melhorar a produção agropecuária, culminando em memoráveis transformações econômicas e, conseqüentemente, socioespaciais [...]. A aplicação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da produção agropecuária, visando ao aumento de produtividade e a redução de custos aperfeiçoou e expandiu seu processo produtivo, induzindo a importantes progressos técnicos, [...] transformando os tradicionais sistemas agrícolas e abrindo inúmeras novas possibilidades à realização da mais-valia mundializada, através de um processo de fusão de capitais com os demais setores econômicos. (ELIAS, 2002, p. 23)

Atualmente, a ciência e a tecnologia permitem que aspectos antes determinantes da produção agrícola, tais como: tipos de solos, condições climáticas, ciclo de produção animal e outros, sejam alterados e induzidos pelas descobertas científicas e tecnológicas. Isto impõe um novo ritmo de produzir, semelhante àquele adotado nas fábricas; um sistema de produção em massa, regido por técnicas fordistas e pós-fordistas, como definiu Page (1996).

Segundo o mesmo autor, o processo de agroindustrialização¹ ocorre de duas formas. A primeira é quando a produção agrícola é captada por empresas (indústrias, lojas, supermercados), tornando os produtores apenas fornecedores, que têm que obedecer padrões de produção preestabelecidos pelos compradores. Para isso, a agricultura incorpora aspectos específicos da organização do trabalho nas indústrias e, gradativamente, adota padrões e equipamentos próprios das atividades industriais, ou seja, a racionalização do trabalho e a mecanização.

¹ Para o autor, agroindustrialização consiste no processo em que as relações agricultura-indústria tornam-se muito intensas, e a dinâmica da agricultura, ou do campo, passa a ser ditada pela atividade industrial.

A segunda forma citada por Page, diz respeito ao repasse progressivo de tecnologias e de capital aos produtores, tornando-os controlados pelo processo de produção industrial.

A produção capitalista vem, gradativamente, impondo sobre a agricultura, de cima para baixo, uma nova divisão de trabalho, através da estratégia de apropriação e substituição feita pelas agroindústrias. Com isso, a proporção de atividades industriais veiculadas à agricultura é fortemente expandida, e industriais e intermediadores comerciais aumentam seu controle efetivo (diretamente ou indiretamente) sobre o trabalho no campo. (PAGE, 1996, p. 381-382, tradução nossa)

Um outro aspecto defendido por Page (1996) é que essas novas relações entre indústrias e agricultura estão provocando alterações nos espaços regionais, levando, em vários casos, ao desenvolvimento regional. O processo de agroindustrialização consiste na força primária para o crescimento e a diversificação produtiva nas regiões agrícolas. Amplia-se a divisão territorial do trabalho, ocorrendo várias mudanças socioespaciais. Todavia, essas transformações variam de região para região, de acordo com cada tipo de cadeia produtiva e suas relações específicas. Os impactos provocados pelo processo de agroindustrialização ou de implantação de um CAI ou, ainda, de elementos deste, sofrem variações, dependendo das realidades socioespaciais ou dos territórios que abrigam, ou abrigarão, os agentes do processo.

Page (1996) elenca três quadros de inserção das cadeias produtivas, ou CAI'S (Complexos Agroindustriais), nas regiões. O primeiro consiste em um CAI formado por uma complexa organização social de produtores, coexistindo produção capitalista e familiar. Nestas regiões, é mais complicada a inserção das relações agroindustriais de produção, devido à resistência dos produtores e suas formas de produzir, passadas de geração em geração.

O segundo quadro consiste na falsa idéia de que existe um sistema padrão de articulação entre fazendas empresas e o grupo de indústrias que fornecem matérias-primas e compram os seus produtos. Cada elemento que compõe a cadeia produtiva, ou CAI, é formado por setores industriais distintos, com dinâmicas próprias, tanto com relação à produção do seu produto chave, quanto à organização dos processos produtivos e de trabalho, mercados, marketing e outros. Isto faz com que cada grupo de empresas que compõe o CAI tenha comportamentos e interesses diferentes, resultando relações distintas segundo cada grupo.

O terceiro modo de inserção diz respeito às diferentes políticas estatais. Essas políticas podem alterar a consolidação de um CAI ou o processo de agroindustrialização em uma região, pois, geralmente, variam de acordo com os lugares e os produtos a serem beneficiados. O Brasil é um exemplo disto, pois as políticas agrícolas quase sempre são setoriais e atingem parcelas de produtos, ou são destinadas à tecnificação da produção, onde os pequenos produtores ficam excluídos. Além disto, podem variar de um estado para outro ou, até mesmo, contar com ações locais e específicas de incentivo.

Essa idéia revela o poder das políticas locais no desenvolvimento de CAI's. O poder local é fundamental para atrair e desenvolver um processo de agroindustrialização, mesmo diante do poder do capital internacional em criar condições para produzir. A importância do local está na relevância das atividades desenvolvidas, no capital humano e no exercício do poder dos atores sociais, que produzem e transformam o espaço local para que os agentes produtivos possam se instalar. Assim se incorpora poder ao território.

Trabalhos mais recentes continuam a explorar os meios nos quais forças endógenas e exógenas interagem e se modelam mutuamente nos processos locais de transformação agrícola e rural [...] A dinâmica chave nessas redes é o exercício do poder, à medida em que os atores sociais formulam interesses e definem linhas próprias de ação na competição com outros. (PAGE, 1996, p. 389, tradução nossa)

Desde a década de 1970 é possível perceber que, em regiões tipicamente agrícolas, a instalação de uma agroindústria altera a realidade socioespacial local e regional. Pode-se usar afirmar que os "impactos" são, comparativamente, maiores e mais intensos do que aqueles provocados por outras empresas, pois atingem não só os centros urbanos mas também o campo, sobretudo se nessas regiões é inserida uma nova atividade, complementar ou não, àquelas já realizadas. Estes impactos são maiores se o local não possui uma tradição industrial, ou um processo de industrialização consolidado.

Selingardi-Sampaio (1976) abordou esse processo em seu trabalho sobre a relação da atividade industrial com a agricultura, no município de Piracicaba (SP). A autora mostrou que a industrialização do município se deu ligada/voltada para a agricultura, e que esta relação transformou o espaço local, ampliando o processo de industrialização e urbanização.

Em Piracicaba, a atividade industrial foi, principalmente a partir de 1950, suficientemente poderosa para marcar de maneira acentuada a paisagem. Devido, no entanto, às condições estruturais da indústria, ou seja, a tradicional existência das usinas de açúcar e a dependência ou ligação de outros tipos de indústria à cultura da cana, a influência fabril é perceptível não apenas no espaço urbano, o que seria regra comum, mas também na área rural, evidenciando a forte interação existente entre a indústria e agricultura. A efetivação dessas influências recíprocas, delineadas desde o início da evolução econômica do município e sempre fortalecidas ao longo desse processo, tem assim se projetado sobremaneira na paisagem piracicabana, sendo o principal fator da organização do espaço agrícola. (SELINGARDI-SAMPAIO, 1976, p. 171)

Da mesma forma, Marafon (1988), Oliveira (1994), Cleps Júnior (1998), Espíndola (1999 e 2002) e Elias (2002) sustentam, em seus trabalhos, que a relação agricultura-indústria, por meio da consolidação dos CAI's e/ou da ação das agroindústrias, transforma ou modifica as características socioespaciais dos locais e regiões onde se instala. Isto se dá, basicamente, em função da ação das agroindústrias - carro-chefe dos CAI's -, as quais determinam o movimento das mudanças espaciais.

Marafon (1988) mostrou como os CAI's influenciam a modernização e promovem a transformação da relação campo-cidade, no município de Marau-RS. Segundo o autor :

A partir da constituição do Complexo Agroindustrial, os espaços urbanos e rural passam a ser integrados e subordinados ao capital financeiro, que comanda os rumos da economia, determinando as condições gerais de produção. Com a integração entre espaços urbano e rural, para se produzir no campo, passou-se a depender da cidade e, por sua vez, o desenvolvimento de muitas cidades ficou dependente da atividade agropecuária. (MARAFON, 1988, p. 7)

Acrescenta, ainda, que os CAI's levaram a um processo de "substancialização da cidade", no qual ocorreram o crescimento e a dinamização do centro urbano do município de Marau-RS. Houve um aumento na taxa de urbanização e de crescimento do setor de comércio e serviços, principalmente daqueles ligados à produção agrícola moderna.

Oliveira (1994), em sua tese intitulada: "Agroindústria e reprodução do espaço: o caso da soja no Mato Grosso do Sul", relacionou vários elementos, comprovando como a relação agricultura-indústria, por meio da inserção de empresas agroindustriais, reproduz e produz espaços. Reproduz, ao importar de antigas regiões agroindustrializadas, um modelo de cultivo e de relações com os agricultores, e o incorporar à fronteira. E produz, porque cria novas relações e espaços em regiões onde esses elementos são estranhos ou novos. O autor apresenta vários exemplos de agroindústrias que instalaram suas plantas no estado (MS) e criaram um novo espaço agrário.

Cleps Júnior (1998), em sua tese, apresenta as dinâmicas e estratégias do setor agroindustrial no Triângulo Mineiro, e como as empresas têm agido na produção do espaço e exploração das potencialidades socioespaciais regionais, já existentes.

Essa perspectiva de expansão dos territórios de atuação das agroindústrias é relatada, também, nos trabalhos de Espíndola (1999 e 2002); o primeiro, versa sobre o grupo Sadia e sua dinâmica econômica e espacial, e o segundo, sobre as agroindústrias de carnes do Sul. O autor relata a dinâmica econômica e espacial do CAI de carnes, frente a uma nova demanda internacional por derivados de carnes. Cabe colocar que este CAI tem características específicas, comparativamente aos demais (soja, leite, cana-de-açúcar, frutas etc), pois estabelece novas relações entre produtores e agroindústrias, introduzindo novas atividades produtivas, com alto padrão tecnológico e apoio do Estado, nas regiões onde se localiza. Diferentemente dos demais, que são atraídos por uma estrutura produtiva pré existente, ele cria uma estrutura produtiva de matéria-prima para atender à demanda das agroindústrias, transformando, significativamente, o espaço onde está inserido.²

² É neste contexto que está a nossa problemática de pesquisa.

No segundo trabalho, Espíndola discute, em um capítulo, os desdobramentos espaciais dos investimentos das agroindústrias de carnes do Sul, em direção as novas áreas produtivas. Os grupos agroindustriais do Sul, principalmente os de carnes, estão investindo nas regiões de fronteira consolidada ou de nova fronteira agrícola, como é o caso do Centro-Oeste, Norte e Nordeste (quadro 01).

Uma das estratégias implementadas pelo conjunto das agroindústrias de carne do Sul do Brasil foi a série de novos investimentos produtivos nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste [...]

A presença marcante desses investimentos fez surgir as seguintes interpretações: 1) que esses movimentos constituem um fenômeno novo; 2) que os fatores de "Guerra fiscal" entre os estados são determinantes para a dispersão geográfica; 3) que a região Centro-Oeste ao produzir grãos mais baratos que os estados do Sul, promoveria redução dos custos produtivos e incentivava a produção de suínos e aves [...] que tais movimentos apontam para 'uma nova geografia do setor'[...]. (ESPÍNDOLA, 2002, p. 71-72)

Essas agroindústrias, quando instaladas em regiões com pouca tradição na produção de carnes, provocam fortes impactos na economia e no espaço regional, sobretudo nos locais de instalação das plantas industriais. É isto que vem ocorrendo com o Sudoeste de Goiás, onde se instalou, no município de Rio Verde (GO), o complexo agroindustrial da Perdigão S/A, inicialmente chamado de Projeto Buriti, o qual constitui o objeto e o tema específico da presente investigação científica.

Quadro 01- Investimentos das agroindústrias de carnes do Sul do Brasil - 1990-2000.

Empresa	Ano	Cadeia	Localização
Comaves - PR	1991	Aves	Campo Grande - MS
Ceval-Hering - SC	1991	Suínos	Dourados - MS
Eliane – SC	1992	Aves	Sidrolândia - MT
Frigorífico Fernandes	1993	Industrializado	Rondônia - RO
Coagri – RS	1993	Aves	Dourados - MS
Avipal – RS	1995	Aves	Dourados - MS
Avipal – RS	1997	Suínos	São G. do Campo - BA
Ceval-Hering - SC	1995	Aves	Barreiras - BA
Aurora – SC	1996	Suínos	S. Gabriel - MT
Brazilian Chicken	1998	Aves	P. Nacional - TO
Perdigão - SC	1998	Aves/Indust.	Rio Verde - GO
Tetra Rio Grande - RS	-----	Bovinos	Sul do Pará - PA
F. Xinguara - RS	1998	Bovinos	Para - PA
A Saci – SP	1998	Aves	Rio Branco - AC
F Nicolini - RS	2001	Aves	Barreiras - BA

Fonte: Espíndola, 2002, p. 112.

Hoje, a Perdigão - Rio Verde (como é denominada pelos diretores, uma vez que, segundo eles, já não é mais um projeto, mas uma realidade) está inserindo novos elementos na paisagem local, quer seja a partir das granjas construídas por meio da integração, da planta industrial (figura 01), de outras empresas atraídas para o município, ou através do surgimento de novos bairros.

A empresa possui vários módulos de granjas integradas, sendo: 128 de aves, localizadas num raio de 52 km e 132 de suínos, destas 71 são de terminação (STV Sistema de Terminação Vertical) e 61 de leitões (SPL - Sistema de produção de leitões), situadas num raio de 45 e 62 Km, respectivamente³. Estas estão espalhadas por 12 municípios, sendo 80% da microrregião do Sudoeste de Goiás, a saber: Rio Verde, Jataí, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra, Aparecida do Rio Doce, Maurilândia, Castelândia e Montividiu. Os outros são: Quirinópolis, Bom Jesus de Goiás, Turvelândia e Cachoeira Alta.

A Perdigão está contribuindo para aumentar o parque industrial da cidade, atraindo indústrias vinculadas, fornecedoras de matérias-primas [Vide Plast - embalagens de plástico; a Orsa Papel, Celulose e embalagens (embalagens de papel) e prestadoras de serviços, como a Kade Engenharia (pré-moldados); a Triel HT (carrocerias)], empresas transportadoras e outras firmas menores.

Percebe-se, remetendo, grosseiramente, a F. Perroux (1955), que a mesma está desempenhando o papel de empresa "motriz", por meio do efeito multiplicador. Está se comportando regionalmente como uma indústria dinâmica, atraindo *inputs*, emitindo *outputs*, e transformando o espaço local.

A presença da agroindústria atraiu, também, pessoas e novos investimentos nas áreas de serviços e comércio, fazendo surgir novos espaços de circulação. Na cidade, ampliaram-se as necessidades de moradia, em função da intensificação do processo migratório, fazendo surgir novos bairros e ampliando o processo de verticalização e especulação imobiliária.

Segundo o gerente regional da Perdigão, a presença da empresa na cidade está provocando a expansão da construção civil e das vendas comerciais, surgimento de novos cursos técnicos, elevação da qualificação profissional local, parcerias com escolas de ensino superior e com prefeituras vizinhas, para transportar funcionários até a empresa, e abertura de novas agências bancárias.

Supomos que a presença da empresa na cidade tem sido responsável por um incremento na economia municipal, bem como por problemas, como o aumento dos preços dos aluguéis, da construção civil e do custo de vida; de forma indireta, pelo aumento da violência, por problemas nos transportes urbanos, falta de moradias e desemprego, provocados pela atração populacional criada pela chegada da Perdigão.

³ Dados coletados em entrevista realizada em 2003, na empresa Perdigão, em Rio Verde.

Da mesma forma, a instalação dessa empresa modificou a interação campo-cidade, inserindo nas atividades agropecuárias novas formas de produzir, novas tecnologias, informações e capitais. As novas relações estabelecidas pela Perdigão com os produtores estão fazendo com que muitos diversifiquem as suas atividades, com a criação de aves e suínos. Aliado a isto, penetra um conjunto de informações técnicas e de mercado que alteram a visão do produtor e, logicamente, também emergem alguns problemas, como o destino dos resíduos/dejetos, a adequação forçada às normas da empresa e aos padrões de produção, e a aquisição de dívidas com os bancos, através da construção de plantas básicas (módulos).

Para que o produtor se torne um integrado ao sistema produtivo da Perdigão, deve, inicialmente, fazer uma proposta para a empresa. Se aceita, começam as negociações com o Banco do Brasil - responsável pelo repasse do dinheiro, proveniente do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) - para o empréstimo do capital destinado à construção do módulo, ou dos módulos, para terminação de aves e suínos, ou produção de leitões ou ovos. Um módulo, via de regra, é composto por quatro aviários ou quatro terminadores de suínos, ou, no caso dos criadores de leitões, por uma maternidade, duas gestações e uma creche, e uma lagoa para os resíduos (figura 02).

O Estado é um agente fundamental para instalação e consolidação do complexo agroindustrial da Perdigão na microrregião do Sudoeste Goiano e, especificamente, no município de Rio Verde-GO, pois é responsável por incentivos fiscais, por investimentos de grande montante, e pela melhoria e dotação de infra-estrutura para circulação e produção. Acreditamos que, sem a participação do Estado (em todas as esferas), teria sido inviável e pouco provável a consolidação desse CAI no estado de Goiás.

Usamos, aqui, o termo consolidação, uma vez que já existiam na região agroindústrias de processamento de carnes, entre elas a Frango Gale (Jataí-GO) e o Frigorífico Margem (Rio Verde). No entanto, o CAI de carnes só se solidifica com a chegada da Perdigão, que traz uma nova forma de produzir e integrar os produtores, contando com um forte aparato financeiro do Estado.

Entretanto, de forma dialética, a empresa teve que se adaptar às características regionais de produção, de trabalho e políticas. Em muitos casos, teve que abrir mão de formas de produzir já consolidadas na região Sul, para criativamente se adequar à realidade do campo goiano. Em outros momentos, fez um grande trabalho de conscientização para conseguir organizar a produção dentro dos padrões que a empresa estabelece. Dialeticamente, a empresa modifica o espaço local e é influenciada pelos agentes locais.

A Perdigão tornou-se um ícone, um signo para a região, sendo sinônimo de inovação, oportunidades, riqueza, dinamização e novos rumos a serem alcançados. Surgiu como indústria âncora de um complexo agroindustrial, um "agricluster" ou "agropolo", no qual, "esperançosamente", a comunidade local concentra seus desejos de crescimento econômico.

Espacialmente, torna-se o principal agente de transformação, juntamente com o Estado, atraindo empresas, pessoas, ampliando os negócios já existentes no campo e na cidade, metamorfoseando o espaço. Estes agentes estão mudando a paisagem regional, inserindo o brilho dos telhados, o colorido das granjas e a "criação de suínos, e não de porcos", em contraste com o verde das plantações de soja e milho e das pastagens. É o novíssimo, convivendo com o novo e o velho usos do espaço. É um mosaico paisagístico e espacial se formando e materializando as relações socioespaciais historicamente distintas (figura 03).

Tantas transformações ocorrendo em um determinado local/território constituem provocações para a mente de um geógrafo, que se inquieta com as dúvidas, e se vê estimulado a encontrar respostas para questões, como: Quais as transformações socioeconômicas e espaciais provocadas pela instalação da Perdigão S/A em Rio Verde e região? Qual o papel do complexo agroindustrial da Perdigão, na história da empresa e da cidade? Como ocorreu sua territorialização no Cerrado do Sudoeste de Goiás, especificamente, em Rio Verde? Quais foram as expectativas geradas pela instalação da empresa e de seu complexo no município? Qual o papel do complexo na materialização/consolidação do CAI de carnes na região? Qual o papel do Estado na consolidação do CAI de carnes na região? Essa nova territorialização da Perdigão está inserida num contexto de necessidades e mudanças econômicas de escala mundial ou nacional?



Figura 01 - Foto - Planta industrial da Perdigão - Rio Verde (GO).
Autor: R. E. Borges. Outubro/2003.



Figura 02- Foto - Módulo de criação de aves - Rio Verde (GO)
Autor: R. E. Borges. Outubro/2003.



Figura 03 - Foto - Vista de um módulo de terminação de frangos, em contraste com a pastagem para criação de gado - propriedade particular
Autor: R. E. Borges. Outubro/2003.

De nossas observações iniciais, reflexões decorrentes, e hipóteses preliminares, emergiu a tese de nosso trabalho: a alocação da agroindústria Perdigão, no município de Rio Verde - e a conseqüente estruturação de um CAI - desencadeou processos de mudanças significativas no campo (criação de aves e suínos, novas formas de integração, inserção de novas tecnologias e diversificação da produção); na cidade (atração de empresas, pessoas, capitais, ampliação dos negócios locais e criação de novos espaços de produção, circulação e habitação), alterando a preexistente organização do espaço; e também mudanças sociais (geração de postos de trabalho, "fortalecimento" da cultura do trabalho industrial, e surgimento de associações de produtores).

Como uma conjectura complementar, é possível argumentar que a Perdigão consolidou o CAI de carnes no Sudoeste de Goiás, inserindo a microrregião e o estado de Goiás na Divisão Territorial e Social do Trabalho do país, não só como produtora de grãos, mas também como produtora de aves e suínos. O Sudoeste de Goiás tornou-se, assim, uma nova fronteira para a referida atividade agropecuária.

Entendemos que tudo isso tenha ocorrido em decorrência da aliança entre agentes sociais não-locais, ou seja, a grande empresa capitalista, "transplantada" de uma região mais desenvolvida, e o Estado nacional, o "concessionário" de incentivos e agente implementador de políticas de desenvolvimento regional. Seria um caso típico de "destino", ou "vocaçãõ" de um local, decidido por agentes exógenos, e visando atender a mercados nacionais e globais. Ou seja, no "local" rebateriam as ações de agentes poderosos, atuantes em escalas geográficas mais abrangentes. Dito de outra forma, seriam as forças externas re-configurando, ou mesmo despertando, as forças locais, e escolhendo o "lugar", Rio Verde, pelos suas características de "fronteira" agrícola, de área "nova", com potencialidades a serem exploradas pela produção capitalista, com grandes extensões de terras, elevada produção de grãos, legislação ambiental flexível, a "ânsia" dos agentes locais em atrair novos investimentos, o "espírito" inovador dos produtores, e também pela sua relativa boa posição em relação à infra-estrutura de transportes.

1.1 Um olhar sobre o local: Rio Verde- GO.

O município de Rio Verde, com uma população estimada, em 2002, de 119.829 habitantes, segundo dados do IBGE, está localizado na mesorregião do Sudoeste de Goiás (figura 04). Está distante 200 Km da capital do estado (Goiânia), no entroncamento de duas Br's, a BR - 060, que liga Brasília a Cuiabá, atravessando os estados de Goiás e Mato Grosso, e a BR 452, que vai de Rio Verde a Itumbiara (GO), na divisa entre Goiás e Minas Gerais, possibilitando a circulação da produção. Além das rodovias federais, existe uma

rodovia estadual, a GO-174, que conecta Rio Verde à BR 364 e, esta, até o porto de São Simão (GO), onde parte da produção é escoada pela hidrovía Tietê-Paraná, no Rio Paranaíba.

O município destaca-se na produção agropecuária. São produzidos algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão, tomate, trigo, entre outros. Dentre estes, destacam-se a soja e o milho, produtos que transformaram a paisagem do município. Atualmente, Rio Verde é o maior arrecadador de impostos sobre produtos agrícolas, uma vez que é o maior produtor de grãos do estado de Goiás e centro difusor de novas tecnologias no campo. A produção agrícola, na safra 2001/2002 (tabela 01), superou a quantia de 900.000 toneladas, destacando-se a soja e o milho.

Tabela 01- Principais produtos agrícolas de Rio Verde-GO -2001/2002.

Culturas temporárias	Área (Ha)	Produção (ton)	Produtividade (Kg/ha)
Arroz	3.000	7.200	2.400
Algodão	4.400	13.200	3.000
Feijão	7.000	13.800	2.400
Milho	56.000	260.800	10.000
Soja	220.000	368.000	2.900
Sorgo	24.000	60.000	2.500
Girassol	2.500	3.750	1.500
Total	316.900	996.750	24.700

Fonte dos dados: IBGE, 2002. Org. R. E. Borges, 2006.

A pecuária, considerada a primeira atividade econômica do município, continua desempenhando um papel relevante na economia local. O rebanho bovino é o maior do estado de Goiás, totalizando 440 mil cabeças. Nos últimos anos, vem aumentando a criação de aves e suínos, com destaque para o ano de 2002, em que o número de cabeças de aves e suínos teve um aumento de 279% e 304%, respectivamente, em relação ao ano de 2000, conforme tabela 02.

Tabela 02 - Efetivo de aves, bovinos e suínos - Rio Verde-GO - 1998 a 2002.

Rebanhos	1998	1999	2000	2002
Aves	186.000	424.000	3.220.000	7.450.000
Bovinos	440.000	446.000	440.000	380.000
Suínos	29.000	104.680	91.000	306.000
Vacas Ordenhadas	39.500	40.050	40.000	40.000

Fonte: <http://www.seplan.go.gov.br>. Acessado em: 20 set. 2005.

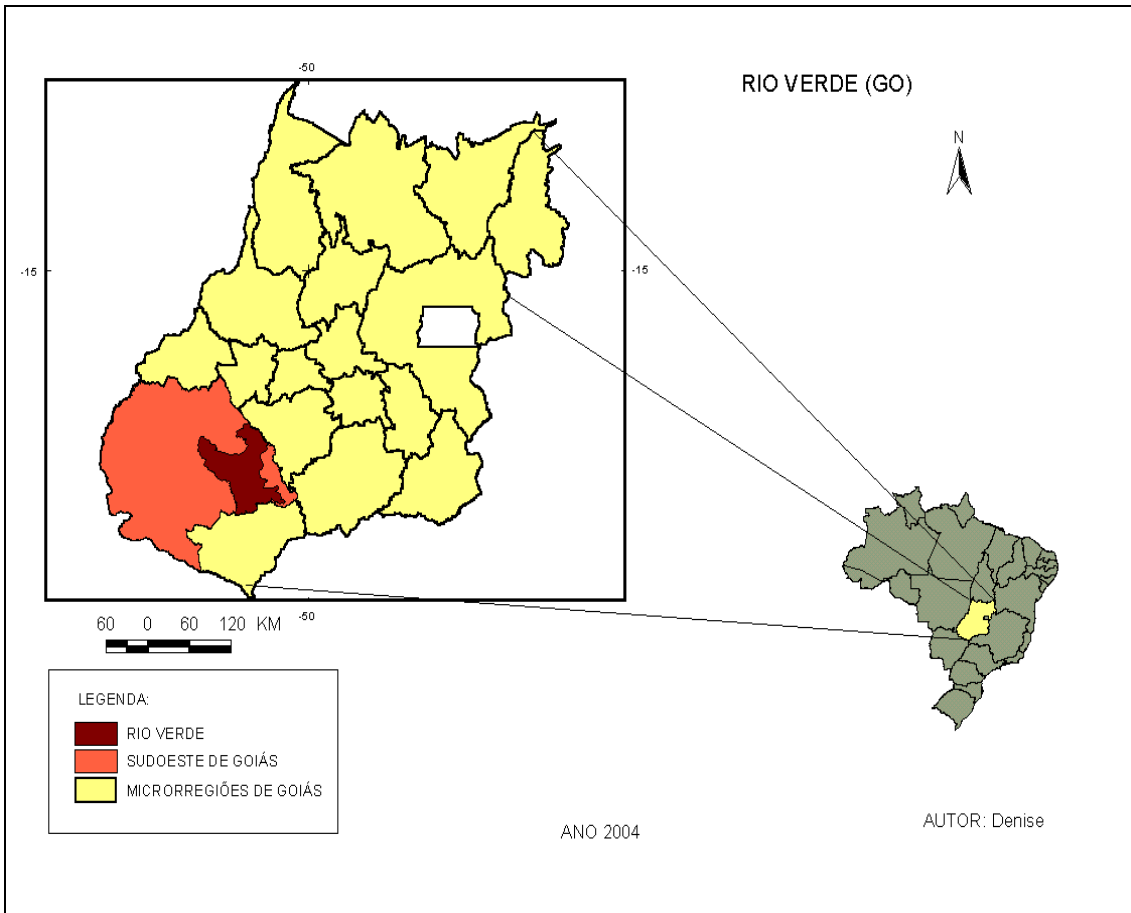


Figura 04 - Localização do município de Rio Verde-GO.

Mesmo sendo um município agrícola, como classifica Santos (1998), em que as atividades ligadas ao campo são dominantes, Rio Verde apresenta um bom dinamismo nos setores de serviços e comércio, destacando-se, no primeiro, o ensino e os bancos. Na atividade de ensino, existem três instituições de ensino superior com vários cursos, e 116 escolas de ensino fundamental, médio e profissionalizante em funcionamento.

O setor bancário conta com dez agências bancárias, pertencentes a sete instituições financeiras, a saber: ABN AMRO Real (1 agência), Banco do Brasil (3), Bradesco (1), Banco Itaú S.A (2), Caixa Econômica Federal (1), Banco Mercantil de São Paulo (1), HSBC Bank Brasil (1). (Fonte: SEPLAN (GO), 2004)

Merecem ser mencionadas, também, as empresas representantes de grandes multinacionais ligadas ao setor agrícola, que possuem escritórios no município: Monsanto, Pionner, Case, New Holland, John Deere, Ford e Massey Fergusson, o que demonstra a importância de Rio Verde como centro regional de comercialização de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas.

Na atividade industrial, Rio Verde possui, segundo dados da Secretaria Estadual de Planejamento-2003, 193 estabelecimentos. Entre estes, incluem-se, em ordem cronológica: a COMIGO (Cooperativa Mista de Produtores do Sudoeste Goiano Ltda), o Frigorífico Margem, a Brasilata (empresa de embalagens metálicas), a Perdigão S/A, a Van Der Bergh, a Vide Plast (embalagens de plástico), a Orsa (embalagens de papelão) e outras.

Comparativamente, o município possui o maior número de estabelecimentos industriais da microrregião do Sudoeste de Goiás (conforme mostra a tabela 03).

Tabela 03 - Total de estabelecimentos industriais - Municípios selecionados - 1999-2002.

Município	1999	2002	% em relação ao Estado	Crescimento 1999-2002 - %
Jataí	110	123	1,03	11,8
Mineiros	48	52	0,43	8,3
Santa Helena	54	47	0,39	-12,9
Rio Verde	179	193	1,50	7,8
Goiás - Estado	9.954	11.863	-----	19,17

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN, 2003.

Org. R. E. Borges, 2006.

No conjunto das indústrias do município, destacam-se as metalúrgicas, as do vestuário e de produtos alimentícios que, juntas, representam 51,2% do total e 45% dos grandes estabelecimentos de Rio Verde, segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda (tabela 04). A tabela mostra que a estrutura industrial de Rio Verde é semelhante à do estado de Goiás, ou seja, ocorre o mesmo padrão estrutural.

Das grandes empresas citadas, a maior empregadora é a Perdigão, a qual gera mais de 5.000 empregos diretos e cerca de 15.000 indiretos. Esse total representa cerca de 10% da população municipal (Censo 2000, tabela 05), tornando a empresa responsável por uma parte significativa do dinheiro circulante no mercado local.

A cidade de Rio Verde (figura 05) foi a que mais cresceu na região Sudoeste de Goiás, na última década. Parte deste crescimento é fruto dos investimentos do estado no setor de serviços, na agropecuária e na atividade industrial, atraindo novas empresas.

Tabela 04 - Estabelecimentos industriais por ramos - Rio Verde - GO – 2003.

Ramos de indústrias	Estado		Rio Verde	
	Total	Grandes	Total	Grandes
Produtos minerais não metálicos	944	29	16	---
Metalúrgicas	723	36	16	2
Mecânica	168	5	10	---
Material elétrico e de comunicação	112	3	4	---
Material de transportes	110	8	2	---
Madeira	304	3	4	---
Mobiliário	626	10	7	---
Papel e papelão	64	6	2	1
Borracha	38	2	1	---
Couro e derivados	130	17	3	---
Química	185	64	4	3
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	85	15	1	---
Perfumaria, sabões e velas	88	8	2	---
Produtos de material plástico	161	19	3	2
Têxtil	99	23	1	1
Vestuário	3.414	20	16	---
Produtos Alimentícios	3.056	67	67	12
Bebidas	98	20	5	2
Editorial e Gráfica	381	4	7	---
Diversas	858	67	22	8
Total	11.644	399	193	31

Fonte: SEPLAN - GO, 2003.

Tabela 05 - População do município de Rio Verde - 1991 a 2002.

Ano	Total	Urbana	Rural	Pop. do Estado
1991	96.309	84.142	12.167	4.018.903
1996	100.586	90.518	9.988	4.514.967
2000	116.552	106.079	10.473	5.003.228
2002	119.829	109.044	10.784	*

Fonte dos dados: IBGE, 2001 e SEPLAN-GO, 2002. Org. R. E. Borges, 2006.

* Dados inexistentes nas fontes.



Figura 05 - Vista parcial da cidade de Rio Verde (GO).
Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Verde, 2005.

Dentre estas, há que destacar o impacto da instalação do complexo agroindustrial da Perdigão - Projeto Buriti, no Distrito Agroindustrial (figura 01). A especulação sobre a construção do complexo e, posteriormente, a materialização dos investimentos do grupo na cidade provocaram, segundo o poder público local, um crescimento rápido do município.

Isto ocorreu em função da expectativa na geração de novos empregos na cidade. As notícias chegavam a centenas de quilômetros de distância da região. Diante disto, milhares de pessoas migraram para Rio Verde em busca do Eldorado "moderno" no Cerrado Goiano, vindas de cidades vizinhas estagnadas (na geração de postos de trabalho), de outras regiões, e até mesmo de estados vizinhos (Mato Grosso e Minas Gerais).

Furtado (1999), salientou, euforicamente, essa expansão, afirmando: "uma nova Rio Verde surge."

Rio Verde é um belo exemplo. A região sudoeste de Goiás era nada em 1970 e hoje já produz bem mais de 1 milhão de toneladas de soja, milho e outros cereais. De lá para cá a população da cidade cresceu 150% (a do Brasil, 77%). Com investimentos da Perdigão e agregados somando cerca de 1 bilhão de reais, a expectativa dos agentes econômicos com quem conversei é de que a cidade dobre de tamanho no máximo até 2005 [...]. (FURTADO, 1999, p. 12)

A população do município cresceu 24,4%, nos últimos dez anos, enquanto a população total do estado cresceu 19,6%, conforme mostra tabela 05. Parte deste crescimento deve-se às novas empresas instaladas no município, ou ao que chamamos de "efeito Perdigão".

Cabe destacar no quadro um fato interessante: no ano de 2000, a população rural havia crescido 4,85% em relação a 1996, o que desperta nossa estranheza, desde que os outros municípios da região apresentaram redução nesse segmento populacional. Acreditamos que parte da explicação se deve às parcerias da Perdigão para a criação de aves e suínos, na qual os produtores rurais abrem muitas vagas de trabalho, empregando pessoas para cuidar das granjas.

A instalação da Perdigão, em Rio Verde, promoveu grandes mudanças regionais, ao ponto de um proprietário rural dizer, em um jornal local, que: "antes criávamos porcos, hoje criamos suínos". A presença da empresa está alterando a paisagem, as relações produtivas e sociais, consolidando na região o complexo agroindustrial de carnes. Num primeiro momento, percebe-se que a Perdigão tem provocado várias modificações no espaço local, em função de sua instalação e das relações estabelecidas a partir de então; e são elas que constituem o foco de nossa análise, o eixo estruturador de nossa argumentação, e a essência de nossa tese.

1.2 CAI ou CAI's? A busca do/de um aparato teórico e analítico.

O termo Complexo Agroindustrial - CAI foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos, mais especificamente em Boston, na década de 1950, por J. H. Davis, numa conferência, e publicado na literatura internacional, em parceria com R. A. Goldberg, em um livro cujo o título é "Agribusiness". Neste, os autores conceituam CAI como sendo:

O conjunto de operações que abarcam a manufatura e a distribuição de insumos para a unidade produtiva agrícola; as operações produtivas na unidade agrícola em si; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e de seus subprodutos. (DAVIS; GOLDBERG apud MÜLLER, 1989, p. 46)

Os autores constatavam, a partir de estudos baseados na metodologia da Matriz de insumos de Lontief, uma mudança na dinâmica da agricultura norte-americana, na qual a atividade agropecuária estava deixando de ter o papel central e autônomo, tornando-se parte integrante de um complexo de relações com outros setores da economia (indústrias e serviços).

Szmrecsányi (1984), citando trabalho de sua autoria intitulado: "Surgimento de um novo esquema de análise do setor agropecuário", de 1977, verifica no Brasil a descoberta dos autores norte-americanos.

[...] a produção agropecuária constitui apenas um subsistema, que se vincula funcionalmente a quatro outros, cujas atividades costumam ser incluídas habitualmente nos setores industrial e de serviços. Trata-se, respectivamente, dos subsistemas: (a) das atividades de suporte institucional (crédito, assistência técnica, pesquisa, treinamento); (b) de fornecimento de insumos extra-setoriais (máquinas e implementos; fertilizantes, defensivos, etc.); (c) dos canais de comercialização (intermediários de vários tipos e cooperativas); e (d) das unidades de transformação industrial dos produtos agropecuários (agroindústria em geral). É o desempenho de todo esse sistema, vale dizer do conjunto dos cinco subsistemas ora mencionados, que deve ser levado em conta na avaliação do papel do setor agropecuário no desenvolvimento econômico [...]. (SZMRECSÁNYI, 1984, p. 112-113)

O antigo "triângulo primário no complexo rural", baseado na agricultura, processamento e distribuição (figura 06), transformava-se, em função da nova dinâmica de inter-relações impostas pelo capital à agricultura, reestruturando o quadro clássico em que a agricultura era o centro das relações e impunha o seu ritmo.

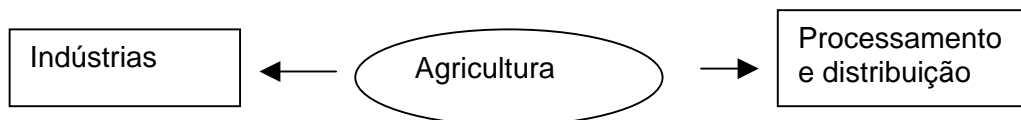


Figura 06 - Esquema clássico da relação agricultura-indústria.

A nova realidade apresentava um cenário em que a Agroindústria, formada pelas indústrias para agricultura e a agroindústria, propriamente dita, tornou-se o centro das relações (figura 07), derivação da mescla crescente de capitais de várias origens, inseridos na agropecuária.

Segundo Graziano da Silva (1991), os autores norte-americanos apontam para o caráter residual que as atividades agrárias assumem no *agrobusiness* devido à transferência de funções para "fora da porteira da fazenda". O *agribusiness* se consolida com a integração da economia mundial, a qual transformou a agropecuária em sua "essência", não apenas no papel que esta ocupa no conjunto da economia, mas também, nas relações intra e extra agropecuária.

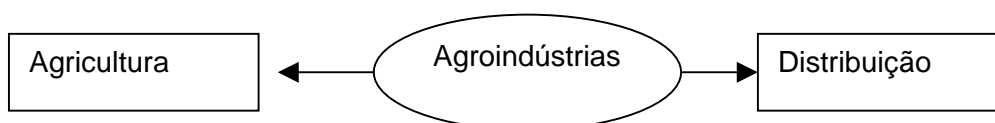


Figura 07 - Esquema da nova realidade da relação agricultura-indústria.

Já na França, para explicar essa nova realidade, Malassis utilizou o conceito de Sistema Agroalimentar - *Filière*. Nas palavras de Graziano da Silva (1991, p.8), mais do que traduzir o termo *agribusiness*, Malassis "[...] enfatizou a sua dimensão histórica, situando o complexo agroindustrial como característico da etapa do desenvolvimento capitalista em que a agricultura se industrializa."

Para Malassis (1973)⁴, o setor agroalimentar, nas sociedades complexas industrializadas, compreende quatro subsetores: o das empresas que fornecem à agricultura serviços e meios de produção (crédito, assistência técnica, fertilizantes, sementes, plantas, defensivos, etc), chamado de indústrias "a montante"; o subsetor agropecuário propriamente dito; o subsetor das indústrias agrícolas de transformação e alimentícias, chamado de indústrias 'a jusante'; e o subsetor de distribuição de alimentos.

Para Takitane e Souza (1995), a *filière* é considerada uma sucessão de estágios técnicos de produção e distribuição, ligados uns aos outros pelos mercados e concorrentes, com o intuito de satisfazer ao consumidor final. É um conjunto de atividades econômicas articuladas, integradas em termos de mercado, tecnologias e capitais, de forma consecutiva.

Então, *filière* é um "recorte dentro do complexo agroindustrial mais amplo, que privilegia as relações entre agropecuária, indústria de transformação e distribuição, tendo como foco um produto principal definido" (TAKITANE; SOUZA, 1995, p. 31). Ou seja, uma cadeia produtiva de um determinado produto, composta por várias inter-relações de fluxos que dinamizam o complexo e lhe dão uma identidade.

Para Sousa (1997), a cadeia pode ser representada, graficamente, da seguinte forma:

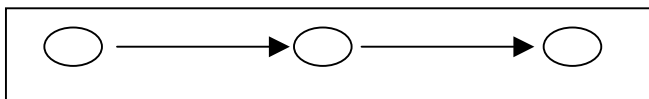


Figura 08 - Representação gráfica de uma cadeia.

O autor faz uma crítica ao uso do termo "cadeia", afirmando que:

O termo cadeia está aqui sendo utilizado quase como um sinônimo de rede, mas isto, na verdade, significa forçar uma situação, ou abusar do seu emprego. Cadeia está sendo, na prática, uma tradução de "commodity chain", de commodity subsector" e até de network. [...] o termo cadeia tem pouca capacidade descritiva, mas muita sonoridade. (SOUSA, 1997, p. 181)

⁴ (Apud TAKITANE; SOUZA, 1995, p.31).

Para ele, a cadeia produtiva possui uma linearidade (conforme figura 08), com elos seqüenciais. Assim, para estudar uma cadeia agroalimentar, é preciso entender a complexidade das relações estabelecidas no conjunto dos agentes da cadeia. Dessa forma, segundo Sousa,

O estudo das cadeias conduz, necessariamente, a uma análise de rede, pois apesar do seu sentido lógico geral, o funcionamento de uma cadeia supõe a existência de uma série de atividades e instrumentos como: ciência e tecnologia, regulamentos, leis, decretos, financiamento, mercado de futuro e outros. Correlato ao conceito de cadeia há o de complexo agroindustrial. Uma cadeia agroalimentar (como a da soja, do milho) é um subsistema desse sistema maior, conhecido como complexo agroindustrial, negócio agrícola ou "agribusiness". (SOUSA, 1997, p. 182)

Percebe-se uma semelhança entre os termos *agribusiness* e *Filière*, pois têm em comum a idéia de que a leitura da nova realidade agrícola deve ser feita a partir da análise da relação entre a agricultura e outros setores da economia.

Para Cleps Júnior (1998), apesar da aparente equivalência entre os termos (*agribusiness* e sistemas agro-alimentar), há uma diferença, a princípio de cunho semântico, que embasa a escolha de alguns autores pelo uso do termo francês (sistema agro-alimentar), em detrimento do termo usado por Davis e Goldberg (1957). Para o autor, o termo francês carrega pouca conotação ideológica, ao contrário de *agribusiness*, que dela é carregado, pois utiliza-se da linguagem da teoria dos sistemas, que mascara a ideologia do controle, dentro do complexo.

Além disso, até recentemente a palavra era usada com mais freqüência pelos protagonistas de *agribusiness* da Escola de Harvard ou pelos críticos, para quem ela é sinônimo de "O negócio da fome" [...], "Imperialismo morango" [...], o reservado e poderoso "Mercado de grãos" [...] ou ainda as corporações responsáveis por 'Como morre a outra metade' [...]. (CLEPS JUNIOR, 1998, p. 33)

Segundo Marafon (1998), as noções de *agribusiness* e *filiières*, apesar de terem sido formuladas em locais diferentes, inspiraram pesquisadores brasileiros que analisavam o processo de transformação no setor agrícola, dentro de uma ótica da articulação entre a agricultura e a indústria.

O aparato conceitual elaborado pelos norte-americanos Davis e Goldberg, entretanto, foi o que mais influenciou os pesquisadores brasileiros, entre os quais podemos citar: Geraldo Müller, Alberto Passos Guimarães, Elizabeth M.M.Q Farina & Décio Zylbersztanj, Eduardo Pereira Nunes & Elisio Contini. Foi adotado, também, por Ney Bittencourt Araújo *et al*, em seu livro "Complexo agroindustrial: o *agribusiness* brasileiro", e pela ABAG - Associação Brasileira de *Agribusiness*. Além disso, esse aparato influenciou inúmeros trabalhos acadêmicos de pós-graduação.

Araújo, Wedekin e Pinazza (1990) afirmam que é difícil fazer uma tradução literal do termo *agribusiness* para o português, e que isto acarreta algumas críticas e dificuldades ao

seu uso, pois a realidade brasileira é distinta da norte-americana e da européia (onde o termo foi adaptado para sistema agro-alimentar). No livro, "Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro", os autores utilizam o termo *agribusiness* como sinônimo de CAI e vice-versa, justificando que é a melhor tradução, tendo em vista a realidade brasileira e a ampliação do conceito original, feita por Goldberg, em 1968. Este utiliza o termo "agribusiness industries" ao explicar as relações do CAI do trigo e do milho nos E.U.A. Na visão destes autores, o CAI pode ser detalhado em sete níveis: suprimento à produção; produção; transformação; acondicionamento; armazenamento; distribuição; e consumo.

O CAI envolve os agentes que produzem, processam e distribuem os produtos alimentares, as fibras e os produtos energéticos provenientes da biomassa, num sistema de funções interdependentes. Nele atuam os fornecedores de insumos e fatores de produção, os produtores, os processadores e distribuidores. (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990, p. 6)

Sustentam eles, ainda, que os elementos componentes do CAI podem ser classificados em três categorias: na primeira, estão os fazendeiros, processadores e distribuidores, que são operacionais, pois movimentam fisicamente o produto. Na segunda, estão as firmas de suprimentos de insumos e bens de produção, os agentes financeiros, os centros de pesquisa e entidades de assistência técnica e fomento. Na terceira, situam-se os mecanismos coordenadores – governo, contratos comerciais, sindicatos, associações –, os quais regulam e controlam a interação e a integração dos diferentes segmentos do complexo.

Farina e Zylbersztajn apud Takitane e Souza (1995) afirmam que:

Agribusiness, agroindústria, complexo agroindustrial e sistema agroindustrial têm sido utilizados para designar o conjunto de atividades agropecuárias, industriais e de serviços, que mantém sinergias de caráter tecnológico, comercial e econômico, cuja matéria-prima principal venha do setor agropecuário ou cujo produto tenha naquele setor o seu mercado. (FARINA; ZYLBERSZTAJN apud TAKITANE; SOUZA, 1995, p. 30)

Já Müller (1991), um dos pesquisadores que mais influenciou a discussão do conceito e do CAI no Brasil, coloca que:

[...] a noção de CAI pode ser elaborada mediante a simples inserção do conjunto de processos produtivos na noção de Complexos Industriais. Este complexo seria distinto de outros conjuntos produtivos, tanto pelas cadeias de insumos e produtos específicos, quanto pelo poder de mercado e seu núcleo de poder, quanto, finalmente, pela extensão da rede de transmissão desse poder. (MÜLLER, 1991, p. 16)

Cabe, agora, um parêntese para uma rápida discussão sobre Complexo Industrial (CI), que é a pedra inicial na construção do conceito de Complexo Agroindustrial.

Pensamos que a discussão deve começar pelo entendimento do termo *complexo*. Para Graziano da Silva (1991, p. 5), este é um "conjunto de atividades interrelacionadas

agregadas por um ou mais critérios previamente definidos" e "relações multideterminadas de encadeamento, coordenação ou de controle entre os seus vários elementos, membros e ou etapas do processo."

Na primeira, o complexo tem um caráter estático, ou seja, é um recorte obtido a partir de critérios de agregação definidos, que não revelam a dinâmica relacional e nem espacial. A segunda noção, oriunda da economia, está vinculada ao conceito de pólos de desenvolvimento, elaborado por Perroux, que tinha o objetivo de "gerar" crescimento econômico em regiões atrasadas, a partir da instalação de uma atividade industrial motriz que atrairia outras, formando complexos de indústrias.

A partir da preocupação de Perroux com o espaço econômico e da necessidade de exercer nele o poder de alterá-lo e (re)produzi-lo através da inserção de novas atividades industriais, "associadas" entre si e com uma indústria chave, também chamada de motriz, é que se generaliza a noção de complexos industriais. Resumindo, eram complexos formados por indústrias e outras atividades integradas e articuladas sob o comando de uma firma central, visando gerar desenvolvimento regional.

De acordo com Müller (1991), três teorias sustentam a noção de complexo industrial: a que se baseia na matriz de Leontief; a que está baseada na Teoria do Desenvolvimento Econômico de Perroux; e a que se fundamenta na Teoria da Organização Industrial.

Ainda, para este autor, o reconhecimento de um CI ocorreria pela interdependência produtiva intersetorial, onde os graus de intensidade nas relações determinariam a diferença entre um e outro CI. "Portanto, a estrutura de interdependência produtiva e os graus de associação entre os processos produtivos podem ser considerados como um dos elementos fundamentais que determinem um CI (MULLER, 1991, p.32).

Já para Possas (1991), a teoria dos complexos industriais tem uma limitação para explicar a integração entre as relações, que ocorrem no ambiente micro e macro da economia e das empresas, sejam mudanças tecnológicas, econômicas, relacionais sejam transformações nas relações agricultura x indústria (CAI). Por isso, alerta que, para a utilização desta noção (CAI) ser relevante, não se deve cobrar dela mais do que pode oferecer.

Mesmo diante das limitações da noção de CI para compreender a nova realidade entre agricultura e indústria, vários autores se utilizaram desse princípio teórico para elaborar a noção do CAI. Na visão de Müller, basta inserir a agricultura com suas interrelações setoriais como parte integrante do CI (indústria para agricultura e agroindústrias) já existente; assim, estaria formado o CAI, e esta seria a diferença entre um CI e o CAI.

O que a morfologia revela é que este complexo industrial distingue-se de outros como o automotor e o eletrônico pelo fato de levar em conta as atividades agrárias. É claro que está aí implícito que para se explicar o funcionamento destas atividades deve-se necessariamente levar em conta as interrelações setoriais. (MULLER, 1991, p. 17)

Para explicar a "morfologia" do CAI, o autor utiliza o seguinte esquema:

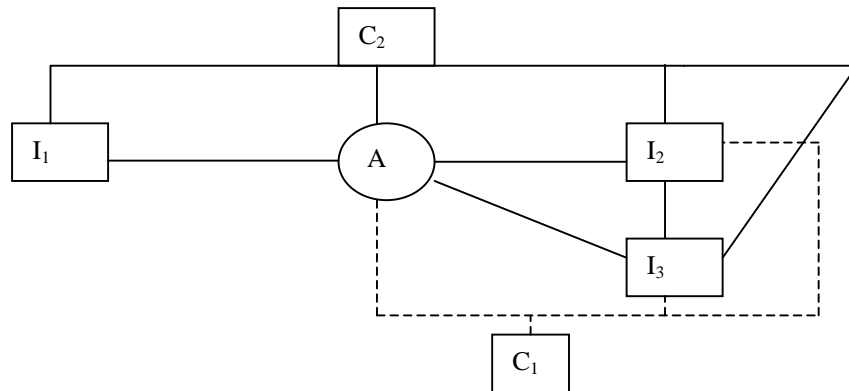


Figura 09 - Morfologia do CAI segundo Geraldo Müller (1991).

Legenda: I₁- Indústria para a agricultura; I₂- Agroindústrias de alimentos; I₃- Outras agroindústrias; C₁- Mercado interno; C₂- Mercado externo; e A- agricultura.

A morfologia produtiva do CAI consiste nas ligações que as atividades agrárias estabelecem com os setores de indústria para agricultura (I₁), da agroindústria de alimentos (I₂) e de outras agroindústrias (I₃). Essas relações dentro da cadeia produtiva (usando a terminologia do autor) formam a estrutura produtiva do complexo e são intermediadas pelos mercados interno (C₁) e externo (C₂), os quais influenciam na articulação e re-articulação dos setores do complexo.

O autor acrescenta que:

O CAI distingue-se de outros complexos de atividades pelo fato de levar em conta a agricultura, e aí a terra como mercadoria especial. Caracteristicamente, o CAI é uma unidade de análise na qual a agricultura se vincula com a indústria de dupla maneira: com a indústria de máquinas e insumos que tem na agricultura seu mercado e com a indústria processadora/beneficiadora de matérias-primas agrícolas. A primeira pode ser designada de indústria para a agricultura, e a segunda de agroindústria. Na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e indústria para a agricultura, verifica-se um processo de industrialização da agricultura; e na medida em que há uma forte interdependência entre agricultura e a indústria processadora, verifica-se o processo de agroindustrialização. (MÜLLER, 1989, p. 61)

Assim, Müller (1989) define CAI como:

[...] um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica. (MÜLLER, 1989, p. 45)

Embora a definição de CAI adotada por Müller se aproxime da noção de *agribusiness*, ele salienta que, ao estudar o CAI no Brasil, deve-se evitar adotar a definição de *agribusiness*, proposta por Davis e Goldberg, pois ela foi cunhada numa realidade econômica de países desenvolvidos, que difere, em muito, de nossa realidade histórica.

Outro pesquisador que compartilha dessa idéia é José Graziano da Silva, que insiste na idéia de que no Brasil são feitos vários usos do mesmo termo (CAI) para explicar realidades distintas. Neste sentido, faz críticas ao uso de terminologias derivadas do conceito de *agribusiness*⁵, afirmando que estas se mantêm viciadas pela noção norte-americana, e não levam em consideração peculiaridades histórico-econômicas da realidade brasileira.

O uso do conceito *agribusiness*, ou CAI, serve como sustentáculo de um discurso político que é apropriado por grupos de interesses, visando mostrar sua importância econômica para o país. Assim, ao se fazer estudos sobre o CAI, ou *agribusiness*, são reunidos subsetores que não são próximos ou não têm relações intersetoriais fortes ou exclusivas com a atividade agropecuária, e tais análises servem apenas como elemento para reforçar o peso político do setor de *agribusiness* (e de seus agentes e interessados) ou do CAI no contexto nacional, em busca de incentivos e investimentos.

Graziano da Silva (1991), em seu texto "CAI's e outros complexos", faz algumas críticas ao uso do termo CAI no contexto brasileiro feito por alguns autores, entre eles, o próprio Müller. As críticas têm dupla direção, uma conceitual e outra metodológica. A crítica conceitual refere-se ao uso da noção CI - anteriormente explicitada - como base para formular o conceito de CAI. Para o autor, o CAI possui particularidades nas suas interrelações e possui elementos distintos dos chamados complexos industriais. Assim, inserir a agricultura como elemento do complexo, sem analisar suas especificidades, é reduzi-la a mais um elemento estático, que está sendo acoplado ao movimento pela inércia. Para ele, a agricultura é influenciada, mas também influencia o processo de integração com a atividade industrial.

Possas (1991) respalda essa idéia, afirmando que:

A análise econômica, quando recorrer a expedientes estáticos, deve então fazê-lo com total clareza dos supostos simplificadores que está adotando. A noção de complexo industrial se enquadra aqui. Sem ser analiticamente irrelevante, tem sido no entanto sobrecarregada de pressupostos dinâmicos, especialmente tecnológicos e de poder econômico, que ela não comporta sem se descaracterizar. Ela não pode pretender usurpar o papel teórico reservado a conceitos que, embora de uso mais convencional, são passíveis de uma redefinição não convencional - como firma (ou grupo), indústria e mercado - estes sim, efetivas unidades de análise essenciais a uma teoria dinâmica [...]. (POSSAS, 1991, p. 53)

Outra crítica feita à adaptação do conceito de CAI, surgido nos E.U.A sob a égide do CI, é a de que esse conceito não dá conta de compreender a realidade agropecuária brasileira, pois:

[...] Esse complexo tem uma origem estática que destinava tão somente a ampliar o conceito de agricultura uma vez que, nos E.U.A dos anos 50, já não se podia mais tratá-la como setor primário - nem ignorar a sua crescente interligação com o restante da economia, em especial com os serviços financeiros - daí *agribusiness*. (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p.6)

⁵ Inclusive o aparato teórico/analítico do CAI.

O conceito de *agribusiness* é uma descrição estática que desconsidera o progresso técnico na sua análise, colocando-o apenas como um fator de impulsão da agricultura a um novo ponto de equilíbrio em que há uma interdependência setorial. Neste sentido, o *agribusiness* possui uma visão sistêmica neoclássica que não passa de um agregado de subsistemas intermediados pelos fluxos. O conceito não dá conta das complexidades das forças sociais envolvidas no processo.

O autor também critica o uso do conceito de sistema agroindustrial ou *Filière*, colocando que:

[...] tanto o conceito de Sistema Agroindustrial do grupo de Montpellier, como o de *agribusiness* de Goldberg e seus seguidores, são apenas redefinições do agregado setorial macroeconômico na fase da agricultura industrializada. Ou seja, como não se pode mais separar claramente agricultura da indústria - na verdade a separação só era perfeita à medida que à primeira se adequava a noção do setor primário, que produzia apenas a partir de insumos gerados no seu próprio interior - agrupa-se os dois conjuntos a partir das atividades interrelacionadas. (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p.8)

Com relação ao uso do conceito de CAI e sua aplicação à leitura da realidade brasileira, é possível identificar dois usos (veja mais detalhes no quadro 02), o primeiro refere-se a um complexo - CAI, ou um macro-CAI, baseado no *agribusiness* e no sistema agroalimentar e, o outro, a vários complexos menores, ou micro-CAI's, idéia derivada da noção de Complexo Rural.

Essas duas concepções, embora tenham origens e formas analíticas distintas, revelam as mudanças na inter-relação entre agricultura e outros setores da economia que foram acentuadas no país após a Segunda Guerra, mediante ao processo de integração ao capitalismo internacional.

Dentre os que utilizam a visão de macro-CAI (complexão), um único Complexo Agroindustrial, composto por cadeias produtivas, merecem destaque: Alberto Passos Guimarães, Geraldo Müller e Delgado, para citar apenas alguns.

Guimarães (1982) trabalha com a idéia do CAI como resultado duma integração técnico-produtiva, em que ocorre uma crescente relação entre agricultura e setor industrial, ocorrendo um domínio dos setores não agrícolas na agropecuária. A agricultura, que é uma atividade pré-industrial, passa a integrar com outras empresas de forma vertical e horizontal, da mesma forma que as combinações industriais no passado. Para ele,

A agricultura se integrará no complexo agroindustrial, de um dos dois modos; ou de modo indireto, como elo independente de uma cadeia que poderá abranger indústrias supridoras de insumo, indústrias processadoras e até mesmo empresas distribuidoras atacadistas e varejistas; ou de modo direto, como vinculada a um ou a mais de uma indústria ou empresa desses tipos. (GUIMARÃES, 1982, p. 115)

Já Delgado apud Graziano da Silva (1991, p. 12) baseia-se na integração de capitais e não na integração técnico-produtiva. Em outras palavras, "[...] o que caracteriza o CAI é uma fusão de capitais e não a integração das atividades agrárias numa cadeia produtiva".

Quadro 02 - Principais características das concepções "Macro" e Micro CAI.

Característica	Concepções	
	Macro CAI	Micro CAI - CAI's
Idéia Central	Corresponde a um espaço econômico determinado, caracterizado através da homogeneidade da base técnica. É banalizado pela noção de Complexo Industrial. Apresenta sistema ou cadeias agroindustriais que se caracterizam pela integração tanto a montante como a jusante do setor agrícola.	Analisa as transformações do setor agropecuário através da existência dos Complexos rurais e da sua decomposição, dos processos de modernização e industrialização da agricultura até a formação dos Complexos Agroindustriais. Enfatiza a existência de vários Complexos Agroindustriais - CAI's.
Papel do Estado	O estado atua como gestor do processo de acumulação na agricultura	O Estado desempenha papel fundamental na construção dos CAI's e no entendimento da "nova" dinâmica da agricultura brasileira.
Setor Dinâmico	Indústria a montante	Indústria a montante
Agricultura	Não perde suas características em função da integração com a indústria e do modo industrial e empresarial da condução das atividades nos estabelecimentos agrícolas.	A modernização corresponde a uma etapa da industrialização da agricultura e da formação dos CAI's através da sua integração intersetorial.
Tipologia	Não apresenta	Complexos Agroindustriais completos, incompletos, atividades agrícolas modernizadas e artesanais.
Principais Autores	G. Müller, R. Lauschener, N. Araújo, A. P. Guimarães, Delgado G.	A. Kageyama, J. Graziano da Silva.

Fonte: Marafon, 1998, p.18.

Para Delgado, não é o fato da agricultura se integrar tecnicamente que a tornará parte de um ramo da indústria; o que marca a industrialização da agricultura é o fato desta se tornar um campo de aplicação do capital em geral. Assim, torna-se um campo, como os outros, de aplicação de capitais, passando a sofrer o domínio do capital financeiro.

A concepção deste autor se diferencia em poucos detalhes daquela defendida por Geraldo Müller. Este insere o Estado como agente participante da integração agricultura-indústria, sendo ele o planejador de capitais e um forte investidor de capitais no setor que envolve a relação agricultura-indústria.

Graziano da Silva (1991, p. 12) crítica essa observação sobre o Estado Planificador, colocando "[...] que privilégios não representam uma intenção deliberada do Estado de Planificação. Uma coisa é o Estado ser pressionado por diferentes "lobbies", outra é supor que o Governo tem tal capacidade de planejamento[...]"

A respeito da utilização do macro-CAI como unidade analítica da realidade brasileira, faz a seguinte argumentação:

[...] é pouco operativo. Tem-se num nível muito agregado um conjunto de atividades interrelacionadas que englobam, além da agricultura em sentido lato, as indústrias a ela vinculadas e a agroindústria; e depois apenas as empresas ou grupos econômicos, conglomerados, grupos de empresas, etc. O emprego do macro-complexo CAI visa assim apenas substituir o "velho agregado" setor agrícola enquanto unidade analítica. (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p. 12)

E continua:

[...] fica impossível a partir do CAI apreender a dinâmica das atividades interrelacionadas especificamente (complexo canavieiro, complexo avícola etc), a menos que se volte à análise tradicional por ramos de atividades e/ou produtos (papel, celulose, fertilizantes, alimentícios, etc). Além disso, a idéia de um grande complexo "macro" tem perigo de ignorar todos os segmentos que não têm esse tipo de integração e regulação. (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p. 13)

A idéia de ignorar todos os segmentos que não estão integrados ao CAI gerou uma resistência à "caificação" da agricultura brasileira, ou seja, de que o CAI abarcou todos os produtores do país. Os defensores dessa idéia apresentam o argumento de que a grande maioria de nossos produtores rurais estão à margem do processo de modernização. Assim, como poderão estar integrados ao CAI? Como se pode afirmar que ocorreu um processo de agroindustrialização homogêneo no campo brasileiro?

No Brasil, o grupo de atividades/produtores que não estão vinculados ao processo de modernização não é pequeno, portanto, não pode ser desprezado ou tratado a nível global, como se estivesse integrado ao sistema.

Cleps Júnior (1998, p.31) reforça tal visão, afirmando que "outro complicador para o uso geral do conceito reside no fato de que a maior parte dos estabelecimentos situa-se na "agricultura atrasada" e que portanto, está fora do complexo agroindustrial [...]".

Em contrapartida, Müller (1989) defende a postura de que é possível fazer uma análise do todo, utilizando a denominação CAI, mesmo admitindo a existência de diferenças nos graus de modernização e industrialização da agricultura no país.

[...] a permanência do atraso não contradiz o caráter geral das transformações parciais. Caráter geral no sentido de que nenhum grupo social assim como nenhuma região do país acha-se imune à influência do processo de transformação, até mesmo aqueles grupos sociais e regiões que não se transformaram. Esta particularidade nacional do grau de transformação da agricultura está associada às particularidades dos dois outros segmentos do CAI [...]. (MÜLLER, 1989, p. 62)

Uma outra crítica direcionada ao macro-complexo diz respeito à sua delimitação. Graziano da Silva (1991) questiona a inclusão de alguns setores a montante e a jusante da agricultura, pois isto leva a uma "hiperbolização" dos limites do CAI, num contexto global da economia, ampliando o raio de interrelações, desfigurando a delimitação de um subsistema que melhor agregue as relações agricultura-indústria. Para tanto, argumenta que alguns setores a montante, como o de máquinas, defensivos e fertilizantes, estariam mais ligados ao complexo metal-mecânico e químico, respectivamente, do que à agropecuária.

Por último, acrescenta uma outra resistência à idéia de regência do macro-CAI, considerando a existência de agroindústrias de longa data no país, e que o processo de formação dos CAI's é anterior à década de 1960. Assim, falta historicidade na formulação do aparato teórico/analítico do macro-CAI ("Caisão").

Mediante uma postura crítica em relação à visão dos outros autores sobre o macro-CAI, Graziano da Silva discute uma nova abordagem para compreender o processo de integração agricultura-indústria e outros setores. Essa nova abordagem parte dos complexos rurais para os Complexos Agroindustriais (CAI's) ou micro-complexos.

A mudança de CAI para CAI's não é só gramatical, reflete uma forma distinta de entender a interação agricultura-indústria. A agricultura brasileira possui uma série de especificidades no seu processo de industrialização, comparativamente aos países desenvolvidos e, analiticamente, não é possível entendê-las dentro de uma única escala de análise proposta no Macro-CAI.

Como está representado no quadro 02, propõe-se um processo de análise das transformações da agricultura brasileira, partindo dos complexos rurais, passando pela modernização e industrialização da agricultura, chegando à formação dos CAI's e não de um macro-CAI, que surge no pós-guerra.

Com implantação das indústrias química e mecânica, houve uma intensificação da industrialização da agricultura brasileira, resultando na constituição de vários elos da agropecuária com agentes industriais e financeiros, levando à composição de vários CAI's, com cadeias produtivas específicas e com peculiaridades histórico-espaciais.

Kageyama *et al apud* Fajardo e Moro (2000) distinguem quatro segmentações dos CAI's (micro-CAI) no Brasil. A primeira é formada pelos CAI's completos, os quais são totalmente integrados a montante e a jusante, formando o tripé: indústria para a agricultura, atividades agropecuárias e agroindústria processadora. Como exemplo, podem ser citados os complexos avícola, de açúcar e álcool, carnes e soja. A segunda é composta pelos CAI's incompletos, amplamente integrados a jusante com as agroindústrias, mas sem estabelecer vínculos específicos com o setor industrial a montante. As exemplificações vêm das fibras de algodão, laticínios, frutas e outros. O outro segmento é o das atividades agrícolas modernas sem vínculos específicos, nem a montante nem a jusante, sendo apenas

consumidoras de insumos industriais de um mercado genérico, como é o caso do café. O último é o das atividades agrícolas que estão à margem do CAI, onde não têm ligações fortes nem para frente nem para trás. Estas podem atingir o mercado ou servir para a subsistência.

Portanto, nessa perspectiva de cadeias produtivas com vínculos específicos, é mais prudente trabalhar com o aparato teórico/analítico dos CAI's e não do CAI, pois nem todos os sub-setores agrícolas têm a mesma dinâmica e as interrelações estabelecidas são distintas, segundo cada produto.

Esse aparato resgata um aspecto "negligenciado" por outros autores, o que diz respeito ao caráter histórico, na compreensão e análise da agricultura industrializada no Brasil. Através dele, é possível perceber que os CAI's, enquanto unidade de análise, possuem um recorte multideterminado e histórico, não sendo um resultado datado, final e estático de um processo.

Os complexos agroindustriais são determinados e sua evolução direcionada não somente por forças endógenas como exógenas, tais como as políticas governamentais e os interesses internacionais. Os CAI's são a "orquestração de interesses", resultado de um processo histórico específico, em que atuam, por dentro, forças sociais, econômicas e políticas dos agentes que o integram. E, por fora, a ação do Estado através de políticas públicas.

Mediante a complexidade histórica, política, econômica e espacial das relações intersetoriais da agricultura brasileira, Graziano da Silva (1991) e Kageyama (1987) defendem a idéia de que só é possível entender a realidade brasileira por meio do aparato conceitual-analítico dos complexos agroindustriais específicos ou CAI's.

Essa é também a nossa perspectiva de análise, neste trabalho, pois acreditamos que é necessário analisar caso a caso para buscar a compreensão mais detalhada da dinâmica da integração agricultura-indústria e da evolução dos CAI's no Brasil, uma vez que vivenciamos um grande mosaico no espaço agrícola. Isso só é possível a partir do uso dos micro-complexos (CAI's), como unidade analítica.

1.3 Trajetória histórica da formação e evolução de CAI's no Brasil.

O ponto de partida no entendimento da referida trajetória é a compreensão dos Complexos Rurais. Estes são conjuntos de atividades desenvolvidas nas fazendas coloniais, baseados nas economias naturais, com uma pequena divisão de trabalho.

O que caracterizava o complexo rural era a sua incipiente divisão do trabalho. As fazendas, para produzir determinado produto, tinham que produzir todos os bens intermediários, os meios de produção que eram necessários, e garantir a reprodução da

força de trabalho para realizar a atividade. O complexo rural internalizava nas fazendas um "departamento" de produção de meios de produção (insumos, máquinas e equipamentos), para tanto mantinham o ferreiro, o pedreiro, o mecânico, o domador de animais e o seleiro.

Nessa época, a fazenda típica poderia ser considerada um elemento distinto da economia; não só plantava e criava, mas, também, criava seus animais de tração, produzia localmente seus instrumentos de transporte [...], suas ferramentas, fertilizantes e outros itens necessários. Até roupas eram, em muitos casos, feitas em casa e todo processamento de alimento era doméstico [...]. (ARAUJO, WEDEKIN; PINAZZA, 1990, p. XI)

A dinâmica do complexo rural era muito simples. Existia, na maioria das vezes, apenas um produto de valor comercial e, este, era destinado ao mercado externo. Caso a cotação do produto estivesse boa, todos os recursos da fazenda eram disponibilizados para aumentar a produção deste, visando a exportação. Se ocorresse o contrário, os recursos eram deslocados para as atividades internas, com intuito de satisfazer as necessidades de subsistência da força de trabalho e a reprodução das condições materiais da fazenda.

Desta forma, a fazenda produzia produtos agrícolas para a exportação, e certos bens e equipamentos rústicos, ou de tecnologia pouco avançada, para realizar uma manufatura incipiente de alguns produtos, ou para auxiliar no cultivo agrícola, transporte e habitação.

O complexo rural começou a ruir a partir da suspensão do tráfico negreiro depois de 1850, imposta pelos capitais internacionais. Porém, os resultados dessa transição para o trabalho livre não ocorreu de forma homogênea no território nacional. No Rio de Janeiro, os cafezais foram liquidados. No Nordeste, os antigos escravos permaneciam nas propriedades como "moradores de condição". Em Minas Gerais e Espírito Santo, surgem as relações de parcerias (meia, terça, etc), e a constituição de grande contingente de pequenas propriedades dedicadas à produção de alimentos para abastecer as cidades e a Capital Federal. Em São Paulo, a partir de 1870, se estabelece um novo regime de trabalho, o colonato.

O novo sistema, que foi denominado de complexo cafeeiro paulista por Wilson Cano, não era nem monocultor nem latifundiário. O colono, que era um trabalhador assalariado temporário (na época da colheita) produzia parte de sua própria subsistência na roça familiar ao mesmo tempo que gerava excedentes de produtos alimentícios comercializáveis na própria região. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 8)

O complexo cafeeiro contribuiu para a ampliação do mercado de bens de consumo e para a divisão social do trabalho. Todavia, a especialização ainda era pouco representativa, pois grande parte das atividades de produção de insumos e meios de produção continuava internalizada na própria fazenda.

Com o passar do tempo, a divisão social do trabalho foi se tornando maior e surgiram, de forma dialética, novas demandas e especializações na sociedade. Neste sentido, diminui a importância do consumo pessoal do trabalhador e do capitalista,

aumentando o de bens intermediários, destinados à produção de outros bens e mercadorias, visando elevar a própria produção.

Cria-se, a partir disto, uma demanda urbana de serviços financeiros e comerciais, de novos meios de transportes para exportar a produção, bem como de novos equipamentos e máquinas. Isto fez com que, fora da fazenda de café, surgissem atividades complementares como os bancos, as estradas de ferro, as fábricas têxteis, etc.

A expansão das atividades não-agrícolas, inseridas no seio do complexo cafeeiro paulista, não podia mais ser realizada internamente nas próprias fazendas, levando a um aprofundamento da divisão do trabalho, e delegando novas funções às cidades. Isto estabeleceu uma mudança fundamental: a passagem da economia rural, fechada e assentada em bases naturais, para uma economia aberta ao mercado interno, que começava a se estruturar a partir das indústrias montadas nas cidades, mas ainda voltada à demanda dos segmentos da própria agricultura.

Segundo Graziano da Silva (1996), houve, com isso, uma quebra da estrutura rígida do complexo rural, criando setores independentes como os de formadores de fazendas de café, o de pequenos produtores de alimentos, e o de pequenas indústrias rurais para abastecimento das cidades, e vilas que se formavam. Desenvolve-se, também, nas cidades, a indústria têxtil (em 1880), e outras atividades manufatureiras, tais como oficinas de reparos, manufaturas de louças, e outros bens de consumo.

A partir de então, foram se ampliando as atividades tipicamente urbanas, fazendo surgir outros setores para atender ao Complexo Cafeeiro, no período de 1890 a 1930, que constitui o auge do café. Em primeiro lugar, cria-se um setor artesanal de máquinas e equipamentos produzidos fora da fazenda, tais como: secadores, peneiras, arados, etc, em seguida, ampliam-se as oficinas de reparos e manutenção, já existentes. Num terceiro momento, surgem as primeiras agroindústrias de óleo vegetal, açúcar e álcool. Ocorre, ainda, a consolidação da indústria têxtil, iniciando-se, também, a substituição das importações de um grande número de produtos e bens, em função da crescente demanda interna e da necessidade de buscar novas fontes de acumulação capitalista.

Nesse período, já era possível perceber no país o surgimento dos primeiros focos de atividade industrial, principalmente voltados para o beneficiamento de produtos agropecuários, como os frigoríficos, na região Sul e na Sudeste, e a indústria têxtil, no Sudeste. Surgem, também, outras firmas voltadas para atender as necessidades imediatas da população.

[...] a indústria que surge é, pelas suas próprias condições de emergência, voltada para a produção de bens perecíveis, principalmente alimentos, e bens cuja produção exige escala e tecnologia relativamente modestas em que vão se salientar as indústrias têxtil, alimentícia e do vestuário. É bem verdade que desde cedo se implantaram indústrias de material de construção e de máquinas agrícolas, mas a expressão destas era menor se comparadas à têxtil e à alimentícia [...]. (PAIVA; CAMPREGHER, 1986, p. 132)

Cabe salientar a importância dos migrantes nesse processo e de acontecimentos mundiais, como a Primeira Guerra, que acabou possibilitando novas relações internacionais e uma mudança no comércio externo, alterando em muito a estrutura econômica brasileira.

Após o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a Europa encontrava-se arrasada. Sua supremacia sobre o resto do mundo viu-se também profundamente abalada. Apesar de vitoriosa no conflito, a Inglaterra - que tinha sido a principal exportadora de capitais e tecnologia para os países do Ocidente, aí se incluindo o Brasil - começava a dar sinais de seu declínio.[...] Destacou-se o surgimento de uma nova potência mundial: Estados Unidos da América [...]. (MENDONÇA, 1997, p. 36)

No fim desse período (1890-1930), ocorre "a crise de 29", um acontecimento muito importante, de alcance mundial, ocasionado pela quebra da Bolsa de valores de Nova York, devido à superprodução da indústria norte-americana. Isso provocou grandes transformações na economia e na política do Brasil, sendo o "golpe de misericórdia" no modelo agro-exportador baseado no café. Com o mundo em crise, quem compraria um produto supérfluo?

Assim, a partir da década de 1930, o governo, mesmo tentando salvar o café, começou a investir no parque industrial, visando industrializar o país, não só como saída para a crise, mas também para atender aos interesses internacionais.

Neste quadro, segundo Müller (1989), observa-se uma relação entre indústria e agropecuária, pois o investimento industrial ocorreu tanto para os bens de consumo como para os de produção e de capital (insumos e bens leves), visando o processamento de produtos para a exportação. Como exemplo, pode-se citar o beneficiamento e o processamento de lã, juta, algodão, couro, trigo, cana-de-açúcar, a produção de máquinas e equipamentos, destinados à agricultura.

Essa dinâmica contribuiu para que o setor de bens de produção ativasse a agricultura, especializando-a em função da ampliação do mercado interno, possibilitando a formação de ramos industriais, com existência própria, para atender à demanda de serviços e de produtos voltados para a atividade agrícola.

Nas décadas de 1940 a 1960, houve um grande incentivo à industrialização brasileira, a partir da criação de infra-estrutura e de indústrias de base, como a siderúrgica (Cia Vale do Rio Doce e a Cia Siderúrgica Volta Redonda). Isto ocorreu com intensa participação do Estado, objetivando a política de substituição das importações e o fortalecimento do capital nacional, resultando em uma ampliação do parque industrial e da produção.

Os anos 1950 e 1960 foram marcados por políticas industriais, agrícolas e de ocupação territorial, subsidiadas com capital internacional, visando dotar o país de infra-estrutura para o crescimento econômico rápido. Nesse período, o governo adotou a política de abertura à entrada de capitais externos, visando dinamizar a economia e

atender a interesses dos grandes grupos internacionais. Com isso, são instaladas, no país, algumas multinacionais ligadas ao setor de bens de produção, químicas e automobilísticas - empresas motrizes -, que ampliaram o parque industrial, desenvolvendo setores inexplorados pelas empresas nacionais.

Com o Plano de Metas, ocorreram investimentos em vários setores da economia, como energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. O setor de alimentação recebeu financiamentos/empréstimos para a construção de armazéns, silos, frigoríficos, para mecanização da agricultura, produção de fertilizantes e ampliação da fronteira agrícola.

O período de 1930-1960 é a fase de integração dos mercados nacionais de alimentos, de trabalho e de matérias-primas, e que finaliza com a constituição do D1 - Departamento de Bens de Produção, após meados da década de 50, criando as condições para a constituição dos CAI's.

Durante esses 30 anos, o Complexo Cafeeiro, que iniciou a industrialização, perde o controle sobre esse processo, enquanto esse adquire sua própria dinâmica, devido às novas possibilidades colocadas pelas substituições das importações. A partir desse processo, a agricultura inicia sua própria industrialização.

Já na década de 50 do século atual ressurgiu uma nova agroindústria, que não pode ser considerada mero prolongamento da agroindústria do início do século. A partir daí não é mais a agroindústria que comanda a dinâmica industrial como um todo. Ao contrário, a agroindústria passa a depender diretamente do desenvolvimento do setor industrial de máquinas e equipamentos para si própria e para a agricultura. (MÜLLER, 1989, p. 31)

A industrialização da agricultura⁶ implica na mudança de um sistema de produção de base artesanal para um outro com base manufatureira, através do uso de máquinas e da divisão do trabalho. Nessa mudança, ocorre a inversão da função desempenhada pelo trabalhador, de ativo e integral (trabalho efetuado pelo artesão) para parcialmente ativo, devido à especialização e, mesmo passivo, quando passa apenas a vigiar a máquina.

Guimarães (1982) acrescenta que o crescimento da industrialização da agricultura, ocorrido após a década de 1950, é uma consequência da expansão industrial, contribuindo para mudanças importantes nas relações intersetoriais da agricultura. Os produtos não são mais entregues "*in natura*", e os insumos da agricultura são adquiridos da indústria. Assim, a agricultura deixou de ser um setor isolado, e passou a ser integrado a outras atividades.

Este processo de modernização transforma-se em industrialização da agricultura, a partir da internalização do D1 para a agricultura e implantação do D1 geral da economia (conforme mostra figura 10).

⁶ A industrialização da agricultura não deve ser associada apenas à utilização de máquinas, mas sim à sua integração à grande indústria.

O crescimento da agricultura, no pós-guerra, implantou, de forma decisiva, um processo de modernização⁷ da base técnica da agricultura. Embora o mercado interno fosse importante para a agricultura, a sua modernização estava atrelada ao mercado externo, pois dependia da capacidade de importar máquinas e insumos. A independência dos produtos externos só foi possível a partir do momento que houve a internalização do D1, o que ocorreu somente na segunda metade dos anos 1950, com o Plano de Metas.

Só com o Plano de Metas, do período Kubtschek, foi possível realizar a meta de fertilizantes, tendo a produção nacional sido consideravelmente fortalecida. Quanto à maquinaria agrícola, a indústria nacional teve um "arranque extremamente lento" na segunda metade dos anos 50, só vindo a consolidar-se de fato a partir de meados da década seguinte. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 20)

Esse processo de modernização que, em outras palavras, é a mercantilização intra-setorial da agricultura, leva à substituição de elementos internos do antigo Complexo Rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para o surgimento de indústrias de bens de produção e insumos para a agricultura, ou o setor a montante, o que ocorre intensamente no período do "milagre econômico" do governo militar.

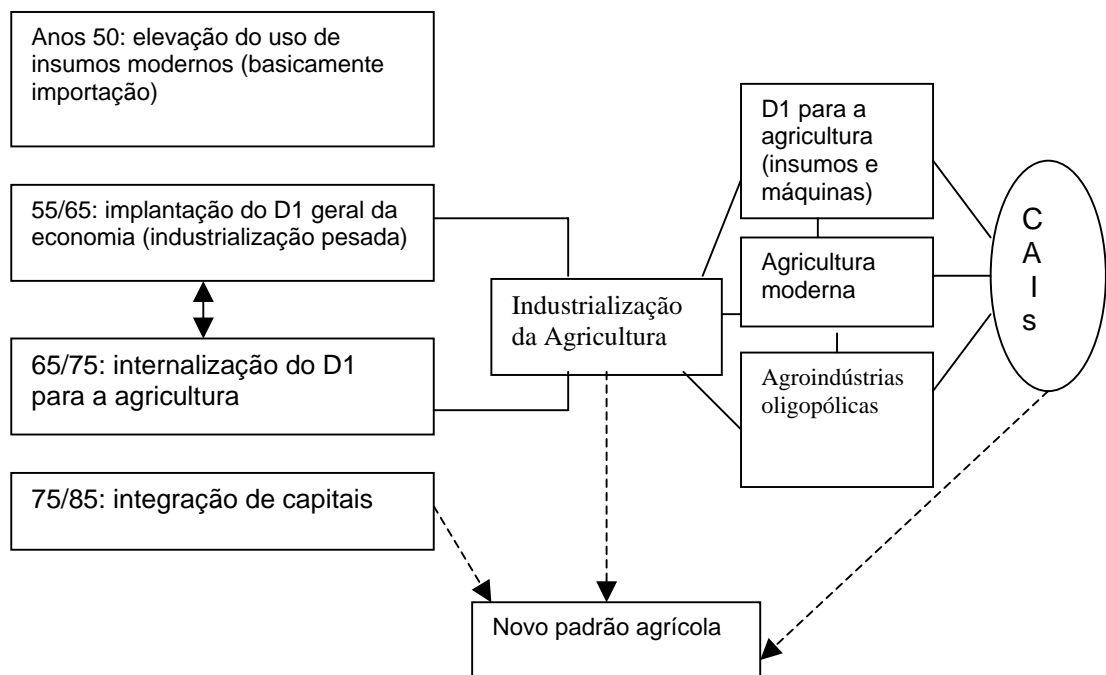


Figura 10 - Modelo de evolução das transformações na agricultura brasileira.

Fonte: Graziano da Silva, 1996.

⁷ Entendendo modernização enquanto processo de transformação da base técnica, ocorrido no pós-guerra, por meio da utilização de tratores e fertilizantes, num esforço para aumentar a produtividade.

Assim, a partir da segunda metade dos anos 1960, implanta-se um novo padrão agrícola, baseado no desenvolvimento das relações entre agricultura e indústria, com as seguintes características:

- 1) há uma mudança na integração da agricultura e no padrão de acumulação industrial, resultando numa reorganização da agricultura, por meio da intervenção do Estado e de novos grupos com interesse em controlar a agricultura;
- 2) a modernização é orientada pelos interesses das indústrias de insumos e processamento de matéria-prima;
- 3) a dinâmica da agricultura passa a ser determinada pelo padrão de acumulação industrial, baseado no desenvolvimento de CAI's e na ação do Estado;
- 4) a integração vertical passa a ser buscada, como procedimento para o incremento da produção através do aumento da produtividade;
- 5) ocorre a manutenção do padrão tradicional da atividade agrícola e de expansão horizontal por meio da ocupação da fronteira agrícola;
- 6) a expansão da fronteira ocorre de forma conjunta com a expansão da integração vertical, por meio dos CAI's.⁸

Dois fatores importantes impactaram essa estrutura produtiva recém estabelecida dos CAI's: a diversificação das exportações, que passaram a ser de bens de origem industrial e agroindustrial, e a substituição, parcial, de matérias-primas estratégicas. Isto possibilitou a expansão das agroindústrias processadoras e a internalização da produção de insumos antes importados, culminando na:

[...] constituição dos complexos agroindustriais (CAI's) nos anos 70, que se dá partir da integração intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras. A produção agrícola passa então a fazer parte de uma cadeia e a depender da dinâmica da indústria, ou seja, há uma crescente integração da agricultura à indústria onde o corte setorial agricultura/indústria perde importância. (FURTUOSO, 1998, p.11)

A década de 1970 foi um marco para a consolidação da evolução dos CAI's no Brasil, por motivos variados:

- 1) o parque industrial brasileiro estava relativamente consolidado, resultando em grandes alterações no processo de modernização e industrialização da agricultura, consequentemente nos CAI's;
- 2) o quadro econômico mundial vivia um momento de expansão das atividades produtivas dos países centrais para os periféricos, resultando na industrialização rápida e dependente de vários países, inclusive o Brasil.

⁸ Esta é uma característica presente em nossa região de estudo (Sudoeste de Goiás), a ser analisada no capítulo 4.

Este fato contribuiu para a inserção de um novo padrão de produção agrícola, em função da "Revolução Verde", inserida no mundo, sob a égide dos E.U.A, por meio da associação de interesses de indústrias químicas e mecânicas, das fundações Ford, Rockefeller, Kellogg e de organismos governamentais norte-americanos e internacionais, como a FAO (Organização para Alimentação e Agricultura da ONU).

A proposta da Revolução Verde era que se adotasse o mesmo padrão de agricultura em todas as áreas do planeta, desconsiderando as especificidades naturais e sócio-econômicas locais e regionais. Visava aumentar a produção de alimentos, baseando-se no uso intensivo de insumos químicos, sementes melhoradas e mecanização das lavouras. Tudo isso sob o pretexto de solucionar o problema da fome no mundo.

Para tanto, impunha uma receita aos produtores dos países periféricos que consistia em: plantar sementes melhoradas; utilizar adubos químicos, inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros "cidas", para eliminar pragas e vegetais indesejáveis; e usar equipamentos mecânicos e máquinas para diminuir o uso do trabalho humano.

Esse padrão imposto pela Revolução Verde contribuiu para a modernização/industrialização da agricultura brasileira, aumentando a produção, mudando os padrões alimentares da população e as relações produtivas no campo, e fazendo surgir novos problemas (naturais e sociais), ampliando e mantendo velhos "cânceres" do agrário brasileiro (concentração de terras, pobreza no campo e dependência).

- 3) a agricultura já tinha, em grande parte, eliminado o padrão do complexo rural e adotado, minimamente, novas formas de produção, com técnicas e relações "inter-setoriais".
- 4) o Estado industrial protetor, definido por Guimarães (1982), já tinha dado o sustentáculo de infra-estrutura e políticas públicas para a consolidação dos setores a montante da agricultura e agroindústrias.

Acrescentem-se, a estes, os aspectos apresentados por Graziano da Silva (1993):

- O corte setorial agricultura/indústria perde sua força analítica: não se pode mais falar num único determinante, nem numa única dinâmica, nem num único "setor agropecuário. A agricultura brasileira [...] só se pode entendê-la a partir de seus vários segmentos constitutivos: os CAI's, com suas dinâmicas específicas e interligadas aos setores industriais fornecedores de insumos e processadores de produtos agropecuários.

- A idéia de uma 'burguesia agrária' como fração distinta e (muitas vezes) com interesses opostos a uma 'burguesia nacional' perde qualquer sentido relevante. [...] os grandes capitais passaram a ter uma face agrária à medida que o mercado de terras tornou-se uma aplicação alternativa para sua valorização.

- O Estado [...] necessita cada vez mais de políticas específicas para cada complexo agroindustrial [...]. (GRAZIANO DA SILVA, 1993, p. 3)

A década de 1970 pode ser considerada o período de arranque dos complexos, pois é quando as taxas de crescimento dos três grandes setores do CAI ultrapassam 15% ao

ano. Dois pontos destacam-se nesse período: a produção agropecuária teve participação declinante no CAI, e a indústria para a agricultura aumentou sua participação, bem como a agroindustrialização (como mostra a tabela 06).

A dinâmica da agricultura não pode mais ser entendida somente através dos mecanismos internos à própria atividade agrícola, trata-se, agora, de entender a dinâmica a partir do tripé: indústria para agricultura, agropecuária e agroindústria. Assim, a realidade impõe uma nova necessidade conceitual-analítica, os CAI's.

A constituição dos CAI's só pôde ocorrer na década de 1970, pois foi o momento em que houve a integração técnica-intersectorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura e as agroindústrias processadoras. Lembrando que isto só foi possível a partir da internalização dos D1, bem como pela participação do Estado, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e das políticas de agroindustrialização (GUIMARÃES, 1982, e MÜLLER, 1989).

Tabela 06 - Estrutura e evolução do CAI brasileiro na década de 70.

Anos	Indústria para a agricultura (a)		Agricultura (b)		Agroindústria (c)		CAI (d)	
	Taxa (d)	% (e)	Taxa (d)	% (e)	Taxa (d)	% (e)	Taxa (d)	% (e)
1970	---	9,3	---	40,4	---	50,2	---	100
1975	19,7	11,1	15,6	39,4	15,8	49,6	16,2	100
1980	7,2	12,7	3,7	38	4,3	49,4	4,4	100
1970/80	13,5	---	9,5	---	9,9	---	10,1	---

Notas: a) dois subsetores do setor Mecânica; 3 sub-setores da Química; um sub-setor de produtos alimentares (rações);

b) Lavouras, horti-floricultura, silvicultura, produção animal e extração vegetal;

c) Nove setores agroindustriais (22 sub-setores)

d) Taxa geométrica anual nos períodos, em porcentagem.

e) Participação no total do CAI em cada ano, em valor.

Fonte: Graziano da Silva, 1996

Esse momento histórico é o auge da evolução dos CAI's no Brasil, é quando estes se consolidam e passam a fazer parte da dinâmica agrícola do país.

A idéia de que os CAIs são um fato recente na economia brasileira, um fenômeno dos anos 70, só pode ser entendida a partir da diferença entre modernização da agricultura e constituição dos CAIs. É claro que antes das décadas de 60 e 70 mudanças técnicas importantes se fizeram presentes na agricultura e é claro, também, que sempre houve um segmento importante de processamento agroindustrial no país. Mas enquanto a modernização dependia da importação de insumos químicos, equipamentos e máquinas, ela tinha um limite claro, dado pela capacidade de importar. [...] A internalização da produção de insumos e máquinas para a agricultura rompe esse limite [...]. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 29-30)

A participação do Estado por meio de créditos, financiamentos e incentivos contribuiu para fortalecer a unidade dos CAI's, uma vez que a disponibilidade de capitais leva à integração mais forte entre os setores dos complexos.⁹ O que dá unidade a todos os CAI's é o capital, pois permeia todas as atividades em todos os níveis.

Nas últimas décadas, a complexidade dos CAI's se ampliou a partir do surgimento de outros tipos de integração de capitais, sob a tutela do capital financeiro, levando a uma concentração dos bens de produção e do capital. Esse processo acarretou uma concentração de capitais e, conseqüentemente, de poder, nas mãos de conglomerados empresariais, formados por meio de fusões, organização de *holdings*, cartéis e trustes.

Este processo pode ser ilustrado, segundo Graziano da Silva, pelos seguintes dados: a) seis das dez primeiras empresas privadas, em 1985, eram proprietárias de terras; b) duas das dez primeiras empresas estrangeiras, no país, controlavam grandes extensões territoriais; c) os principais grupos empresariais com atividades rurais atuavam em outros setores da economia.

Da mesma forma, Guimarães (1982) e Burbach (1982), entre outros, já apresentavam uma série de exemplos que comprovam a concentração de capitais e de poder que afetava, na década de 1970, a agricultura brasileira e a do mundo, e que existe até hoje. Usam, como exemplo, a Nestlé, Anderson Clayton, Ford, a Unilever, Massey-Ferguson, a Cargill, entre outras.

Segundo Guimarães (1982), Burbach (1982), Marafon (1988) e Fajardo e Moro (2000), o cooperativismo é uma via alternativa para esse processo de integração concentrado, pois resulta numa certa autonomia por parte da agricultura e dos agricultores, sendo um contraponto à concentração/centralização de capitais crescentes nos CAIs.

Uma via alternativa de integração, que alguns caracterizam como coletivista ou associacionista e na qual outros descobrem uma via não-capitalista estaria, assim, surgindo e ganhando terreno em vários países. O apoio a esse novo surto de cooperativismo adviria, por um lado, da confiança que os agricultores do mundo inteiro adquirem na inevitabilidade do processo de unificação entre a agricultura e a indústria e, por outro lado, na rejeição, por parte dos agricultores, de muitos dos aspectos negativos surgidos na prática da "integração capitalista[...]. (GUIMARÃES, 1982, p. 129)

Fajardo e Moro (2000) demonstram, em seu trabalho sobre o CAI e a sua atuação no Norte do Paraná, a importância dessas entidades como (re)produtoras do espaço e responsáveis pela agroindustrialização da região.

A articulação das cooperativas agropecuárias no Paraná (e no Brasil) dentro do conjunto do Complexo Agroindustrial tem uma forma própria de estruturação dos espaços regionais[...]

O Complexo Agroindustrial, como uma nova concepção entre o espaço agrário moderno e as atividades industriais integradas a este, enquadra as cooperativas agropecuárias num elemento de ação sócio-econômica [...]

⁹ Conforme citado por Delgado apud Graziano Silva (1991).

O Norte Central Paranaense [...] é um espaço representativo da estruturação do Complexo Agroindustrial no Estado. A via cooperativista tem conseguido a inclusão de pequenos e médios produtores na participação dentro do CAI, seja comercializando, seja industrializando a produção. (FAJARDO; MORO, 2000, p. 109-110)

As cooperativas estão presentes em todas as regiões do país e são elementos integrantes dos CAI's. Em alguns casos, são dinamizadoras da industrialização e da modernização da agricultura, funcionando como o pivô das relações entre o agricultor e o mercado e tornando-se, muitas vezes, uma agroindústria participante do complexo¹⁰; são, portanto, um agente importante na evolução espacial e estrutural de CAI's no Brasil.

É essencial colocar, para finalizar essa trajetória, que os setores do tripé do complexo mantêm elos diferentes com a atividade agropecuária. O setor da indústria a montante - D1 - não se prende a um CAI específico, mas atende à agropecuária de forma geral, sem ter que se adaptar a uma cadeia produtiva específica, apresentando-se assim de forma mais flexível. Com relação à agroindústria processadora, existem duas situações, a de integração vertical, em que a indústria produz e controla sua própria matéria-prima, e a de fornecimento de matéria-prima por produtores contratados. Esta última ocorre quando não há vantagens de integração vertical para a indústria.

Este processo levou à formação de vários CAI's, com diferentes níveis de integração e territorialização, dentre eles pode-se citar o de carnes, da soja, trigo, algodoeiro e sucro-alcooleiro. Estes vêm evoluindo e ampliando as relações entre os setores componentes, ocupando um importante papel na economia brasileira, tanto na sua participação na produção, quanto nos empregos e nas exportações. São responsáveis por cerca de 20,6% do PIB nacional, destacando-se, dentre os vários CAI's, o de carnes e o de soja (NUNES; CONTINI (2001) e FURTUOSO (1998)).

Outro aspecto dos CAI's que merece algumas observações é a expansão espacial que ocorreu com a ampliação da fronteira agrícola brasileira, em busca de condições (financiamento, terras mais baratas, incentivos, localização estratégica) que possibilitassem a maximização dos lucros. Neste caso, os CAI's de soja e de carnes são bons exemplos, pois se consolidaram nas regiões Sul e Sudeste e, a partir dos anos 1980, se expandem, movimentando-se em direção à "fronteira agrícola", em busca de uma economia de escala.

Assim, a "fronteira agrícola" consolidada do Centro-Oeste e de Minas Gerais, impõe-se como uma necessidade imposta pela industrialização da agricultura brasileira e da demanda internacional. Surge modernizada, industrializada, e com a produção internacionalizada, sob a ação das referidas forças internas e externas.

¹⁰ Isto pode ser exemplificado na região aqui enfocada, o Sudoeste de Goiás Goiano, como veremos mais adiante.

É neste cenário que se insere a produção da Perdigão, na microrregião do Sudoeste de Goiás, como consequência da expansão agroindustrial do Sul do país. Na sequência (no próximo capítulo), faremos uma explanação sobre as características socioespaciais desta microrregião em que nosso foco analítico será centrado. Antes, porém, cabe apresentar a metodologia utilizada nesta investigação científica e na elaboração de seu produto, a saber, o presente trabalho.

1.4 Metodologia: método, métodos e procedimentos de pesquisa.

Em qualquer pesquisa científica, é preciso estabelecer um "caminho", uma metodologia, ou melhor, um conjunto de procedimentos para levantar, sistematizar e analisar dados, bem como uma postura reflexiva em diferentes níveis (filosófico, epistemológico, teórico e político) sobre as relações entre os fenômenos, elementos e fatos que se inserem, circundam e produzem a realidade socioespacial a ser pesquisada e entendida. É este fato que torna científico o conhecimento produzido, podendo ser aceito pela comunidade científica e servir, posteriormente, como referência para outros trabalhos.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a metodologia é composta por método e métodos, uma vez que se situam em níveis diferentes, no que se refere à inspiração filosófica, ao grau de distinção, à finalidade explicativa e a ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação. Neste sentido, apresentam dois níveis de métodos: o de abordagem, representado pelos métodos indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético; e o de procedimento, representado pelos métodos: histórico, comparativo, monográfico ou estudo de caso, estatístico, tipológico, funcionalista e estruturalista¹¹.

Já para Sposito (2000), existem três abordagens teórico-metodológicas, utilizadas na Geografia: empírico-analítica, fenomenológico-hermenêutica e histórico-crítico-dialética. A primeira, muito utilizada em trabalhos do IBGE e da UNESP - Rio Claro, está ligada às Geografias Quantitativa, Teorética, Positivista e Neopositivista. Esta abordagem utiliza técnicas de coleta de dados e de análise, fortemente quantitativas, com questionários codificados e tratamento informatizado dos dados. No nível teórico, é feita uma revisão bibliográfica, explicitando conceitos, hipóteses de pesquisa, demonstrando objetividade e imparcialidade. No nível epistemológico, é utilizado o método hipotético-dedutivo, ou seja, a relação causa-efeito. Nessa abordagem, o sujeito (pesquisador) deve adequar a mente (pensamento) ao objeto, ocorrendo uma supremacia deste sobre o sujeito.

A segunda abordagem, a fenomenológico-hermenêutica, é muito utilizada em temas ligados à corrente humanista e à geografia da percepção. Como procedimento de pesquisa,

¹¹ Segundo as autoras, estes métodos são usados, sobretudo, nas Ciências Sociais.

utiliza técnicas quantitativas (entrevista livres, depoimentos, vivências, memórias, narrações, histórias de vida, etc). No nível teórico, existe uma intencionalidade na busca pela essência do fenômeno, indo além da aparência, despreocupando-se com a objetividade, ao contrário da abordagem empírico-analítica. Nessa, o sujeito tem a superioridade sobre o objeto, prevalecendo a compreensão e a interpretação.

A última abordagem, a histórico-crítico-dialética, que Marconi e Lakatos (2003) chamam de dialética, utiliza tanto dados quantitativos quanto a visão do pesquisador; preocupando-se com a passagem da quantidade para a qualidade. A discussão no nível teórico é baseada na idéia de movimento dos fenômenos e dos processos, bem como de suas contradições (conflitos) internas, que devem ser abstraídas pelo pesquisador. O processo histórico é o norteador da análise e do entendimento da realidade. O homem é visto como o ser transformador da realidade, e é transformado por ela. Nesta abordagem, há um equilíbrio entre o sujeito e o objeto, com transformações mútuas e importâncias iguais, ou seja, tanto é importante o que a realidade mostra como o que o pesquisador interpreta, compreende.

Na realização de nossa pesquisa, optamos por mesclar os diferentes métodos de abordagem, pois nos confrontamos com uma realidade socioespacial complexa, em que uma boa análise só seria possível utilizando-se deste "caminho". Assim, utilizamos procedimentos e técnicas das várias abordagens explicitadas, buscando elaborar uma leitura mais "fiel" da realidade estudada.

Como procedimentos de pesquisa, utilizamos as seguintes técnicas para levantamento, organização e análise dos dados:

- a) Pesquisa bibliográfica, levantando e analisando teorias e dados em teses, dissertações, livros, artigos, leis, jornais e folhetos informativos, tanto sobre a temática dos CAI's, como específicas sobre a empresa em foco, e os espaços local e regional.
- b) Pesquisa documental - para levantamento de dados (em fontes primárias) nos Censos realizados pelo IBGE (sobretudo os agropecuário, demográfico e industrial), pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás e pelas secretarias municipais de Rio Verde; nos relatórios financeiros da empresa Perdigão; na revista Perdigão Hoje; no site da empresa; no jornal informe COMIGO; nos estatutos das associações de produtores integrados à Perdigão (AGIGO E AGITERP); nos contratos estabelecidos com os produtores integrados.
- c) Pesquisa de campo - do tipo exploratória, realizada em fevereiro de 2002, setembro de 2003 e outubro 2004 na empresa Perdigão e em outubro de 2003 e 2004 em propriedades de alguns produtores integrados, e na cidade de Rio Verde, visando conhecer melhor a realidade dos impactos da empresa no espaço local, e a percepção da população e das lideranças locais sobre a presença da Perdigão na região. Nesse momento, fizemos observações assistemáticas, entrevistas livres, buscando estruturar nossas hipóteses e as ações posteriores da pesquisa.

Após esta estruturação, fizemos entrevistas padronizadas com os gerentes das agências bancárias locais, diretores das instituições de ensino superior (Faculdades Objetivo, FESURV - Faculdade de Ensino Superior de Rio Verde, Universidade Federal de Goiás (UFG)) e com dirigentes do SENAI (Serviço Nacional da Indústria), instituição de ensino técnico, e do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio Empresarial), e com produtores integrados. As entrevistas junto aos produtores integrados foram feitas por amostragem universal e aleatória, onde entrevistamos 100% dos integrados produtores de ovos, e 27% dos integrados de frangos, leitões e terminadores de suínos.

Realizamos, também, entrevistas semi-padronizadas na empresa Perdigão S/A, nas empresas do complexo industrial (Kade Engenharia; Vide Past Centro-Oeste Ltda; Mmear Indústria e Comércio de Câmaras Frigoríficas e Refrigeração; Orsa - celulose; papel e embalagens S/A; Triel-HT - indústria de equipamentos rodoviários Ltda.), com os presidentes das associações de produtores integrados (AGIGO e AGITERP), e com o gerente de genética da Dalland Brasil, empresa responsável por fornecer parte das matrizes de suínos utilizadas pela Perdigão.

Por último, realizamos observação direta e documentação fotográfica:

- 1) nos dois empreendimentos imobiliários feitos para os funcionários da Perdigão, o bairro Parque das Laranjeiras e o condomínio fechado Parque dos Ipês;
- 2) nos distritos industriais de Rio Verde: DARV I e II;
- 3) em várias granjas na zona rural (onde realizamos entrevistas e observações do processo de criação).

Com os dados levantados, elaboramos a tabulação, sistematização, análise e comparações, buscando a compreensão dos motivos, das conseqüências e das transformações socioespaciais provocadas pela instalação da Perdigão S/A em Rio Verde, as quais apresentaremos nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2

2. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO NO SUDOESTE DE GOIÁS: DA CRIAÇÃO DE GADO AO CAI DA SOJA, A PRIMEIRA "ONDA" DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO.

2.1 Breve história de Goiás.

As primeiras expedições que percorreram parte do atual estado de Goiás (figura 11) datam do século XVI. Essas expedições, geralmente, eram organizadas na Bahia - centro de colonização, naquele momento histórico -, tendo como objetivo a busca de riquezas e a captura de índios para trabalhar como escravos.

Com o passar dos anos, essas expedições tornaram-se mais freqüentes e se originavam de vários estados, onde a ocupação já estava consolidada, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tinham, também, origem no estado do Grão-Pará, atual Pará, onde os jesuítas tinham organizado uma estrutura de aldeias de aculturação indígena, usando os rios para circular.

O primeiro bandeirante¹² a organizar uma expedição com a intenção de se fixar em Goiás foi Bartolomeu Bueno da Silva, que era conhecido como "Anhangüera". Ele realizou a expedição saindo de São Paulo, em 1722, e chegando à cabeceira do Rio Vermelho (atual cidade de Goiás), antiga capital do estado, onde encontrou ouro aluvial. Todavia, isto só ocorreu após muitos descaminhos, fome e mortes. Em 1725, voltaram para São Paulo, dizendo que tinham encontrado cinco córregos auríferos, minas tão ricas como as de Cuiabá, com ótimo clima e fácil comunicação.

A partir desta descoberta, iniciou-se o primeiro ciclo de ocupação do estado de Goiás. Na região do Rio Vermelho - primeira a ser ocupada - foi fundado o arraial de Sant'ana, que depois veio a se denominar Vila Boa e, mais tarde, Cidade de Goiás, sendo, por 200 anos, a capital de Goiás. Essa atividade levou à ocupação do Centro-Sul do estado, deixando algumas regiões ao norte e sudoeste quase desocupadas.

Em Goiás, como em outros estados, o ciclo do ouro fez ressaltar a importância do "mineiro"¹³ em detrimento do "roceiro". A primeira era considerada uma profissão honrosa, significava status social. Já a segunda, uma profissão menor, sem muito valor para a sociedade da época. Talvez isso explique por que o ciclo da mineração não desenvolveu outras atividades econômicas importantes, como a agropecuária, ficando a ocupação e a dinâmica regional/local vinculadas, estritamente, ao desenvolvimento da mineração.

¹² As bandeiras, das quais os bandeirantes faziam parte, eram expedições organizadas militarmente, porém tinham fins comerciais. Era uma espécie de sociedade econômica, onde as partes entravam com uma parcela de capital (que correspondia, na época, a um certo número de escravos).

¹³ O mineiro era o proprietário da lavra e dos escravos.



Figura 11- Localização do estado de Goiás.

A mineração praticada em Goiás era denominada de "mineração de cascalho" ou de aluvião, proveniente da exploração de jazidas sedimentares. Nela, o trabalhador/escravo arranca o cascalho do rio, peneira-o para então retirar o ouro, que é mais pesado do que a areia, e fica sedimentado no fundo da peneira. A produção de ouro em Goiás era superior à do estado de Mato Grosso, porém muito inferior à de Minas Gerais.

Após 1750, a produção de ouro tornou-se um negócio arriscado, e decaiu muito, uma vez que os seus custos estavam muito altos, chegando-se à produção de cem gramas de ouro por escravo¹⁴, valor muito baixo para a época. O ciclo do ouro em Goiás não foi muito próspero, mas contribuiu para a ocupação e transformação do espaço, no período de 1725 a 1800. Em 1800, havia em Goiás cidades, estradas, caminhos, uma produção agropecuária de subsistência, e uma população de mais de 60.000 habitantes.

A primeira informação sobre a população de Goiás são os dados da capitação de 1736. Dez anos, portanto, depois do início da mineração, havia em Goiás mais de 10.000 escravos adultos. O total da população? Menos de 20.000, pois os escravos deviam constituir metade da população. Os dez primeiros anos de mineração instalaram em Goiás quase 20.000 pessoas que, abriram caminhos, cidades, colocando em atividade grande parte do território. Em 1750, ao tornar-se Goiás capitania, os habitantes deviam ser pouco menos de 40.000. A população continuou, aumentando, embora em um ritmo inferior: em 1783 havia em Goiás quase 60.000 habitantes, um aumento de mais 50%. (HISTÓRIA de Goiás, 2004)

A decadência da mineração se deu devido a vários fatores, entre eles:

- a) diminuição ou estancamento na importação de escravos, devido à falta de crédito dos mineiros goianos para comprar escravos, e à baixa natalidade entre os escravos existentes;
- b) diminuição da produtividade do trabalho escravo, chegando à situação em que o trabalho escravo quase não pagava os próprios custos, assim era mais seguro, o trabalho assalariado ou semi-assalariado;
- c) compra da liberdade. Em alguns casos, os escravos que trabalhavam fora das minas, podiam trabalhar para si, em horas extras. Com isso, acumulavam dinheiro para comprar a sua liberdade;
- d) miscigenação. Em vários casos, os filhos de escravos com os brancos, no momento do batizado, recebiam a sua liberdade;
- e) tipo de trabalho. Em Goiás, o controle de trabalho era menos rígido, principalmente na atividade de pecuária, resultando em fugas;
- f) o trabalho duro nas minas levava à morte de muitos escravos, pois estes não se alimentavam bem e eram submetidos a péssimas condições de trabalho e maus tratos.

¹⁴ Isto equivale à produção de ouro dos garimpeiros atuais.

A decadência do ouro trouxe fortes conseqüências sócio-econômicas, tais como: diminuição do movimento comercial; "diáspora" populacional; êxodo urbano para a criação de gado e prática da agricultura.

A transição de uma economia mineradora com fortes relações comerciais precipitou uma nova estrutura econômica agrária, baseada nos complexos rurais. Ao contrário do que aconteceu em outros locais, onde as propriedades formavam complexos rurais (GRAZIANO DA SILVA, 1991), em Goiás essas se fechavam, produzindo para a subsistência, e vendiam algum excedente, no mercado regional, para a aquisição de outros gêneros essenciais, que não eram produzidos na fazenda. Não existiam nem estrutura e nem políticas de incentivo à produção para o mercado externo, ou mesmo para atender centros econômicos do país

Em Goyaz, a produção agrícola se limita quasi ao strietamente necessário para o consumo de seos habitantes, e mesmo assim deixando de parte muitos generos que importa.

O agricultor em Goyaz, tem a cruel certeza de que não pode exportar os seos generos, que deve limitar-se a uma produção minima, para não perdei-a, e por conseguinte, nada esforça se e pouco produz.

Em taes condições admira mesmo como a Provincia não passa por grandes crises de carestia, ella, que não tem estímulos para a lavoura, nem outras zonas agricultôras próximas, onde possa recorres em seos apuros, muitas vezes dependentes de causas atmosfericas.

Se não temos lavoura, não podemos ter commercio, e, por conseguinte, com isso explica-se o atraso da provincia, a deficiência de suas rendas, para acudir aos multiplicados encargos do serviço publico. (SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA, 1999, p. 177)

Com o fim do ciclo do ouro em Goiás, o governo português incentivou a atividade agropecuária. Porém, foi necessário eliminar alguns obstáculos ao desenvolvimento desta atividade, dos quais pode-se citar:

- 1) a legislação fiscal, entendida como o dízimo que os agricultores deveriam pagar sobre a sua produção, e muito temida pelos produtores;
- 2) desprezo dos mineiros pelo trabalho agrícola, que era pouco rentável e representava pouco status;
- 3) ausência de mercado consumidor para os produtos agrícolas;
- 4) dificuldades na exportação/circulação dos produtos, devido a ausência de um sistema viário eficiente e ao custo elevado dos transportes.

Mediante isto, o governo adotou algumas medidas que contribuíram para a mudança neste quadro:

- 1) concessão de isenção dos dízimos, por um período de dez anos, aos lavradores que nas margens dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão, fundassem estabelecimentos agrícolas;
- 2) ênfase à catequização dos índios para aproveitar sua mão-de-obra na agricultura;

- 3) criação de presídios à margem dos rios, para proteger o comércio, auxiliar a navegação e aproveitar para cultivar a terra;
- 4) incremento da navegação nos rios do estado, sobretudo no Araguaia e Tocantins e no Paranaíba, com o objetivo de facilitar a comunicação com o litoral;
- 5) revogação da lei que proibia e extinguiu a atividade manufatureira em toda a colônia e no estado.

Com essas iniciativas – além dos mineiros que permaneceram após a decadência da mineração, dedicando-se à agricultura de subsistência e à criação de gado –, ocorreu um processo de migração oriundo de outros estados como Bahia, Minas Gerais, Pará e Maranhão. Os migrantes eram atraídos pelos incentivos governamentais e pela disponibilidade de terras para a pecuária, objetivando abastecer os mercados centrais do país.

A ocupação do estado, a partir de então, se deu associada à prática da pecuária extensiva rudimentar e da agricultura de subsistência, desenvolvidas pelos migrantes e pelos que permaneceram, mesmo após a decadência do ciclo do ouro. O impulso na ocupação de Goiás ocorreu, sobretudo, pela isenção de impostos sobre as terras, e pelo esgotamento dos solos agricultáveis de Minas Gerais e São Paulo. Inicialmente, as terras serviam com reservas de valor, e eram usadas para abastecer a região Sudeste com gêneros alimentares.

A economia goiana tornou-se, após a decadência da mineração, essencialmente agrária com escassa circulação monetária. O isolamento geográfico e a falta de meios de transporte dificultaram o desenvolvimento de práticas mercantis no Estado. A pecuária foi a exceção, já que a produção bovina manteve-se organizada como atividade de mercado e exportava-se gado de corte para o Centro-Sul e Norte-Nordeste. [...] Além disso, o criatório foi a principal atividade econômica responsável pela ocupação efetiva dos sertões em Goiás, pois a economia mineratória se localizava em algumas regiões onde o ouro se esgotou rapidamente [...]. (BORGES, 2000b, p. 51)

A pecuária trouxe, como uma de suas principais conseqüências, o crescimento populacional do estado (conforme mostra a tabela 07). A população cresceu 323% em 51 anos, no século XIX; já no século seguinte, no mesmo período de tempo, teve um aumento de 475%, acumulando, em um século, 800% de crescimento. Este aumento foi incentivado por um novo ciclo econômico que se implantou no estado, assim como ocorreu no restante do país, com os ciclos do café, da borracha e do algodão, em substituição ao ciclo do ouro.

O ciclo da pecuária em Goiás foi uma conseqüência específica da (re)organização da economia brasileira frente a uma crise econômica. Este "novo caminho" norteou o processo de ocupação e transformação do território goiano por vários anos e, até hoje (resguardando às devidas proporções), é responsável por mudanças técnico-produtivas e espaciais no estado.

Tabela 07 - População do estado de Goiás - 1849 a 1900.

Anos	Total da população
1849	79.000
1856	122.000
1861	133.000
1872	149.000
1890	227.572
1900	255.284
1920	511.919
1940	826.414
1950	1.214.921

Fonte dos dados: SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA, 1999 e SEPLAN-GO, 2003. Org. R. E. Borges, 2006.

As regiões do estado que mais sofreram modificações socioespaciais em função do novo ciclo da pecuária foram o Sudoeste e o Norte. No Sudoeste, surgiram alguns municípios como Rio Verde, Jataí, Mineiros, Caiapônia e Quirinópolis. No Norte, onde atualmente é o estado do Tocantins, se desenvolveram, conjuntamente com a pecuária, a prática extrativista, a agricultura em pequenos roçados e o comércio do sal. Ali surgiram novos núcleos de habitação, e os já existentes tiveram novos impulsos, entre eles Imperatriz, São José do Duro, São Domingos, Carolina e Arraias.

Embora as mudanças tenham se concentrado nestas regiões, o restante do estado também passou por transformações: aumento da prática agropecuária; surgimento de novos centros urbanos e da rede de circulação; no cenário político, houve o fortalecimento da identidade política local e movimentos de resistência ao poder central do país. Com a independência, surgiram movimentos para colocar no poder/governo membros da comunidade local, pois estavam envolvidos com os problemas locais, em detrimento da nomeação de outros governadores estranhos ao estado, e que não interessavam pelo seu desenvolvimento. Com isso, surgem grupos políticos ligados às famílias tradicionais e que, até hoje, são membros importantes da política estadual e nacional (todos vinculados ao campo).

No século XX, a agropecuária continuou sendo o carro-chefe da economia goiana, sempre aliada e determinada por agentes e fatores exógenos (interesses nacionais e internacionais). Nas primeiras décadas, houve um aumento na produção agropecuária goiana, principalmente nos produtos como arroz, feijão, milho e na criação de gado.

Machado (1996) argumenta que esse crescimento da produção agropecuária em Goiás, neste período e nos posteriores, estava em sintonia com o desenvolvimento da economia nacional. O estado goiano ofereceu alimentos às regiões em processo de

industrialização, dando condições para o desenvolvimento da atividade industrial e para a manutenção de salários compatíveis com as necessidades de acumulação do setor, uma vez que propiciava uma boa oferta de alimentos, e oferecia preços mais reduzidos, não pressionando os salários.

Outro autor que ratifica essa idéia é Borges (1994), afirmando que as mudanças provocadas pelo processo de industrialização, no setor agropecuário, não aconteceram de forma homogênea em todos os lugares. Segundo ele,

Elas ocorreram antes e foram inicialmente mais intensas nas áreas diretamente vinculadas aos principais pólos de expansão urbana e industrial. Este foi o caso, notadamente, do Estado de São Paulo e de algumas áreas circunvizinhas - como o Triângulo Mineiro, o Sul de Goiás e do Mato Grosso, e no norte do Paraná. (BORGES, 1994, p. 231)

A partir de 1950, com as políticas industriais, agrícolas e de ocupação do território, subsidiadas pelo capital internacional, surgiram vários fixos¹⁵, tais como: rodovias, assentamentos de produtores, construção de cidades, criação de pólos de desenvolvimento, instalação de indústrias, construção de infra-estrutura para armazenagem e para circulação da produção agropecuária.

Este período foi caracterizado pelo Plano de Metas e pelo chamado "milagre econômico". No primeiro citado (1955-1960), ocorreram investimentos em vários setores (energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação). O setor de alimentação contava com criação de armazéns, silos, frigoríficos, mecanização da agricultura, produção de fertilizantes e ampliação da fronteira agrícola.

O segundo período (1968-1973), foi selado pelos grandes investimentos em políticas públicas, visando aumentar o PIB e obter superávit na balança comercial. Mais uma vez, o setor agropecuário recebe um volumoso investimento, para aumentar a produção. Também foi caracterizado pela criação da capital nacional e pela construção de inúmeros quilômetros de vias de transportes para ligar a nova capital ao restante do país. Isto levou a uma reestruturação do espaço brasileiro, surgindo novas dinâmicas sócio-econômicas, sobretudo no estado de Goiás.

Este período possibilitou a ampliação da fronteira agrícola, da urbanização, da industrialização e dos fluxos de produtos e mercadorias no território brasileiro. Foi possível integrar regiões, antes "isoladas", ao mercado nacional. Representa um momento impar da (re)territorialização do capital, em novas regiões do país.

¹⁵ Segundo Santos (1996), o espaço é formado por um sistema de fixos e fluxos. Para o autor, um fixo pode ser uma rodovia, uma fábrica, uma fazenda, uma cidade, um shopping, etc, esses fixos geram fluxos (que é o movimento de informações, de produtos e de pessoas), derivados das relações sociais.

Neste contexto, o território goiano se solidificou como um forte produtor agropecuário do país, sendo parte da nova fronteira agrícola brasileira, incorporando a industrialização e a modernização impostas pelos grandes agentes do capital.

Goiás vinha se integrando de forma crescente à economia nacional como produtor de alimentos e matérias-primas para a indústria em expansão. Aos poucos, foi se constituindo também como um mercado consumidor dos produtos desse setor industrial. [...] Através da pecuária, inicialmente, e depois através da produção agrícola, esta região foi paulatinamente submetendo-se à lógica da economia de mercado. Na luta do capital pela destruição da economia natural, o gado significou, num primeiro momento, a superação dos limites impostos por esta acumulação. No entanto, num segundo momento, esta luta se faz através de novos elementos que se, por um lado, já significavam, por si só, ao capital um espaço de reprodução, por outro, criaram definitivamente as condições da introdução da economia de mercado. (MACHADO, 1996, p. 55)

Pode-se afirmar que, na segunda metade do século XX, surge um novo ciclo "econômico", o da "agropecuária moderna", no qual a atividade agrícola e a pecuária passam a serem realizadas sobre padrões modernos, com a inserção de técnicas, insumos, conhecimento científico e mecanização.

[...] Começou-se, então, a produzir, sob novas bases e uma lavoura modernizada começou a se expandir pelas áreas de domínio natural de cerrado, vinculada à expansão dos grandes mercados urbanos do país, e para atender à crescente demanda de produtos agrícolas no mercado internacional. Este é o caso da soja, que representou, sobremaneira no Sudoeste Goiano, alterações imensas no seu quadro agrário. (AMORIM, 1996, p. 44)

Este novo ciclo foi responsável por uma transformação espacial significativa no estado, dinamizando os centros urbanos mais antigos, e criando novos municípios, como: Caçu, Cachoeira Alta, Itarumã e Paranaguara, em 1953; São Simão, Itajá e Serranópolis em 1958; Maurilândia e Portelândia (1963); Doverlândia (1982), Montividiu (1989) e Chapadão do Céu (1993), todos no Sudoeste do estado. A paisagem passa a revelar uma agropecuária modernizada, com um alto padrão técnico e com cultivos de novos produtos agrícolas. Essa dinâmica também contribuiu para a construção de novos fixos (hidrelétricas, rodovias, cidades), e atração de outros, como agroindústrias, indústrias e outras empresas. Além disto, aumentou a população do estado (tabela 08), por meio do crescimento vegetativo e do processo de migração, incentivado por esse novo ciclo.

Além deste processo de inserção do território goiano, como fronteira para o processo de produção agropecuária e industrial nacional, outros dois acontecimentos "pontuais" - embora inseridos no quadro mais amplo - contribuíram para a transformação do espaço.

O primeiro deles é a mudança da capital do estado para Goiânia. Desde o final do século XIX, já se sondava a transferência da capital da cidade de Goiás para outro local. Entretanto, isto só se efetivou na terceira década do século XX, quando Pedro Ludovico,

então governador do estado, definiu um conselho técnico para escolher o local para a construção da nova capital. Definido o lugar para a efetivação do projeto, Goiânia começou a ser construída em 1933, sendo inaugurada em 1942.

A nova capital goiana atraiu pessoas e investimentos, fazendo surgir novas empresas e vias de circulação, aumentando a produção agropecuária para atender o mercado regional em crescimento, como afirma Borges (2000a, 2000b, 1994).

O segundo, mais expressivo do ponto de vista das conseqüências espaciais, foi a construção da nova capital federal, Brasília, que foi instalada em antigas terras goianas, no planalto central.

O crescimento populacional de Goiânia e de outras cidades, assim como a construção de Brasília, influenciaram diretamente na expansão do mercado agrícola regional. O aumento da demanda interna de alimentos reduziria, em parte, a dependência da produção agrícola em relação aos mercados do Centro-Sul, criando novas perspectivas de expansão do setor. A cultura do arroz, por exemplo, após anos de crise e estagnação, retomaria seu crescimento a partir da segunda metade da década de cinquenta. Além disso, teve início um novo ciclo de culturas de exportação que, a partir da década de sessenta, redefiniu o papel do estado de Goiás na divisão regional do trabalho, onde as lavouras de soja e milho ocupariam posições de destaque. (BORGES, 1994, p. 237-8)

Brasília começou a ser construída no final dos anos 1950, e foi inaugurada em abril de 1960, no governo de Juscelino Kubitschek. Este fato representou uma das faces da materialização do processo de interiorização e integração do país. Com a construção da nova capital, ocorreu um processo de (re)organização do espaço regional, em função do surgimento de fixos (rodovias para ligar a nova capital aos vários pontos do país), empresas, cidades etc. Com isso, ocorreu um forte fluxo migratório para o Distrito Federal e para Goiás, impulsionando o crescimento econômico do estado e a sua dinâmica socioespacial.

[...] os objetivos da chamada "Marcha para o Oeste" tornam-se evidentes [...] Os resultados não foram nada desprezíveis. Nasceram duas novas capitais, ao mesmo tempo que amplas porções do território nacional foram integradas em torno de Brasília, através de redes de transportes rodoviários. À medida que esta integração do território nacional se aprofunda, o capital monopolista e multinacional encontra condições de ampliar sua expansão [...]. (MACHADO, 1996, p. 52)

A tabela 08 mostra que a população de Goiás aumentou, consideravelmente, no período pós 1960, sendo conseqüência dos investimentos feitos no estado (sobretudo as construções das duas novas capitais), e que atraíram parte dessa população.

A população do estado de Goiás, em relação à região Centro-Oeste, representava, em 1960, cerca de 60%; já em 1970, este percentual cai para 57%; em 1980, para 51%; em 1991, para 42%; e, em 2000, subiu para 43%. Verifica-se que Goiás tem uma representatividade alta no total populacional da região Centro-Oeste, sendo o estado com maior número de habitantes.

Nos anos 1980, com a constituição de 1988, foi criado o estado do Tocantins, a partir do desmembramento da área norte do estado de Goiás. Este fato reduziu o território do estado de Goiás em quase 50%. Com isso, as características sócio-espaciais tornaram-se mais homogêneas, uma vez que, o antigo norte do estado era desocupado e "esquecido" pelo governo goiano. No entanto, ainda existem disparidades regionais no estado, algumas regiões como o Sudoeste e o Centro-Leste tornaram-se mais prósperas, e o Noroeste e o Norte com mais problemas e desigualdades. Este fato se deve à posição geográfica e ao maior investimento de capital nessas regiões.

Tabela 08 - Crescimento populacional do estado de Goiás - 1960 - 2000.

	1960 ¹	1970 ¹	1980 ¹	1991	2000
Goiás	1.626.376	2.938.029	3.860.174	4.018.903	5.003.228
Centro-Oeste	2.678.380	5.072.530	7.545.769	9.427.601	11.616.745
Brasil	70.992.343	93.134.816	119.011.052	146.825.475	169.590.693

Fonte: IBGE, 2004.

1- Nestes anos, o estado de Goiás contava com a população do atual estado do Tocantins.

Atualmente, a "agropecuária moderna" é a principal atividade econômica do estado, responsável por grande parte do PIB estadual e pela dinâmica socioespacial. Goiás é o principal produtor de grãos do país, responsável por cerca de 10% da produção nacional (SEIXAS, 2004). Entre os principais produtos estão a soja, o milho e o algodão herbáceo, e o leite.

Prova desta importância é o valor adicionado de capital na economia do estado, feito pela atividade agropecuária, nos últimos 15 anos, como mostra a tabela 09. O valor adicionado pela agropecuária aumentou 102%, neste período, enquanto o da atividade industrial subiu 61%, e o do comércio 52%.

TABELA 09 - Índice percentual do valor adicionado por atividade no estado de Goiás - 2003.

Setor	1985	1990	1995	2000
Agropecuária	100	121,56	155,07	202,82
Indústria	100	122,4	131,41	161,68
Serviços	100	110,83	129,79	152,33

Fonte: SEPLAN-GO, 2003.

Na atividade industrial, o estado possui 11.644 indústrias cadastradas na Secretaria de Estado da Fazenda, destas apenas 592 são grandes¹⁶. Os ramos com maior número

¹⁶ Conforme critérios da Secretaria de Estado da Fazenda.

estabelecimentos (conforme tabela 04, capítulo anterior) são: vestuário e artefatos derivados (3.414), produtos alimentícios (3.056), produtos minerais não metálicos (944) e mobiliário (626). Eles estão concentrados em poucos municípios, dentre eles Goiânia, Anapólis, Itumbiara, Catalão, Rio Verde e Jataí.

A população do estado vem crescendo nas últimas décadas. Como mostra a tabela 08, Goiás possuía, em 2000, uma população total de 5.003.228 habitantes, sendo que 4.396.645 (87%) nos centros urbanos e 606.583 (13 %) no campo. Percebe-se que o estado, assim como o Brasil, possui a população concentrada nos centros urbanos, mesmo tendo como principal atividade econômica a agropecuária. Todavia, este quadro só se inverte no período pós 1980, uma vez que antes, a maioria da população vivia no campo, cerca de 85%, em 1950, 69%, em 1960, e 58%, em 1970. Os 87% urbanos vivem em 246 municípios, sendo os mais populosos Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anapólis, Luziânia, Águas Lindas de Goiás e Rio Verde, os quais, juntos, abrigam 41% dos 5.003.228 habitantes do estado. Destes, a maioria (da PEA) trabalha no setor de serviços e comércio, deixando pouco a pouco as atividades agropecuárias.

Goiás está, lentamente, ampliando outras atividades econômicas que não a agropecuária, quer seja pela necessidade imposta pelo processo de urbanização e industrialização, quer por opção e políticas de fomento para outras atividades, como a indústria. Como exemplo, pode-se citar a criação do pólo químico e farmacêutico, em Anapólis, que atraiu várias indústrias (150)¹⁷, sobretudo químicas, e a de outros 38 distritos agroindustriais instalados no estado, destacando o de Aparecida de Goiânia (32), Catalão (21); Goianira (20), Rio Verde (17), Mineiros (16), Luziânia (14) e Itumbiara (11).

Desta forma, mesmo o Estado de Goiás não sendo um pólo industrial, sua economia se integra neste processo, seja através do consumo de produtos industrializados, seja através da oferta de alimentos e matérias-primas, além do que, mesmo em ritmo e proporções menores, começam a se processar algumas transformações que apontam no sentido de um desenvolvimento de atividades industriais, mais especificamente o surgimento das agroindústrias. (MACHADO, 1996, p. 96)

Neste cenário, a microrregião que mais tem dinamizado o seu quadro de atividades é o Sudoeste de Goiás, a qual está recebendo vários investimentos nas áreas industrial e de serviços, sobretudo com a instalação de novas agroindústrias, como a Perdigão S/A, instalada em Rio Verde-GO, e as empresas do seu complexo (Vide Plast, Cadê, Orsa, Brasilatas e, recentemente, a Cargil).

¹⁷ No ano base de 2002, segundo dados da SEPLAN-GO.

2.2 Da pecuária extensiva ao CAI da soja: uma retrospectiva da ocupação da microrregião do Sudoeste de Goiás.

2.2.1 Processo de ocupação do Sudoeste de Goiás: de 1830 - 1950.

A microrregião do Sudoeste de Goiás está localizada na mesorregião do Sul Goiano, que é composta por outras cinco microrregiões (figura 12). O Sudoeste de Goiás possui uma área total de 2,47 milhões de hectares, o que equivale a 16% da área total do estado, compreendendo um total de 18 municípios: Rio Verde, Jataí, Santa Helena de Goiás, Mineiros, Montividiu, Caiapônia, Serranópolis, Aporé, Maurilândia, Portelândia, Chapadão do Céu, Perolândia, Santo Antônio da Barra, Aparecida do rio Doce, Dorvelândia, Santa Rita do Araguaia, Palestina de Goiás e Castelândia (figura 13).

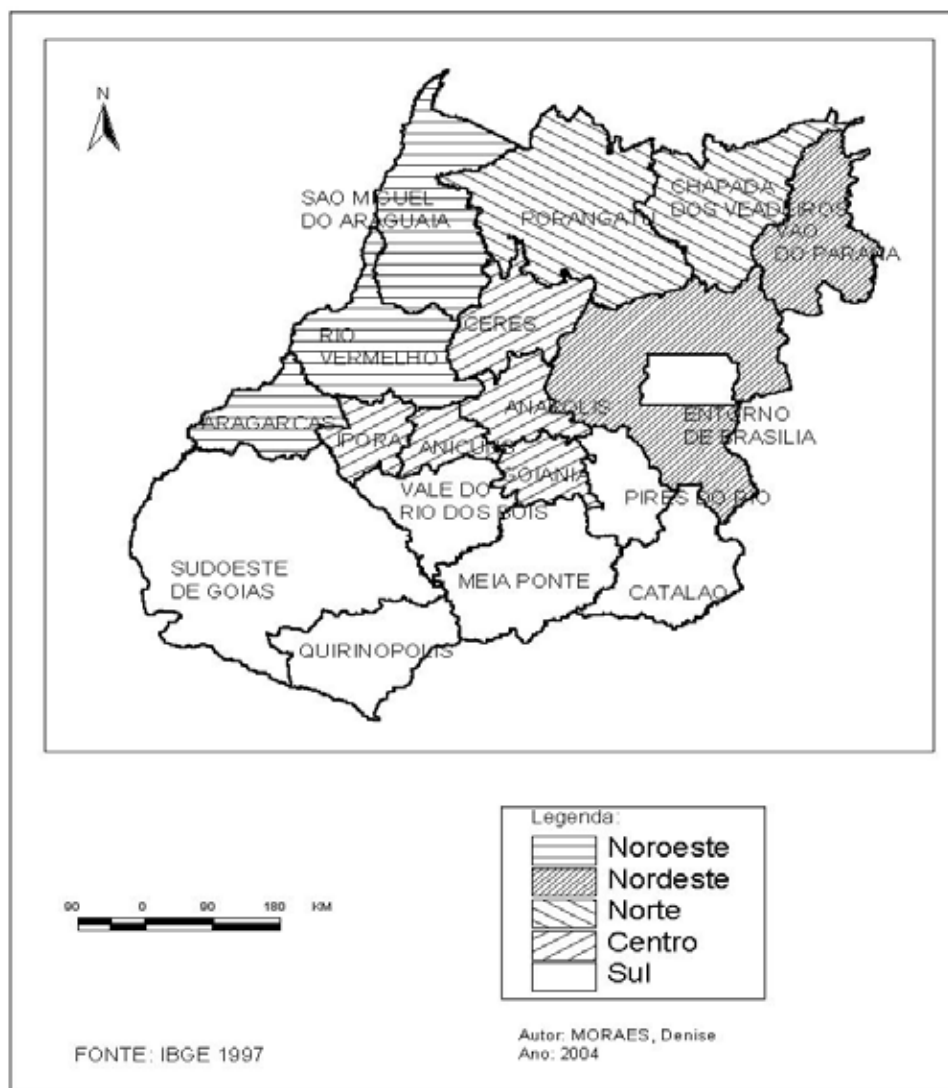


Figura 12 - Divisão do Estado de Goiás em Meso e Microrregiões - 1997.

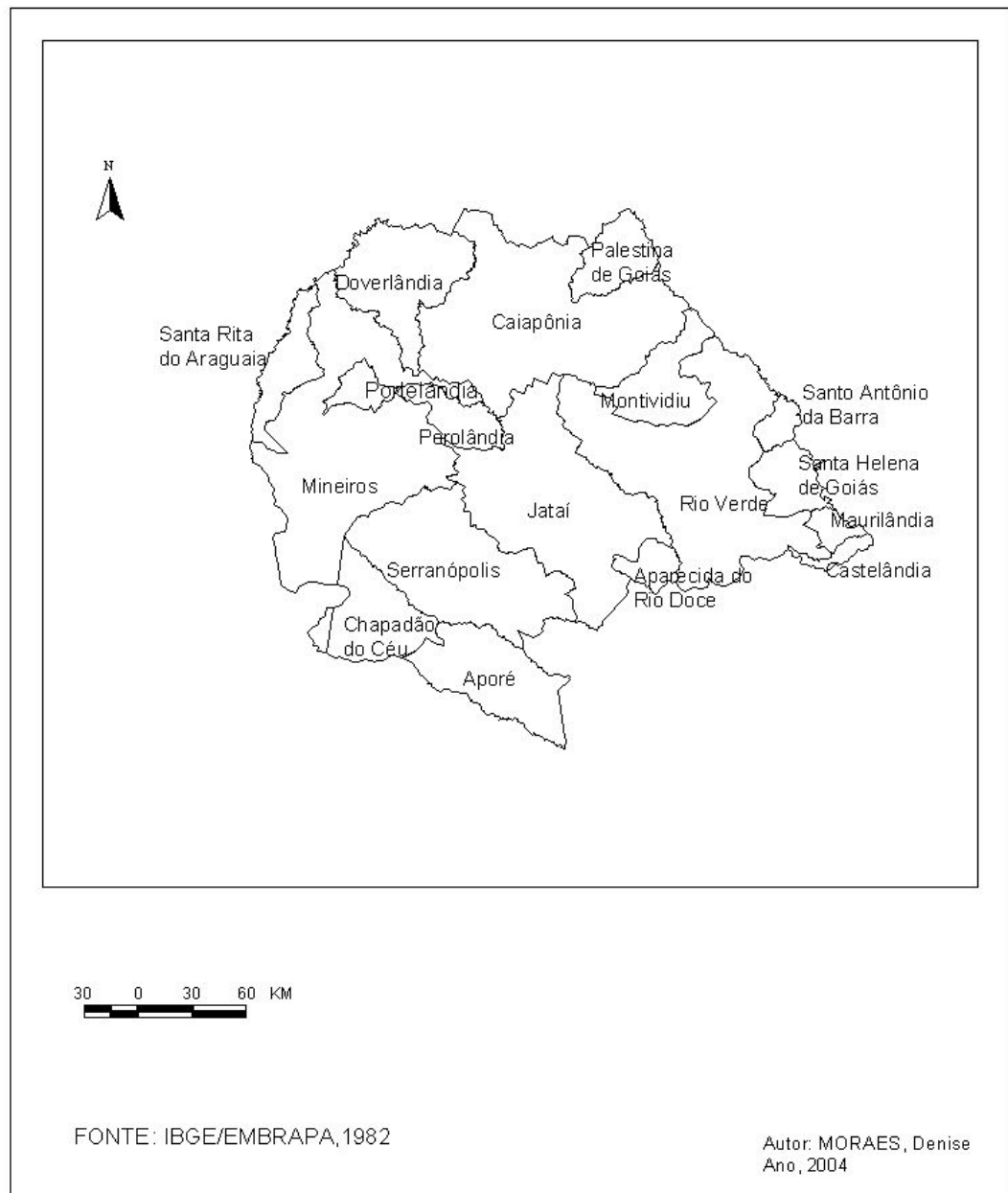


Figura 13 - Microrregião do Sudoeste de Goiás - Municípios Componentes - 1982.

Dentre estes, destacam-se os municípios de Rio Verde, Jataí, Mineiros e Santa Helena. Estes concentram, hoje, respectivamente, 34%, 27%, 11% e 10% da população total do Sudoeste de Goiás, bem como as principais atividades econômicas da microrregião e, até mesmo, do estado, como é o caso da agropecuária. O quadro socioespacial do Sudoeste de Goiás, é fruto de um processo de ocupação que remonta ao século XIX e que, desde o princípio, contou com a participação do Estado e do grande capital nacional e internacional, para atender aos interesses dos agentes externos.

O processo de ocupação do Sudoeste de Goiás se deu mais tardiamente do que o restante do estado, uma vez que ali não foram encontrados minerais preciosos, não participando pois, efetivamente do ciclo ocupacional da mineração.

Somente a partir de 1838 houve um impulso na ocupação da região, devido à isenção de impostos sobre as terras, e ao esgotamento dos solos agricultáveis de Minas Gerais e São Paulo. Com isso, migrantes paulistas e mineiros começaram a praticar a pecuária extensiva rudimentar, aliada à agricultura de subsistência.

Esta ocupação, que de início se deu de forma lenta e gradual, ganhou impulso a partir de 1838, quando o governo imperial isentou pelo período de 10 anos, os moradores que aqui viessem a residir, do pagamento dos dízimos sobre a criação de gado vacum e cavalari. Esta isenção de impostos abrangia desde o Rio Verde, além do Turvo, até o Rio Pardo que faz barra com o Paraná. (AMORIM, 1996, p. 41)

A pecuária desenvolvida na região era destinada a abastecer os mercados de São Paulo e Minas Gerais, e se fazia de forma extensiva. Já a agricultura surgiu e se destinou, inicialmente, a atender apenas a microrregião em suas necessidades de gêneros alimentícios, tendo pouco excedente.

As terras também serviam como reservas de valor, como demonstra Amorim (1996), quando relata a forma de aquisição de terras no município. Segundo a autora, 70% das aquisições de terras no município, nos anos de 1857 e 1858, foram feitas por meio de compra e venda (conforme mostra tabela 10), demonstrando o interesse dos fazendeiros migrantes em adquirir terras, e a especulação dos primeiros ocupantes da região, que fracionaram suas propriedades para vender.

As atividades de pecuária e agricultura de subsistência predominaram até a segunda década do século XX, quando a criação de gado nos latifúndios passou a dividir espaço com as grandes plantações de grãos, sobretudo o arroz, que se tornou o principal produto cultivado, até o final da década de 1950.

Dois fatos contribuíram para esta mudança: primeiro, o aumento da demanda, a nível nacional, por gêneros alimentícios, visando abastecer as regiões centrais do país, que começaram, no pós 1930, um processo de industrialização e crescimento dos centros urbanos; segundo, a construção de ferrovias e estradas em Goiás. Essas vias de circulação construídas, nas primeiras

décadas do século XX, para interligar o estado aos centros urbanos do Sudeste, trouxeram, indiretamente, para o Sudoeste de Goiás uma nova dinâmica, pois representavam uma possibilidade de escoamento da produção agrícola, com maior facilidade. Mesmo não passando pelo espaço da microrregião, as ferrovias foram importantes elementos na dinamização das atividades agrícolas, pois permitiram, por meio do transporte intermodal, a circulação da produção de grãos para os principais mercados consumidores do país. Com isso, os produtores da região passaram a se dedicar, não somente à pecuária, mas também à produção de grãos. Assim, em 1940, municípios como Rio Verde e Jataí exportavam gado, milho e arroz para outros estados.

TABELA 10 - Formas de aquisição das fazendas - Rio Verde - 1857-1858.

Formas de Aquisição	%
Compra	70,9
Herança	7,4
Posse	5,1
Doação	5,1
Troca	5,0
Dote	1,3
Sem referência	5,2

Fonte: Amorim, 1996, p. 52

A partir deste momento, a dinâmica socioespacial da microrregião tornou-se cada vez mais intensa e integrada às transformações da economia nacional. Este quadro é mais visível no período pós 1950, quando ocorreram investimentos governamentais - representados por créditos rurais - e privados, ocasionando a diversificação do cultivo de grãos.

Os incentivos/investimentos e o preço baixo da terra provocaram uma migração de produtores e proprietários rurais das regiões do Sul e do Sudeste para o Sudoeste de Goiás, os quais compraram grandes quantidades de terras com o dinheiro adquirido com a venda das propriedades nas regiões de origem, que eram mais valorizadas.

Esse movimento trouxe a modernização e a mentalidade empresarial/capitalista, bem como o cultivo de novos produtos agrícolas para o cerrado, dentre eles a soja. Esta, a partir da década de 1970, passa a figurar como um produto agrícola importante na região, transformando a dinâmica econômica e espacial.

2.2.2 Período pós 1950: a modernização agropecuária e o surgimento do CAI da Soja.

2.2.2.1 Modernização agropecuária: uma breve discussão.

Segundo Amorim (1996), a implantação do processo de modernização da agricultura no Brasil faz parte de um projeto mundial, controlado e direcionado pelas grandes potências

mundiais, principalmente, pelos Estados Unidos da América. O carro chefe deste projeto foi a Revolução Verde (ver capítulo 1), idealizada pelo Grupo Rockefeller, na década de 1940, e patrocinado por grandes grupos econômicos internacionais.

Mesmo tendo como "bandeira" acabar com a fome no mundo, por meio da introdução de técnicas modernas de cultivo, que visavam aumentar a produção de alimentos, o interesse verdadeiro destes grupos era introduzir nos países periféricos pacotes tecnológicos e de máquinas, tornando-os mercados consumidores de seus produtos e dependentes tecnológicos.

No Brasil, este projeto teve o apoio fundamental do Estado, que soube, nos momentos favoráveis, criar condições para que os pacotes tecnológicos e a mecanização fossem introduzidos na agricultura brasileira. Os governos pós 1960 implementaram várias políticas, que tinham como objetivo modernizar o espaço agrário brasileiro, utilizando-se de modelos importados e tecnologias produzidas nos países centrais. Com isso, o país modernizou e industrializou sua agropecuária, atendendo interesses estrangeiros e adotando padrões importados.

Como afirma Amorim (1996, p. 19), "[...] foi assim que, em um curto espaço de tempo, vimos nosso espaço territorial ser mudado e uma nova apropriação espacial ser feita por novos colonizadores, os empresários agrícolas, em cujas mãos o latifúndio atrasado se converteu em moderna empresa rural."

O processo de modernização da agropecuária brasileira é consequência da industrialização do país. Neste sentido, se faz necessário entender que a modernização do campo está vinculada às mudanças e políticas nacionais de industrialização. Portanto, a sua intensificação só ocorre pós 1960, quando já se encontra estabelecido no país o setor D¹ (departamento de bens de produção), que se desenvolveu tendo como principal mercado consumidor a atividade agrícola.

Segundo Graziano da Silva (1993), a modernização agrícola brasileira representa a mudança qualitativa no processo de transformação da sua base técnica - chamada de modernização - que vem sendo impulsionada desde o pós-guerra. Para o autor, o processo se dá através:

- 1º) da elevação do uso de insumos modernos, oriundos de importação, nos 1950;
- 2º) da implantação do D¹, ou seja, a industrialização pesada (siderúrgicas e metalúrgicas), que ocorre no período de 1965-75;
- 3º) da internalização do D¹ para a agricultura (maquinários, tratores, implementos agrícolas e insumos), pós 1960.

Segundo o autor, estes fatores levaram ao processo de industrialização da agricultura, resultando na agricultura moderna (modernização), fazendo emergir pós 1975 os CAI's e, com a integração de capitais à atividade agropecuária, um novo padrão agrícola no país, baseado na "integração" agricultura-indústria e no uso de inovações tecnológicas na produção agrícola.

Para ele, a modernização é um processo de transformação da base técnica, ocorrido no pós-guerra, por meio da utilização de maquinários e insumos, num esforço de aumentar a produtividade. Este processo inclui, também, a integração da agricultura à grande indústria, tanto a jusante quanto a montante, ou seja, a industrialização da agricultura.

Campos (1999, p. 29) afirma que, "[...] mudar a base técnica consiste em tornar as atividades agrícolas cada vez mais dependentes de capital fixo (máquinas, implementos, etc.) e cada vez menos consumidoras de capital variável (força de trabalho humana). [...]". Por isso, mesmo ampliando a produção e a produtividade da agropecuária no país, a modernização provocou sérios problemas no campo brasileiro, tais como: a expulsão dos pequenos produtores, a exploração da mão-de-obra, trabalhos temporários, concentração fundiária e crescimento rápido das periferias urbanas.

Assim, a modernização da agricultura implica a menor dependência dos recursos naturais e da força de trabalho; a utilização crescente dos meios de produção e insumos industrializados; o aumento do número de capitalistas atuando em atividades agropecuárias; a efetivação da agropecuária como mercado consumidor, necessário ao setor industrial de máquinas, implementos e insumos.

Já para a EMBRAPA (1982), o processo de modernização está pautado na adoção de práticas inovadoras, já que esta se constitui num dos momentos mais importantes do processo. No entanto, vários fatores interferem na adoção de práticas modernas: a estrutura de informação e de difusão; a disposição dos indivíduos em aceitar as inovações, ou seja, a receptividade; as cidades desempenham um papel importante na modernização, pois geralmente os indivíduos que adotam inovações têm contato com o urbano; e a disponibilidade e o acesso ao crédito, que, no caso brasileiro, foram fundamentais, e demonstra como o Estado norteou a modernização agrícola.

Portanto, a modernização não ocorre de forma homogênea, e sim atingindo os espaços pontualmente, principalmente aqueles em que os produtores têm mais condições de adquirir os elementos modernizantes.

Para Vaz *apud* Machado (1996), a modernização tem como principais fundamentos o aumento da produção e a não alteração da estrutura fundiária, por isso é um conjunto de políticas organizadas, tendo como objetivo principal não realizar uma reforma agrária, no seu sentido *lato-sensu*; portanto, a modernização é a tentativa de eliminar o arcaico agrícola, com a expansão do capital, não por uma dinâmica própria, mas pela ação do governo com incentivos e financiamentos.

O processo de modernização (ou inserção de inovação tecnológica) do campo brasileiro é composto por: transformação técnica (plantio, criação de gado, manejo do solo etc); uso de tecnologias científicas (biotecnologia, melhoramento genético, agrotóxicos, fertilizantes) e instrumentais (máquinas, equipamentos, uso de GPS, aviões agrícolas etc);

inserção de novos padrões de organização da produção, com maior influência do mercado internacional (uso de tecnologia e grande investimento de capital, parcerias, integração etc); integração agricultura-indústria; mudanças sociais (novas relações de trabalho, produtor empresário, expulsão do pequeno produtor etc) e espaciais (estrutura fundiária concentrada, maior relação campo-cidade, novas paisagens agrícolas, crescimento urbano, surgimento de: novos centros urbanos, de agroindústrias, estradas, comércio especializado, e de uma nova Divisão Territorial do Trabalho).

Portanto, a modernização não transformou somente a base técnica, mas também, a dinâmica socioespacial do espaço brasileiro. Como exemplo disto, pode-se citar o Sudoeste de Goiás.

2.2.2.2 Especificidades do processo de modernização e de industrialização da agricultura no Sudoeste de Goiás.

Para a EMBRAPA (1982), o início da década de 1950 marcou o processo de modernização da agricultura no Sudoeste de Goiás, por meio da introdução de maquinários, sendo o trator o primeiro elemento inovador. Porém, somente a partir da década de 1960 é que se tornou regular a adesão dos produtores ao uso desse elemento "moderno".

A proximidade da microrregião em relação às grandes concentrações urbano-industriais do país intensificou a adoção de outros elementos modernizantes, como o adubo químico, colheitadeiras e capim-braquiária. Processo, esse, que se ampliou na década de 1970, com a introdução de herbicidas, calcário, silo forrageiro e o terraceamento.¹⁸

No sudoeste de Goiás, voltado durante decênios, para a pecuária de corte e para a monocultura de arroz, deu-se, no final da década de 60, a entrada de empresas capitalistas, atuando também no sudeste e sul do país, e que tiveram grande influência na diversificação da produção agrícola em moldes modernos e na melhoria dos sistemas de criação de gado, com expansão dos pastos formados. (EMBRAPA, 1982, p. 87)

A modernização se intensificou na década de 1970, num momento em que várias políticas, a nível nacional, são instituídas e, conseqüentemente, afetam a produção agropecuária da microrregião. Com a tomada do poder pelos militares em 1964, o Brasil passou a contar com várias políticas e medidas - com todos os seus pontos positivos e negativos, tais como a submissão ao capital internacional - visando o seu crescimento e a integração nacional. Nesse pacote, a agricultura recebeu um tratamento especial com políticas de incentivo à mecanização e à inovação tecnológica, bem como a expansão das áreas de produção.

¹⁸ EMBRAPA, 1982.

Essas medidas de modernização da agricultura estão ligadas ao processo de industrialização do país, ou seja, a agropecuária torna-se um mercado consumidor de bens industrializados e fornecedora de matéria-prima para as indústrias. Tem-se um quadro perfeito para a constituição dos Complexos Agroindustriais.

Além disso o setor industrial fornecedor de máquinas, implementos e insumos só poderia se desenvolver se houvesse crescimento do consumo, o que dependia do nível de renda dos consumidores ou pelo menos da disponibilidade de crédito para estes. A saída encontrada pelos governos militares foi ampliar as políticas específicas para o setor agropecuário, especialmente o crédito rural. (CAMPOS, 1999, p. 24)

No Sudoeste de Goiás, as primeiras alterações foram: a expansão espacial das atividades produtivas, derivadas dessas medidas/políticas; cultivos de produtos destinados ao mercado externo; e aumento do uso de maquinário na atividade agrícola. Segundo o trabalho elaborado pela EMBRAPA (1982), o aumento mais visível é o número de tratores e colheitadeiras. Este aumento no uso de implementos e máquinas agrícolas está vinculado aos incentivos - financiamentos - dados pelo governo federal para aquisição destes equipamentos na década de 1970, bem como às políticas de aumento da produção agrícola, tais como: as políticas de crédito rural; políticas de garantia de preço mínimo - PGPM; e os programas de desenvolvimento regional - POLOCENTRO.

Essas políticas e o POLOCENTRO foram fundamentais para a modernização da agricultura no Sudoeste de Goiás e, conseqüentemente, para sua ocupação e integração definitiva na divisão territorial do trabalho e na transformação do espaço regional.

a) Políticas de Crédito Rural.

O crédito rural foi o principal instrumento de política agrícola, utilizado pelos governos militares para dinamizar o processo de modernização da agricultura. O Sistema Nacional de Crédito Rural foi institucionalizado, em 1965, e regulamentado em 1966, pelo decreto 58.380 de 10/05/66.

Segundo Borges e Carneiro (2003), o citado decreto-lei tinha quatro objetivos principais:

- 1) estimular o aumento dos investimentos rurais, inclusive para armazenagem, beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou produtores na sua propriedade;
- 2) favorecer o custeio e a comercialização de produtos agropecuários;
- 3) possibilitar o fortalecimento dos pequenos e médios produtores rurais;
- 4) incentivar a introdução de métodos racionais de produção, com o objetivo de aumentar a produtividade, melhorar o padrão de vida das populações rurais e a conservação do solo.

Existiam três modalidades de crédito rural: custeio, investimento e comercialização. O crédito de custeio destinava-se a cobrir os custos com a produção, tais como: despesas com insumos, força de trabalho, alimentação animal, vacinas e remédios. Já o crédito de investimento era para financiar a aquisição de: terras, animais, máquinas agrícolas, formação de pastagens e correção do solo. Também era utilizado para abertura de canais de drenagem, obras de irrigação, e construção/ampliação de obras de infra-estrutura. O crédito para a comercialização cobria custos de armazenagem, secagem, pesagem, seguros e fretes.

De acordo com Campos (1999), a distribuição do crédito rural pode ser resumida em duas palavras: seletiva e concentrada. Seletiva, porque privilegiou alguns produtos, por exemplo: em 1977, o crédito de custeio do café, da soja e do trigo, somados, correspondeu a 41,4% do total, enquanto o feijão e a mandioca receberam apenas 4,1%.

Concentrado, porque se adensou em alguns produtos e insumos (como os fertilizantes) e, geograficamente, privilegiou as regiões Sul e Sudeste (conforme mostra a tabela 11).

Tabela 11 - Percentual (%) de participação das regiões brasileiras no crédito agrícola 1973-1977.

Regiões	1973	1975	1977
Norte	0,99	0,99	1,57
Nordeste	9,75	11,28	12,54
Centro-Oeste	6,22	8,34	8,19
Sul	40,95	46,07	44,13
Sudeste	42,09	33,33	33,57

Fonte: Machado, 1996

O crédito rural excluiu os pequenos produtores, concentrando-se nas mãos dos grandes e médios produtores. Como prova disto, basta analisar o valor de crédito concedido aos pequenos produtores e grandes produtores no ano de 1976. Neste ano, os pequenos produtores fecharam 77% dos contratos, retirando um total de 11% do valor. Enquanto isso, os grandes produtores assinaram 3% dos contratos e receberam 53% do dinheiro.

Isto se deve, principalmente, às garantias exigidas para retirar os empréstimos. Quase sempre era solicitada a terra e a produção como garantia de pagamento, o que inibia os pedidos dos pequenos produtores. Outro empecilho era a burocracia que cercava a retirada do dinheiro, desestimulando os pequenos produtores.

Com isso, a política de crédito rural cumpriu com sua meta "subjetiva", que era a de modernizar a agricultura brasileira, sem modificar a estrutura fundiária. Este processo é denominado por muitos de "modernização conservadora", atendeu aos interesses da elite industrial, que necessitava expandir seus negócios, e aos da elite agrária, mantendo tudo como estava.

A política de crédito agrícola, na forma em que foi conduzida na década de 1970, esgotou todas as suas potencialidades, e passou a ser criticada em três aspectos: equidade, eficiência e impactos sobre a política monetária.

Os efeitos dessa política, que beneficiou o uso intensivo de capital em detrimento do fator trabalho, foram a concentração dos meios de produção e a exclusão dos pequenos produtores. Nas regiões onde a política foi executada ocorreu a concentração da propriedade da terra e da renda, provocando um desenvolvimento desigual do campo brasileiro, adensando a produção agropecuária em algumas regiões, e a concentrando nas mãos dos grandes proprietários de terras.

O Sistema Nacional de Crédito Rural, com taxas de juros reais negativas, mostrou-se ineficiente no intuito de gerar o desenvolvimento no campo, e provocou o endividamento externo e interno do país. Diante disso, o setor privado elevou a sua participação no financiamento agrícola, levando à integração da agricultura com o sistema financeiro. Assim, as empresas verticalizadas (indústria para a agricultura e agroindústrias) apropriaram-se do campo brasileiro, tornando a agricultura brasileira submissa, captando a maior parte da renda agrícola, determinando tecnologias e cultivos a serem utilizados.

Segundo Barros apud Borges e Carneiro (2003), a partir de meados dos anos 1970, em função da mudança de rumos na economia mundial, a economia brasileira começou a sofrer pressão inflacionária e desequilíbrios na balança de pagamentos. A política governamental de crédito rural teve que se ajustar à nova situação, diminuindo o valor financiado e priorizando produtos e setores, principalmente aqueles destinados à exportação. Assim, a partir do final da década de 1970, a política de crédito rural foi marcada por uma retração, em função da crise do sistema creditício, com a taxa nominal de juros triplicando entre 1978 e 1980, destacando a variação de 153,33% de 1978 para 1979.

Mesmo com problemas na política de crédito rural (interrupções, setorizações, concentração, burocracias e exclusões), ela foi responsável por grande parte do processo de modernização da agricultura brasileira, pois tinha como um dos seus objetivos a mudança da base técnica do campo.

Especificamente, no Sudoeste de Goiás, a política de crédito rural foi fundamental para a inserção de práticas modernas na agropecuária. Segundo a EMBRAPA (1982), ela contribuiu para a aquisição de maquinários, equipamentos, insumos e práticas modernas. Neste trabalho, coloca-se que:

Este [...] vem constituindo em importante elemento de sustentação das práticas inovadoras introduzidas no processo de produção agrícola. Os altos custos dos insumos e da maquinaria, sobretudo quando confrontados com os baixos preços dos produtos agrícolas, tornam a obtenção de crédito um elemento essencial ao desencadeamento do processo de modernização em muitos estabelecimentos [...]. (EMBRAPA, 1982, p. 13)

O acesso ao crédito rural foi essencial para aquisição de práticas modernas e expansão das atividades, na microrregião Sudoeste de Goiás. Porém, a concessão de crédito não foi homogênea entre os produtores, uma vez que, para sua aquisição, é necessário ter a posse dos meios de produção e coloca-los como garantia no contrato de empréstimo, o que tornou-se um entrave para o pequeno produtor regional.

Muitos pequenos produtores não conseguiram financiamento, acentuando as desigualdades entre os produtores, pois aqueles que adquirem crédito aumentam sua produção e sua participação no mercado, e podem assumir novas dívidas de empréstimos. Já os que foram excluídos perdem mercado, e não vão conseguir contrair créditos, empobrecendo cada vez mais.

De forma geral, essa política contribuiu para o processo de modernização no Sudoeste de Goiás, mesmo que excluindo muitos pequenos produtores e levando à concentração dos meios de produção. Somando-se a ela, neste processo, está outra política agrícola, a política de garantia de preços mínimos - PGPM.

b) Política de garantia de preços mínimos – PGPM.

Aliada à política de crédito, o governo lançou, no ano de 1966, o decreto-lei nº 79, que regulamentava a Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, visando assegurar ao produtor a venda de seus produtos a preços compensatórios.

A PGPM contava com duas linhas operacionais: o empréstimo do governo federal (EGF) e a aquisição do governo federal (AGF). O EGF consistia num empréstimo para que os produtores pudessem saldar as suas dívidas e, com isso, terem condições de esperar o melhor momento para comercializar os seus produtos, com preços mais elevados. O segundo (AGF) consistia na venda dos produtos diretamente para o governo federal, objetivando formar os estoques reguladores, que seriam usados quando os produtos estivessem sofrendo fortes aumentos ou graves problemas internos na produção. Este recurso era utilizado, sobretudo, por produtores localizados em regiões distantes dos grandes mercados consumidores, pois, nestes casos, o valor do transporte da fazenda até o mercado consumidor anulava qualquer vantagem que os compradores oferecessem em relação ao preço mínimo.

Segundo Campos (1999), a política PGPM contava com uma quantidade de recursos bastante limitada, variando entre 1% e 2% da renda do setor agrícola na década de 70. Porém, nas áreas de fronteira agrícola (ex.: Sudoeste de Goiás), ela foi muito importante para viabilizar a comercialização dos produtos, pois, vendendo diretamente ao governo, os produtores destas áreas conseguiam obter preços próximos aos oferecidos pelo mercado.

A grande contribuição desta política para o setor agrícola ocorreu na década de 1980, quando o país passava pela "crise dos anos 80", fruto de especulações e problemas na economia internacional. Nesse período, como o governo precisava aumentar o superávit da balança comercial, resolveu investir na atividade agrícola, pois era o setor mais importante na geração de divisas na economia nacional. Para tanto, usou da PGPM, não só para aumentar as exportações e o oferecimento de alimentos no mercado interno, mas também, para compensar os produtores pela redução nos recursos de crédito rural. Assim, "através dos mecanismos de EGF e AGF, a PGPM foi responsável pelo aumento da produção de grãos, chegando a cobrir, durante os anos 80, cerca de 35% da produção de arroz, 40% da de algodão e 32% da de soja." (GARCIA; VILLA VERDE apud CAMPOS, 1999, p. 33).

Para que os preços dos produtos não fossem corroídos pela inflação e não desestimulassem os produtores, o governo instituiu, em 1981, que o preço-base estaria sujeito à indexação até o início do seu período de operação como preço mínimo. Esta medida acabava com um problema comum, que era a incerteza vivida pelos produtores quanto ao valor real do produto na época da safra.

Com esta política, os preços mínimos superaram os de mercado, praticamente durante quase toda a década de 1980. Além disto, o governo aumentou a prática da aquisição de produtos, principalmente nas áreas de fronteira. No caso do Centro-Oeste, o governo comprava quase toda a safra, armazenava, e depois vendia na entresafra, garantindo um bom preço para os produtos.

Todavia, assim como nas políticas de crédito rural, a política de garantia de preços mínimos apresentou obstáculos e problemas de acesso aos recursos. Primeiro, os recursos ficaram concentrados em poucos produtos, a saber: algodão, soja, arroz, milho e feijão. Segundo, favoreceu os produtores das regiões Sul e Sudeste, ficando com grande parte dos recursos. Terceiro, mais uma vez os pequenos produtores tiveram pouco acesso aos recursos, devido à burocracia e garantias a serem oferecidas.

Na microrregião do Sudoeste de Goiás, esta política colaborou, embora em pequena escala, para a adoção de práticas inovadoras. No trabalho realizado pela EMBRAPA (1982), analisando a década de 1970, é possível perceber a instabilidade da PGPM, pois os preços fixados eram, na maioria das vezes, insatisfatórios diante dos custos de produção. Este quadro foi agravado pelos problemas climáticos de 1978, que diminuíram a produtividade e elevaram os custos médios.

Outro argumento apresentado é a precariedade do sistema de comercialização e circulação na microrregião, onerando ainda mais os custos de produção. Mesmo tendo recursos do EGF para custear a armazenagem e para comercializar em momento mais propício, os produtores da região encontraram dificuldades para sua aquisição. A primeira

dificuldade diz respeito ao acesso a estes recursos pelos intermediários, muito comum no Sudoeste de Goiás, reduzindo o volume destes recursos destinados aos produtores.

A segunda refere-se aos juros elevados, não compensando o retorno obtido pelos produtores após a venda de seus produtos. A terceira é a forma de pagamento do empréstimo, que induz os produtores a vender parte de sua produção quando o preço ainda está baixo, para pagar as parcelas iniciais (que vencem 60 dias após os empréstimos, e depois de 30 em 30 dias), evitando assim o pagamento de juros adicionais. O sistema não garante a retenção da safra para que o preço melhore no mercado.

A última dificuldade, é inerente à ação dos intermediários, que dispõem de capital de giro para pagar os empréstimos e, dessa forma, manobram os produtores comprando os produtos, na época de pagamento do EGF, a preços relativamente mais altos que os oferecidos pelo governo federal. Geralmente, o produtor entrega parte da safra facilmente, evitando que o governo fique com ela para cobrir o empréstimo, e pagando um preço inferior.

Outra manobra comum eram os acordos verbais firmados com os agricultores, garantindo a compra dos produtos a preço de mercado na época da colheita, momento em que os preços estão mais baixos, com isso o produtor deixava de ganhar dinheiro. Alguns intermediários utilizam-se de duas outras manobras para reduzir o preço de produtos e aumentar os seus lucros, prejudicando os produtores, a saber: o lançamento no mercado, na época da colheita, de estoques armazenados no ano anterior, aumentando a oferta do produto, e abaixando o seu preço; e o financiamento para custeio da lavoura a juros mais elevados do que os dos bancos, que operavam com o crédito rural, onde o produtor deveria entregar a produção logo após a colheita. Este era um caminho muito utilizado pelos produtores, devido às exigências menores, mas muito prejudicial.

No Sudoeste de Goiás,

além de toda essa problemática que envolve a comercialização dos produtos agrícolas, constituem-se, também, em fatores de instabilidade da agricultura as circunstâncias que envolvem a concessão de crédito de custeio e/ou investimento. Para essas modalidades de crédito, a garantia [...] é a terra, sob forma de hipoteca. Os pequenos produtores revelam temor de recorrer a essas modalidades de crédito, que podem pôr em risco seu título de propriedade da terra. Nos três últimos anos, [década 70] particularmente, os prejuízos decorrentes das sucessivas quebras de safra, provocadas pela ausência de chuvas nos meses de janeiro e fevereiro, impediram que muitos produtores saldassem os débitos oriundos dos financiamentos agrícolas. Na medida em que os atrasos no pagamento de dívidas tornaram-se freqüentes, os bancos passaram a pressionar os agricultores, que foram, assim, muitas vezes, obrigados a vender terras ou gado, como forma de saldar seus compromissos. (EMBRAPA, 1982, p. 64) [grifo nosso]

Este quadro provocou mudanças no espaço agrário regional. A primeira é a mobilidade dos produtores, resultante da especulação fundiária e da venda das terras pelos

agricultores endividados. As terras eram vendidas, em sua maioria, para agricultores de São Paulo e do Sul, que, via de regra, vendiam um hectare de suas terras nos estados de origem e compravam seis no Sudoeste de Goiás. Com a mesma lógica, os proprietários que se desfaziam de suas terras na microrregião, adquiriam outras propriedades no norte do estado (atual estado do Tocantins), no Pará e no Mato Grosso, numa relação cinco por um.

A outra mudança foi a perda da importância da atividade agrícola para a pecuária. Isto se deve a dois motivos: inicialmente, por que a pecuária é uma atividade mais segura, requer um investimento menor e tem um retorno garantido. Os produtores ficavam inseguros quanto ao futuro das políticas, preferiam investir em um negócio mais estável. Depois, os novos proprietários, que compraram as terras como reserva de valor, tendiam a praticar a pecuária.

Contudo, este cenário se transformou nos anos 1980, em função do: redirecionamento das políticas destinadas ao setor agrícola; das mudanças na economia nacional e internacional, que afetaram direta ou indiretamente o setor agropecuário; e da efetivação dos investimentos do POLOCENTRO na microrregião. Isto inverteu a prática agropecuária, passando a produção de grãos a ser a atividade mais representativa na economia regional.

c) POLOCENTRO e sua contribuição ao processo de modernização do Sudoeste de Goiás.

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) foi instituído em 29 de agosto de 1975, pelo decreto nº 75.320, com a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias na região Centro-Oeste e no oeste mineiro, por meio da ocupação racional das áreas de cerrados e da realização de um grande plano de obras. O Ministério do Interior, através da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), se responsabilizou pela gestão e execução do programa, em conjunto com órgãos do Ministério da Agricultura e com os três governos dos estados beneficiados.

[...] o Estado vem atuando especificamente na região do Cerrado através do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO - criado em 1975, com vistas à ampla incorporação de terras ao processo produtivo, através da concessão do crédito rural subsidiado e do fortalecimento de infra-estrutura representada pela pesquisa e experimentação agropecuária, assistência técnica, armazenagem, estradas rurais e energia elétrica. (EMBRAPA, 1982, p. 133-34)

A área beneficiada pelo projeto atinge três estados: Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Nestes, foram selecionadas áreas situadas num raio de interferência de vias de

transportes federais, de núcleos urbanos com forte polarização, jazidas de calcário próximas, e contando com a presença de empresários rurais. Em Minas Gerais foram escolhidas as regiões do Triângulo Mineiro, Alto-médio São Francisco e Vão do Paracatu. Em Mato Grosso¹⁹, as áreas contempladas foram Campo Grande - Três Lagoas, Bodoquena, Xavantina e Parecis. No estado de Goiás, os investimentos foram feitos nas áreas de Gurupi, Paranã, Pirineus, Piranhas e Rio Verde.

Nas áreas selecionadas, foram realizadas várias obras e investimentos para ampliação e dinamização das atividades agropecuárias, tais como: construção e melhoria de estradas; expansão da rede de energia elétrica; instalação de moagens de calcário; construção de armazéns e silos; expansão da rede de serviços voltados para a atividade agrícola (assistência técnica e pesquisas); e crédito com subsídios maiores, quando associados às atividades cooperativas (estes podiam chegar a 0%, numa inflação de 46% ao ano).

No entanto, assim como as políticas agrícolas discutidas anteriormente, o POLOCENTRO recebeu severas críticas, principalmente no que se refere à sua conduta discriminatória. Segundo Campos (1999), em Goiás, o programa priorizou áreas de cultivo de lavouras, marginalizando a pecuária, e não concedeu créditos especiais para os pequenos produtores. A autora chega a afirmar que:

Já se chegou à conclusão de que a conquista dos cerrados, através do Polocentro, só é viável pelo grande empresário, marginalizando pequenos e médios fazendeiros, que não dispõem de garantias reais para obter financiamentos e estão sendo obrigados a vender suas propriedades, com negativas repercussões sociais. (CAMPOS, 1999, p. 35)

Os investimentos realizados pelo programa provocou fortes impactos socioespaciais, não só pela materialização de obras, de novos cultivos e de redes de serviços e financiamentos, como também pelas repercussões especulativas dos investimentos, como relata Sorj apud Machado (1996):

Campo Grande (MT), Rio Verde (GO) e Patrocínio (MG) - o simples lançamento do Programa de Desenvolvimento do Cerrado já foi suficiente para provocar uma intensa valorização das terras nas regiões abrangidas, onde o preço chegou a registrar, em alguns casos, um aumento de 30% em dois meses, de acordo com as informações colhidas junto a proprietários rurais. (SORJ apud MACHADO, 1996, p. 36)

No Sudoeste de Goiás, o programa realizou várias obras, incluindo os setores de armazenamento, transportes e energia. No setor de armazenamento, foram construídos, com financiamento do POLOCENTRO, dois armazéns: um em Rio Verde e outro em Jataí. Nos transportes, foram construídas ou reformadas estradas rurais, rodovias federais e municipais. Na área de energia, foram estabelecidas duas linhas, a LT 364 ligando Rio

¹⁹ No momento do lançamento do POLOCENTRO, o estado do Mato Grosso Sul não tinha criado.

Verde a Perolândia, a LT ligando Rio Verde a Montividiu. Na pesquisa agropecuária, foram investidos capitais em: uma unidade de pesquisa, condução e apoio a projetos de pesquisa.

Os municípios que mais receberam investimentos do POLOCENTRO foram aqueles que tinham orientação para a lavoura e, de preferência, de produtos destinados à exportação e com melhores condições de fertilidade, facilitando o aumento da produtividade. Dentre eles, se destacam: Jataí, Caiapônia, Mineiros e Rio Verde. Este último foi o mais beneficiado com obras e com a rede de serviços, pois foi o único a receber um projeto piloto no estado.

No caso do Sudoeste, este é um ponto de crítica à atuação do programa, pois discriminou os municípios que não tinham o padrão de solo e agricultura, impedindo-os de receber os financiamentos. Com isso, aumentaram as desigualdades entre os municípios e entre os produtores, a nível regional. Outra crítica foi a de que o programa não se adequou às especificidades regionais, deixando de lado investimentos na área de irrigação, necessária para o aumento da produção, uma vez que o clima possui uma estação seca e outra chuvosa. Também, cabe aqui reforçar a crítica de que o programa privilegiou médios e grandes produtores, excluindo os pequenos.

Um dos principais instrumentos utilizados pelo governo, através do POLOCENTRO, para minimizar essa exclusão e dinamizar a inserção de inovação tecnológicas, atendendo aos interesses das indústrias para a agricultura, foi o incentivo ao cooperativismo.

Para Campos (1999), este foi o canal que o Estado encontrou para disseminar as inovações tecnológicas e integrar a agricultura à atividade industrial e ao modelo de desenvolvimento que o governo militar adotou. No Brasil, o Estado utilizou-se das cooperativas como instrumento institucional para romper com as dificuldades a expansão do capital no campo, ampliando o mercado consumidor do setor à montante da agricultura.

De fato, desde o início o cooperativismo contou com forte ingerência do Estado no Brasil. O Estado regulamentou legislação para a atividade cooperativa, estabelecendo limites e funções de atuação das cooperativas; forneceu orientação técnica, administrativa, jurídica e organizacional, através de diversos órgãos públicos voltados para as atividades agrárias [...]; realizou campanhas de divulgação; e concedeu créditos especiais e incentivos fiscais para viabilizar a formação de cooperativas em todo o país. (CAMPOS, 1999, p. 41)

Nos anos 1970, o fomento ao cooperativismo cresceu em grandes proporções, e era um dos canais de financiamento do POLOCENTRO, onde as cooperativas obtinham recursos financeiros a juros muito baixos. Este fato contribuiu para a aquisição de equipamentos, maquinários e insumos para a agricultura.

Neste período, várias cooperativas surgem no Centro-Oeste e, essencialmente, no Sudoeste Goiano, é momento da constituição das grandes cooperativas (entre elas a COMIGO - em Rio Verde). Em Goiás, o governo federal, juntamente com o governo estadual, incentivou a formação de cooperativas, fazendo campanhas, reuniões, cursos,

oferecendo apoio jurídico e administrativo, dando suporte financeiro e facilitando o crédito para os produtores membros.

As cooperativas ampliaram o acesso de vários produtores rurais: aos instrumentos de políticas agrícolas, garantindo a produção de associados; à uma rede de serviços, tais como armazenagem, assistência técnica, oferta de insumos por meio de lojas próprias e fornecimento de sementes; aos mercados interno e externo, através de benefícios fiscais que favorecem a comercialização.

Para Campos (1999), elas serviram para "enfeitiçar" os produtores com o discurso da modernização necessária, e não como realmente é, uma modernização imposta. Torna-se o canal mais simples para operacionalizar a política agrícola do Estado e um importante instrumento de *marketing* dos setores industriais para a agricultura.

Finalizando, cabe colocar que o POLOCENTRO contribuiu para o processo de inovação tecnológica e transformações espaciais na região, inserindo novos fixos e novas redes de serviços, dinamizando a agricultura e solucionando, em parte, alguns antigos problemas da microrregião, condizentes à armazenagem, à circulação e ao aumento da produção. Esses investimentos ajudaram a mudar a paisagem regional e a criar uma base para desenvolvimento e crescimento da agricultura, inserindo o Sudoeste de Goiás definitivamente na divisão territorial do trabalho no país.

d) Conseqüências das inovações tecnológicas, das políticas governamentais e do cooperativismo no espaço regional.

EMBRAPA (1982), Amorim (1996), Machado (1996) e Campos (1999) defendem que o processo de modernização da agricultura no Sudoeste de Goiás foi dinamizado pelas políticas governamentais (políticas agrícolas e de desenvolvimento regional - POLOCENTRO) e pela ação do cooperativismo.

Campos (1999) coloca que é possível analisar o processo de modernização agrícola na região, através da concentração fundiária; alterações nas relações de trabalho; elevação do crescimento da população urbana; mudanças na pauta de produção; e o aumento da infra-estrutura.

A elevação do preço da terra, em função dos investimentos em infra-estrutura e especulação, aliado às políticas de crédito discriminatórias, levam os pequenos produtores a vender sua terra. Estes ainda sofrem a sedução pelas vantagens de uma vida na cidade, onde os serviços são mais abundantes e as possibilidades de ascensão social são maiores. Com isso, ocorre a concentração fundiária, elevando o número de médios e grandes produtores, que compram as terras dos pequenos.

Na microrregião do Sudoeste de Goiás, ocorreu uma forte concentração das terras após o anúncio e a efetivação dos investimentos do POLOCENTRO. Na década de 1970, o preço da terra subiu, em alguns locais, cerca de 170%. Na década seguinte, segundo dados do IBGE, 68,6% da área agrícola da região estavam concentrados nos estabelecimentos com mais de 1.000 ha. Enquanto isso, 2,61% da área era ocupada por pequenos estabelecimentos.

Ainda segundo a autora, a modernização provocou alterações nas relações de trabalho, aumentando substancialmente o trabalho assalariado, especialmente do trabalhador volante, e reduzindo as formas de trabalho baseados nas relações pré-capitalistas. Estes fatos se devem à mecanização e à redução na produção ou às mudanças no uso da terra pelo proprietário. Assim, as famílias que viviam agregadas, e aquelas que tinham uma pequena porção de terra e venderam, tornam-se trabalhadores assalariados que, na maioria das vezes, trabalham em condições precárias, como relata Pires apud Campos (1999, p. 53):

Os bóia-frias levantam geralmente às duas horas da madrugada para prepararem comida e as ferramentas de trabalho. [...] Entre 6:30 e 7:30 começam a trabalhar. Fazem uma ligeira parada para o almoço, por volta das 10:00 h e a fome é grande, mas dentro dos caldeirões há o puro arroz branco. Às vezes acontece de o caldeirão estar vazio. A comida é fria, a água é quente porque são poucos os patrões que oferecem água fria e potável aos trabalhadores. Normalmente a água a ser servida está dentro de um tambor sob o sol, além disso acontece de estar suja e algumas vezes é transportada em latões de preparação de inseticidas. Mal terminam o almoço e já voltam ao trabalho [...] Trabalham em geral até as 17:00h, sem novas paradas para descanso ou refeição. Durante toda a jornada são vigiados pelos fiscais ou gatos que andam o dia todo entre os trabalhadores com bolsa debaixo do braço onde geralmente carregam uma arma de fogo. [...].

Esses trabalhadores, na maioria, não são sindicalizados, pois temem não serem contratados, caso estejam sindicalizados. Os "gatos" (os intermediários entre fazendeiros e os trabalhadores) contratam também crianças, e trazem trabalhadores de outras regiões, forçando a redução do preço da diária e o aumento da produtividade. Esses, em alguns casos, são mantidos quase como escravos em fazendas da região.

Segundo dados do IBGE, ocorreu na região, a partir dos anos 1980, um aumento do número de trabalhadores permanentes (deixa de ser diarista e passa a ser mensalista, e tem contrato de trabalho baseado nas leis trabalhistas, mas as outras condições de trabalho continuam as mesmas) e, conseqüentemente, a redução de outras relações de trabalho, tais como: o trabalho familiar, os parceiros e o trabalho temporário. Isto é fruto da intensificação da mecanização e de mudanças nos produtos cultivados, que não exigem muita mão-de-obra, como a soja.

As alterações nas relações de trabalho, que "expulsaram" os trabalhadores do campo, fazem surgir um outro efeito da inovação tecnológica, o crescimento da população urbana e a

redução da população rural. Segundo dados do IBGE, na microrregião do Sudoeste de Goiás, em 1970, cerca de 60% da PEA - População Economicamente Ativa - trabalhavam em atividades agropecuárias, e quase metade da população viviam nas cidades. Já nos anos 1980, cerca de 70% da população vivia nas cidades, e 42% trabalhavam em atividades agropecuárias. Nos anos posteriores, a população urbana cresceu de forma contínua, chegando a cerca de 80% nos anos 1990.

Outro efeito do processo de modernização é o aumento na infra-estrutura básica regional: rede de energia, de telefonia, de estradas, de armazenagem, de serviços (atividades comerciais, bancos, educação, saúde, assistência técnica e pesquisa). Como exemplo disto, basta lembrarmos as repercussões do POLOCENTRO na região.

O último efeito, a saber, as mudanças na pauta de produção, que foram a grande marca do processo de inovação tecnológica na microrregião, ocorreram baseadas nas demandas do mercado internacional, ou do setor industrial. A produção destinada a estes mercados é mais estimulada, implicando num aumento da área plantada e da produtividade, enquanto isso o cultivo de produtos destinados ao mercado interno fica estagnado e/ou se reduz.

Seguindo uma tendência de privilegiar produtos de exportação em detrimento dos produtos para abastecimento interno, o governo incentivou a produção de soja na microrregião, investindo em pesquisas, infra-estrutura para escoamento e fornecendo crédito. Com isso, na década de 1970, a soja aparece com uma produção tímida de 3.214 toneladas, já nos anos 1980 tornava-se o principal produto da região, e o signo das mudanças e da modernização no Sudoeste de Goiás.

É perfeitamente compreensível o fato de estar a produção de soja associada a indicadores do uso de elementos modernos [...] a lavoura de soja e o acesso ao crédito rural, que viabiliza a aquisição de insumos, máquinas e implementos agrícolas. De fato, o montante de crédito rural oferecido pela rede bancária aos produtores de soja, no início da década de 70, foi muito significativo e deveu-se à importância que o produto assumiu nas exportações brasileiras. (EMBRAPA, 1982, p. 59-61)

Para a EMBRAPA (1982), os cultivos de soja e do milho foram os grandes responsáveis pela adoção de práticas modernizantes na região, devido aos créditos oferecidos para essas culturas, à possibilidade do uso de maquinários e de insumos, e ao aumento da demanda por parte das indústrias de transformação e do mercado externo. Assim, a modernização está vinculada à disponibilidade de crédito e à prática de culturas destinadas ao mercado externo e ou para atender às agroindústrias. A esses dois fatores, somam-se as características regionais, tais como: condições climáticas (um período chuvoso e outro seco), relevo, acidez do solo e a deficiência de nutrientes no solo, que contribuíram para a adoção de práticas inovadoras.²⁰

²⁰ No âmbito da pesquisa, a EMBRAPA considerou como inovação, uma prática ou técnica que, quando introduzida no processo de produção, tenha alterado substancialmente algum aspecto da atividade agropecuária. Definiram como elementos para a investigação, as seguintes variáveis: uso de adubo químico e de calcário, força mecânica, herbicidas, terraceamento e plantio de capim braquiária e silagem.

O cultivo da soja veio transformar um espaço agrário regional baseado em quatro sistemas de práticas agropecuárias tradicionais, e com pouca inovação tecnológica, a saber: cultivo de produtos anuais em alternância com pastos; cultivo de produtos anuais subsidiário da criação de gado de corte; criação de bovinos para corte; e criação de bovinos com orientação mista. A maioria dos municípios da microrregião estava orientados para a pecuária, entre eles, Jataí, Serranópolis, Aporé e Rio Verde (figura 14). Apenas Santa Helena e Maurilândia possuíam um sistema voltado para a lavoura, com cultivo de produtos anuais, alternando com pastos. O principal produto era o arroz, tendo, em alguns municípios, pequenas porções de cultivo de milho e algodão. (EMBRAPA, 1982)

É importante salientar que o processo de modernização da agricultura no Sudoeste de Goiás não ocorreu de forma generalizada, entre todos os produtores. Dentro dessa diversidade, é possível definir três subconjuntos: estabelecimentos com baixo nível de modernização; com nível intermediário de modernização; e com alto nível de modernização, como mostra a figura 15.

Finalizando, o processo de modernização da agricultura no Sudoeste de Goiás, iniciado na década de 1950, com a introdução do trator, foi intensificado nos anos 1960 a partir das políticas de crédito rural, o qual incentivou o consumo de máquinas e equipamentos, e o uso de insumos, atendendo aos interesses das indústrias para a agricultura. Além desses elementos, cabe citar a adoção de técnicas de manejo e plantio de produtos melhorados, que tiveram seu uso intensificado nos anos 1970, frutos de pesquisas, de divulgação e da assistência prestada por instituições públicas, como Embrapa, Engopa e outras.

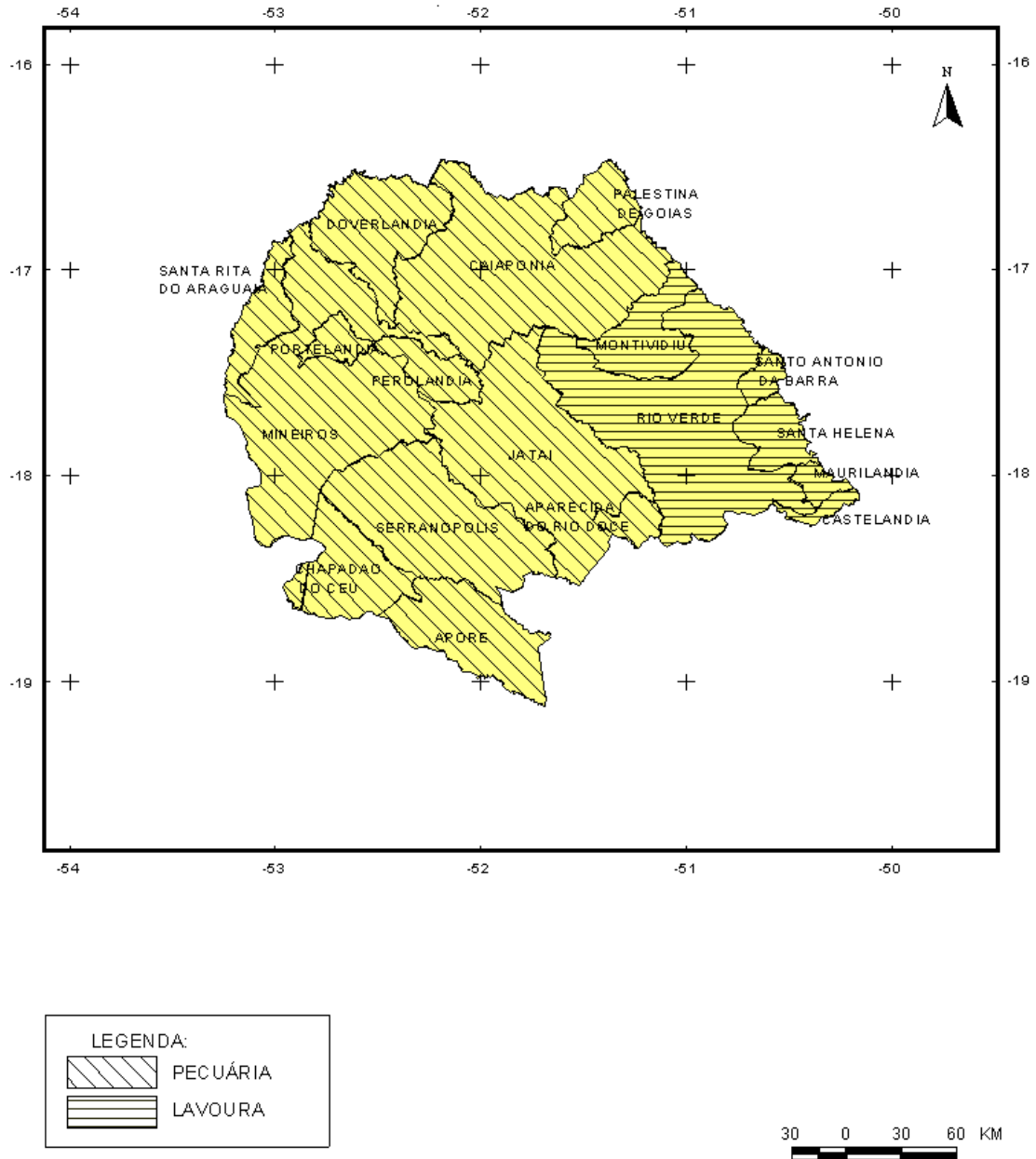
Essas instituições tiveram suas atividades fortalecidas pelos investimentos derivados dos programas de desenvolvimento regional (POLOCENTRO), que financiaram pesquisas e a ampliação de uma rede de serviços para o agricultor, além de infra-estrutura (ver a discussão sobre este item, realizada neste capítulo).

Com isso, o Sudoeste de Goiás, que foi durante vários anos voltado para a pecuária de corte e para a monocultura de arroz, torna-se uma das áreas mais modernizadas do estado, diversificando sua pauta de produção, vivenciando a entrada de empresas capitalistas, que atuavam em escala nacional, e se tornando parte integrante de um sistema de produção agrícola voltado para o mercado internacional.

Citando Amorim (1996),

começou-se, então, a produzir sob novas bases e uma lavoura modernizada começou a se expandir pelas áreas de domínio natural do cerrado, vinculada à expansão dos grandes mercados urbanos do país, e para atender à crescente demanda de produtos agrícolas no mercado internacional. Este é o caso da soja, que representou, sobremaneira no Sudoeste Goiano, alterações imensas no seu quadro agrário. (AMORIM, 1996, p. 44)

ORIENTAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA-1975

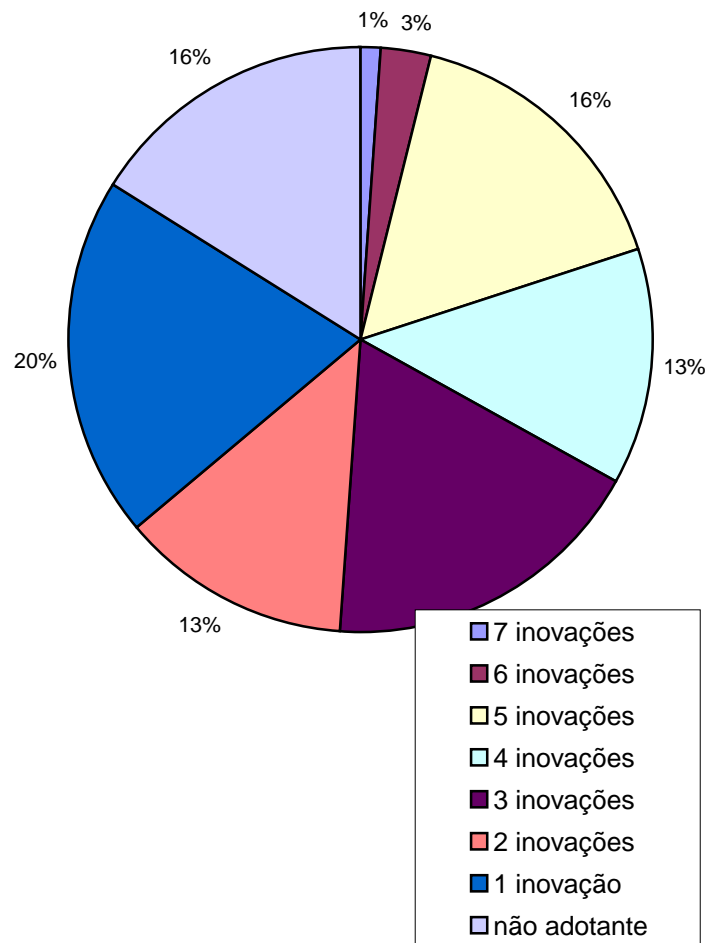


FONTE: IBGE/EMBRAPA 1982

AUTOR: DENISE MORAES

Figura 14 - Orientação da produção agropecuária. - 1975 - Sudoeste de Goiás

Distribuição dos Produtores Rurais, segundo o Número de Práticas Inovadoras Adotadas - Sudoeste de Goiás - 1979



FONTE: EMBRAPA, 1982

Figura 15 - Distribuição percentual dos produtores rurais, segundo o número de práticas inovadoras adotadas - Sudoeste de Goiás - 1979.

2.3 A primeira "onda" de agroindustrialização no Sudoeste de Goiás: o CAI da soja e a (re)produção do espaço.

2.3.1 Evolução do CAI da soja no Brasil.

Noutras palavras, ao cultivar soja abria-se um leque de oportunidades para a implantação de indústrias substituidoras de importações, projeto até então inacabado das classes dominantes brasileiras. Isso não é tudo. A cultura da soja, ao apresentar um dinamismo no campo, ou seja, à medida em que quebrava as amarras para uma revolução agrária, atraía investimentos do capital estrangeiro. (OLIVEIRA, 1994, p. 46)

A cultura da soja surgiu na China, sendo utilizada, inicialmente, como alimento para animais. Contudo, o seu uso foi rapidamente revertido para a alimentação humana, além de também ser usada como adubo verde. Com manejo relativamente fácil e com exigências de solos próximos ao do milho e do trigo, expandiu-se para várias regiões do mundo.

Segundo Oliveira (1994), o seu cultivo se deu pela primeira vez no Brasil, nos arredores de Campinas (SP), por meio de famílias imigrantes (sobretudo japonesas), no final do século XIX. Já Cleps Júnior(1998) admite que o cultivo da soja ocorreu de forma intensa a partir de 1919, quando foi introduzida no município de Santa Rosa (RS). Desde então, o cultivo da soja ampliou-se em volume e espaço, ocupando terras antes dedicadas a agricultura e a pecuária de base tradicional (Marafon, 1998). Nos anos 50, o Rio Grande do Sul era o grande produtor nacional de soja (conforme tabela 12).

Tabela 12 - Evolução da produção de soja nos estados da região Sul - 1949-1992 (toneladas).

Ano	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Total Brasil
1949	29	67	44.551	45.023
1954	19	4.161	108.827	117.321
1959	3.547	1.767	209.445	216.033
1964	18.531	4.733	275.946	304.897
1969	213.284	31.650	744.498	1.056.607
1974	2.588.880	431.489	3.870.000	7.876.607
1979	4.000.000	425.111	3.629.926	10.240.306
1984	4.121.000	578.769	5.415.494	15.540.792
1988	4.771.264	519.975	3.634.379	18.016.170
1992	3.440.466	367.364	5.692.537	19.184.919

Fonte: Amorim, 1996.

A partir dos anos 1960 e 1970, a expansão da produção seguiu em direção às regiões do Oeste de Santa Catarina e Norte do Paraná. Na década de 1980, a soja continuou sua expansão pelo Oeste do Paraná, avançando pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, dinamizando a agricultura na região dos Cerrados.

Mais recentemente, a soja atingiu áreas da Região Norte e Nordeste do país, além de áreas específicas do estado do Amazonas, Tocantins, Maranhão, Bahia, dentre outros.

No âmbito do setor primário nota-se a transferência do potencial de crescimento da produção de grãos para a região dos cerrados, que oferece condições favoráveis à implementação de sistemas produtivos mais competitivos, baseados no aproveitamento das economias de escala. Com a consolidação da infra-estrutura de transportes na nova fronteira agrícola, a produção de commodities inevitavelmente ficará concentrada no eixo Centro-Oeste/Norte, tornando imprescindível a conformação de uma estrutura produtiva mais diversificada em nível estadual, voltada também ao atendimento de mercados diferenciados. (SUZUKI JUNIOR, 2003)

Cleps Júnior (1998) coloca que, em menos de 20 anos, a cultura da soja tornou-se a segunda maior do país, perdendo apenas para o milho, e tornando-se o maior segmento exportador. Isto se deve, basicamente, a dois fatores: mudanças nos hábitos de consumo – troca da banha animal para o óleo de origem vegetal – e aumento da demanda de outros produtos derivados, como o farelo utilizado na ração animal. Somando-se a estes, a procura do mercado internacional pelo produto "in natura", ou de seus derivados.

O autor acrescenta que, analisando a expansão da soja e sua dinâmica no processo de ocupação de novos espaços, é possível identificar quatro regiões produtoras, a saber:

- 1) **Região Tradicional:** formada pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo;
- 2) **Região de Expansão Consolidada:** compreende os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal;
- 3) **Região de Expansão Recente:** abrange a Bahia, Piauí e Maranhão;
- 4) **Região de Potencial de Expansão:** formada por Rondônia, sul do Amazonas, leste do Pará, sul do Maranhão e leste do Tocantins.

As regiões tradicionais, de expansão consolidada e recente, são responsáveis pela quase totalidade da produção de soja do país (como se percebe pelos dados da tabela 13).

Assim como aconteceu no estado do Rio Grande do Sul, onde o aumento da produção de soja, juntamente com outros fatores, levou ao surgimento do CAI da soja, como mostram Müller (1989) e Marafon (1999), o aumento da produção nas regiões de expansão tem resultado na instalação de indústrias de óleos, farelos e rações. Isto ocorre tanto pela ação das empresas agroindustriais nacionais quanto por cooperativas e filiais de multinacionais do comércio de grãos, reconfigurando as relações regionais, juntamente com os mercados nacionais e internacionais, e dinamizando os espaços produtivos e a evolução do CAI de soja no Brasil e nestas regiões.

Tabela 13 - Produção de soja nos principais estados brasileiros - safra 1996/97.

ESTADOS	Área (Hectares)	Produção (Toneladas)	Produtividade (Kg/hectares)
Bahia	456.550	1.013.541	2.220
Distrito Federal	34.620	83.088	2.400
Goiás	1.016.388	2.451.163	2.411
Maranhão	129.150	257.016	1.990
Mato Grosso	2.066.589	5.397.037	2.611
Mato Grosso do Sul	883.386	2.175.116	2.462
Minas Gerais	502.235	1.110.822	2.212
Paraná	2.480.000	6.525.000	2.631
Rio Grande do Sul	2.950.930	4.786.015	1.622
Santa Catarina	233.440	542.023	2.322
São Paulo	574.900	1.408.500	2.450
Tocantins	14.814	18.163	1.226
TOTAL	11.343.002	25.767.484	2.271

Fonte: Cleps Júnior, 1998.

2.3.1.1 Dinâmica espacial e estrutural da evolução do CAI da soja.

A implantação da indústria de soja no Brasil ocorreu no começo de 1950, com a instalação da primeira fábrica no Rio Grande do Sul, a Incobrás. Em 1955, a Igol iniciou as operações de processamento de óleos e, em 1958, entrou em operação a Sanrig (Grupo Bunge y Born), resultante da fusão de dois moinhos de trigo.

O estado do Rio Grande do Sul foi o pioneiro, não só na produção de soja, como também no surgimento do CAI de soja, pois foi o primeiro a reunir condições necessárias para o estabelecimento dos CAI's, como afirma Marafon (1999, p. 51):

O Rio Grande do Sul foi o estado pioneiro em reunir as condições que possibilitaram a existência do Complexo Agroindustrial Soja: condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento da cultura de soja; eficiente associação do plantio de soja ao trigo, o que possibilitou um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.[...] as condições oferecidas pela política estatal [...] proporcionaram [...] a expansão do parque industrial e o aumento de indústrias processadoras de matérias-primas.

Müller (1989, p.111) acrescenta:

Em 1958, surge neste estado o maior parque industrial integrado de processamento de soja da América Latina, capaz de produzir um sem-número de produtos. Pois bem, este conjunto industrial sozinho alterou por completo a estrutura do setor industrial brasileiro. Como no decorrer da década, notadamente no período de 1968-70, surge uma centena de pequenas e médias empresas [...].

As condições físico-naturais existentes foram somadas às políticas destinadas ao setor agropecuário, composto por facilidades de crédito que auxiliaram na ampliação da colheita de soja, na aquisição de novas tecnologias, levando à expansão do parque industrial a montante e a jusante da cultura de soja. Além disso, veio o apoio do governo federal por meio da Política Nacional de Preços Mínimos e da criação do Centro Nacional de Pesquisa da soja, da EMBRAPA.

Segundo Müller (1989), a constituição e a expansão do CAI da soja, em meados dos anos 1960, estão vinculadas às mutações do mercado mundial de grãos, principalmente pela demanda europeia por grãos e farelo de soja, e outros interesses internacionais.

Assim, o CAI da soja pode ser identificado pelo conjunto de interesses que compõem o setor de grãos no mundo e no país. Lembremos dos objetivos da Revolução Verde, que tinha como um dos princípios aumentar a produção de oleaginosas (dentre estas a soja) e do trigo, no mundo. Isto tudo está ligado a interesses econômicos de grandes grupos, responsáveis pela produção, transformação e circulação desses produtos.

O CAI da soja no Brasil possui duas características: a velocidade de sua evolução e expansão espacial, e seu grau de internacionalização, quer seja devido a demanda ou ao padrão imposto na produção. Este é composto, segundo Müller (1989), 1- pela esfera agrária, onde a soja é produzida de forma moderna; 2- pela esfera agroalimentar, que extrai o óleo e a gordura vegetal para fins alimentares; 3- pela esfera de agroinsumos, que produz tortas, farelos e rações balanceadas para animais e óleos e derivados para a indústria; 4- pela esfera de máquinas e insumos para a produção de soja; e 5- pelas esferas de financiamento e distribuição de produtos.

Marafon (1999), utilizando o conceito de fixos e fluxos de Santos (1988), apresenta o seguinte esquema para explicar a composição do CAI da Soja,

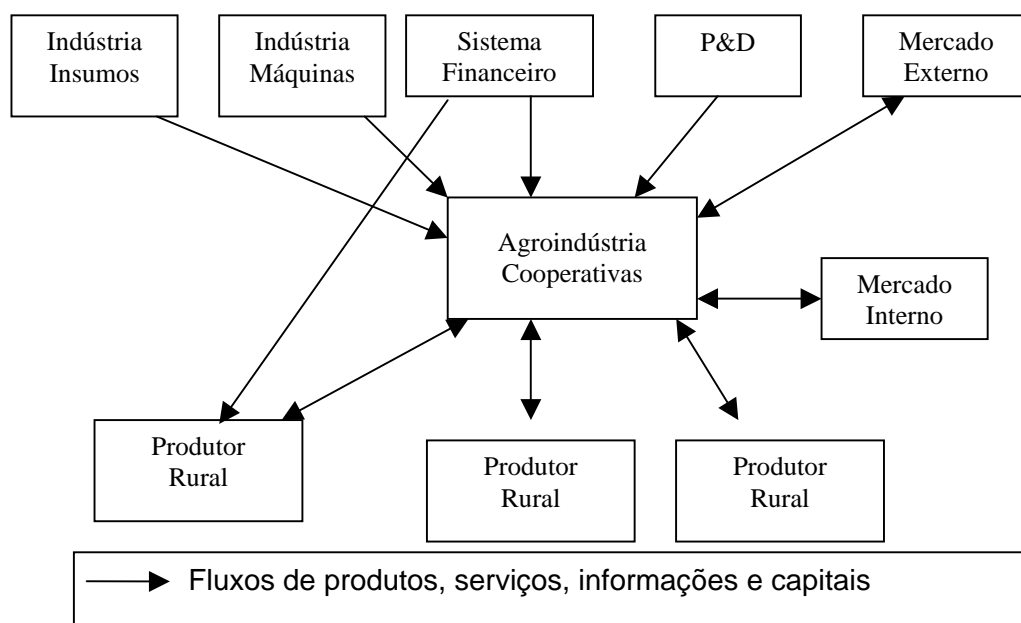


Figura 16 - Ilustração do funcionamento de um CAI.

Para o autor, a dinâmica do complexo agroindustrial pode ser entendida pelos fixos e fluxos presentes e realizados. Os fixos seriam as propriedades rurais, as agroindústrias a montante e a jusante, os órgãos financiadores e de pesquisa. Os fluxos seriam as trocas de capital, informações, produtos e serviços feitas pelos fixos do complexo. Esses processos ativam a dinâmica espacial e estrutural dos CAI's e, conseqüentemente, a (re)organização espacial dos locais onde estão inseridos.

Os fluxos, presentes no Complexo Agroindustrial Soja, podem ser considerados a partir da espacialização do ciclo de reprodução do capital, e a montante contemplam as etapas da tomada de decisões e investimentos onde os fluxos de informações e financeiros são importantes. O acompanhamento do mercado interno e externo da soja e a captação e destinação de recursos financeiros para formação da lavoura de soja são fundamentais. Decisões que normalmente são tomadas nos centros econômicos e políticos do país. (MARAFON, 1999, p.50-51)

O CAI-soja, após sua consolidação no final dos anos 1970 e início da década de 80, tornou-se o símbolo da modernização agroindustrial no Brasil. A expansão do cultivo da soja e do seu CAI, no período pós-1970, pode ser considerada um divisor de águas, no processo de modernização/industrialização agrícola brasileiro, pois exigiu a implantação de sistemas de produção com maior componente tecnológico e novas relações intersetoriais surgidas entre agricultura e indústria.

Do ponto de vista geral da distribuição espacial do parque agroindustrial de soja no Brasil, é possível caracterizá-la como sendo do tipo *policêntrico*, refletindo uma localização próxima aos centros produtores de matérias-primas. Para Marafon (1999), o conjunto de empresas, a montante e a jusante do CAI da soja, está concentrado na região Centro-Sul, principalmente nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, sendo responsável, devido suas estratégias de interação, pela dinâmica espacial da produção de soja.

Como exemplo disto, cabe mencionar que grande parte das empresas esmagadoras de soja do país está concentrada nesta região. E destas, metade das unidades está localizada nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, e 1/4 nos estados da região Centro-Oeste e Bahia, na nova fronteira agrícola (CLEPS JÚNIOR, 1998). Isto equivale dizer que cerca de 75% da capacidade de processamento de soja do país, está concentrado nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e na região Centro-Oeste (conforme mostra a tabela 14).

O fator que atraiu os interesses dos produtores de soja e das agroindústrias para expandir sua produção para o Centro-oeste, foi o diferencial dos custos de produção em relação às regiões tradicionais. As principais vantagens encontradas para produção da soja e, posteriormente, para o estabelecimento dos CAI's no Centro-Oeste, são:

- a) a maior produtividade da soja no cerrado em relação à região sul do Brasil e a sua melhor qualidade, devido ao reduzido teor de umidade da área de cerrado e maior

- presença de óleo e proteínas, permitindo a obtenção de lucro associado a uma melhor cotação no mercado internacional;
- b) as economias de escalas obtidas nas unidades agroindustriais de até duas mil ton/dia levaram as fábricas a se instalarem próximas às regiões produtoras;
 - c) a proximidade com as regiões produtoras trouxe vantagens competitivas de localização, ao diminuir os custos de movimentação de cargas associadas à operação industrial, entre a fábrica esmagadora e a área produtora;
 - d) os produtores agrícolas passaram a negociar mais diretamente com a indústria, depositando a soja diretamente nos seus armazéns, reduzindo os custos de intermediação comercial;
 - e) a formação de mercados regionais estimulou o deslocamento de empresas agroindustriais da cadeia grãos-farelo-aves;
 - f) a política de incentivos fiscais e as condições especiais dadas por alguns estados favoreceram a instalação de indústrias nas regiões dos cerrados.

Tabela 14 - Brasil - Capacidade instalada de processamento de oleaginosas - 1997 (ton/dia).

Estado	Total	Participação (%)	N° de Plantas
Paraná	35.720	30,3	33
Rio Grande do Sul	28.950	24,6	26
São Paulo	13.460	11,4	18
Goiás	9.000	7,6	10
Mato Grosso	8.550	7,3	06
Mato Grosso do Sul	6.730	5,7	07
Minas Gerais	5.400	4,6	03
Santa Catarina	5.255	4,5	08
Bahia	2.750	2,3	02
Distrito Federal	1.000	0,8	01
Pernambuco	600	0,5	02
Piauí	260	0,2	01
Ceará	200	0,2	01
Maranhão	1.000	--	01
Total	117.875	100	119

Fonte: Cleps Júnior, 1998.

Esta aceleração na produção de soja, resultou no deslocamento das indústrias de esmagamento de soja para os cerrados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e, mais recentemente, para a nova fronteira do sul do Maranhão, Piauí e oeste da Bahia, também, no surgimento de agroindústrias com capital local, levando à estruturação final do CAI de soja na região dos Cerrados, principalmente no Centro-Oeste.

Em recente estudo, Castro e Fonseca (1995), analisando a agroindústria na região Centro-Oeste, classificam as empresas do complexo de soja, com relação à propriedade do

capital, em: nacionais, internacionais e cooperativas. Essas agroindústrias possuem comportamentos semelhantes em relação ao mercado internacional, exportando grãos, farelo de soja e derivados de carnes. No entanto, diferem quanto a atuação no mercado interno. Umas são integradas industrializando a soja, quer seja na cadeia de óleos, quer seja na cadeia de carnes (frango, suínos e derivados); outras são apenas esmagadoras realizando a primeira etapa do processamento industrial de óleo e farelo; e há ainda as *tradings*, que apenas compram o produto e o comercializam no mercado internacional.

A expansão do cultivo de soja e do seu CAI na região Centro-Oeste está ligada, em muitos casos, à presença de cooperativas que servem como promotoras do plantio, receptoras, processadoras, distribuidoras, consumidoras e, em alguns casos, produtora de insumos e financiadoras dos produtores, como afirmam Oliveira (1994), Castro e Fonseca (1995), Cleps Júnior (1998) e Campos (1999).²¹

2.3.2 A chegada da soja no Sudoeste de Goiás e metamorfose do espaço.

Diferentemente de outras culturas como o milho, o arroz e o feijão, o procedimento de cultivo da soja possui três características específicas: é todo voltado para o mercado externo e industrial, e tem sido introduzido no país para atendê-los; requer um uso intensivo de maquinário, tecnologias e insumos que são produzidos por organizações internacionais; e, por último, foge ao alcance da pequena propriedade e dos produtores tradicionais, tornando-os vulneráveis a este processo massificador e excludente.

O cultivo da soja representou um "alento" para o setor agroindustrial do país. A soja, assim como a cana-de-açúcar, foi produto responsável pelo processo de consolidação dos CAI's no Brasil, provocando uma inversão de capitais para o setor agropecuário, e trazendo um novo padrão acumulativo no campo brasileiro.

Este novo padrão de acumulação e reprodução do capital permite uma integração regional e uma nova Divisão Territorial do Trabalho, em que novos espaços são agregados à essa dinâmica e moldados aos seus interesses, por meio de uma aliança entre o Estado e o capital privado. No caso específico do Sudoeste de Goiás, o cultivo da soja foi responsável por uma nova dinâmica e pelo surgimento de agroindústrias, fixos importantes na transformação do espaço regional.

²¹ Todavia, isto não é uma característica exclusiva do Centro-Oeste, como comprovam os trabalhos de Fajardo e Moro (2000); Campos (1999); Müller (1989) e Guimarães (1982).

Segundo Machado (1996), os primeiros dados estatísticos da produção de soja no Sudoeste de Goiás datam de 1969. Os primeiros municípios a produzirem soja foram Rio Verde, Quirinópolis e Mineiros. Estes, em 1970, eram responsáveis por cerca de 44% da soja produzida no estado de Goiás. Enquanto municípios como Jataí, hoje importante produtor deste grão, não produziram nenhuma tonelada. Este fato deve-se à forte orientação que Jataí e os outros municípios do Oeste da microrregião tinham para a pecuária, retardando a introdução da soja.²² Porém, em anos posteriores começaram a produzir, chegando, em 1994, a serem responsáveis por 9% da produção estadual. Isto mostra que as mudanças no padrão de produção e de expansão da soja não atingiram de forma homogênea todos os municípios.

Contudo, após 1975, o cultivo da soja se expandiu rapidamente, como consequência de uma política de incentivos ao seu cultivo, visando à exportação. A expansão da soja intensificou/dinamizou o processo de modernização na microrregião, uma vez que este já estava ocorrendo, de forma lenta. O cultivo da soja incrementou o uso de implementos, insumos agrícolas, tecnologia, conhecimento e práticas/técnicas inovadoras, destinadas ao aumento da produção e da produtividade. Também, funcionou como um agente articulador entre a produção moderna e a agroindústria, fazendo surgir a primeira onda de agroindustrialização na região.

Esse movimento, trouxe a mentalidade empresarial/capitalista, consolidando a inserção da região no processo de expansão da fronteira agrícola, na modernização da agricultura e na produção capitalista, metamorfoseando o espaço, por meio da territorialização dos novos cultivos e de novas relações econômicas no campo.

A partir da década de 1970, a soja passa a figurar como um produto agrícola importante na região (como se pode ver na tabela 15).

Tabela 15 - Produtividade (t/ha) de cereais, no Sudoeste Goiano - 1950 a 1994.

	1950	1960	1970	1980	1985	1990	1994
Arroz	1,63	1,48	0,95	1,06	1,21	0,89	1,51
Feijão	0,42	0,45	0,28	0,03	0,89	1,26	1,20
Milho	2,20	1,30	1,33	2,18	2,79	2,79	3,60
Soja	-----	-----	0,86	1,70	2,13	1,51	2,20

Fonte: MACHADO, 1996, p. 62

Todavia, isto só foi possível com a participação maciça do Estado, através de políticas e investimentos em infra-estrutura, pesquisa e assistência aos produtores. O Estado foi o principal agente promotor de todo esse processo.

²² Ver mais sobre o assunto neste capítulo, no item sobre a classificação dos sistemas de cultivo e criação.

A lavoura de soja revelou-se significativamente associada não só a elementos de modernização como à obtenção de crédito rural por parte dos produtores [...]. De fato o montante de crédito rural oferecido pela rede bancária aos produtores de soja, no início da década de 70, foi muito significativo. (MACHADO, 1996, p. 103)

O aumento na utilização de maquinários agrícolas, a partir da expansão da soja, é considerável. A tabela 16 mostra que ocorreu uma elevação na utilização de tratores, arados mecânicos e colheitadeiras, de forma intensa, sobretudo no período de 1970 e 1980, com um aumento de mais de 200%, no número de tratores e arados.

Tabela 16 - Máquinas e implementos agrícolas - Região Sudoeste (GO) - 1970-1985.

Implementos e máquinas	1970 Qte	1980 Qte	% cresc. 1970-1980	1985 Qte	% cresc. 1980-1985
Tratores	816	3.152	286,27	5.515	62,67
Arados mecânicos	859	2.787	224,44	5174	85,64
Máquinas para plantio	---	1.721	---	3.096	79,89
Máquinas para colheita	---	481	---	1.151	139,29

Fonte: IBGE, Censos Econômicos, 1970, 1980 e 1985.

Org. R. E. Borges, 2006.

--- Ausência de dados na fonte.

A cultura da soja em padrões tecnificados influenciou a utilização de elementos modernos na produção de outros produtos, como: o milho, o algodão, e até mesmo o arroz, ampliando, ainda mais, o processo de modernização e transformação do espaço. O primeiro reflexo desse novo padrão é a mudança ocorrida nas cidades, que é notada, inicialmente, no aumento da população urbana e no decréscimo da rural (conforme mostra a figura 17).

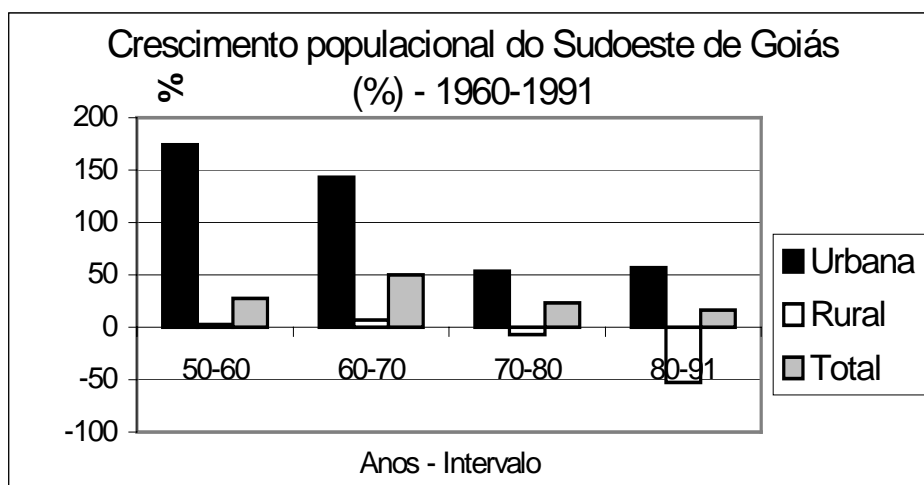


Figura 17-

Fonte dos dados: IBGE, 2004.

A população urbana cresceu 416% entre 1950 e 1991, concentrando o maior crescimento na década de 1960. Percebe-se que o crescimento da população residente nas cidades ocorreu, fundamentalmente, em função do êxodo rural, pois embora se tenha um crescimento da população total em torno de 25%, ao longo do período, o percentual de elevação da população urbana é bem superior. Enquanto isso, houve um crescimento muito pequeno da população rural nos anos 1950 e 1960, e um forte decréscimo nas décadas posteriores.

Este fenômeno é explicado, em parte, pelo processo de modernização agrícola, juntamente com mudanças no comportamento da população, a nível nacional, que começou a buscar nos centros urbanos uma condição melhor de vida, quer seja por expulsão do campo ou vontade própria.

Num segundo momento, o crescimento da população urbana se reflete na ampliação das atividades industriais, comerciais e de serviços, que visam atender a população crescente e a agricultura moderna. Isto é notado quando observamos a evolução da participação desses setores na arrecadação de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Conforme dados da SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás), em 1973 a agropecuária era responsável por 64,73% do ICMS arrecadado, seguido pelo comércio/serviços com 31,3%, e a indústria com 4%. Nos anos 1980, houve um crescimento da participação da indústria e do setor de comércio/serviço, atingindo em 1989, respectivamente, a 13,9% e 40,7% da arrecadação, enquanto a agropecuária caiu para 45,4%. Esta tendência persiste na década de 90, quando o comércio/serviços atingem 45,4% e a indústria 32,8%.

Essa tendência é fortalecida quando comparamos a participação da População Economicamente Ativa (PEA) nos setores da economia, nos dois principais municípios do Sudoeste, Rio Verde e Jataí. Segundo dados do IBGE, percebe-se a redução da PEA no setor agropecuário de forma gradual, (conforme tabela 17), chegando a quase 50% em Rio Verde e 17% em Jataí, em 1980. Conseqüentemente, há um aumento na participação dos outros setores, sobretudo comércio e serviços, que tiveram um crescimento (entre 60-80) de 236%, em Rio Verde, e 68%, em Jataí. Já a atividade industrial cresceu 140%, em Rio Verde, e -17%, em Jataí, conseqüência dos investimentos privados e públicos, que ocorreram concentrados no município de Rio Verde, tornando-se, este, definitivamente, o centro regional, mesmo sendo Jataí, o centro administrativo regional durante três décadas.

Tabela 17 - % da PEA ocupada nos setores de atividade - Rio Verde e Jataí - 1960-1980

Setores	Rio Verde			Jataí		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Agropecuária	71,81	92,91	48,73	45,11	39,63	37,6
Indústria	1,13	1,59	2,73	5,02	3,68	4,13
Comércio	2,32	6,62	7,2	4,24	8,27	8,23
Serviços	1,21	2,73	4,68	4,51	5,58	6,53

Fonte dos dados: IBGE, 1960,1970, 2004. Org. R. E. Borges, 2006.

Estes processos são decorrentes da modernização, do aumento da urbanização e das atividades ligadas à economia urbana, entre elas a indústria e o comércio. Neste contexto, chama a atenção a elevação do percentual da participação da indústria na arrecadação de ICMS e na PEA; uma das explicações é a expansão da atividade agroindustrial, principalmente, via crescimento das agroindústrias atuantes na região, entre elas a COMIGO, COINBRA, Caramuru, Cargil e outras empresas de capital local ou regional, de menor porte.

2.3.3 A atuação das agroindústrias de soja na configuração socioespacial e na formação do CAI de soja.

Com o processo de modernização e inserção do cultivo de soja no Sudoeste de Goiás, dentro da nova fronteira agrícola nacional, várias agroindústrias começaram a atuar na microrregião. Algumas implantaram unidades de armazenagem e/ou processamento, outras escritório de compra e venda de produtos, fundamentalmente, a soja. Neste grupo, pode-se destacar a atuação de três grandes agroindústrias de inserções nacional e internacional, Caramuru, Cargil e Coinbra, e a COMIGO, cooperativa que surgiu por iniciativa de atores locais e contribui para a transformação do espaço microrregional.

A agroindústria Caramuru está presente nos estados de Goiás, Paraná, Mato Grosso, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará, e se dedica à industrialização de grãos e refino de óleos vegetais. A empresa produz, hoje, vários produtos destinados ao consumidor final e à outras indústrias alimentícias, sendo uma das maiores empresas de produtos alimentícios do país e uma das maiores pagadoras de impostos no estado de Goiás (SEPLAN-GO, 2003).

O grupo Caramuru iniciou suas atividades em 1964, no município de Maringá (PR), com a atividade de processamento de milho. Na década de 1970, ampliou o seu *mix* de produtos, passando a fabricar óleo e farelo de milho, e expandiu suas atividades para o

município de Apucarana (PR) e para o estado de Goiás, por meio da abertura de uma filial em Itumbiara (sul do estado).

Este processo continuou na década seguinte, com a ampliação da atuação em território goiano, através de: instalação de unidades armazenadoras em Itumbiara, Inaciolândia, Lagoa do Bauzinho, Vicentinópolis, Morrinhos, Montividiu, Portelândia, Rio Verde e Jataí (estes quatro últimos localizados no Sudoeste de Goiás); da construção, em Itumbiara, das fábricas de óleo degomado, farelo de soja e de pré-cozidos de milho, e da unidade administrativa. Expandiu, também, sua atuação no estado de Minas Gerais, abrindo uma filial em Contagem.

Na década de 1990, ocorreu a transferência da administração da empresa e dos maiores investimentos para o estado de Goiás, consolidando a "opção" pelo território goiano. Em 1991, os proprietários transferiram a matriz da "Carumuru Alimentos de Milho", de Apucarana para Itumbiara. No ano seguinte, implantaram a refinaria de óleo de soja, completando o ciclo de beneficiamento deste grão. Em 95, abriram a indústria de óleo de soja em São Simão (GO); a unidade de sementes em Morrinhos; uma unidade armazenadora em Chapadão do Céu (Sudoeste de Goiás). Nos anos seguintes, instalaram, no complexo agroindustrial de Itumbiara, a refinaria de óleo de milho; as unidades armazenadoras em Campo Alegre; Mineiros, Jataí, Água Boa (MT); e mais filiais em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Mesmo diante deste processo de expansão, a empresa manteve, de forma reduzida, suas atividades no Paraná, concentradas na região de Apuracarana.

Na referida década, consolidou-se a territorialização da Caramuru no estado de Goiás e, especialmente, na microrregião do Sudoeste de Goiás. Mesmo não tendo nenhuma unidade produtiva instalada na microrregião, a empresa atuou e atua junto aos produtores, comprando grãos e fazendo parcerias, tanto para fornecer sementes e informação, quanto para adquirir a safra. Pode ser considerada um dos agentes "consolidadores" do CAI de soja e milho no Sudoeste de Goiás.

Outra empresa que atua na microrregião, desde a década de 1980, é a Cargil. A Cargil Agrícola S/A, multinacional norte-americana, atua em vários estados brasileiros (Pará, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul), por meio de seus fixos (unidades produtivas e armazenadoras, escritórios e terminais portuários), e das parcerias com produtores rurais.

Em Goiás, a empresa instalou escritórios e unidades de armazenagem em vários municípios do Sudoeste de Goiás (Rio Verde, Jataí, Portelândia, Chapadão do Céu e Santa Helena), visando adquirir grãos, sobretudo soja e milho, que são armazenados e depois levados para suas unidades produtoras mais próximas, como é o caso da unidade de Uberlândia (MG), ou são remetidos para outras unidades produtivas, e ainda, exportados para a Cargil Européia. Além disso, possui outras unidades armazenadoras espalhadas por

municípios da mesorregião do Sudoeste Goiano, e duas unidades produtivas de fertilizantes, uma em Bom Jesus de Goiás e outra em Acreúna.

A partir de 2000, a multinacional começou a mudar sua forma de atuação, investindo na construção de uma nova unidade de beneficiamento de grãos, em Rio Verde, e em nova unidade de armazenagem, em Jataí. A unidade de Rio Verde foi inaugurada em 2004, tornando-se a sexta fábrica de beneficiamento de soja do grupo Cargil. A empresa pretende, com isso, beneficiar parte da produção regional de soja, atendendo à crescente demanda por farelo de soja, em função da instalação da Perdigão, e se beneficiando de incentivos fiscais e de investimentos feitos pelo Estado. Estes empreendimentos foram feitos levando em consideração os "recursos" que o território local ofereceu: grande produção de grãos, incentivos e investimentos públicos, e a crescente agroindustrialização, por meio da vinda de outras empresas agroindustriais, como a Perdigão e seu complexo.

A terceira agroindústria atuante na microrregião é a Coimbra, que é controlada pela "*holding*" S.A Louis Dreyfus e Cie, sediada em Paris, e pertencente a um conglomerado de empresas com atividades em vários países (ao todo, são mais de 75 escritórios em 53 países). A Coimbra iniciou suas atividades, no Brasil, em 1942, a partir da aquisição da empresa Com. e Ind. Brasileiras Coimbra S.A.. A partir de então, a empresa expandiu sua ação e conta, hoje, com: seis fábricas esmagadoras de soja, uma de caroço de algodão, duas usinas de açúcar, duas fábricas de suco de laranja, 40 armazéns graneleiros, 16.000 hectares de pomares de laranja e 30.000 hectares de cana-de-açúcar. A empresa possui, ainda, dois terminais portuários (Paranaguá (PR) e Santos (SP)), mantém centenas de postos de compras e filiais, e emprega mais de 5.000 funcionários permanentes, número que chega a 8.500 durante os períodos de safra. Atua em quase todas as regiões do país, quer seja com seus escritórios, unidades produtivas, propriedades, ou com relações de compra, venda e parcerias com produtores rurais.

As unidades de processamento de soja estão localizadas em Ponta Grossa e Londrina (PR); Cruz Alta (RS); Orlândia (SP); Jataí (GO) e Bataguassu (MS). As usinas de açúcar e álcool localizam-se: em Leme (SP) - Cresciumal - e em Lagoa da Prata (MG) - Dinalsucar. A unidade beneficiamento de algodão está em Paraguaçu Paulista (SP) e a de suco de laranja (citrus) em Bebedouro (SP), denominada Coimbra-Frutesp S.A.

Em Jataí, a empresa atua, desde o início da década de 1990, com uma unidade processadora de soja, onde produz óleo refinado e farelo. O primeiro é destinado ao mercado regional; já o segundo, destina-se aos mercados regional, nacional e internacional. Para manter a produção a unidade de Jataí possui, além da processadora, 191 funcionários, seis entrepostos de armazenagem (Mineiros, Jataí, Chapadão do Céu, Rio Verde e Bom Jesus de Goiás), e vários produtores integrados.

Em 1990, foi inaugurada a fábrica da Coinbra em Jataí. Esta nova fábrica do Grupo Louis Dreyfus reforça a entrada de capital estrangeiro no processamento industrial da soja no interior do Brasil, mais especificamente na região do cerrado. A capacidade de esmagamento da empresa é de 700 toneladas ao dia e suas principais atividades são industrialização, comercialização e exportação de soja e seus derivados (farelo e óleo), além de milho em grãos. (LUNAS, 2001)

Os contratos com os produtores são realizados de duas maneiras. Na primeira, o produtor fixa o preço de venda da soja para uma determinada data; na outra, a compra é feita de forma antecipada, onde o produtor recebe um valor antecipado para a compra de insumos e o restante é pago no ato da entrega do produto. Com isso, a empresa reduz os riscos de falta de matéria-prima.

A Coinbra (Jataí) é a segunda agroindústria do CAI da soja a instalar uma planta produtiva na microrregião do Sudoeste de Goiás, e atua desde a parceria com produtores até o beneficiamento dos grãos, sendo assim, um dos agentes formadores do CAI de soja, no Sudoeste de Goiás, e participante da primeira onda de agroindustrialização.

No entanto, dentre as agroindústrias que destacamos, nenhuma foi mais significativa, como agente transformador socioespacial e formador do complexo da soja na microrregião, do que a COMIGO, cooperativa de capital local, que foi responsável por inúmeras mudanças na sua área de atuação, e que merece um foco especial em nossa análise.

2.3.4 A COMIGO.

2.3.4.1 Um breve histórico.

A história da COMIGO inicia-se em 1974, com alguns produtores rurais que costumavam reunir-se em um posto de combustível, às margens da Br 060. Sentados, ao lado do restaurante/lanchonete, enquanto seus veículos eram abastecidos, debatiam sobre os problemas da agricultura regional. Os problemas que mais afligiam os produtores eram: falta de estrutura de armazenagem e a comercialização.

Naquela época, os principais produtos eram o arroz e o milho. O primeiro, pela ausência de secadores na região, era secado nas ruas. O milho era colhido praticamente seco e, com a falta de uma estrutura para a armazenagem dos grãos, os produtores eram obrigados a vender boa parte de sua produção, o mais rápido possível. Com isso perdiam dinheiro, pois necessitavam vender os produtos logo após a colheita, quando o preço estava baixo, para os atravessadores que vinham de outros estados, principalmente de Minas Gerais. Estes ditavam o preço dos produtos e ficavam com boa parte dos lucros.

Para vencer estas barreiras, alguns produtores começaram a rascunhar uma cooperativa. Para eles, era uma solução para fortalecer e defender os seus interesses, e ser capaz de fornecer insumos de qualidade e a preços melhores, prestar serviços de comercialização, armazenagem e assistência técnica.

Inicialmente, o grande desafio para a consolidação da cooperativa era o convencimento dos produtores a se integrarem ao projeto. Neste intuito, foram realizadas várias reuniões para esclarecer sobre as vantagens da atuação de uma cooperativa, e os benefícios que o Estado concedia para as entidades.

Após este trabalho, conseguiu-se reunir um grupo de 67 produtores interessados, que se dispuseram a fundar a cooperativa com uma cota de aproximadamente quatro mil dólares. Dentre os produtores, apenas 31 efetivaram a sua integração com a cota de participação ao capital social. Em 06 de julho de 1975, concretiza-se a fundação da COMIGO, com o apoio do SAC- Sistema de Assistência ao Cooperativismo, com dois objetivos básicos: resolver o problema da falta de armazéns para depositar a colheita, pois a falta destes obrigava os agricultores a vender toda a produção após a colheita, reduzindo o lucro; e realizar diretamente a comercialização, eliminando os atravessadores.

As atividades da cooperativa se iniciaram em fevereiro de 1976, quando foi inaugurada a primeira loja de revenda de mercadorias em Rio Verde, onde funcionava, também, o escritório central, e era o lugar das reuniões e encontros. A partir de então, paulatinamente, foram ampliando os investimentos e surgindo novos empreendimentos para atender os produtores. Ainda em 1976, foi constituído o Departamento de Assistência Técnica (DAT), e feita a compra de uma área às margens da Br 060, onde seria construído o complexo industrial.

Para incentivar o crescimento da cooperativa, o Estado viabilizou recursos a juros subsidiados, por meio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC e do Banco do Brasil, financiando a construção de armazéns e auxiliando na qualificação de recursos humanos para administrar a cooperativa. Da mesma forma, facilitou o acesso dos produtores a crédito para investimento e custeio, induzindo-os a produzir grãos para atender ao mercado industrial e externo (soja, milho e algodão).

Esses incentivos fizeram com que a COMIGO crescesse rapidamente, atingindo, em 1978, 251 sócios. Com isso, foi concluída a construção da primeira unidade de armazenamento, em Rio Verde, e a instalação de uma loja, em Santa Helena de Goiás. Naquele ano, a cooperativa já atingia os seus objetivos iniciais, atuando em quatro frentes: comercialização, armazenamento, fornecimento de insumos, através de lojas de revenda própria, e assistência técnica. Embora tivesse uma área de atuação restrita à microrregião do Sudoeste de Goiás, podia ser considerada um agente modernizador, pois incentivava o uso de máquinas, equipamentos, fertilizantes e defensivos, visando aumentar a produção para exportação.

Após os primeiros anos da década de 1980, houve um salto no crescimento da cooperativa, através de sua atuação e sucesso junto aos produtores e dos incentivos do Estado. Houve uma elevação continua do quadro de sócios (tabela 18), ampliando a sua

territorialização, com investimentos em lojas, armazéns graneleiros, unidades industriais e prestação de serviços, em todo o Sudoeste de Goiás.

Tabela 18 - Evolução do número de cooperados e funcionários da COMIGO - 1976 - 2004.

Anos	Cooperados - Qte	Funcionários - Qte.
1976	87	3
1980	721	157
1985	1.715	607
1990	4.485	1.121
1995	4.233	1.262
2004	4.221	1.510

Fonte: COMIGO, 2004.

Segundo Campos (1999), o crescimento da COMIGO, nos anos 1980, foi impulsionado por três fatores externos: a política agrícola da década de 1970, com grande disponibilidade de crédito rural subsidiado; os programas de desenvolvimento regional, que contribuíram para a formação de infra-estrutura para o crescimento da produção; e a política agrícola dos anos 1980, com seus fortes subsídios de preços. Internamente, foram adotadas inovações tecnológicas que fomentaram o seu crescimento.

Em 1980, a cooperativa concluiu os seguintes investimentos:

- Construção do armazém graneleiro em Santa Helena de Goiás;
- Construção do armazém sementeiro em Rio Verde;
- Abertura de lojas de mercadorias, peças e acessórios em Jataí e Acreúna;
- Ampliação da loja de Rio Verde para atender o setor de peças e acessórios;
- Primeira exportação de soja, do estado de Goiás, para a Europa.

Em 1983, a cooperativa concluiu a mais importante de suas obras, a unidade de processamento de soja e três armazéns graneleiros em Rio Verde, para servirem de suporte ao processo de beneficiamento, obtendo como produtos finais o farelo de soja e o óleo bruto.²³ A obra foi realizada com o apoio financeiro do Estado, através do BNCC e do Banco do Brasil.

Como resultado do início do processamento da soja, foram realizados outros investimentos na área de armazenagem, reflorestamento, e diversificação da industrialização e comercialização. Este investimento foi responsável por uma nova dinâmica na agricultura regional, uma vez que, representou a internalização do processo de industrialização de grãos (soja), agregando valor à produção regional e dando início a um novo processo de

²³ Até então, a soja era enviada para outros estados ou outras regiões de Goiás para ser beneficiada.

fortalecimento da relação agricultura-indústria (agroindustrialização - formação de CAI na microrregião ou a sua consolidação).

Em 1984, são inauguradas duas unidades de armazenagem, uma em Jataí e outra em Acreúna, ambas com capacidade para 72.000 toneladas, e é construída a sede própria. Porém, o grande feito deste ano foi a construção da refinaria de óleo de soja, com um setor de enlatamento, visando atender o mercado regional, por meio de seus supermercados espalhados pelo Sudoeste. Este empreendimento contou com o apoio do governo do estado, por meio do FOMENTAR, programa do governo estadual, "[...] que consistia em financiar 70% do ICMS, por um período de 5 a 10 anos, com juros de 6 a 12% sem correção monetária, em anos com inflação alta." (CAMPOS, 1999, p. 69)

Neste mesmo ano, a cooperativa adquire uma área no entorno da planta industrial destinada ao plantio de eucalipto para ser utilizado no processo produtivo, criando a COMIGO Florestal e, também, amplia a sua rede de lojas, abrindo mais um entreposto em Serranópolis. Ainda em 1984, começa a investir em pesquisa e assistência, criando o laboratório de solos e patologia animal, além de firmar convênios com a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária - EMGOPA, visando melhorar o rebanho leiteiro dos cooperados.

Nos anos seguintes, a cooperativa ampliou a sua rede de lojas, de armazenagem, de transportes, de assistência técnica e convênios, e o potencial de beneficiamento. Desde então, ocorreram vários investimentos nesses setores até 1999, quando se estabilizaram, como mostra o quadro 03.

Verifica-se que a COMIGO construiu, ao longo de sua história de 29 anos, um grande patrimônio, uma ampla rede de assistência técnica, armazenagem, e uma importante estrutura destinada ao beneficiamento de produtos agropecuários (agroindústria) e à comercialização (lojas). É, hoje, um signo regional, responsável pela transformação tecnológica e das relações agricultura-indústria e socioespaciais no Sudoeste de Goiás. É, também, exemplo de um elemento endógeno modificador da realidade local e regional, que surgiu fomentado por iniciativa e necessidade de produtores locais, aliado à interesses de escala nacional. A COMIGO, com toda sua estrutura física e econômica, contribuiu para dois importantes processos na região: a inovação tecnológica, e a inserção e consolidação do CAI da soja.

Quadro 03 - Investimentos, empreendimentos e convênios feitos pela COMIGO, de 1985 a 2001.

Ano	Investimento/empreendimento/convênio
1985	Transportadora COMIGO, visando a circulação de produtos e matérias-primas; Fábrica de sabão para aproveitar a "borra" de refino de óleo de soja; Ampliação da fábrica de refino de óleo, ampliando a capacidade de refino de 90 tonelada(t)/dia para 120t/dia e de enlatamento de 400 latas/dia para 900
1986	Três novas unidades de armazenagem (Jataí, Rio Verde e Montividiu), com capacidade de 72.000 t, cada um.
1987	Abertura de filial de loja em Indiara, visando atender os agricultores daquela região
1987 e 1988	Incorporação de duas cooperativas menores: A CANJA, do município de Indiara, e a CAMPAL, de Paraúna. Estas eram economicamente viáveis, embora passassem por problemas, derivados de má administração. Com isso, ampliou-se o número de associados e o patrimônio. Lojas próprias, em Jataí e Santa Helena de Goiás, e o depósito central, em Rio Verde. Criação da Cooperativa de Crédito Rural do Sudoeste Goiano - Credi-rural COMGO.
1991	Lojas próprias, nos municípios de Montividiu e Maurilândia
1992	Entra em operação a unidade de descaroçamento de algodão e a fábrica de ração, em Rio Verde, conseguidas com recursos junto aos bancos Bradesco e Brasil, com capacidade de 75 t/dia e 10t/h, respectivamente.
1993	Indústria de Laticínios, antiga reinvidicação dos associados, inserida no complexo industrial de Rio Verde, com capacidade de processar 100 mil t/dia de leite, produzindo: leite e creme pausterizados, requeijão cremoso, manteiga, iogurte, doce e vários tipos de queijo.
1994	Ampliação das lojas, nos municípios de Acreúna e Jandaia. Duplicação da produção de sal mineralizado, em Jataí, chegando a 2160 sacas/dia. Construção de dois silos graneleiros (Jataí e Montividiu), visando atender a "safrinha" de milho e sorgo. Assinou contrato com a empresa New Dalland, da Holanda, especializada na genética de suínos. O convênio previa a instalação de um núcleo de genética de suínos em Rio Verde, por meio de <i>joint venture</i> . O núcleo (inaugurado em 1999) era composto por 3 produtores. Hoje, possui 900 fêmeas bisavós e 1080 multiplicadoras (avós), responsáveis pelo fornecimento de matrizes, sobretudo, para a Perdigão e para outros mercados. Recentemente (2004), essas granjas que pertenciam a produtores associados à COMIGO, passaram para a administração da Dalland-Brasil. ²⁴
1996	Misturador de fertilizantes, atendendo aos produtores de acordo com as necessidades do solo e do produto que estão plantando.
1998	Instalação da unidade de beneficiamento de sementes, com silos de ventilação controlada, separador espiral, elevadores de correntes e fitas transportadoras. Convênio com a Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico Ltda - COODETEC, do Paraná, para pesquisar novas variedades de soja, algodão e trigo, em Goiás.
1999	A cooperativa entra no projeto RECOOP - Programa de Revitalização da Cooperativas Agropecuárias, com o intuito de fazer novos investimentos.
2000	Compra de um armazém, em Rio Verde, com capacidade de 30 mil sacos, ampliando a recepção de grãos (soja). Inauguração da nova fábrica de ração, ampliando a produção de 10t/h para 40 t/h.
2001	Inauguração de mais um graneleiro em Montividiu, com recursos do RECOOP. Compra de uma área em parceria com a COODETEC, para instalação do Centro Tecnológico em agropecuária, destinado à experimentação de melhoramento do plantio de soja, milho e trigo.

Fonte das informações: COMIGO, 2004.

Org. R. E. Borges, 2006.

²⁴ Entrevista realizada com o gerente de genética da Dalland-Brasil, em 2004.

2.3.4.2 Caracterização da COMIGO.

Nos últimos quatro anos, o Governo Federal, através do programa RECOOP e de outras medidas, obrigou as cooperativas a fazerem uma reorganização de sua estrutura e de suas áreas de atuação, restringindo-se às atividades agropecuárias.

Diante disto, a COMIGO passou por um processo de mudanças, onde várias de suas lojas, que eram, na verdade, supermercados destinados a atender cooperados e o público em geral, tiveram que desativar suas atividades ou passar a ser apenas lojas de produtos agropecuários e/ou de peças e acessórios para máquinas e equipamentos agrícolas.

Com isso, a estrutura da cooperativa ficou mais enxuta, passando a se dedicar à venda de produtos agropecuários para seus cooperados, com facilidades e preços melhores.

Em seu pronunciamento, o presidente [...] comentou que o ciclo de mudanças nas lojas começou há três anos, e que agora a COMIGO retomava, de fato, a ser uma Cooperativa de agronegócio de seu cooperado. 'Os recursos que estavam alocados para terceiros agora voltam para atender os cooperados em suas necessidades na fazenda.' [...] 70% dos clientes atendidos [...] eram terceiros que compravam no supermercado. (INFORME COMIGO, 2002, p. 4)

Após a reestruturação, a COMIGO conta, hoje, com uma estrutura composta por um complexo industrial, várias lojas agropecuárias, armazéns/graneleiros, propriedades rurais, uma cooperativa de crédito, e com 4.221 cooperados e 1.510 funcionários.

O complexo industrial (figura 18) é responsável pelo beneficiamento de 1.836 t/dia de matéria-prima (grãos, insumos, etc), de 100 mil l/dia de leite e 8.000 sacos de arroz por ano. Para tanto, possui: indústria de óleo (moageira e refinaria); indústria de laticínios; fábricas de fertilizantes e de rações e sabão; unidades de descaroçamento de algodão e de beneficiamento de sementes; usina de beneficiamento e empacotamento feijão e arroz; laboratórios de análise clínica, veterinária, de solos e de fitopatologia; Centro Tecnológico e uma transportadora. Além desses elementos fixos, localizados em Rio Verde, a COMIGO possui a unidade de produção de sal mineralizado em Jataí.

Possui, ainda, nove lojas agropecuárias, instaladas nos municípios de: Rio Verde, Acreúna, Indiara, Jandaia, Jataí, Montividiu, Paranaúna, Santa Helena de Goiás e Serranópolis. Possui, também, quinze armazéns destinados à estocagem de grãos, localizados em sete dos nove municípios citados acima, excetuando-se Serranópolis e Jandaia. Estes possuem uma capacidade de estocar até 721.100 toneladas de grãos. A cooperativa tem, também, uma propriedade rural, destinada à produção de madeira para fornecer energia para as caldeiras, e como laboratório para as pesquisas do Centro

Tecnológico. A agroindústria é responsável pelo beneficiamento de boa parte dos grãos e da produção de leite na microrregião.²⁵

Toda a estrutura de fixos que geram fluxos de produtos, matérias-primas, informações e capital, é controlada por um sistema organizacional baseado em três níveis de hierarquia (conforme figura 19). No nível 1, encontram-se a assembléia geral, o colegiado de cooperados, os conselhos fiscal e administrativo, diretorias e assessorias. No nível 2, estão as unidades de grãos, lojas, pecuária e apoio. E, no nível 3, as unidades de beneficiamento, armazenamento, pesquisa, transportes e comercialização, subordinadas aos diretores/gerentes de unidades.

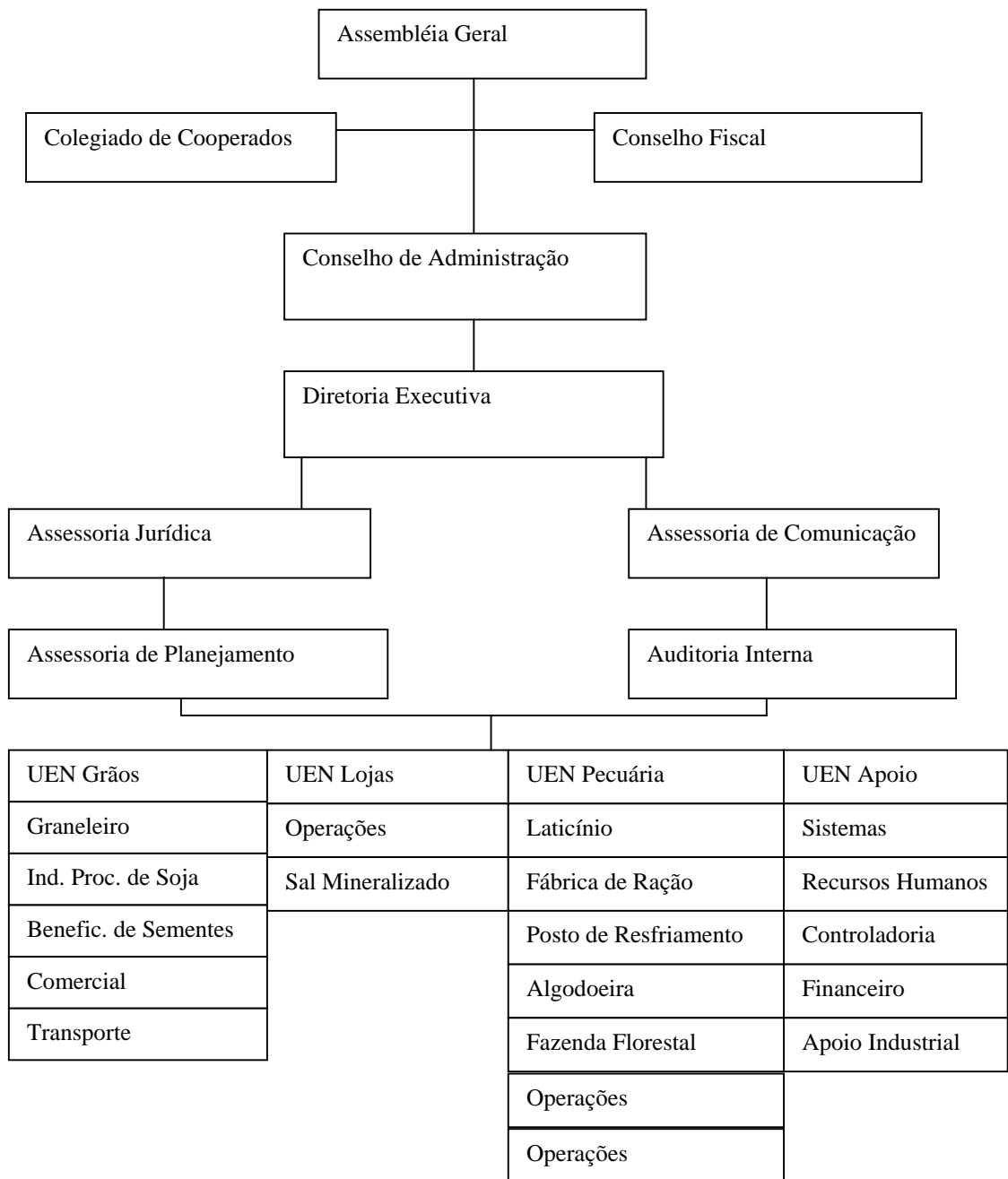


Figura 18 - Vista do Complexo Industrial da COMIGO.

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Verde - 2003

²⁵ Outras agroindústrias, como já argumentamos, atuam no Sudoeste de Goiás, no entanto, somente a COINBRA, possuía até 2003, uma unidade de beneficiamento de soja, localizada em Jataí. As demais mantêm escritórios e um sistema de armazenagem em vários municípios. A produção é comprada e estocada, e depois enviada para as unidades industriais em outras microrregiões, para outros estados, ou, ainda, exportada.

Figura 19 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA COMIGO



Fonte das informações: COMIGO, 2004.

Org. R. E. Borges, 2006.

A ação da cooperativa a tornou um dos principais agentes transformadores do espaço na microrregião, por meio dos seus fixos instalados e adquiridos em vários municípios, e dos fluxos realizados entre estes e/ou com outras empresas e produtores. Os fluxos estabelecidos pela empresa compreendem fluxos de produtos, matérias-primas, serviços/informações e capital.

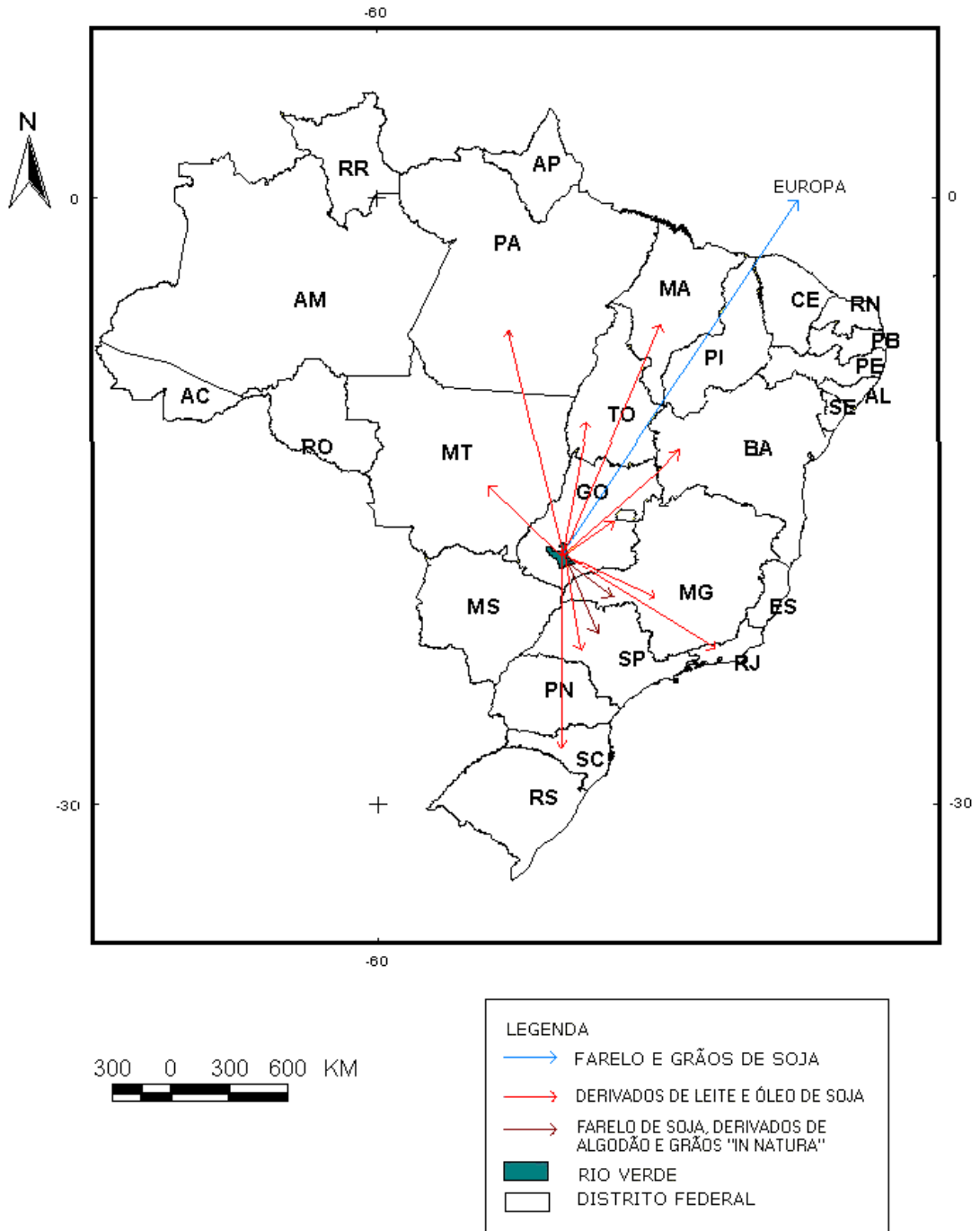
Os fluxos de matérias-primas (grãos e leite) se originam dos produtores cooperados, na área de atuação da COMIGO. Já os outros insumos, como embalagens e produtos para fabricação de fertilizantes, utilizados na produção de óleo e sabão, são comprados em outros estados, ou no mercado internacional.

Os fluxos de produtos industrializados são destinados ao mercado regional, nacional e internacional. Produtos como fertilizantes, rações, sal mineralizado, leite pasteurizado, são destinados a atender ao mercado da área de atuação da COMIGO, assim como os fluxos de serviços e assistência, que são realizados entre a cooperativa e os produtores, levando informações, conhecimento e técnicas e, da mesma forma, colhendo informações (sugestões, acertos, necessidades, aceitação de produtos e serviços, etc).

Já os produtos com maior valor agregado, como derivados de leite (queijos, manteiga, requeijão e creme de leite) e o óleo de soja, são negociados nos mercados de São Paulo, Triângulo Mineiro, Grande Belo Horizonte, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, Distrito Federal, alguns estados da região Nordeste e no Estado de Goiás. O farelo de soja, a pluma e o caroço de algodão, a soja e o milho "in natura", são remetidos para os mercados do Sudoeste Goiano, dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, e exportados para a Europa (figura 20).

Os fluxos de capitais, ou dinheiro, são realizados constantemente entre a COMIGO e os produtores, no pagamento da safra, na compra de produtos, no repasse de capital social e rateio, e entre a COMIGO e os fornecedores e os clientes, espalhados pelos mercados local, regional, nacional e internacional. Porém, estes fluxos são mais intensos nos níveis escalares mais restritos, ou seja, local e regional.

A partir disto, é possível concluir que a COMIGO, possui um território de atuação regional, embora, como todas as grandes cooperativas do país, exporte produtos com maior valor agregado, principalmente a soja em grãos e o farelo de soja. Neste sentido, os efeitos socioespaciais de sua territorialização concentram-se na microrregião do Sudoeste de Goiás, especialmente no município de Rio Verde.



FONTE: IBGE, 1997

Elaboração: MORAES, Denise; BORGES, Ronan, 2004.

Figura 20 - Fluxo de produtos industrializados e matérias-primas - 2004.

Org. R. E. Borges, 2006

2.3.4.3 Efeitos socioespaciais da atuação e territorialização da COMIGO.

A COMIGO foi gerada no seio de um processo de inserção da modernização no Sudoeste Goiano, portanto é resultado e agente destas mudanças, contribuindo direta e indiretamente para uma nova configuração territorial. A cooperativa influenciou na alteração de dois componentes espaciais: a configuração territorial e a dinâmica social.

Ela tem um amplo território de atuação direto e indireto, atingindo os municípios de Rio Verde, Acreúna, Santa Helena de Goiás, Caçu, Quirinópolis, Jataí, Paraúna, Caiapônia, Bom Jesus de Goiás, Aporé, Serranópolis, Jandaia, Edéia, Indiara, Ivolândia, Maurilândia, Itajá, Doverlândia, Iporá, Amarinópolis, Itarumã, Mineiros, Santa Rita do Araguaia e Montividiu (figura 21). Por meio de seus fluxos e da aquisição de matérias-primas, de parcerias, convênios e venda de seus produtos, conforme relatamos em parágrafos anteriores, atinge outros municípios goianos e outras regiões do país.

O primeiro efeito desencadeado pelo processo de territorialização da COMIGO foi a mudança nas propriedades dos cooperados que, convencidos pelos incentivos dados pelas políticas governamentais, através da cooperativa, introduziram tecnologias e equipamentos mecânicos nas suas propriedades, e passaram a cultivar grãos destinados ao mercado externo, como soja, ou às agroindústrias ou às indústrias de alimentos, como a soja e o milho. O cultivo tornou-se organizado, tecnificado, e a gestão das fazendas feita de forma empresarial, seguindo a lógica da competitividade e da produtividade imposta por mercados externos, e por interesses de multinacionais ligadas à indústria para a agricultura e agroindústria (Revolução Verde).

Através da cooperativa, os agricultores puderam adquirir máquinas, equipamentos, insumos e tecnologia, quer seja com a sua ajuda para requerer financiamentos a juros mais baixos, junto ao órgãos financiadores, podendo comprar os pacotes modernizantes; quer seja pela publicidade desses produtos, feita pela COMIGO, levando/induzindo os cooperados a implantá-los (figura 22). Muitas vezes, tornava-se o avalista das compras de equipamentos, ou adquiria insumos em grande quantidade para repassar aos produtores a preços menores. Por fim, criou uma fábrica de produção de insumos, finalizando seu papel como indutor da modernização.

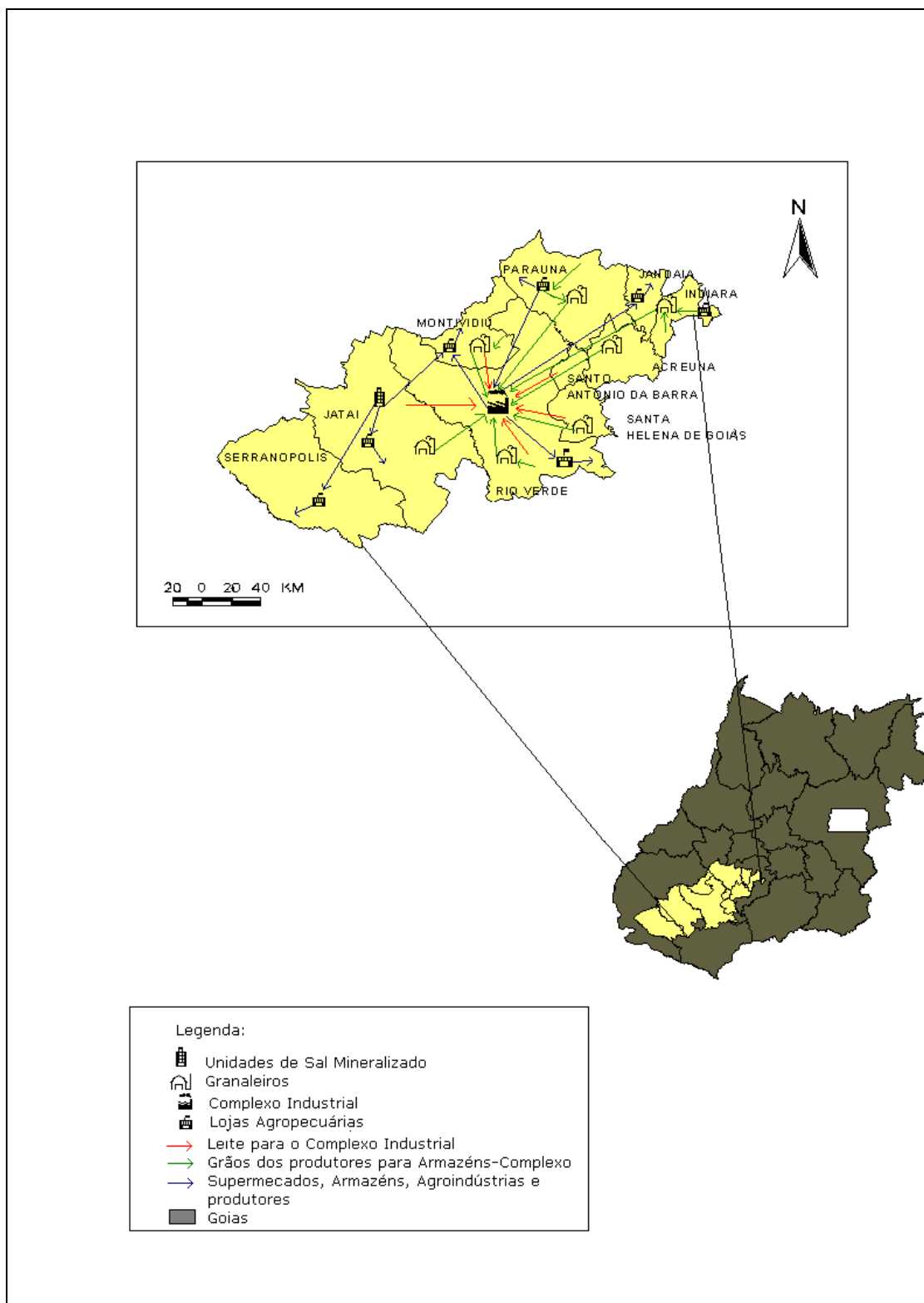


Figura 21 – Território de atuação direta da COMIGO e a estrutura de fluxo e fixos - 2004.

Org. R. E. Borges, 2006.

Atuou como elemento institucional de difusão e facilitador do crédito rural para financiar projetos de inserção de tecnologia e de capitalização dos produtores cooperados, contribuindo para que muitos interessados, que tinham dificuldades para adquirir os empréstimos do governo, pudessem a eles ter acesso, sem muita burocracia. Isso, é lógico, foi concretizado pela pressão das indústrias de máquinas, equipamentos e insumos, que viam nos cooperados um mercado potencial.

Até recentemente, em seu informativo mensal (INFORME COMIGO), era possível perceber esta função, quando, na segunda página, aparece um quadro com dicas da terra, feitas pela empresa Massey Ferguson. Nelas, pode-se ver desde dicas de cultivo até linhas de financiamento de equipamentos e tratores (conforme mostra a figura 22).

Este papel desempenhado pelas cooperativas, sobretudo nos anos 1970 e 1980, não se restringiu somente à Goiás, mas ocorreu em outros estados, como demonstra o trabalho de Marafon (1988) sobre o município de Marau (RS), onde afirma que:

Com a cooperativa, os produtores rurais, principalmente os pequenos, além de terem acesso mais fácil e direto ao crédito, passaram, também, a ter acesso ao mercado de produtos industriais destinados à agricultura (máquinas agrícolas e insumos). A cooperativa, em seu departamento comercial, revendia insumos industriais (fertilizantes e defensivos, sementes selecionadas), normalmente a preços inferiores aos de mercado.


Outros benefícios que os produtores rurais passaram a ter foram: assistência técnica e disponibilidade de lugar para armazenar a produção, deixando a comercialização a cargo da cooperativa. (MARAFON, 1988, p. 64)

Fajardo e Moro (2000) reforçam essa idéia, afirmando que, no Paraná, as cooperativas foram co-responsáveis pelo processo de modernização e de agroindustrialização.

As cooperativas, sobretudo de cafeicultores, criadas por incentivos do governo (IBC) e representando uma saída aos produtores, atuaram como elementos de difusão da modernização agropecuária, estimulando e 'provocando' a introdução de lavouras chamadas modernas, sobretudo a soja. A sua estrutura organizacional e relacionamento direto com os produtores facilitaram o papel das mesmas, que encontraram no Estado seu principal aliado. (FAJARDO; MORO, 2000, p. 86)


DICAS DA TERRA

MASSEY FERGUSON




Mecanização educativa

Os pequenos produtores rurais de Goiás já têm acesso ao financiamento de tratores e implementos pelo Projeto de Mecanização Educativa, coordenado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As garantias exigidas são penhor do trator e equipamentos e fundo de aval do Estado e aval solidário dos associados. O limite de financiamento é de R\$ 70 mil por operação, com juros de 4% ao ano, e desconto de adimplência (pagamento em dia) de 25% sobre os encargos das parcelas pagas integralmente até o vencimento. Com os descontos, os juros passam de 4% para 3% ao ano, e o tomador terá até 8 anos para pagar, incluída a carência de até 2 anos. O pagamento pode ser mensal, semestral ou anual. Mais informações pelos telefones (62) 209 1355 e 209 1349.



Híbridos de sorgo


A Embrapa está lançando para a próxima safra dois híbridos de sorgo, um granífero e o outro forrageiro. O BRS 307 é recomendado para os produtores de safrinha das regiões Sudeste e Centro-Oeste do país, em especial para situações de melhor tecnologia de produção e para altitudes inferiores a 700m. Os grãos são vermelho-claros e têm excelente padrão comercial. Já o BRS 610 é um sorgo forrageiro de porte alto para silagem. Ele destaca-se pela produtividade de matéria seca, pela excelente sanidade foliar e pela resistência ao acamamento. É recomendado para o plantio na safra de verão.



Bloqueio

Os tratores Massey Ferguson possuem dois tipos diferentes de acionamento do bloqueio: mecânico ou eletro-hidráulico. Quando as condições do solo fizerem patinar uma das rodas traseiras e o acionamento for mecânico, pare o trator, diminua a rotação do motor e acione o bloqueio do diferencial, pressionando o pedal. Nos tratores equipados com bloqueio eletro-hidráulico, o bloqueio dos eixos dianteiro e traseiro é feito simultaneamente. Para isso, basta acionar através da tecla. Quando uma das rodas traseiras estiver patinando e a outra parada, pise na embreagem, pare o trator e aí acione o bloqueio. Evite realizar curvas com o trator bloqueado. Isso desgastará os pneus, forçará os componentes mecânicos e poderá até danificá-los. Procure na sua concessionária Massey Ferguson o vídeo sobre manutenção e regulagem de tratores.

As próximas Dicas da Terra vão ser colhidas na sua lavoura.



Mande sua colaboração para a seção Dicas da Terra. A dica do mês vai ganhar um brinde. A dica do ano vai ganhar uma viagem especial à fábrica de Canoas - RS.

Participe acessando o nosso site www.massey.com.br ou envie para Caixa postal 271, Canoas/RS - CEP 92001-970

Figura 22 - Publicidade produzida pela Massey Ferguson em Informativo Mensal da COMIGO.

Fonte: Informe Comigo, 2002.

O segundo efeito é o surgimento de fixos, levando a um processo de transformação da configuração socioespacial. Isto se deu por meio de uma constante imobilização de capital no território, com formas e conteúdos (fluxos e relações) variados. Foram materializados grandes volumes de capital, em armazéns, lojas, unidades industriais, veículos, prédios e propriedades rurais. A construção destes fixos extrapolou o município de Rio Verde, atingindo municípios das microrregiões do Sudoeste de Goiás, Quirinópolis e Meia Ponte. Da mesma forma, provocou alterações nas funções de fixos já existentes, para atender um novo sistema de fluxos e relações, induzidos a partir das modificações trazidas pela ação da COMIGO.

Indiretamente, os efeitos da COMIGO atingem a sociedade em suas várias faces: política, econômica e ideológica. Como aponta CAMPOS (1999), a cooperativa influenciou:

- a) vários produtores que, após o acúmulo de capital, começaram a investir em atividades comerciais e de prestação de serviços, tais como: revenda de veículos, equipamentos de informática, oficinas, locadoras de fitas de vídeo, lojas diversas, bares, restaurantes, hotéis, escolas e outras atividades;
- b) o crescimento econômico, estimulando o aumento das agências bancárias no município, e a atração de outras empresas do setor agropecuário, inclusive agroindústrias. Prova disto é que a COMIGO reduziu, de aproximadamente 45% para 30%, a sua participação na produção e beneficiamento dos grãos produzidos no Sudoeste, devido à inserção de grandes agroindústrias no mercado regional, comprando e beneficiando grãos;
- c) mudanças de mentalidade, por meio da difusão dos produtos, das idéias de modernização. Para tanto, realizavam eventos para divulgar os resultados positivos de técnicas/uso de maquinários e insumos para aumentar a produção e a produtividade;
- d) em parte, mudanças de escolha profissional dos jovens, que quase não escolhiam cursos da área de ciências agrárias. Alguns anos após a instalação da COMIGO, de sua ação e do processo de inserção da microrregião no cenário agrícola nacional, ampliando o mercado de trabalho, este quadro mudou, e os jovens, inclusive as mulheres, passaram a optar por profissões ligadas ao campo. Fez surgir na cidade uma universidade, cujos os principais cursos são agronomia, veterinária e direito.
- e) a política, pois alguns cooperados ocupam cargos políticos no executivo e no legislativo, tanto a nível local quanto estadual, tornando-se os defensores e divulgadores dos interesses da cooperativa;
- f) a disseminação do cooperativismo, em função do seu sucesso;
- g) o fortalecimento da idéia de Goiás com uma vocação agrícola e que, portanto, deve-se incrementar este setor para conseguir o progresso e o desenvolvimento. Discurso feito por muitos dirigentes da cooperativa e aplaudidos pelos grandes interessados, as indústrias para a agricultura.

Um outro efeito são as parcerias com empresas nacionais e internacionais como: a Dalland, empresa holandesa de genética de suínos para criação, através de *Joint-Venture*; a Embrapa, para pesquisar o desenvolvimento de novas variedades de sementes de milho e soja, adaptadas às condições físicas do cerrado; e, por último, o convênio com a Perdigão S/A, visando fornecer ração e/ou ingredientes, como o farelo de soja e milho, visando a engorda de aves e suínos no Sudoeste de Goiás, contribuindo para o desencadeamento de outro CAI na microrregião, o CAI de carnes.

Por fim, o grande efeito da COMIGO, enquanto elemento transformador da configuração espacial, é a construção do complexo industrial e, com isso, a consolidação do CAI de soja e de leite na microrregião do Sudoeste de Goiás. Assim, é possível afirmar, como fizeram Campos (1999) e Machado (1996), que a Cooperativa faz parte e é o agente central do complexo agroindustrial da soja e de leite (como mostra figura 23).

[...] a cooperativa se constitui de fato num elemento do Complexo Agroindustrial, na medida em que atua no sentido de integrar duplamente a agricultura ao setor industrial: como consumidora da indústria para a agricultura, fornecedora da agroindústria.

[...] a Comigo, cuja a área de atuação direta e indireta, extrapola e muito o município de Rio Verde, participa dos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Embrapa, realiza armazenagem e comercialização de uma grande parte dos produtos agrícolas, tem lojas de produtos veterinários e até supermercados, industrializa soja e derivados, bem como leite e derivados. Enfim, seu raio de atuação é amplo e diversificado, de modo que influencia o mercado de trabalho de vários setores, tem peso significativo na arrecadação de impostos e movimenta uma enorme quantidade de recursos. Por isso desempenha há mais de duas décadas um papel dinamizador do desenvolvimento da configuração espacial e nas alterações da dinâmica social de Rio Verde, da Microrregião Sudoeste e de todo o Estado de Goiás. (CAMPOS, 1999, p. 109-110)

O último efeito são os acordos recentes entre a COMIGO e a Perdigão S/A para o fornecimento de soja e milho "in natura", farelo de soja e de parte das matrizes de suínos, através do seus cooperados, multiplicadores das matrizes da genética Dalland.

Finalizando, a atuação da COMIGO e de outras agroindústrias, aliada às medidas do Estado, materializaram a primeira onda de agroindustrialização, ou formação de CAI's, na microrregião do Sudoeste de Goiás. Essa primeira "onda" foi responsável pela metamorfose do espaço regional, de pecuária extensiva para um dos mais dinâmicos do país, inserido na Divisão Internacional do Trabalho, sendo a produção de grãos e animais influenciada e determinada por interesses de escala internacional.

Essa "onda" foi sobreposta, a partir da segunda metade dos anos 1990, por uma outra, agora com a inserção de um outro complexo, "o de carnes", onde o agente principal é agroindústria Perdigão S/A. No entanto, esta não eliminou as marcas e nem a dinâmica da primeira "onda", apenas veio coexistir no mesmo espaço, aproveitando-se dos recursos do território, e inserindo outros.

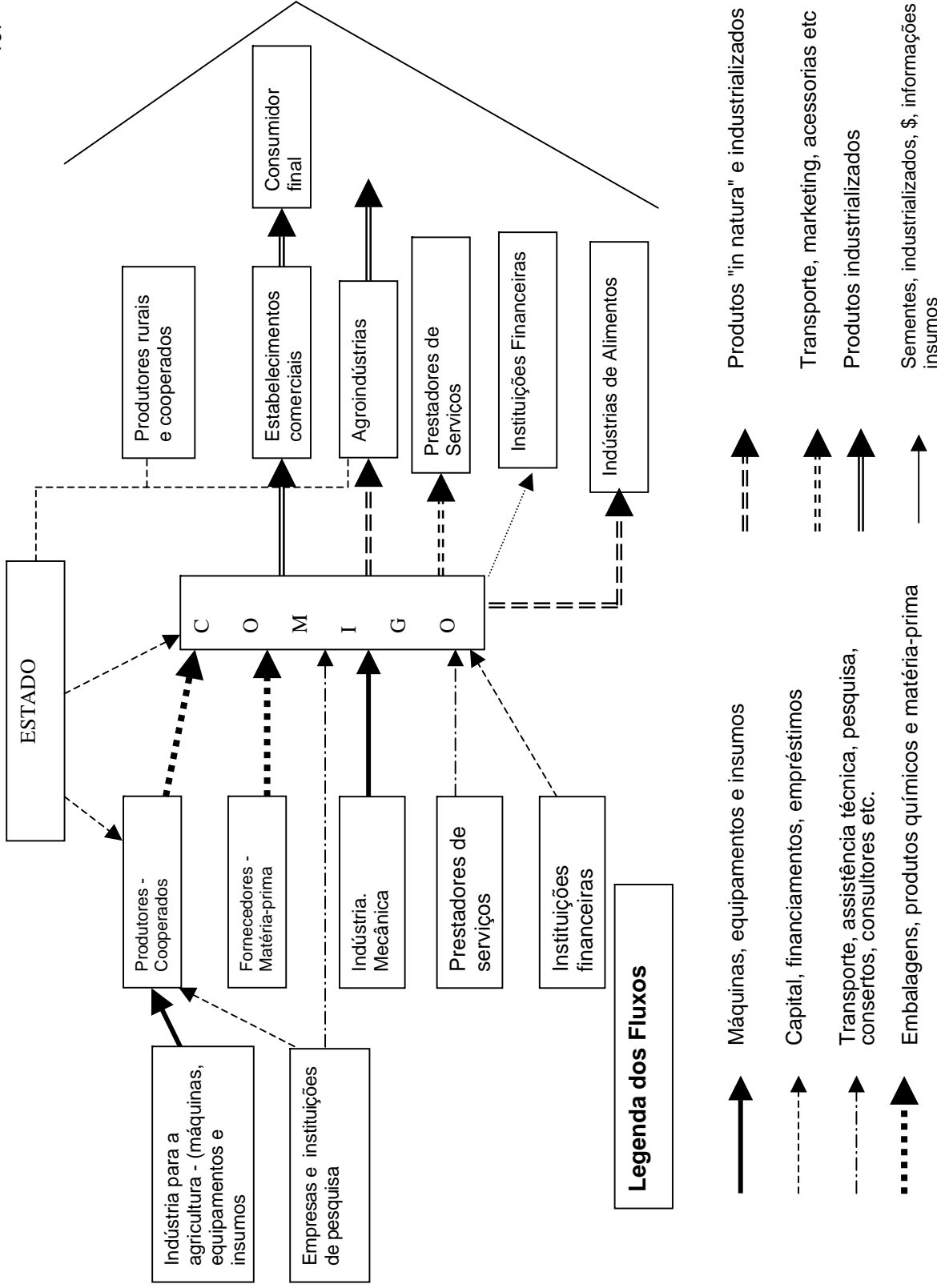


Figura 23 - Esquema dos CAI's de soja e leite, apoiados na COMIGO - Sudoeste de Goiás

CAPÍTULO 3

3. A SEGUNDA "ONDA" DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO: A CHEGADA DA PERDIGÃO E A CONSOLIDAÇÃO DO CAI DE CARNES NO SUDOESTE DE GOIÁS.

3.1 O CAI de carnes no Brasil: algumas considerações.

A pecuária, sob várias formas, tem sido uma atividade importante em várias regiões brasileiras, desde o período colonial. No início do século XX, ela se difunde mais, e surgem os primeiros frigoríficos no Sudeste e Sul (figura 24). Nesse período, a atividade era rudimentar, para atender o mercado interno. Com os anos, foi se intensificando a criação de animais e surgindo novos frigoríficos, culminando, nas décadas de 1920 e 1930, com o oligopólio do mercado interno pelos frigoríficos de origem estrangeira, principalmente de capital inglês.

O domínio exercido pelas grandes empresas estrangeiras no comércio internacional de carnes bovinas e as crises deste comércio (1920-21, 1925-26, 1930-31), provocaram a desnacionalização desta atividade. O Anglo adquiriu os frigoríficos de Barretos (1923) e de Santos (1931), enquanto o de Barbacena acabou fechando [...]. Os frigoríficos estrangeiros controlavam, em 1940, no Brasil Central e, especialmente, em São Paulo, cerca de 420.000 hectares, entre terras próprias e arrendadas, dispendo assim de gado próprio na proporção de 35% a 40% do abate que realizavam e influenciando na determinação do preço. (MAMIGONIAN, 1976, p. 10)

A quebra do monopólio do capital internacional na atividade frigorífica ocorreu em 1941, após o congresso de pecuaristas em Barretos (SP), onde conseguiram do governo um decreto de lei para limitar a ampliação dos rebanhos dos frigoríficos estrangeiros.

No entanto, a reação só ocorreu em 1951, com a adoção de medidas que envolviam empréstimos bancários, isenção de impostos etc., o que fez com que houvesse uma ampliação dos frigoríficos nacionais pelo Brasil Central (Interior de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso).

[...] Mas, somente em 1951, durante o governo Getúlio Vargas, foram tomadas várias medidas - empréstimos bancários, isenções de taxas, etc. - apoiando a implantação de novos frigoríficos no interior do Brasil Central. Este estímulo foi recebido prontamente pelos invernistas de São Paulo e Mato Grosso, que passaram a montar, na década de 1950, vários frigoríficos nas suas áreas de engorda [...]. Igualmente o governo de Minas Gerais [...] organizou plano de instalação de quatro frigoríficos regionais [...]. (MAMIGONIAN, 1976, p. 12)

Porém, a grande reação aos frigoríficos estrangeiros veio dos pequenos açougueiros de origem imigrante, que passaram a investir em pequenos matadouros em São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados, aproveitando a conjuntura nacional. Esses cresceram mais rapidamente que os grandes, uma vez que estavam mais informados sobre o mercado, e possuíam uma flexibilidade de produção muito maior. Neste sentido, nota-se que, ao contrário da indústria nacional que se internacionalizava, o setor de carnes é um caso oposto, pois se nacionalizava.

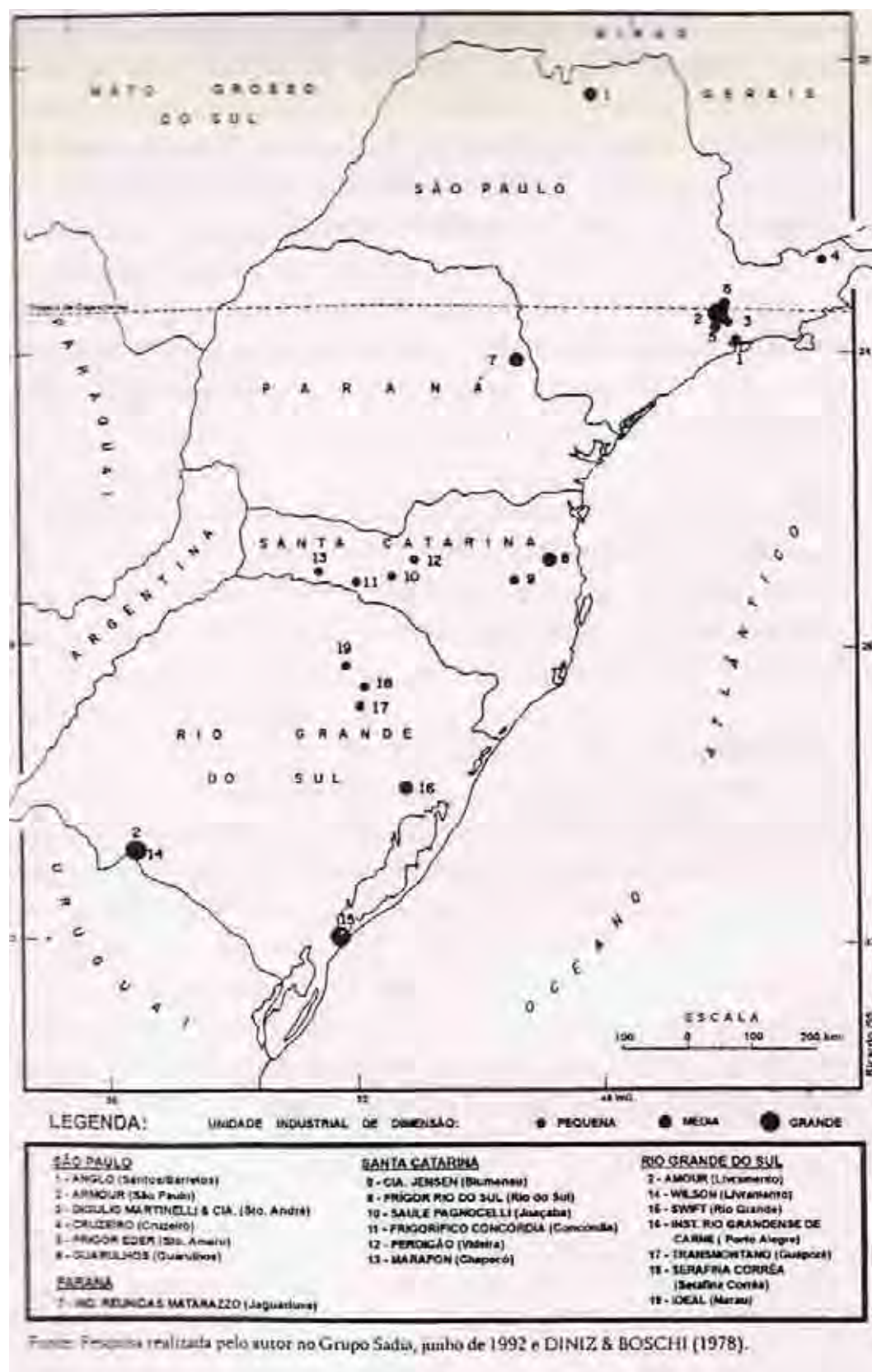


Figura 24 - Frigoríficos instalados no Brasil até 1940.

Fonte: Espíndola, 1999.

Segundo Espíndola (1999), este processo de surgimento de vários frigoríficos no país corresponde à terceira fase de expansão das agroindústrias no Brasil, de meados da década de 1940 até 1970, quando se estabeleceram frigoríficos no Brasil Central, agroindústrias de suínos e aves no Sul, e ocorreu a entrada de grandes agroindústrias multinacionais, inclusive ligadas ao CAI-soja.

A instalação de frigoríficos no Brasil está associada ao processo de inserção do ramo alimentar nas políticas de industrialização (Plano de Metas), decorrente da constituição de agroindústrias para atender o mercado interno e, posteriormente, o externo. Agroindústrias, essas, que se consolidam no período de 1970-1990, principalmente no Sul, via modernização tecnológica, diversificação produtiva, centralização de capitais, mudança dos hábitos alimentares dos brasileiros.

O CAI de carnes se materializa, inicialmente, nas regiões Sudeste (mais especificamente, em São Paulo) e Sul, a exemplo de outros CAI's, como o de soja. Este fato deve-se a dois fatores: primeiro, o grau de modernização e industrialização dessas regiões; segundo, devido a presença quase concomitante do CAI-soja e da produção de milho.

A evolução do CAI de carnes quase sempre está associada à constituição do CAI de soja/milho, mesmo que em espaços distintos, pois o primeiro utiliza-se de produtos do segundo (figura 25).

Segundo Cleps Júnior (1998), o complexo de oleaginosas se associa/interage com outros complexos, fornecendo um conjunto de produtos. Os principais produtos desse conjunto são a soja *in natura* e o farelo de soja, utilizados para fabricação de rações, para atender outras cadeias produtivas como a de carnes.

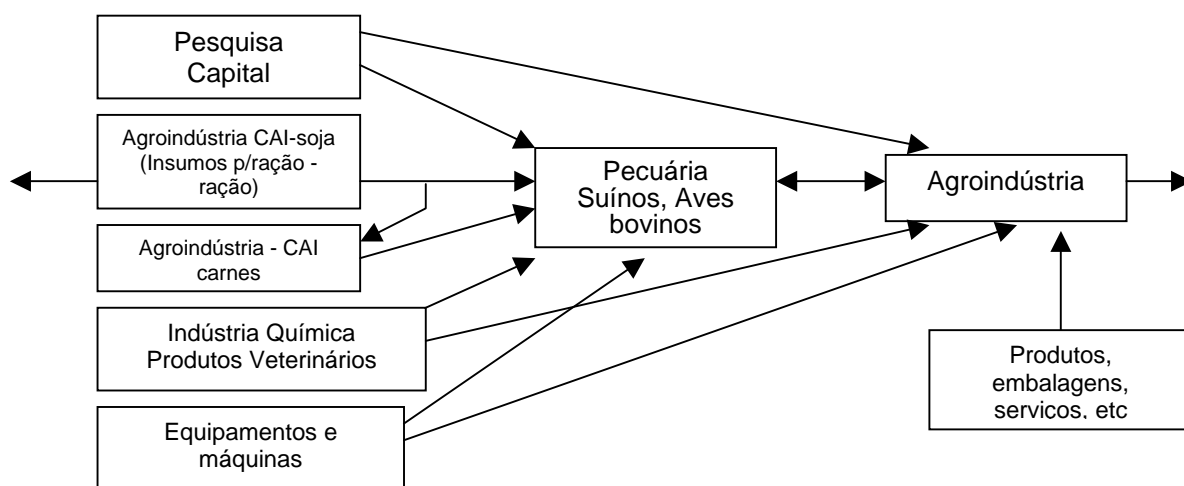


Figura 25 - Relações estabelecidas em complexos de carnes. Org. R. E. Borges, 2006.

Na região Sul, o estado mais representativo na produção de carnes e na evolução do CAI do setor é Santa Catarina. É neste estado que surgem duas das maiores agroindústrias processadoras de carnes do país, a Perdigão e a Sadia. Embora os estados do Rio Grande

do Sul e do Paraná fossem grandes produtores de carnes, é em Santa Catarina que o CAI de carnes vai se consolidar, pioneiramente, em consequência da crise dos frigoríficos internacionais; das políticas governamentais de auxílio, a nível estadual e nacional; dos interesse e motivação do empresariado local (na sua maioria, originário de imigrantes); da diferenciação de produtos para o mercado nacional; e da presença da expressiva produção de soja e milho. Somando-se a isto,

[...] a combinação dos diferentes fatores produtivos (aquisição de máquinas importadas, absorção de mão-de-obra qualificada, treinamento da mão-de-obra não qualificada, diferenciação dos produtos, flexibilidade produtiva etc) e a integração vertical (oficinas mecânicas, carpintarias, abastecimento de eletricidade, empresa [...] credenciaram os grupos frigoríficos catarinenses à contenda intercapitalista. Somem-se a isso as medidas político-institucionais implantadas pelos governos de Vargas e Kubitschek, que expandiram as atividades econômicas por meio de políticas de substituição das importações (ESPÍNDOLA, 1999, p. 34)

Enquanto os frigoríficos de São Paulo e alguns do Rio Grande do Sul investiram no abate majoritário de bovinos, os catarinenses diversificaram sua produção, abatendo suínos e, no final dos anos 1960, começaram a investir no abate de frangos.

Com o auxílio de fortes políticas públicas que beneficiaram o setor nacional de carnes, as agroindústrias foram crescendo em número, tamanho e dinâmica, levando à formação de CAI's completos, como afirma Graziano (1996). Consequentemente, consolidando grupos empresariais do setor, como Sadia, Perdigão e Ceval.

As atuais maiores empresas de carnes do país iniciaram suas atividades como empresas pequenas e familiares no sul do país, sobretudo no oeste catarinense, de onde passaram a montar a sua estratégia de expansão no sentido de atingir todo o território nacional. Foi na passagem da década de 70 para 80 que tais empresas suplantaram em importância as tradicionais do ramo, até então originárias e estabelecidas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. (COSTA, 1998, p. 56)

Após a década de 1980, as agroindústrias produtoras e distribuidoras de carnes passaram a enfrentar uma nova realidade de concorrência no mercado internacional, via exportações de frango e suínos²⁶. Esse novo quadro fez com que as empresas intensificassem sua atuação no Sul e buscassem novas áreas para a produção, para atender o mercado externo e interno. Costa (1998) afirma que isto só ocorre definitivamente quando as empresas expandiram suas atividades para as regiões de fronteira agrícola.

Essas regiões contavam com vários atrativos, entre eles: a larga produção de milho e soja, já estabelecida pela expansão do cultivo de soja e do CAI-soja, uma vez que esses grãos são fundamentais na fabricação de rações; a proximidade com mercados emergentes (local e regional); e os incentivos fiscais e financeiros. Com isso, as principais empresas do

²⁶ A carne bovina tem uma exportação tradicional e não sofreu muitas consequências.

setor (Sadia, Ceval e Perdigão) resolveram instalar novas plantas industriais nessas regiões, adotando a mesma estratégia do CAI-soja.

A Sadia, fundada em 1944 na cidade de Concórdia (SC), utilizou, inicialmente, uma estratégia de expansão baseada em aquisições e instalações de unidades produtivas, sobretudo na região Sul e no estado de São Paulo. A partir dos anos 1980, começou a se expandir para outros estados (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais), mediante a necessidade imposta pela concorrência externa e interna.

Em 1980, instalou no Rio de Janeiro uma fábrica de embutidos. Em 1985, terminou um abatedouro em Barra do Garças (MT), que anos depois foi ampliado para processamento de soja. Em 1992, inaugurou um novo abatedouro de frangos em Várzea Grande (MT), para atender os mercados do Centro-Oeste e do Norte do país. No final dessa década, adquiriu a Rezende Alimentos, localizada em Uberlândia (MG), possuidora de unidades produtivas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Além das plantas industriais, a Sadia tem vários escritórios de compras e vendas espalhados por várias cidades brasileiras e no exterior.

A Ceval, fundada em 1972, tendo como principais atividades a compra, industrialização e comercialização de soja, adotou uma forma de expansão distinta da Sadia. Durante oito anos ampliou suas atividades, diversificando os derivados de soja, suas instalações e as áreas de cultivo, chegando, em 1980, a ser a oitava maior empresa exportadora de capital nacional, sendo responsável por 9% do mercado interno de óleo de soja (COSTA, 1998).

Nesse mesmo ano, a Ceval resolveu diversificar o seu *mix* de produtos, por meio da aquisição da Seara Brascarne Participações S.A, entrando no mercado de suínos e aves. Em 1981, ampliou este setor, comprando outro abatedouro de frangos pertencente à S.A. Frigorífico Itapiranga Safrita, em Itapiranga - SC. Nesta mesma década, comprou quatro abatedouros, sendo um em Jaraguá do Sul (SC), um em Jacarezinho (PR), um em Jundiá, e outro em Nuporanga (SP). Nos anos 1990, adquiriu a Agroeliane, décima quinta empresa avícola do país. A partir disto, pôs em funcionamento um abatedouro de frangos e suínos no litoral de SC e outro em Sidrolândia (MS), atingindo a região da fronteira agrícola.

Segundo Costa (1998), a Ceval investiu US\$ 282,3 milhões no período de 1986 a 1991 na construção de novas unidades, ampliação de fábricas e incorporação de empresas, chegando a ter o maior complexo de soja da América Latina, com 60 unidades de recepção e armazenagem (distribuídas em onze estados) e um parque composto por onze unidades.

A Perdigão, outra das maiores empresas do ramo de carnes no país, surgiu em Videira (SC) em 1940, como beneficiadora de carne suína. A partir de então, a empresa diversificou e ampliou sua produção, juntamente com sua área de atuação, mas sempre alicerçada nas carnes suínas e de aves.

Para tanto, seguiu sua concorrente, introduzindo a integração vertical na produção, implantando granjas próprias de matrizes, incubatórios para a produção de pintos, fábricas de rações, instituiu um setor de fomento agropecuário para dar assistência aos agricultores integrados, assinou contratos de parceria com estes agricultores, construiu abatedouros, montou fábricas de embutidos e industrializados e implementou sua rede de distribuição em todo o território nacional. (COSTA, 1998, p. 51)

Em 1994, após passar por dificuldades financeiras e ser vendida a um "pool" de fundos de pensões, os novos dirigentes resolveram ocupar o Centro-Oeste brasileiro, através da construção de um grande abatedouro de aves e suínos em Rio Verde (GO).

3.2 Processo de instalação da Perdigão no Sudoeste de Goiás.

3.2.1 O Projeto Buriti no contexto histórico da empresa Perdigão.

A empresa Perdigão surgiu em 1934, em uma vila denominada "Vila de Perdizes", localizada no meio-oeste catarinense, numa das margens do Rio do Peixe. Décadas depois, a junção desta com a "Vila Vitória" deu origem à atual cidade de Videira.

Estabeleceu-se nessa vila um pequeno negócio, fundado por descendentes de imigrantes italianos instalados na região. Era um armazém de secos e molhados, onde se vendia de tudo um pouco, sendo responsável pelo abastecimento da população regional. O armazém tinha a razão social de "Ponzoni, Brandalise e Cia Ltda".

Após alguns anos de atividades, a empresa acumulou capital e, em 1939, comprou parte da empresa "Sociedade de Banha Catarinense Ltda", um pequeno abatedouro de suínos, no qual eram produzidos artigos industrializados e, principalmente, banha usada no cozimento de alimentos.

Em 1941, a firma criou a marca Perdigão, representada pelo signo das duas perdizes no rótulo dos produtos, homenageando a vila onde nascera a empresa, e por ser a perdiz uma ave muito comum na região.

Em 1954, com a evolução dos negócios, a empresa resolveu investir na criação e abates de frangos. Já em 1955, ocorreu o primeiro abate de frangos na unidade de Videira (SC), realizado de forma artesanal e nas dependências do frigorífico de suínos.

A denominação Perdigão S/A - Comércio e Indústria foi adotada em 1958, transformando a marca na razão social da própria empresa. A Perdigão cresceu inserida no processo maior de modernização agropecuária pelo qual passava o país.

A partir da década de 1960, ocorreu o surgimento de várias pequenas e médias agroindústrias na região Sul, predominantemente, em Santa Catarina. Concomitantemente, se acelera o crescimento das empresas mais tradicionais, como a própria Perdigão.

A aquisição de outras empresas do ramo pela Perdigão, na década de 1970, foi marcante para a consolidação da atual Perdigão. A primeira a ser incorporada foi a Unifrico S/A Comércio e Indústria (Salto Veloso - SC), em 1977.

Na década de 1980, que é considerada como a "década perdida", a Perdigão continuou a estratégia de fusão, incorporando as seguintes empresas: a Agropecuária Confiança Ltda. (Herval D'oeste) e a Indústria Reunidas Ouro (Capinzal - SC), em 1980; o Frigorífico Borella S/A (Marau-RS), em 1985; a Frigoplan - Frigorífico Planalto (Lages - SC), em 1987; a Sulina Alimentos S/A, a Ideal Avícola S/A e a Granja Ideal S/A (Serafina Corrêa - RS), em 1988, e o Frigorífico Mococa (Mococa - SP), em 1989.

Esta política levou ao fortalecimento da empresa e ao aumento do seu patrimônio, mas também ao endividamento, fato que provocou mudança no controle acionário da empresa em 1994, com a venda de suas ações no mercado financeiro. Assim, a Perdigão deixou de ser uma empresa familiar para se tornar uma empresa composta por capitais de diferentes origens. A partir de então, a empresa passou a ser controlada pelo Grupo de Fundos de Pensão do Banco do Brasil (Previ - B.B). Hoje, o capital da empresa está sob poder de fundos de pensões, empresas e outros.

Ainda no ano de 1994, adquiriu 51% das ações do Frigorífico Batávia S/A, criado a partir da separação dos negócios de carnes e leites da Batávia S/A. O frigorífico produz e comercializa a linha de derivados de carne da marca Batavo. O frigorífico sediado em Carambeí (PR), com capacidade para produzir processados de frangos, suínos e perus, foi um elemento decisivo na opção pela compra. Com isso, a Perdigão introduziu-se no mercado de venda de produtos derivados de peru, setor, até então, pouco explorado pela empresa.

Já o segmento de laticínios foi mantido na Batávia S.A., que tem como sócios controladores a Parmalat Brasil S/A, a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda (CCLPR) e a Cooperativa Central Agromilk, de Concórdia (S/C). Esta transação rendeu à Perdigão um acordo com a Parmalat para distribuir, em parceria, no mercado sul-americano, os produtos fabricados pela indústria.

Após vários anos de história com aquisições, vendas, construções e expansões, a Perdigão tornou-se a segunda maior agroindústria do país, operando com seis abatedouros de aves e quatro de suínos; oito unidades de industrialização de carnes e duas de esmagamento de soja; sete fábricas de ração; dezenove filiais de venda; onze postos avançados de distribuição e dez distribuidores independentes. Mais de 29.000 empregos são gerados em todas as suas unidades (PERDIGÃO HOJE, 2004, p. 21).

As unidades industriais estão concentradas na região Sul, principalmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dessas, duas estão em Capinzal (SC); os municípios de Carambeí (PR), Herval D'Oeste (SC), Lages (SC), Salto Veloso (SC) e

Serafina Corrêa (RS) abrigam, cada um, uma unidade. Já Marau (RS) possui três estabelecimentos, e Videira (SC), dois (figura 26).

Os Centros de Distribuição da empresa estão localizados nas principais capitais brasileiras, ficando concentrados nas capitais dos estados, contribuindo para atingir todo o mercado interno, quer por meio de seus distribuidores terceirizados, quer pela ação da própria empresa (figura 27).

Quanto ao mercado internacional, a empresa adota duas estratégias. A primeira é a exportação feita por ela mesma. Para esse fim, são mantidos três escritórios no exterior: Bolonha (Itália), Dubai (Arábia Saudita) e Londres (Inglaterra). A segunda é a de vendas feitas por uma empresa- a BRF, criada em parceria com a Sadia, para comercializar os produtos no exterior. Neste caso, as vendas são feitas em conjunto e os lucros da empresa divididos entre as sócias (Sadia e Perdigão). (figura 28)

Visando facilitar a comercialização no exterior, foi criada uma marca destinada apenas ao mercado internacional, a PERDIX. Esta é exportada para mais de setenta países, dentre eles; Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Áustria, Bélgica, Espanha, Rússia, França, Japão, Itália, Catar, Emirados Árabes Unidos e Suécia.

Dos negócios/investimentos realizados após a capitalização da empresa, o mais significativo foi a instalação de uma unidade produtiva fora da região Sul. Inicialmente, foram feitos contatos com autoridades goianas e mineiras (reuniões com representantes dos governos estadual e municipal), e estudos de viabilidade econômica e de parceria para a produção de matérias-primas, com o intuito de verificar a melhor opção de localização.

Concluídas as primeiras negociações e estudos, definiu-se pela construção da planta industrial em Rio Verde (GO). A Perdigão começou a instalação do Projeto Buriti em 1996, fazendo os primeiros contatos e estabelecendo parcerias com alguns produtores rurais para a produção de matrizes.

A empresa escolheu instalar sua nova unidade numa área de *belts* modernos, (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 118), altamente tecnificada, e que foi preparada como uma "reserva" de espaço, e que, agora, passa a ser demandada diante da ocupação agroindustrial tradicional (São Paulo, e os estados do Sul), tornando-se um *front* para o CAI de carnes, e ensejando, uma nova "onda" de agroindustrialização.

A instalação da unidade no Sudoeste de Goiás foi uma estratégia de expansão e territorialização dos negócios da empresa na região de fronteira, uma vez que, dentre as empresas líderes do setor, era a única que não tinha feito investimentos nesta região.

Hoje é possível falar de um processo de territorialização da empresa no espaço goiano, por meio da instalação do complexo na cidade de Rio Verde, o qual tem sido responsável por vários impactos/efeitos socioespaciais locais e regionais. Vários fatores contribuíram para a escolha da microrregião para localização da nova planta da empresa.

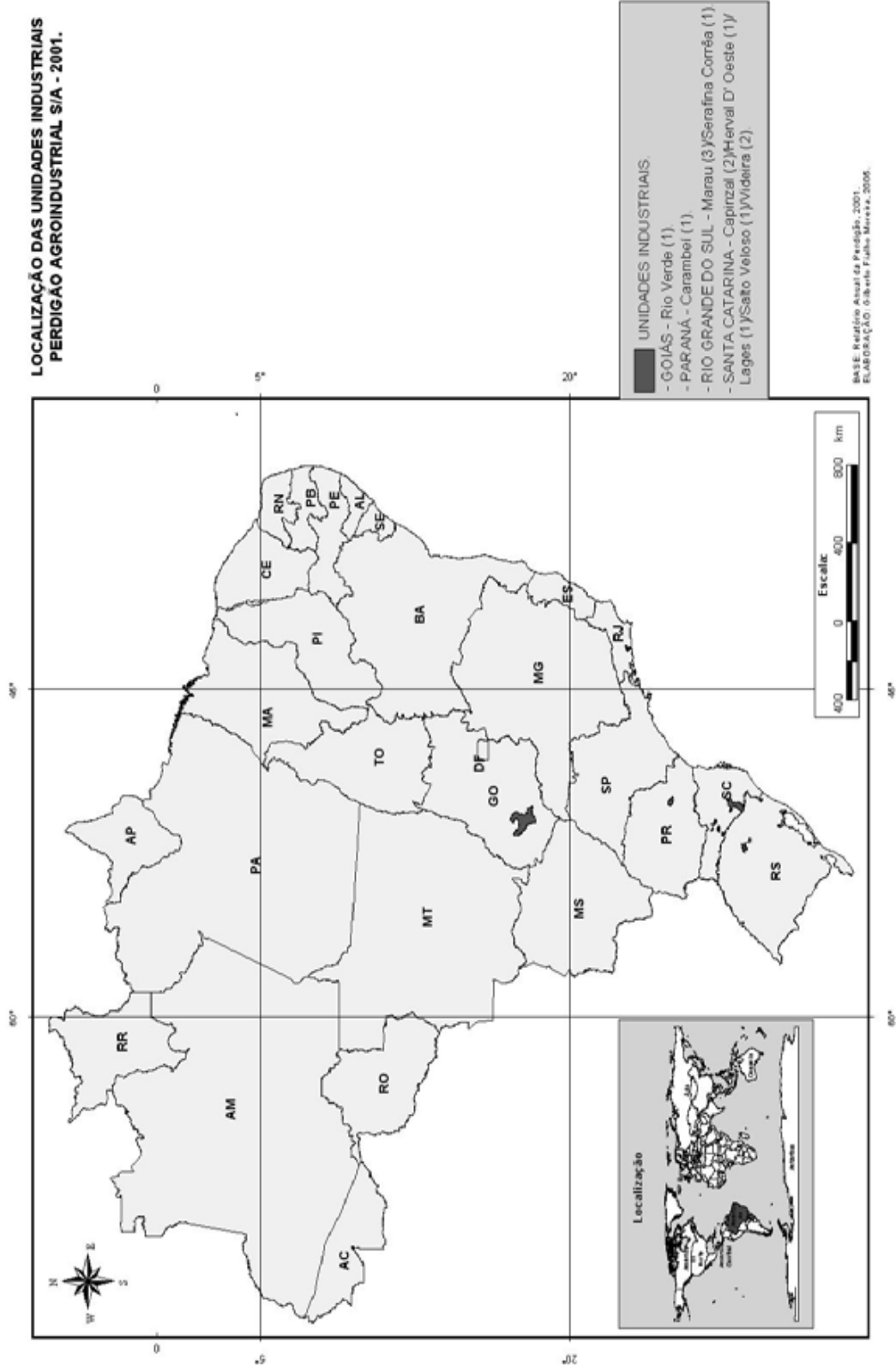


Figura 26 – Mapa de Localização das unidades industriais da Perdigão Agroindustrial S/A – 2001.

**LOCALIZAÇÃO DOS CENTROS DISTRIBUIÇÃO
PERDÍGIO AGROINDUSTRIAL S/A - 2001.**

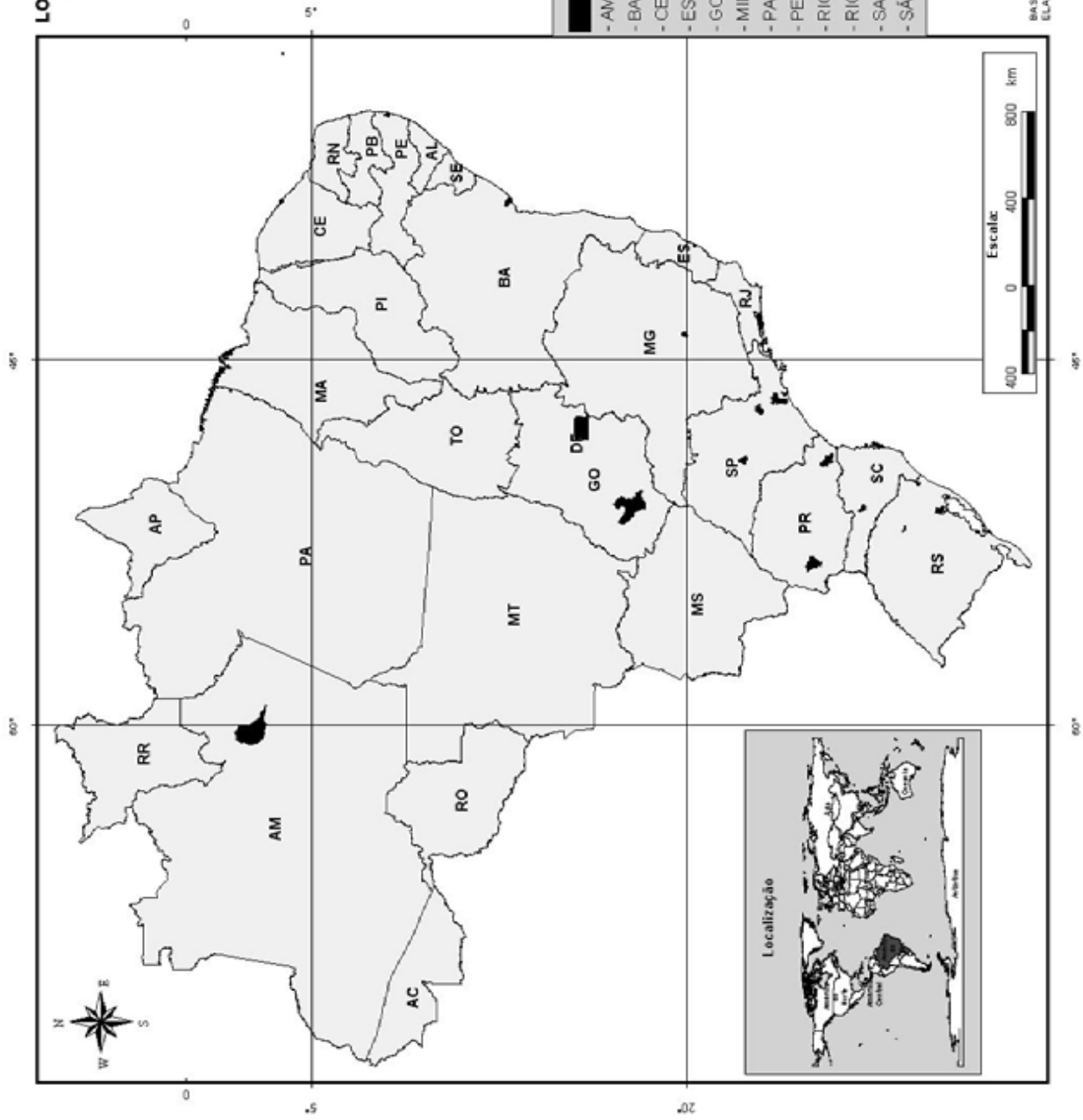
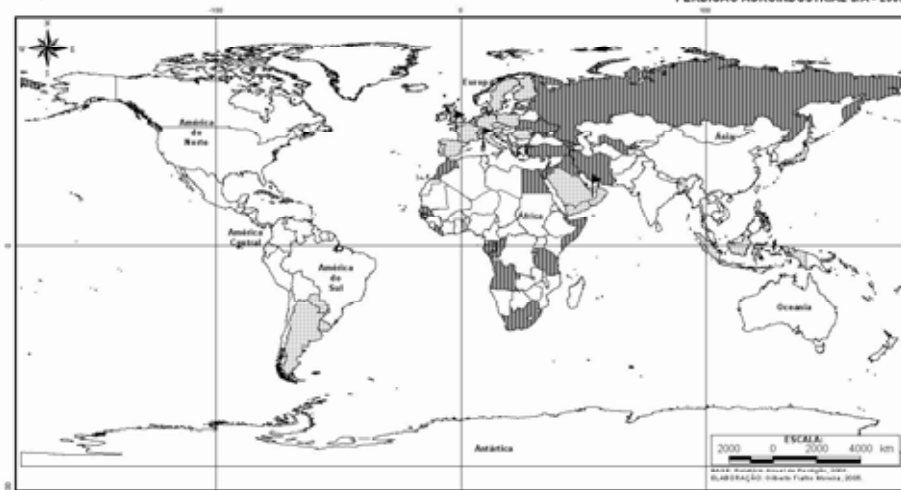


Figura 27 – Mapa de Localização dos centros de distribuição da Perdício Agroindustrial S/A – 2001.

Figura 28.

PAÍSES IMPORTADORES DE PRODUTOS DA
PERDIÇÃO AGRÍCOLA S/A - 2003.



LEGENDA

<p>ESCRIÇÃO NO EXTERIOR</p> <p>Bahama (centro de distribuição) Dubai Londres</p>	<p>BIF. INTERNACIONAL</p> <p>África do Sul Angola Arábia Saudita Congo Cuba Egito Gâmbia Geórgia Índia Irã Jordânia Líbano Líbia Marrocos República Dominicana Rússia Senegal Somália Tanzânia</p>	<p>PAÍSES PARA O QUAL A PERDIÇÃO EXPORTA</p> <p>Albânia Alemanha Arábia Saudita Áustria Bélgica Bélgica Canadá Catar Cingapura Coreia do Sul Espanha Filipinas Finlândia França Gâmbia Guatemala Holanda Hong Kong Índia Indonésia Irã Itália Japão Kazakhstan Kuwait Líbano Líbia Macedônia Maldivas Malásia Moldávia Ondura Paraguai Polónia Portugal Reino Unido República Dominicana República Tcheca Suécia Suíça Tailândia Uruguai</p>
---	---	---

3.2.2 Fatores e elementos que levaram a Perdigão a se instalar no Sudoeste de Goiás.

Para Espíndola (2002), o desdobramento territorial dos capitais agroindustriais sulistas não constituem um processo novo, remontam à década de 1960 (século XX), por meio dos frigoríficos que, ao invés de se concentrarem próximos aos grandes centros consumidores (São Paulo e Guanabara²⁷), com plantas gigantescas, passaram a instalar plantas menores próximas às regiões de engorda no Centro-Oeste.

Castro e Fonseca (1995) corroboram esta afirmação, colocando que a instalação de agroindústrias no Centro-Oeste não é um processo recente. Segundo os autores, o que é relativamente novo é a presença de agroindústrias de grande porte, que estendem suas operações, de um lado, para o mercado de *commodities* e, de outro, para o mercado interno, integrando regionalmente duas cadeias produtivas, a de grãos e a de carnes. Os investimentos no Centro-Oeste têm objetivo de assegurar o acesso privilegiado às fontes de matérias-primas e aos mercados regionais crescentes.

Mazzali (2000) afirma que a transferência das agroindústrias para o Centro-Oeste se deu, inicialmente, por meio da criação de estruturas de recebimento de soja. Isto possibilitou, posteriormente, a realocação das unidades produtivas de esmagamento e refino de soja, até então concentradas nas regiões Sul e Sudeste. Com a consolidação do CAI da soja, as agroindústrias de carnes foram atraídas pela produção de grãos e de industrializados da soja, pelos fortes incentivos do Estado e pela inexistência de frigoríficos de grande porte de aves e suínos na região.

A instalação da Perdigão foi influenciada não só pelos fatores já mencionados, mas, também, por outros que podem ser agrupados da seguinte forma:

- 1) transformações ocorridas nos mercados interno e externo de carnes;
- 2) mudanças no sistema produtivo e na gestão das empresas;
- 3) incentivos governamentais;
- 4) vantagens apresentadas pelo território, ou vantagens do território.

3.2.2.1 Mudanças no mercado de carnes.

O Brasil, historicamente, tem sido muito competitivo no mercado externo de produtos oriundos da agropecuária, devido a vantagens comparativas maiores, a saber: grande disponibilidade de terra, boas pastagens, produção de grãos, condições climáticas,

²⁷ Antiga denominação do atual estado do Rio de Janeiro.

mudanças tecnológicas, crescimento econômico e medidas regulatórias (subsídios, desvalorizações cambiais, protecionismos, etc)

A comprovação disto está nos dados da tabela 19, que mostra as exportações brasileiras na década de 1990.

Percebe-se o aumento expressivo das exportações de carnes, com o crescimento superior a 100% nos três setores (aves, suínos e bovinos). Cabe uma análise especial nos setores de aves e suínos que, ao contrário do bovino, não eram exportadores tradicionais. As exportações de carne suína cresceram, em 10 anos, mais de 100 mil toneladas, o que representa um crescimento de 600%.

Tabela 19 - Exportações brasileiras de carne 1990-2000 (mil ton. equiv. Carcaça).

Anos	Bovina	Suína	Aves
1990	249	20	299
1991	335	17	321
1992	460	44	372
1993	451	45	433
1994	376	32	480
1995	287	36	424
1996	280	64	568
1997	287	64	649
1998	370	82	612
1999	541	81	77
2000	554	120	906

Fonte: Espíndola, 2002, p. 231 e dados da ABICPECS, 2004.

Este resultado foi obtido a partir de intensos processos de modernização implementados pelas agroindústrias sulistas²⁸. Aliados a isso, estão outros dois fatores, primeiro, a conquista de novos mercados como o da Rússia, que é o maior importador de carne suína do mundo, e o da África do Sul; segundo, a criação de um *pool* de empresas exportadoras (Sadia, Perdigão, Doux Frangosul, Seara, Aurora e COSUEL), para facilitar a venda de carne suína para o mercado internacional (ESPÍNDOLA, 2002).

De acordo com Espíndola (2002), a produção nacional de suínos chegou a 2,10 milhões de toneladas em 1999, superando todos os recordes, resultado da ampliação das exportações, do aumento de produtividade, preços compensadores aos produtores, aumento do peso médio dos animais, novos investimentos no setor e maturação de projetos

²⁸ Isto possibilitou o reconhecimento internacional dos estados de SC e RS como áreas livres de doenças, fazendo com que frigoríficos como Perdigão, Sadia, estivessem aptos para exportações.

iniciados na década de 1980. O autor salienta, ainda, que a tendência futura é de aumento das exportações, uma vez que a Europa, por força de lei, deverá reduzir o seu plantel, sem contar que o custo de produção é 100% maior que no Brasil e nos E.U.A.

Já com relação às exportações de carne de frango, é possível caracterizar três momentos distintos. O primeiro, no período de 1975-1984, teve como principal característica a expansão acelerada das exportações, conseqüência do processo de modernização tecnológica e organizacional implantado pelas empresas; da modernização da agricultura; da entrada de novas empresas no setor produtivo; da ampliação da capacidade produtiva e da disponibilidade de matéria-prima (soja e milho); e dos financiamentos e subsídios à exportação.

O segundo momento (1984-1990) caracterizou-se pela estabilização das exportações, devido a combinação dois fatores. Primeiro, houve a retração relativa das importações pelos principais países importadores, devido à redução no ritmo de crescimento da demanda interna destes países. Segundo, a auto-suficiência adquirida por alguns países importadores. Somando-se a isso, está o aumento da participação por parte de alguns países (como E.U.A e França) no mercado internacional, que buscaram novas estratégias de comercialização de seus excedentes, redirecionando-os para o mercado externo. Com isso, houve aumento da oferta, e conseqüente redução dos preços internacionais.

Esses países usaram de uma competição excessiva, levando as empresas brasileiras a abrir novos espaços de comercialização. Com isso, as empresas brasileiras mudaram sua estratégia de exportação, conquistando novos mercados e direcionando a produção para a linha de cortes. As exportações cresceram de 43 mil/toneladas, em 1984, para 183 mil, em 1991.

O terceiro momento apresenta uma evolução nas exportações, nos anos 1990, período em que ocorreu aumento de 607 mil toneladas. Este crescimento deve-se à recuperação de mercados na Ásia e Europa, à conquista de novos mercados, à ampliação das exportações de cortes, diferenciando os produtos e atendendo a demandas mais específicas, e à valorização cambial.

Outro fator importante que colaborou para a elevação das exportações foi o surgimento da doença da "vaca louca" na Europa.

[...] as exportações brasileiras de frango para a Europa somaram U\$ 173 milhões até novembro de 2000, 30% mais que o mesmo período de 1999. Somente a Sadia aumentou sua participação no mercado europeu de 21% em 1999 para 34% entre janeiro e setembro de 2000. Já a Perdigão embarcou para a Europa 36% de suas vendas, mais de 30% que o ano passado. (ESPÍNDOLA, 2002, p. 238)

Hoje, os principais compradores da carne de frango brasileira são: os países do Oriente Médio (Arábia Saudita, Bahrei, Catar, Kwait, Emirados Árabes, Iemem, Omã, Irã), da

Ásia (Japão, Cingapura, China e Hong Kong) e da Europa (Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal e Reino Unido), seguidos pelos países do Mercosul (Argentina e Paraguai), da África (África do Sul, Egito e Angola) e por Cuba.

As empresas que mais exportam são Sadia, Perdigão, Ceval e Frangosul, conforme mostra tabela a seguir:

Tabela 20 - Participação das agroindústrias líderes nas exportações de carne de frango (1970-97).

Empresa	1970-1980	1990	1995	1997
Sadia	28,6	34,4	29,1	24,7
Perdigão	20,6	27,9	23,4	28,5
Ceval	6,7	9,1	16,2	21,0
Chapecó	6,0	13,3	9,0	4,3
Frangosul	---	4,9	10,5	10,8
Outras	38,1	10,4	11,8	10,7

Fonte: ABEF. Elaboração do autor

O crescimento na exportação de carne de frango pode ser explicado, também, por alguns outros fatores, entre eles: menor custo de alimentação do frango; maior produtividade em relação à China; diversificação e inovação da produção; preço da mão-de-obra mais baixo; melhores condições climáticas em relação a outros produtores (por ex.: China e a Tailândia); e por fatores externos como doenças (a exemplo da gripe do frango na Ásia e, um pequeno foco nos E.U.A.)

Já para Mazzali (2000), o crescimento do setor de carnes suína e de aves está ligado à decadência do setor de carne bovina, pois, uma vez em crise, este setor abre espaço para o crescimento da participação de outros segmentos de proteína animal no mercado consumidor interno.

Nesse contexto, a rigidez relativa da oferta, por parte do setor pecuário, acabou gerando situações de crise no abastecimento interno e deixando 'um espaço aberto no mercado interno de carnes, logo preenchido pela expansão da produção de carnes de aves (galináceos)'. (MAZZALI, 2000, p. 63)

Na tabela 21, é possível perceber que houve um aumento representativo na produção e consumo de carnes no Brasil após a década de 1990, com destaque para a carne de aves e suínos. O setor de suínos elevou sua produção em cerca de 111% e dobrou o consumo. Enquanto isso, o setor avícola teve um aumento da produção de 153% e de 149% no consumo.

Tabela 21 - Produção, consumo de carnes bovina, suína e avícola - Brasil - 1990-2000.

Anos	Produção (ton.)			Consumo (ton.)			Consumo per capita (kg)		
	Bovino	Suíno	Aves	Bovino	Suíno	Aves	Bovino	Suíno	Aves
1990	5.217	1.050	2.356	4.119	1.027	2.036	34,6	7,1	14,2
1992	6.123	1.476	2.727	5.796	1.421	2.558	38,9	9,5	17,2
1994	5.852	1.619	3.411	5.562	1.578	2.930	36,4	10,3	19,2
1996	6.645	1.752	4.052	6.504	1.669	3.483	41,4	11,6	22,2
1998	6.413	1.711	4.854	6.122	1603	4.241	37,5	9,8	26,0
2000	6.681	2.217	5.981	6.184	2.055	5.074	36,5	12,1	30,0

Fonte: Adaptada de Espíndola, 2002, ABPECS, 2005, ABEF, 2005.

Acredita-se que os aumentos se devem: a) em parte, às mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros, que passaram a consumir mais carne de frango em função das propriedades nutricionais; b) às transformações na demanda do mercado externo; c) ao aumento constante da produção brasileira, derivada de investimentos realizados no final da década de 1980 e início dos anos 1990, e que elevou a oferta de animais; d) redução nos preços de insumos; e) avanços no melhoramento genético e inovações tecnológicas introduzidas no sistema produtivo (abate, corte e processamento); f) implantação de um sistema regular de oferta de matéria-prima (animais) por meio da integração e de expansão da produção para áreas produtoras de insumos (milho e soja); g) investimentos em campanhas nacionais de divulgação e convencimento sobre o consumo de carne suína e de seus derivados, pela Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS).

Assim, ao contrário do que se acredita no senso comum,

aumento de consumo da carne bovina, suína e de aves não apresenta uma relação direta com o Plano Real. A queda dos preços não derivou do aumento da produção. Em alguns casos, a forte abertura econômica com câmbio supervalorizado tornou-se um ingrediente vital para o processo de queda dos preços. Contudo, foram as estratégias empresariais de modernização tecnológica, de redirecionamento de excedentes exportáveis ao mercado interno e do amadurecimento de projetos, que possibilitaram um aumento considerável do consumo de carne. (ESPÍNDOLA, 2002, p. 217)

O aumento do consumo interno e, sobretudo, a internacionalização, ou incremento das exportações, provocaram, na segunda metade da década de 1990, uma nova dinâmica espacial das agroindústrias. Várias foram as estratégias utilizadas pelas agroindústrias sulistas para ampliar a produção. O grupo Sadia, por exemplo, inaugurou um abatedouro, uma fábrica de presunto e empanados, uma unidade de salame, todos na região Sul; e reabriu o abatedouro de Américo Brasiliense (SP), instalou uma unidade para produzir salsicha e lingüiça em Duque de Caxias - RJ, e adquiriu a Granja Rezende em Uberlândia (MG), visando atender os mercados regionais. Além destes investimentos, a empresa ampliou o seu *mix* de produtos, elaborando novos produtos com maior valor agregado.

Outras empresas como Ceval e Chapecó, adquiridas respectivamente pelos grupos Bunge e Macri, investiram em novos setores, tais como a produção de carnes e derivados.

Já as cooperativas e pequenas agroindústrias tiveram estratégias mais modestas, mas com a mesma lógica das grandes agroindústrias. Com recursos do PRODEC Agroindustrial, financiados pelo BNDES, cooperativas como a Cooperativa Centro-Oeste Catarinense - Aurora, ampliaram o seu sistema de abate e processamento de suínos. As pequenas e médias agroindústrias investiram na modernização e na ampliação da capacidade produtiva, e no lançamento de produtos com maior valor agregado.

Já o grupo Perdigão investiu, inicialmente, na modernização interna, adquirindo máquinas e equipamentos e na reestruturação de sua organização produtiva, bem como na elaboração de novos produtos, ampliando o seu *mix*, como fez a Sadia. Aliado a isto, após 4 anos sem investimentos, a empresa destinou R\$ 98 milhões para serem aplicados (entre 95-98) nas unidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina²⁹. Neste período, o grupo adquiriu a Cooperativa Batavia, controlada pela Parmalat, visando a entrada no mercado de carne de peru. Todavia, o mais importante investimento do período foi a instalação do projeto Buriti, em Rio Verde (GO), visando atender aos mercados regionais e buscando vantagens comparativas.

Todas essas estratégias visavam, na sua essência, atender ao mercado externo, até mesmo a nova dinâmica espacial das empresas líderes, buscando novos espaços para a produção. Exemplificando, pode-se citar a localização da Perdigão em Rio Verde (GO) que, mesmo apresentando um discurso de que a localização, neste local visa atender aos mercados regionais, quando se busca informações mais detalhadas, verifica-se que boa parte de sua produção destina-se ao mercado externo³⁰. Em entrevista com produtores integrados de frangos, descobrimos que alguns destes estavam engordando aves de até 1,5 Kg (aproximadamente 30 dias), destinadas à exportação para a Arábia Saudita.

Em suma, o aumento no consumo interno de carnes suína e avícola e, sobretudo, a elevação das exportações levaram as grandes agroindústrias, entre elas a Perdigão, a investirem na ampliação, (re)estruturação e abertura de novas plantas industriais, principalmente nas regiões de fronteira agrícola.

²⁹ Este fato ocorreu após a venda da empresa para o *pool* de fundos de pensão, bancos e empresas.

³⁰ Entrevista realizado com os diretores da empresa em outubro/2003.

3.2.2.2 Mudanças no sistema produtivo e na estrutura das empresas e a dispersão territorial.

Outro fator que provocou mudanças na "estruturação espacial" das agroindústrias foi a reorganização industrial/empresarial. Em outras palavras, a transformação na organização interna das empresas e na sua dinâmica para assegurar e aumentar a participação no mercado, também repercutiu nas estratégias espaciais.

Os grupos líderes do setor nos anos 1990 caminharam na direção da reestruturação produtiva e na reorganização da gestão empresarial, visando tornar-se mais flexíveis para atender um mercado cada vez mais competitivo e exigente.

Segundo Mazzali (2000), as empresas líderes adotaram várias estratégias, para se adequarem à necessidade de uma produção flexível e continuar ampliando suas atividades e seu território de atuação. Essas estratégias podem ser listadas da seguinte forma:

- 1) saneamento de dívidas adquiridas em momentos anteriores;
- 2) concentração de recursos na modernização, na ampliação de unidades produtivas e no lançamento de novos produtos;
- 3) aumento da integração do CAI soja com o CAI de carnes, por meio da aquisição de empresas ou de parcerias;
- 4) diversificação da produção em direção a setores com uma estrutura bem articulada e pronta;
- 5) terceirização de atividades e de parte do processo produtivo;
- 6) desativação de unidades produtivas, que destoavam da linha de produtos escolhidos;
- 7) ampliação do portfólio de produtos;
- 8) revisão da estrutura administrativa, resultando em ações de descentralização e centralização. Descentralização que visava reduzir os nós hierárquicos, dando mais agilidade ao processo produtivo. Já a centralização referia-se a ações de reagrupamento de unidades produtivas e a criação ou fortalecimento de uma estrutura central (capilar), que permitia a descentralização de várias ações eliminando processos burocráticos;
- 9) envolvimento dos trabalhadores da produção na organização do processo produtivo, aprimorando o controle e a identificação de problemas;
- 10) alianças voltadas para a comercialização no mercado externo (como citamos anteriormente), através de um *pool* de empresas, ou com a criação de parcerias com empresas internacionais. Como exemplo, a iniciativa do grupo Perdigão, que fez acordo com o grupo japonês Mitsubshi para a comercialização de cortes especiais de frango e, em 1990, realizou uma *joint venture* com o grupo português Valouro, incluindo a transferência de tecnologia na industrialização de carnes de aves, com vistas a entrar no mercado europeu.

- 11) alianças com o setor público, seja na produção de novas tecnologias e/ou na utilização de infra-estrutura de transportes.
- 12) alianças entre grandes e pequenas empresas, firmando acordos de produção, marketing e comercialização. Desta forma, as pequenas agroindústrias ganham capacidade de circulação de seus produtos, aumentando sua área de atuação, através do uso da estrutura de distribuição de grandes empresas. As grandes empresas do setor também efetuam esse tipo de parcerias, entre si.

A acordo de cooperação estratégica entre a Sadia e a Refinações de Milho Brasil objetivou o lançamento de um novo produto - a margarina Mazzola. A Sadia entrou com a fabricação, distribuição e vendas. A Refinações, dona do óleo de milho Mazzola, cedeu a marca e forneceu matéria-prima. O marketing, as campanhas publicitárias e as promoções foram trabalhadas a quatro mãos. (MAZZALI, 2000, p. 107)

Outra mudança significativa foi a "polarização" que ocorreu em torno de competências estratégicas, ou seja, os grupos se especializaram em determinados setores, com o uso de matérias-primas específicas, segundo uma orientação do pós-fordismo, como salientam Lipietz e Leborgne (1998). Ao contrário dos anos 1980, em que o eixo central das agroindústrias foi a diversificação horizontal, investindo e atuando em vários ramos de carnes e ainda estabelecendo uma integração vertical para trás com a agroindústria da soja, e para frente com a indústria de produtos mais refinados.

Espíndola (2002) acrescenta à lista de Mazzali (2000) as seguintes medidas: dispensa de mão-de-obra, introdução e adoção de novos métodos organizacionais, fusões, diversificação nas linhas de produtos, uso de tecnologias para a troca de informações, e re-localização da capacidade produtiva.

No que se refere ao uso de tecnologias para trocar informações, cabe mencionar que nessa reestruturação administrativa foram implementados, por meio do uso de tecnologias de informação, sistemas de gestão flexível que permitem monitorar e gerenciar grande parte da cadeia produtiva, e que são característicos do sistema Toyotista (WOOD JR., 1982 e ANTUNES, 2002). Dentre esses, pode-se citar ECR (Resposta Eficiente ao Consumidor) e o EDI (Troca Eletrônica de Dados), utilizados para a gestão da cadeia de suprimentos, possibilitando a troca de informações entre a empresa, produtores e clientes; e o sistema *Just in time*, sistema Kanban, o TQC - Controle de Qualidade Total, o HACCP (Análise de risco e pontos críticos de controle), entre outros, que permitem controlar o fluxo de produção, visando reduzir os custos e melhorar a qualidade dos produtos.

As agroindústrias líderes passaram, também, a investir em novos produtos semi-prontos e com agregação de valor, buscando atender um mercado crescente de produtos semi-preparados. É nesse contexto que surge o processo de flexibilidade do *mix* de produtos. Como exemplo deste rol, podem-se citar produtos do tipo: mini-quibe, tortas,

empanados, pizzas, cortes finos, aves temperadas, salsichas, lingüiças, mortadelas, presuntaria, hambúrgueres, almôndegas, salgadinhos, etc.

A tabela 22 mostra como a concorrência no segmento de industrializados tornou-se acirrada entre as principais agroindústrias brasileiras.

Tabela 22 - Participação das empresas líderes no mercado de industrializados (%) -1992-1999.

Empresas	1992	1994	1995	1997	1998	1999
Sadia	24,1	25,0	31,9	29,9	24,8	23,0
Perdigão	19,0	16,4	16,3	19,5	21,9	22,8
Seara	8,0	8,0	8,6	8,0	7,8	6,6
Outras	48,9	50,6	43,2	42,6	45,5	45,4

Fonte: Espíndola, 2002.

Nessa concorrência pelo mercado de industrializados, a Sadia vem perdendo espaço, enquanto outras empresas, líderes e ou não, estão ganhando mercado. As não líderes aumentaram seu mercado, em função da redução no tempo de circulação dos seus produtos. Elas começaram a ocupar, na década de 1990, a parcela de mercado deixada pelas líderes, ou seja, o segmento de produtos como: salames, lingüiças, salsichas e mortadelas que, nos anos 80, eram os principais produtos agregadores de valores das grandes empresas.

A tabela 22 também mostra o crescimento da Perdigão no mercado de industrializados. Este crescimento deriva das reformulações feitas nas plantas industriais e na aquisição da Batavo, possuidora de uma forte participação neste segmento de mercado.

De maneira geral, a concorrência neste setor é muito acirrada, levando as empresas líderes a adotarem diferentes estratégias para manter e/ou ganhar mercado, e aumentar seus lucros. Uma delas é o investimento em novas unidades produtivas, mais flexíveis e com redução de custos de produção, criadas com o objetivo de atender ao mercado crescente.

No caso específico da Perdigão, após ser vendida, a empresa passou a adotar uma administração/gerência científica e "moderna", diferente das que vigoravam em maioria das empresas agroindustriais do Sul do país, que eram estruturadas com base familiar³¹. Isso levou a estratégias de fusões, aquisições, venda de patrimônio e de ativos, especialização em setores específicos, novos investimentos produtivos, com mudanças na forma de gerência e estratégia territorial. Foi quando os diretores resolveram implantar o Projeto Buriti no cerrado goiano.

³¹ Segundo Espíndola (2002), as agroindústrias do Sul tiveram suas origens vinculadas à estrutura familiar, com uma estrutura complexa, dificultando a sua administração. Mesmo com a intervenção de executivos contratados externamente (fora da família), não conseguiram mudar, em muito, sua estrutura. As empresas eram multifuncionais, com multiunidades, e fabricavam multiprodutos, o que ajudou a acarretar, mais tarde, uma crise interna, levando à venda de algumas agroindústrias.

3.2.2.3 O papel do Estado como agente fomentador.

Para Espíndola (2002), um dos fatores que colaboraram para a dispersão geográfica das agroindústrias do Sul para a região da fronteira agrícola (seja ela consolidada ou não) foi a guerra fiscal, ou a "guerra dos lugares", na concepção de Milton Santos.

Espíndola (2002) coloca, ainda, que este tem sido um dos fatores determinantes da dispersão geográfica das empresas. Dentre os incentivos fiscais, podem-se citar: prazos mais longos para pagamento do ICMS; empréstimos financeiros a juros baixos; redução na alíquota de imposto; e projetos bancados pelas agências de fomento e/ou bancos estatais. Além destes, são oferecidos outros benefícios como doação de terrenos para instalação dos projetos; construção de infra-estrutura necessária; parcerias para a qualificação da mão-de-obra; e isenção de taxas e impostos municipais.

Os exemplos são os mais variados possíveis e em sua maioria promovem o adiamento do pagamento do ICMS por 15 anos de 70% do imposto devido para o caso do estado de Goiás; 48 meses para o estado do Paraná; 60 meses para o Rio Grande do Sul e 60 meses para até 50% do imposto devido ao governo mineiro. Ademais, as parcelas são financiadas pelo estado a taxas de juros subsidiadas e em muitos casos são específicas quanto ao setor a ser desenvolvido. (ESPÍNDOLA, 2002, p. 115)

Neste cenário de incentivos fornecidos pelos governos, merece destaque também a participação do governo federal, através do fomento direcionado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), por meio do FCO (Fundo Constitucional para Financiamento do Centro-Oeste), que tem como objetivo promover o crescimento e o desenvolvimento econômico da região, a partir de investimentos industriais e, sobretudo, de projetos agroindustriais.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste foi criado em 1988 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste brasileiro. [...] gerando impactos dinâmicos na diversificação e modernização da estrutura produtiva. São disponibilizados 3% do produto da arrecadação do Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do Imposto sobre produtos industrializados [...]. O aporte permanente dos recursos do Fundo (29% para Goiás, 29 para Mato Grosso, 23% para Mato Grosso do Sul e 19% para o Distrito Federal) possibilita financiamentos de longo prazo para os setores econômicos, gerando novas perspectivas de investimentos para o empresariado comprometido com a dinamização da economia regional. (SEPLAN-GO, 2004.)

Com isso, o BNDES torna-se o principal parceiro das empresas no processo de inversões/deslocamentos para o Centro-Oeste, sendo o financiador de grandes projetos, tais como o da Perdigão em Rio Verde (GO), que recebeu do banco cerca de R\$ 90 milhões (de um total de R\$ 180 milhões) para implantar o projeto "Buriti".

Para o caso das agroindústrias, a maioria dos incentivos concedidos refere-se a financiamentos junto ao BNDES que entre 1990-99, destinou em média R\$ 2.091 milhões para esse fim. Do total desembolsado (R\$ 20.938 milhões), cerca de 51,63% foram destinados ao setor agropecuário e 29% ao setor alimentar. Entre os segmentos agro-industriais que mais obtiveram recursos encontram-se o de processamento de carnes (R\$ 823, 9 milhões). (ESPÍNDOLA, 2002a, p. 74.)

Aliados aos fomentos do FCO, os governos estaduais entram com outros incentivos, por meio de fundos "estaduais" de investimentos em atividades produtivas. O Governo de Goiás possui o FOMENTAR (Fundo de participação e fomento à industrialização do Estado de Goiás), programa/política que permite a compensação do ICMS devido pelas empresas.

O FOMENTAR foi criado em 19/07/84, com os seguintes objetivos:

- 1) incrementar a implantação e ampliação das atividades industriais, preferencialmente, as do ramo agroindustrial;
- 2) prestar apoio técnico e financeiro às atividades de pequenas e médias empresas;
- 3) apoiar o desenvolvimento de grandes empreendimentos industriais, dentro das prioridades do estado;
- 4) estimular a industrialização no estado de Goiás.

Os recursos são oriundos de diferentes fontes, entre as quais estão: dotação e crédito orçamentários específicos; cobrança de 'emolumento' de 0,6% do valor integral dos financiamentos de projetos aprovados; rendimentos como juros, correção monetária etc; repasse de subvenções de instituições públicas e privadas; pagamento do financiamento adquirido.

Esses recursos são destinados: (como colocado no capítulo 1)

Art. 4º [...] ao fomento de atividades industriais do Estado, preferencialmente do ramo agroindustrial, mediante a concessão de apoios, financeiro e tecnológico, a empreendimentos considerados prioritários e importantes para a economia e o desenvolvimento do Estado de Goiás, [...]. (SEPLAN-GO, 2004)

Tais recursos são utilizados da seguinte forma:

- 1) para financiamento e investimento fixos;
- 2) empréstimos às indústrias de até 70% do montante equivalente ao ICMS devido pelo estabelecimento industrial contribuinte. Aqueles terão juros de 12% ao ano, não capitalizáveis, e será cobrada uma parcela de 25% de correção monetária;
- 3) construção de obras de infra-estrutura básica ao financiamento de indústrias beneficiadas;
- 4) arrendamento mercantil ou locação de bens móveis e imóveis às indústrias.

Os prazos de financiamento variam conforme cada tipo e tamanho de empreendimento, podendo chegar a 10 anos, nos seguintes casos:

- 1) para os empreendimentos industriais projetados para localização em áreas de Municípios de Abrangência do Programa PRONORDESTE e da Amazônia Legal;

- 2) para indústrias pioneiras no seu ramo de atividade;
- 3) para investimentos industriais em Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes;
- 4) para projetos de alta relevância para o desenvolvimento e para a economia do Estado de Goiás, assim considerados pela maioria absoluta dos membros do CD/FOMENTAR;

Para os casos listados abaixo, os prazos podem chegar até 07 (sete) anos:

- 1) para indústrias estabelecidas em Distritos industriais criados e mantidos pelo Estado de Goiás;
- 2) para indústrias que oferecerem mais de 1.000 empregos diretos;
- 3) para indústrias que fabriquem produto sem similar no estado de Goiás;
- 4) para indústrias que destinem mais de 50% de mercadorias de sua produção, para venda no mercado interno do estado;
- 5) para indústrias pertencentes a grupos empresariais possuidores de 03 ou mais estabelecimentos fabris amparados pelo Programa FOMENTAR.

No caso do FOMENTAR, a Perdigão em Rio Verde obteve um financiamento de 70% do ICMS por 15 anos, com cobranças de juros anuais de 2,4%, sem correção monetária. No total, foram cerca de R\$ 1 bilhão em compensação de ICMS. Percebemos que os benefícios concedidos foram além dos regulamentos em lei, isto mostra o poder político de negociação de empresas deste porte.

Outro incentivo é a redução do ICMS de 7% para 3% nas transações feitas pelo setor de carnes (bovino, suíno, ave e peixe), beneficiando os produtores rurais, e os estabelecimentos frigoríficos, tais como a Perdigão.

Além disto, as prefeituras concedem isenção de taxas, do imposto predial e territorial urbano (IPTU) e do imposto sobre serviços (ISS), e contribuem na criação de infra-estrutura para construção dos projetos e para a circulação dos produtos e matérias-primas.

3.2.2.4 Vantagens do território.

No caso do Sudoeste de Goiás, pode-se tomar como vantagens do território (aspectos positivos) consideradas para a implantação da Perdigão, os seguintes fatores:

- 1) a produção local e o custo dos grãos, especialmente a soja e o milho;
- 2) a infra-estrutura agroindustrial (presença de agroindústrias ligadas ao CAI da soja, de escritórios de indústrias para a agricultura, de uma rede de instituições e empresas prestadoras de serviços, destinados ao agronegócio, e da cultura produtiva agroindustrial);
- 3) as vantagens logística, competitiva e comparativa, segundo Talamini, Santos Filho e Canever (1998);
- 4) condições socioculturais dos produtores rurais com perfil empreendedor;

Esses contribuíram para a tomada de decisão da empresa e, conseqüentemente, a construção do seu maior complexo agroindustrial em Rio Verde.

Brum e Wedekin (2002) expõem alguns fatores/vantagens que atraíram a Perdigão, a saber:

— ausência de grandes concorrentes no processamento de aves e suínos, uma vez que apenas uma agroindústria de médio porte atua na microrregião (FrangoGale, localizada em Jataí);

— condições naturais (clima, solo e topografia) favoráveis à produção, ao transporte de insumos e animais, ao uso do dejetos e a cama de frango como adubos;

Segundo Talamini; Santos Filho e Canever (1998), uma das vantagens competitivas para as regiões não tradicionais na criação de aves e suínos são as maiores facilidades no manejo de dejetos.³² Os estados do Sul, sobretudo no oeste catarinense, já começaram a apresentar sinais de limitação à criação de suínos, superando, em algumas regiões, o limite permitido de densidade de animais por ha; além disto, possuem uma alta densidade populacional.

Nas palavras dos autores Talamini, Santos Filho e Canever (1998):

Os estados tradicionais na produção, por terem uma estrutura produtiva já montada, produção de grãos relativamente suficiente, boa qualidade da mão-de-obra familiar, maiores facilidades de exportação e um bom padrão sanitário continuarão detentores de vantagens competitivas. Por outro lado, os Estados do Centro-Oeste tenderão a apresentar crescimento da produção consubstanciada nas suas vantagens comparativas (naturais), pois essas, ao contrário, das competitivas são mais abundantes nessa região. (TALAMINI, SANTOS FILHO, CANEVER, 1998, p. 236)

— boas condições de logística para o escoamento da produção para os principais mercados brasileiros. Isso desperta o interesse das agroindústrias, uma vez que possibilita a aproximação dos centros de produção (agroindústrias) dos mercados consumidores potenciais, como os das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pois os mercados do Sul e Sudeste estão tecnicamente saturados;

— disponibilidade de capital por meio das linhas de crédito para produtores e empresários, através do FCO;

— presença da COMIGO e de outras empresas ligadas ao setor de produção, industrialização e comercialização da soja *in natura* e de seus derivados, ou seja, o CAI de soja consolidado, conforme salientamos no capítulo anterior;

³² Segundo os autores, o relevo plano, propriedades maiores e o potencial da ferti-irrigação podem garantir menores impactos ambientais e, por consequência, a sustentabilidade da produção nesses estados.

— a presença de fatores de produção, como: tecnologia; insumos e bens de capital, fornecidos por empresas, sobretudo, multinacionais, que mantêm distribuidores na região³³; transportes através da rede rodoviária composta por três rodovias federais (Br 060, Br 364, Br 452) e outras estaduais; rede de distribuição e fornecimento de energia; estrutura de tecnologia de comunicação por meio de rede de fibra ótica; equipamentos sociais (saneamento básico, leitos hospitalares, instituições de ensino etc), e capital humano (mão-de-obra, força de trabalho);

Segundo Talamini; Santos Filho e Canever (1998), um dos elementos que mais pesam no custo de produção é a quantidade e a qualidade da mão-de-obra utilizada, que é estratégica em todos os elos da cadeia de carnes, principalmente na fase de cria, recria e engorda de animais. Os custos são elevados, uma vez que, neste tipo de trabalho, não há distinção entre fins de semana e dias úteis, e nem do dia e noite. Isto torna-se uma desvantagem para as criações empresariais que predominam no Centro-Oeste, que utilizam mão-de-obra assalariada, ao contrário da região Sul, que utiliza mão-de-obra familiar.

Desta forma, a remuneração feita pelas integradoras aos produtores integrados no Centro-Oeste será superior aos da região Sul (tabela 23), pois os primeiros terão um gasto maior com a remuneração da força de trabalho e um custo elevado para a implantação da estrutura de produção (aviários e terminadores), em função da tecnologia e do tamanho das plantas. Aliado a isto, possuem mais opções de negócios para entrarem em determinada atividade, como é o caso da criação de aves e suínos, portanto, acredita-se que a remuneração deve ser atraente pois, culturalmente, os produtores preferem produzir grãos e/ou dedicar-se à pecuária bovina, ao invés de criar aves e suínos.

Porém, com o amadurecimento do sistema de integração no Sudoeste de Goiás, com a formação e treinamento da mão-de-obra local, formando um exército de reserva, ou seja, ativando os recursos presentes no território, e com a elevação da procura pela integração, a tendência será a redução do peso desse fator nos custos de produção.

— a presença do governo, através de escritórios de órgãos estaduais e instituições de ensino federais (como o campus da Universidade Federal de Goiás (UFG), o Centro Federal de Ensino Técnico (CEFET), ambos em Jataí, e a Escola Agrotécnica Federal em Rio Verde), é um fator importante para a atração dos investimentos da Perdigão;

³³ Agrocerees, Aventis, Basf, Bayer, Bunge fertilizantes, Cargill, Dow Agrosiences, Dupont, Jonh Deere, Monsanto, New Holland, Pionner e outras.

Como demonstrativo da presença do Estado no desenvolvimento das atividades ligadas ao agronegócio na região, vale colocar o projeto de instalação da Plataforma Tecnológica de grãos e carnes do Sudoeste de Goiás. O projeto conta com a participação e o apoio de mais de 30 instituições públicas e privadas e, sobretudo, do governo federal, por meio do Ministério de Ciência e tecnologia, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Embrapa, Ministério da Integração Nacional, UFG e a Escola Agrotécnica de Rio Verde.

Tabela 23 - Renda do produtor e custos de frangos e suínos em diferentes estados -1998.

Estado	Renda bruta do produtor		Remuneração do Produtor Frango	Custo do Frango		Remuneração do Produtor de Suínos	Custo de produção de Suíno (R\$/kg)	
	R\$/FGO	R\$/lote ¹	%	Vivo	Abatido	%	Vivo	Carcaça
SC	0,110	1326,34	4,36	0,6644	0,7778	6	0,869	1,422
	0,115	1.386,63	8,99	0,6676	0,7815			
PR	0,110	1326,33	4,36	0,6418	0,7513	6	0,868	1,419
	0,115	1.386,63	8,99	0,6449	0,7550			
SP	0,110	1326,34	4,36	0,7113	0,8327	12	0,978	1,611
	0,115	1.386,63	8,99	0,7145	0,8364			
MS	0,120	2482,17	13,91	0,6261	0,7593	12	0,866	1,445
	0,125	2585,60	18,53	0,6292	0,7631			
	0,130	2689,02	23,14	0,6324	0,7669			
GO	0,120	2482,17	13,91	0,6261	0,7746	12	0,887	1,476
	0,125	2585,60	18,53	0,6292	0,7784			
	0,130	2689,02	23,14	0,6324	0,7822			

Fonte: Talamini; Santos Filho; Canever (1998)

1- O lote corresponde a aproximadamente 24.500 aves.

— grande disponibilidade de milho e soja;

O Sudoeste de Goiás é uma das microrregiões brasileiras com maior volume de grãos produzidos, totalizando 11.366.475 toneladas, em 2004. É responsável por 45,21% dos grãos produzidos no estado de Goiás. Destes, o carro chefe é a soja, com uma produção aproximada de 2.622.489 toneladas (em 2002). Já o milho não apresenta a mesma dinâmica, chegando a apenas 1.412.003 toneladas (2002). Este, geralmente é produzido como safra normal ou, ainda, no período de entressafra da soja, chamada regionalmente de safrinha.

Um atrativo apresentado pelos empresários, pela imprensa e por alguns pesquisadores é a grande produção de grãos. Segundo Helfand e Rezende (1998), e Espíndola (2000 e 2002), a região se destaca na produção de soja, entretanto, a ração é

fabricada com 67% de milho e 33% de farelo de soja. Para esses autores, as empresas economizariam apenas 1% no custo da produção, em função do grande volume de grãos produzidos no Centro-Oeste. Assim, quando se insere o custo do transporte dos produtos industrializados para os mercados consumidores, ou para pontos de exportação, o percentual economizado é anulado.

Finalmente, uma conclusão preliminar pode ser tirada acerca do argumento de que o milho barato está atraindo a produção de aves e suínos ao Centro-Oeste. A análise dos diferenciais de preço sugere que pode haver economia considerável de custos, resultado da transferência da produção de animais do Sudeste para o Centro-Oeste. O preço do milho nos anos 90 foi em média de 25 a 80 reais mais barato em Goiás que nos quatro estados do Sudeste. O mesmo não pode ser dito sobre o Sul. Os preços de milho no Paraná tenderam a ser menores que em Goiás nos anos 90 e, com exceção de alguns anos, a diferença com Santa Catarina e Rio Grande do Sul não tem sido muito grande. Então, se a produção animal deve migrar do Sul para Centro-Oeste, é provável que o seja por outras razões que não o preço do milho. (HELFAND; REZENDE, 1998, p. 15)

Desta forma,

[...] uma empresa poderia economizar menos de 1% do custo do frango abatido deslocando-se do Paraná para Goiás. Todavia, 'como a distância dos mercados consumidores de São Paulo ou do Rio de Janeiro é maior em Goiás do que no Paraná, a diferença no custo do transporte mais do que contrabalançaria a redução de custo devido à ração mais barata.'
 [...] ganhos devido a custos menores de ração no Centro-Oeste, em comparação com o Sul, representam, quase sempre, uma pequena porcentagem do custo de um animal abatido. Portanto, o rápido crescimento da produção animal no Centro-Oeste não pode ser explicado pela dispersão das agroindústrias do Sul do Brasil decorrente do estímulo dos custos produtivos mais baixos. (ESPINDOLA, 2002, p. 117)

Entretanto, a grande produção de soja (que representa uma vantagem do território) e a possibilidade do aumento da produção de milho, através de incentivos e pagamento de preços melhores, devem ser consideradas como um atrativo no conjunto dos fatores locais arrolados nos parágrafos anteriores. Pois, com o aumento da produção de milho no Sudoeste de Goiás, a microrregião se torna muito mais competitiva para a criação e industrialização de aves e suínos, elevando, ainda mais, a economia de escala na atividade de cria e engorda de animais.

— estrutura fundiária propícia para o desenvolvimento da integração de grande escala.

A estrutura fundiária da microrregião do Sudoeste de Goiás passou por poucas mudanças nas últimas quatro décadas (como demonstra a tabela 24). Na década de 1960, havia 4754 estabelecimentos agropecuários. Destes, cerca de 26,12% tinham áreas menores que 50 ha, 41,18% entre 50 e 500 ha e 31,04% entre 500 a 10.000 ha; já aquelas com áreas acima de 10.000 representavam apenas 0,67%. Na década de 1970, aumentou o número de estabelecimentos. A mudança mais significativa ocorreu na categoria de

estabelecimentos menores que 50 ha, que teve um aumento no número total de cerca de 95%, passando a representar 31,48% do total.

Nos anos 1980, os estabelecimentos com menos de 50 ha tiveram uma redução percentual de 4,41%. Enquanto isso, aqueles com área entre 50 e 500 ha representavam 46,25%.

Em meados da década de 1990, os números revelam: 1) uma redução no número de estabelecimentos com área inferior a 20 ha; 2) uma elevação significativa no total de estabelecimento com área entre 20 e 50 ha e 50 a 500 ha; 3) um pequeno aumento na categoria de 500 a 1.000 ha. Nos demais intervalos, ocorreram reduções no número de estabelecimentos.

Tabela 24 - Número de estabelecimentos rurais do Sudoeste de Goiás, 1960-1980.

Tamanho propriedade (ha)	ANOS - Quantidade de estabelecimentos			
	1960	1970	1980	1996
> 1 < 10	392	948	633	522
10 < 20	231	492	603	390
20 < 50	624	1000	1028	1561
50 < 100	528	906	1012	1296
100 < 200	602	1057	1187	1938
200 < 500	868	999	1639	1953
500 < 1.000	564	740	1006	1185
1.000 < 5.000	825	804	1056	1052
5.000 < 10.000	87	103	92	57
10.000 < 100.000	32	33	33	19
Total (hectares - ha)	4.754	7.760	8.297	9.434

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1960, 1970, 1980 e Sidra, 2003.

As categorias que apresentavam, em 1996, o maior número de estabelecimentos, eram as de: 20 a 50 ha, com 1561; de 100 a 200, com 1938; e as de 200 a 500, com 1953. As três juntas somavam 5452 estabelecimentos, que correspondiam a 57,80% do total.

Portanto, a estrutura fundiária do Sudoeste de Goiás, composta na sua maioria por médias propriedades, onde se pratica a agropecuária tecnificada, industrializada e com caráter empresarial, apresentava condições favoráveis para a produção em grande escala, levando a uma economia de escala. Estas condições capacitavam os produtores rurais a solicitar financiamento para a construção da estrutura para cria e engorda dos animais que, como salientamos, exigia o uso de alta tecnologia, encarecendo os projetos das granjas.

Com isso, a empresa produz mais, com um número reduzido de integrados, localizados num raio de distância pequeno, reduzindo os custos de transportes com suprimento de ração, assistência técnica e de animais para o abate.

Neste sentido, Helfand e Rezende (1998) ressaltam a importância da economia de escala obtida com a construção de mega-abatedouros, que têm a possibilidade de integrar grandes criadores de animais, contribuindo para economias de escala na produção e no abate. Isto provoca, também, a redução nos custos de transação por meio da redução do número de integrados, pois diminui os custos de logística associadas aos suprimentos de insumos, à provisão de ração, aos serviços veterinários e à coleta dos animais para abate.

Estes fatos podem ser exemplificados pela Perdigão em Rio Verde, uma vez que a empresa possui um número reduzido de integrados, sendo que alguns destes possuem uma grande quantidade de aviários e/ou terminadores de suínos, como é o caso da Kade Engenharia que, por meio dos seus sócios, adquiriu duas propriedades agrícolas no município, destinando-as à produção de aves e ovos. Na propriedade destinada à terminação de aves, construíram 52 aviários, com capacidade para engordar cerca de 1.270.000 aves por lote. Com esses números, é o maior produtor integrado da Perdigão.

Se compararmos esses números com a integração realizada em outras regiões, sobretudo no Sul, perceberemos que são elevados, equiparando-se às integrações realizadas nos E.U.A, com alta produção. Mesmo os menores integrados da Perdigão em Rio Verde tornam-se grandes nesta comparação, pois produzem em cada aviário cerca de 24,5 mil aves, e possuem em suas propriedades, no mínimo, um módulo com 4 aviários, ou seja, produzem por lote, aproximadamente, 100 mil aves. Enquanto isso, a capacidade de produção dos integrados da Perdigão no Sul é cerca de 10 vezes menor, produzindo em média de 6 a 12 mil aves por aviários.³⁴

Os módulos de integração de suínos são ainda mais tecnificados, sendo totalmente automatizados, com capacidade média para alojar 3 mil animais, contra cerca de 200 na região Sul, e custam em torno de R\$ 450 mil. Este fato determina um certo perfil de integrado (assim como os de aves), com capacidade financeira maior, pois o custo de instalação da infra-estrutura de criação é muito elevado. Para as empresas, isto resulta em um melhor controle do volume de produção; em um número reduzido de integrados; em estabilidade no fornecimento de matéria-prima; e na redução de custos de transação.

A implantação de um processo parecido na região Sul seria "inviável" e/ou muito oneroso, em função das características predominantes da produção agropecuária regional, baseada na agricultura familiar, com pequenas propriedades e com poucas condições de contrair empréstimos altos, nos moldes dos oferecidos no Centro-Oeste.

³⁴ Entrevista realizada em setembro de 2002 com os diretores da Perdigão Rio Verde.

Segundo Espíndola (2002), um outro fator que contribuiu para a decisão de realocização foi a possibilidade de começar do zero, de implantar um novo modelo de integração vertical, o que seria penoso e politicamente complexo na região Sul. No entanto, no Centro-Oeste isto seria mais fácil e rápido, devido à ausência de uma cultura produtiva de aves e suínos, permitindo, então, relações diferentes e mais lucrativas entre os produtores e a empresa.

3.2.3 Do Projeto Buriti à Unidade Rio Verde: o "aninhamento" de um novo CAI no Sudoeste de Goiás.

Como já colocado, a instalação da Perdigão no Sudoeste de Goiás foi um processo longo. A decisão considerou inúmeros fatores e elementos, entre os quais aqueles relacionados à reformulação interna da empresa, às condições estruturais e competitivas do mercado brasileiro e às mudanças no mercado externo de carnes, e aos fatores atrativos da região.

A empresa coloca que:

Três fatores levaram a Perdigão a idealizar e pôr em marcha o Projeto Buriti, que prevê a construção de um novo e moderno complexo agroindustrial na cidade goiana de Rio Verde. O primeiro deles foi atender o crescimento do mercado para os seus produtos; o segundo, aumentar para 25% sua fatia de participação nesse mercado crescente, no qual a empresa ocupa uma consistente segunda posição nacional; e, por fim, a necessidade de produzir em condições mais competitivas. (REVISTA PARCERIA, 199--).

O fator decisivo para a escolha, do Sudoeste de Goiás, especificamente Rio Verde, para a materialização do Projeto Buriti parecem ter sido, no entanto, os fortes incentivos fiscais e as oportunidades de financiamento oferecidas pelos governos estadual, municipal e federal.

O Projeto Buriti foi pensado com vistas à ampliação territorial dos negócios da Perdigão, através de investimentos numa outra planta industrial fora da região Sul, o seu "ninho"³⁵. Nas palavras dos diretores da empresa, o objetivo principal foi: "desconcentrar sua produção das unidades do Sul, possibilitando que estas ficassem mais focadas nas demandas do mercado externo" (PERDIGÃO, 2005).

O Projeto Buriti, conforme relato do diretor administrativo da Perdigão, começou a ser pensado em 1994.

Na verdade foi em 1994 que começou a se pensar em quebrar o ciclo Sul. Ai começou a pensar e ver possibilidades, a fazer estudos de viabilidade, análises econômicas, fazer tudo isso. A idéia saiu no planejamento estratégico de 1994. Bom, vamos quebrar isso, sair do Sul. Efetivamente, foi em 1996, através da vinda para Rio Verde e dos primeiros acordos com integrados, mas começou a pensar isso em 1994. (Entrevista realizada em out. 2003)

³⁵ Estratégia que foi adotada por outras empresas do ramo, como a Sadia, Seara e outras.

A partir dessa definição:

Partiu-se então para um minucioso estudo sobre a possível localização da nova unidade. Era necessário encontrar um lugar com aptidão para o desenvolvimento da atividade agropecuária e industrial; que revelasse alta produtividade e auto-suficiência nas culturas de grãos, tendo ao mesmo tempo um potencial de crescimento; com boa infra-estrutura básica, mão-de-obra disponível e condições climáticas favoráveis; e, finalmente, que oferecesse vantagens sanitárias devido à ausência de competidores. (REVISTA PARCERIA, 199--)

Nestes termos, o complexo agroindustrial a ser instalado no Sudoeste de Goiás tinha o propósito de ampliar, em cerca de 50%, a capacidade produtiva da empresa. Para tanto, teriam que atingir as metas abaixo relacionadas, fato que viria a ocorrer somente anos depois do início das atividades.

Metas para a estrutura produtiva da Perdígão - Projeto Buriti

Abate	
Aves	281.600 aves/dia
Suínos	3.520 cabeças/dia
Plantel/Produção de Aves	
Granjas de matrizes	850.000 aves
Produção de ovos	90.000.000
Produção de pintos de um dia	71.500.000 pintos/ano
Plantel de frangos de corte	11.500.000 aves
Produção de frango de corte	75.000.000 aves/ano
Plantel/Produção de Suínos	
Granja de avós (fornecedoras de matrizes)	3.500 matrizes
Matrizes F1/produção de leitões para terminação	32.240 cabeças
Plantel de suínos em terminação	330.000 cabeças
Produção de suínos terminados	850.000 cabeças/ano
Demanda de matéria-prima - consumo	
Milho	450.000 ton./ano
Farelo de soja	150.000 ton./ano
Produção/industrialização	
Ração para aves e suínos	720.000 ton./ano
Aves - Frangos inteiros e cortes	100.000 ton./ano
Suínos - cortes e salgados	30.000 ton./ano
Industrialização - suínos e aves	200.000 ton./ano
Industrialização de massas (pratos prontos)	12.000 ton./ano
Estimativas de geração de renda e valores	
Faturamento da empresa	R\$ 720 milhões/ano
Geração de impostos	R\$ 120 milhões/ano
Movimentação econômica local	R\$ 1,5 milhões/ano
Salários, pagamentos de fornecedores e integrados	R\$ 35 milhões/ano

Fonte: Perdígão, 2000

No ano de 1996, iniciaram-se os primeiros contatos com o governo goiano e a Prefeitura de Rio Verde para a instalação da nova planta industrial. Fechados os acordos e as parcerias com os três níveis de governo (municipal, estadual e federal), a empresa

deflagrou o processo de busca por integrados para implantar a fase da integração de suínos, que é o sistema de produção das matrizes.

Para isso, a empresa firmou acordo com duas grandes empresas de genética suína, a Agrocerec (matriz de genética norte-americana) e a subsidiária brasileira da Dalland (empresa holandesa).

[...] a unidade de Rio Verde, Goiás, estará trabalhando com o que há de melhor no mundo em termos de genética de suínos. Isso porque a Perdigão estabeleceu, recentemente, parcerias com duas conceituadas empresas de genética animal, a Agrocerec, do Brasil, e a subsidiária brasileira da Dalland, da Holanda, para o fornecimento, a partir de outubro de 1998, cerca de 35 mil matrizes de suínos aos seus integrados [...]. (PERDIGÃO HOJE, 1998, p. 4)

A Perdigão trabalha com duas linhagens de suínos: a Agrocerec PIC, de tecnologia norte-americana/inglesa, e a Dalland, de tecnologia holandesa. Essas empresas importam material genético que será alojado em suas próprias granjas e fornecido a produtores brasileiros na forma de matrizes. No caso da Perdigão, essas empresas fornecem as matrizes que serão alojadas no Sistema de Produção de Leitões. (REVISTA PARCERIA, 1999, p. 18)

A Dalland firmou parceria com três cooperados da COMIGO para a produção de matrizes para o Projeto Buriti. A Dalland possui quatro núcleos de animais bisavós no Brasil, sendo um em Goiás (Rio Verde), um no Paraná, um em Santa Catarina e outro no Rio Grande do Sul, e oito de multiplicadores (RS, GO, SC, PR, MS, MT, SP e MG). Estes pertencem a terceiros, que recebem as matrizes em forma de *joint ventures*, e são assessorados por funcionários da empresa. Especificamente em Rio Verde, a empresa possui 900 bisavós e 1080 avós, distribuídas entre 3 produtores multiplicadores. Estes geram 20 mil matrizes por ano, destas 15 mil são absorvidas pela Perdigão, o restante abastece outros mercados.

Estabelecida a etapa de produção de matrizes, a empresa começou a selecionar integrados, realizando, inicialmente, apresentações de vídeos, conversas com interessados, e anunciando, na mídia local e nas missas, convites para os produtores rurais.

[...] O processo inclui apresentação de um vídeo e conversas com os interessados, onde cada detalhe da implantação é explicado. 'Para ser candidato a integrado, o produtor precisa atender a requisitos básicos como ter uma propriedade a uma distância média de 80 quilômetros do complexo industrial, com água e energia disponível e acesso fácil o ano todo. Além de apresentar condições financeiras para assumir parte do investimento'. Se preencher todos os requisitos, o produtor começa a receber o apoio técnico da Perdigão, que faz o levantamento necessário para elaborar a proposta de financiamento junto ao Banco do Brasil, que dispôs de R\$ 115 milhões, do FCO - Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, para atender aos produtores avicultores e suinocultores selecionados pela Perdigão. (PERDIGÃO HOJE, 1997, p. 6)

Em 1998, os acordos com os governos já estavam fechados e as obras iniciadas. Em primeiro lugar foi feita a terraplanagem, que ficou sob a responsabilidade do governo estadual. Logo em seguida, estacamento, fundação, premoldados, coberturas e edificações da fábrica de ração, da subestação de energia, da estação de tratamento de água e de efluentes. A previsão da empresa era de que as obras terminassem em 2000, e a inauguração ocorresse em junho deste mesmo ano.

Foram instaladas, ainda, as granjas próprias da Perdigão para a produção de aves (São Thomaz e Rio Doce). Essas granjas alojam matrizes da linhagem COBB, de origem norte americana.

As linhagens adotadas pela Perdigão foram escolhidas, por meio de testes e segundo critérios que atendam às necessidades da empresa. [...] Assim, "avós" da linhagem de frango COBB foram adquiridas dos Estados Unidos e alojadas em granjas especializadas, localizadas no Estado de São Paulo. Essas avós são criadas com o objetivo de produzir as matrizes, que serão alojadas em granjas especializadas, localizadas no Sul e em Goiás, próximas aos centros de criação. Essas matrizes produzirão ovos que serão encaminhados para os incubatórios. (REVISTA PARCERIA, 1999, p. 18)

Ao mesmo tempo, os primeiros módulos de integração já estavam sendo providenciados com a finalidade de alojar, no ano seguinte, os primeiros animais, sobretudo suínos.

[...] O primeiro a integrar-se à Perdigão é Célio Mundim, que já recebeu as primeiras matrizes para serem alojadas em sua recém-construída granja de produção de leitões. As matrizes são fornecidas aos integrados pelas empresas de genética animal Agroceres e Dalland, através de granjas multiplicadoras instaladas na região. (PERDIGÃO HOJE, 1998, p. 14)

No ano de 1999, a fabricação de ração entrou em funcionamento, dando suporte aos integrados de suínos (produtores de leitões e aos terminadores). De acordo com informações constante na Revista Parceria (1998, p. 5), "[...] a fábrica de rações será inaugurada no início de 1999 para dar suporte aos integrados do Sistema de Terminação de Leitões (STL) de engorda de suínos e, mais tarde, à produção de frangos."

Segundo o diretor presidente:

Durante todo o ano de 1999, trabalhamos em três frentes para fazer do Projeto uma realidade. De um lado, conseguimos cumprir todos os cronogramas de obras do complexo industrial e das granjas parceiras. Num segundo esforço, ajustamos junto aos governos municipal e estadual todas as obras de infra-estrutura adequando-as aos nossos prazos de integração e à nossa expectativa de início de abate. (REVISTA PARCERIA, 1999, p. 2)

Em maio de 2000, os primeiros integrados de frangos receberam os pintainhos para a engorda, visando entregá-los em junho, quando ocorreria o primeiro abate no complexo industrial.

Em julho do mesmo ano, a unidade produtiva ficou pronta e entrou na fase pré-operacional, com o abate e o processamento de suínos. O primeiro abate de aves ocorreu em outubro de 2000, com um atraso de quatro meses em relação à previsão inicial. Em 2001, após a consolidação da integração e do processamento de carnes, passou-se a produzir, visando a exportação para a Europa e Oriente Médio, contrariando o que foi dito e escrito pelos diretores, que apresentavam como objetivo do Projeto Buriti: “ [...] desconcentrar sua produção nas unidades do Sul, possibilitando que estas ficassem mais focadas nas demandas do mercado externo” (PERDIGÃO, 2005).

O ano de 2001, e o seguinte, foram cruciais para a territorialização da empresa e do CAI sob sua coordenação no Sudoeste de Goiás, uma vez que houve a ampliação da rede integrados, fornecedores, prestadores de serviços e do apoio político e da aceitação social.

Em 2003, após três anos de amadurecimento e materializações, torna-se a Unidade Rio Verde uma nova unidade administrativa e produtiva do complexo empresarial da Perdigão, que é responsável pela consolidação do CAI de carnes no Sudoeste Goiano, a partir da estruturação e coordenação de um complexo agroindustrial próprio, conforme discutiremos nos itens seguintes.

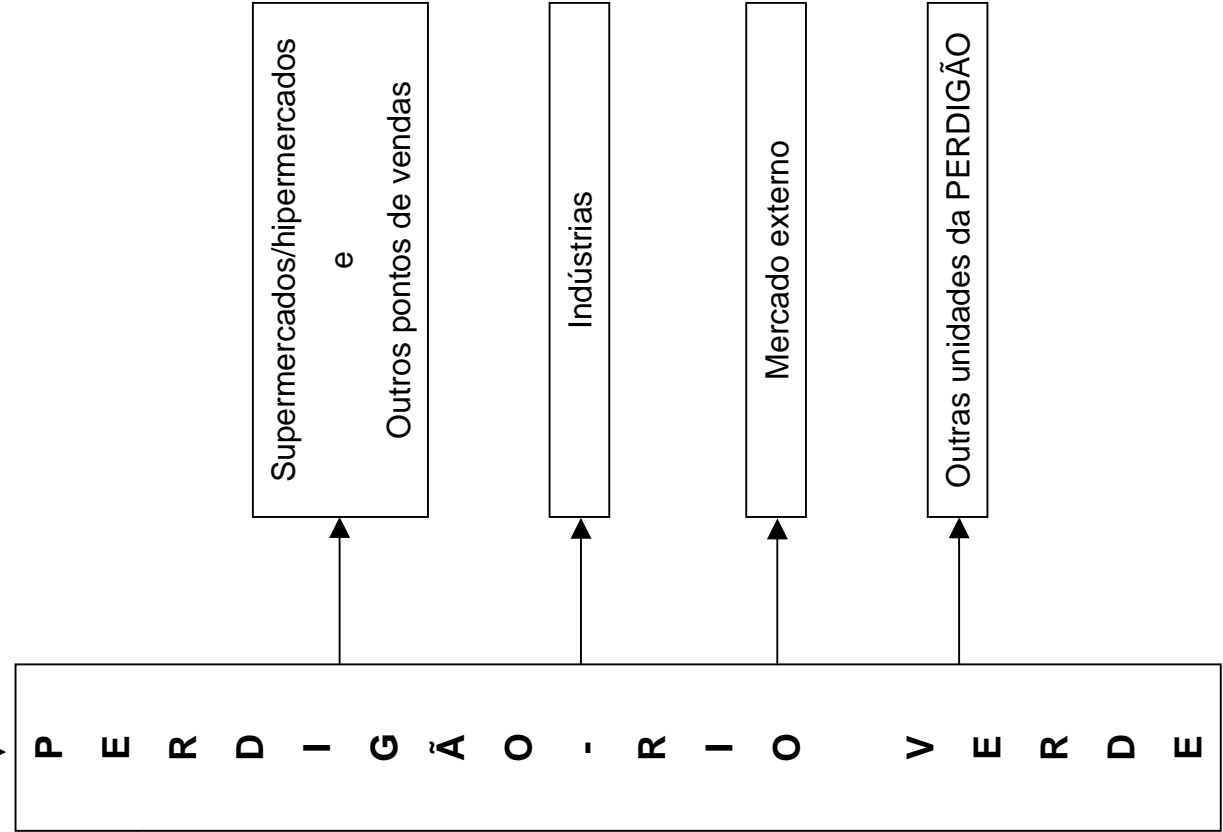
A complexa estrutura montada, criada, implementada em Perdigão Rio Verde é a base do CAI de carnes formado e coordenado pela Perdigão, e que consolidou este complexo no Sudoeste de Goiás. Havia duas outras empresas atuantes no setor na microrregião, a Frango Gale e a Frigorífico Margem, sendo que a primeira beneficia apenas carne de aves e a segunda carne bovina; nenhuma, entretanto, possui a estrutura, a tecnologia e a teia de relações que a Perdigão detém, ou aplicou volume semelhante de investimentos.

3.2.3.1 O CAI coordenado pela Perdigão no Sudoeste de Goiás.

A Perdigão coordena um CAI composto por: a) 178 empresas fornecedoras de produtos e serviços em geral; 93 prestadoras de serviços contínuos, assim distribuídas: transportadoras (47), empresas de limpeza, segurança e jardinagem (3), alimentação (1), serviços mecânicos (41) e bancários (1); b) 260 produtores integrados, sendo 128 de frango (incluindo os de ovos) e 132 de suínos; c) instituições públicas como FESURV, UFG, EMBRAPA; indústrias de apoio; agroindústrias (inclusive do CAI de soja, conforme foi mostrado no capítulo II), prefeituras e os governos estaduais e federais.³⁶ Este conjunto pode ser melhor visualizado na figura 29.

³⁶ Dados de 2003.

Estado, Municípios e Governo Estadual
Financiamento, incentivos e parceria



Outros fornecedores

Outros CAI's
CAI da Soja

Consumo final

FIGURA 02 - COMPONENTES DO CADERNO COOPERADO DE LA PERDIGÃO RIO VERDE

O CAI formado pela empresa é composto por vários setores (serviços, industrial, comercial e ensino), com dezenas de empresas e instituições a montante e a jusante de sua produção. Os agentes componentes do CAI podem ser classificados em:

— à montante da Perdigão Rio Verde, produtores rurais integrados, indústrias de apoio e de medicamentos veterinários, agroindústrias fornecedoras, empresas de genética, fornecedoras de mercadorias e serviços, instituições de ensino e financeiras. Todas essas empresas dão suporte/fornecem matéria-prima e serviços para a industrialização dos produtos;

— à jusante, os supermercados, hipermercados e outros comércios, indústrias consumidoras, outras unidades da Perdigão, e empresas localizadas no mercado externo.

É fundamental salientar que toda a estrutura do CAI é mediada, influenciada, e por que não, sustentada pela ação do Estado, em suas três esferas, federal, municipal e estadual, através de investimentos, empréstimos, isenções fiscais, dotação de infraestrutura e parcerias.

Cabe, aqui, reafirmar que a instalação da Perdigão Agroindustrial S/A no Sudoeste de Goiás é, por si, um impacto no espaço local, através da construção de sua planta industrial, de suas granjas e de loja comercial. Impacto, este, que se revela "motriz" ao desencadear outras mudanças, efeitos, impactos e transformações nos espaços local e regional (estes serão apresentados e debatidos no capítulo IV)

No sub-item seguinte, vamos detalhar melhor os setores, agentes e empresas que compõem o CAI de carnes da Perdigão – unidade Rio Verde.

3.2.3.1.1 Perdigão Rio Verde: uma sucinta apresentação.

A unidade conta com o complexo industrial de abate e industrialização de frangos e suínos, com capacidade para abater 210 mil aves e 2,4 mil suínos por dia, e processar 11 mil toneladas/mês de produtos industrializados (embutidos, cortes de frango e suínos). Deste total produzido, 4.800 toneladas são exportadas por mês.

Além disto, conta com quatro filiais de compras de grãos; fábrica de rações; incubatório; granja própria de matrizes de aves e suínos; três granjas terceirizadas de matrizes aves; filial de vendas em Goiânia; loja de vendas em Rio Verde, e cerca de 260 integrados. A empresa possui, também, um plantel de 8,800 milhões de frangos; 880 mil matrizes de aves; 24 mil matrizes suínas, e 175 mil suínos em terminação.

Essa estrutura, como já mencionado, foi fruto de fortes investimentos do Estado e da empresa, chegando ao total de 692 milhões de reais³⁷, sendo que R\$ 480 milhões foram

³⁷ Dados fornecidos pela Perdigão em folder informativo.

aplicados pela Perdigão, com o apoio do BNDES. O processo de investimento iniciou em 1997, quando a empresa empregou R\$ 5 milhões, valor que foi sendo ampliado nos anos subsequentes (como mostra a figura 30).

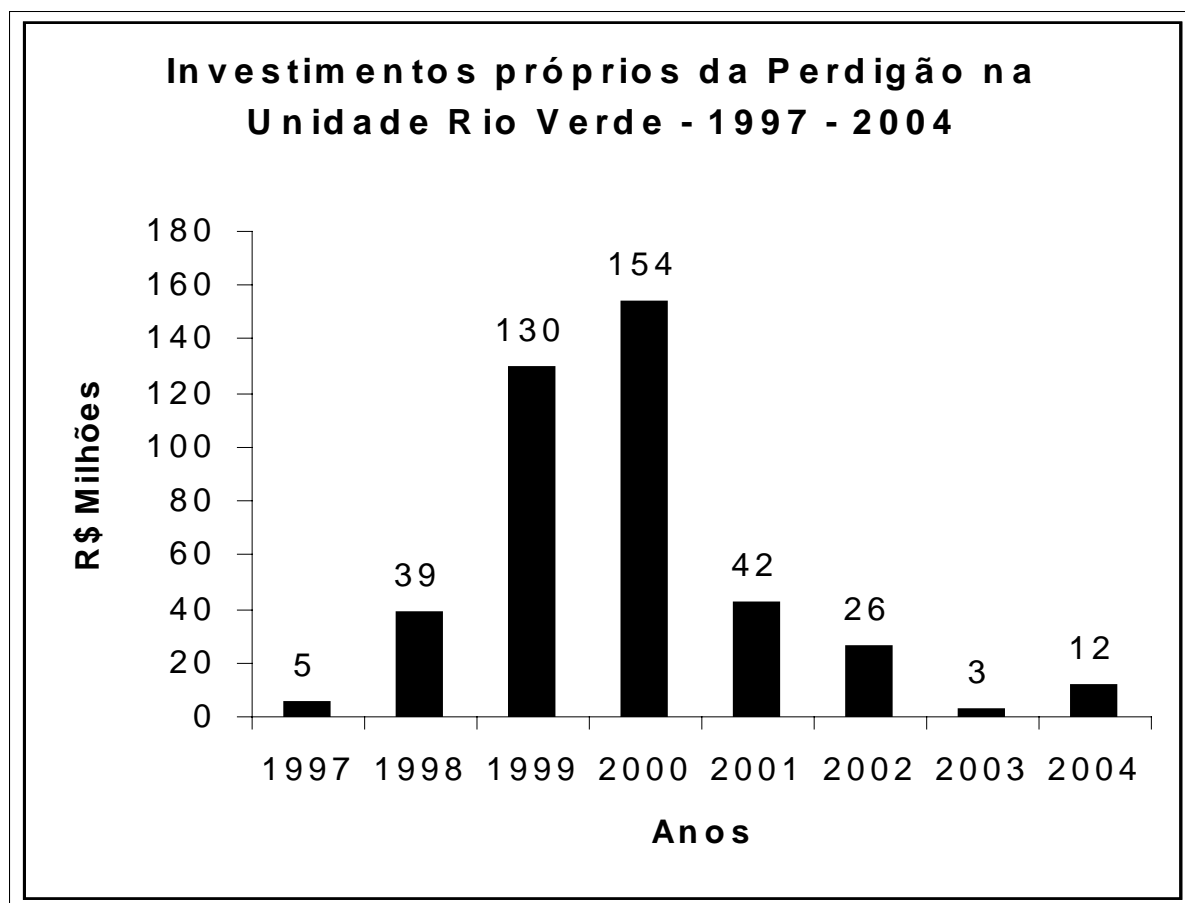


Figura 30.

Fonte: Relatório Anual da Perdigão 2002, 2003.

Esses investimentos resultaram em: transformações e impactos/efeitos no campo e na cidade, vinda de novas indústrias para compor o complexo, surgimento de mais de duas centenas de produtores integrados, e geração de cerca de 5 mil empregos diretos e 9 mil indiretos.

O número de empregos diretos aumentou cerca de 350% desde o início da atividade de beneficiamento, em julho de 2000 (conforme tabela 25). Em 2003, eles somavam 4.116, sendo 4.042 nas unidades produtivas e 74 nas unidades comerciais, e, em 2004, chegaram a 5 mil.

[...]. Em visita, à planta, no início de maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou da cerimônia de contratação do 5.000º 5.001º funcionário, marca já superada. 'Rio Verde está operando atualmente com um quadro de cerca de 5.400 pessoas e esse ritmo de contratações deve crescer ainda mais acelerado com o plano, já anunciado, de expansão do parque industrial' [...]. (A NOVA fronteira, 2004, p. 14)

Tabela 25 - Número de empregados da unidade Rio Verde - 2000 -2003.

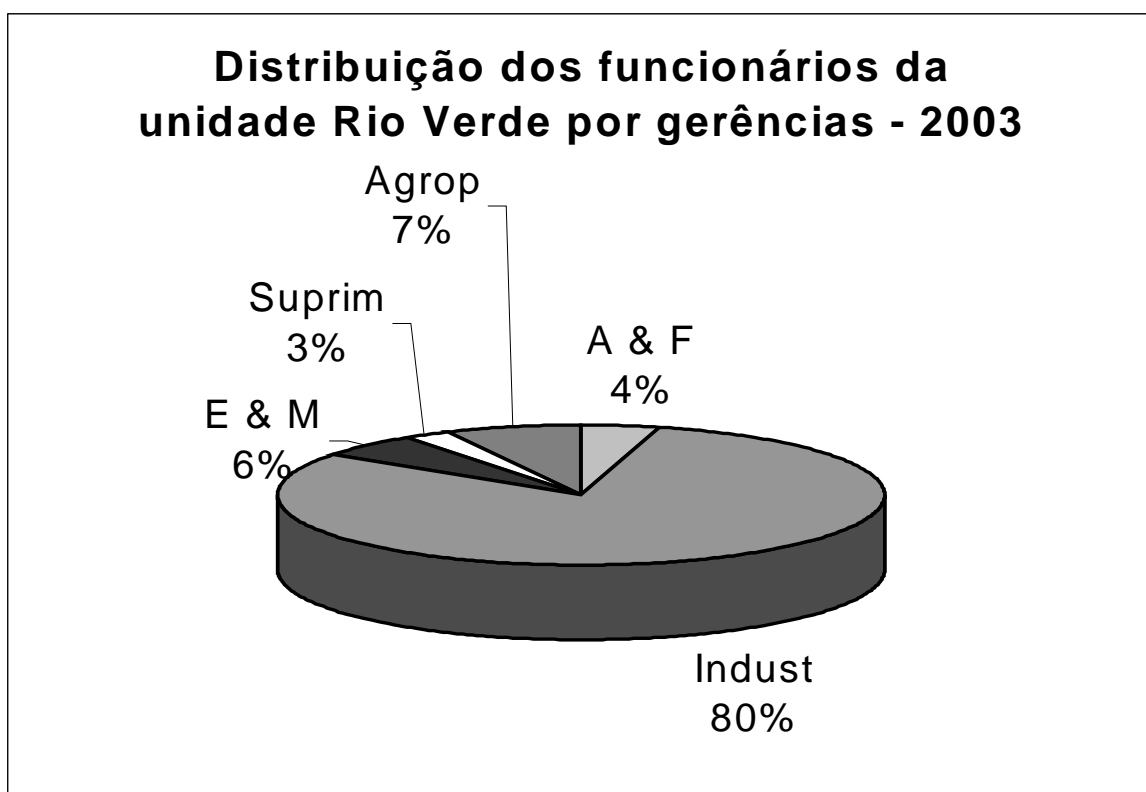
Anos	Unidades Produtivas	Unidades comerciais	Total	Varição (%) ¹
2000	1.141	34	1.175	
2001	2.897	54	2.951	151
2002	3.662	75	3.737	218
2003	4.042	74	4.116	250
2004	5.400	----	----	373

Fonte dos dados: Perdigão, 2003.

Org. R. E. Borges, 2006.

¹ Variação em relação ao número de empregados em 2000.

Do total de trabalhadores (em 2004), 53% tinham entre 20 e 25 anos de idade; 29% entre 26 e 35; 12% menos de 20 anos, e 6% acima de 36 anos. Os profissionais estavam distribuídos por cinco setores ou gerências (termo usado pela Perdigão), sendo que a maior parte está lotada no setor industrial, cerca de 80% (figura 31).

**Figura 31.**

Legenda: Agrop - Agropecuária; Suprim - Suprimento; E & M - Engenharia e Manutenção; A & F - Administrativa-financeira; e Indust - Industrial

Fonte dos dados: Perdigão, 2004. Org. R. E. Borges, 2006.

Quanto ao grau de escolaridade, o quadro de funcionários apresenta-se diverso: 26,37% possuem ensino médio completo; 18,11%, ensino fundamental completo; 15,11 % têm o 1º ciclo do ensino fundamental (antiga 4ª série), e apenas 3,08% possuem curso superior completo (tabela 26).

Tabela 26 - Escolaridade dos trabalhadores da unidade Rio Verde - 2003.

Escolaridade	%
Analfabetos	0,11
Ensino fundamental incompleto	38,16
Ensino fundamental completo	18,11
Ensino médio incompleto	10,99
Ensino médio completo	26,37
Ensino superior incompleto	2,44
Ensino superior completo	3,36
Curso de pós-graduação	0,46

Fonte dos dados: Perdigão, 2004. Org. R. E. Borges, 2006.

Este quadro fica mais desigual quando é feita a comparação por setores (ou gerências). O setor que apresenta o maior número de trabalhadores com pouca escolaridade é o industrial, seguido pelo de engenharia e manutenção, agropecuária e suprimentos e, por último, com melhor índice, está o setor administrativo-financeiro. A baixa escolaridade reflete nos salários pagos, cuja a média girava, no início de 2004, em torno de R\$ 487,00, cerca de 2 SMN (salário mínimo nacional, vigente na data da coleta dos dados).

Outro aspecto importante a ser mencionado é a origem dos funcionários da unidade Rio Verde: a maioria (49%) é de Rio Verde; 28% são de outras cidades do estado de Goiás; e 21% de outros estados (RS, PR, SC, PB, PE, BA, TO, MS, MG, SP e outros). Estes dados revelam a importância da Perdigão na atração de trabalhadores, bem como a falta de mão-de-obra preparada para a atividade industrial no município e região.

3.2.3.1.2 Empresas fornecedoras de mercadorias e serviços.

Nesta classe, incluímos todas as empresas que prestam serviços ou realizam trocas comerciais/vendas com a Perdigão³⁸. Segundo dados fornecidos pelos diretores da unidade Rio Verde, as empresas fornecedoras somam um total de 271, distribuídas em vários setores. Algumas têm com pouco envolvimento, desempenhando apenas a função de

³⁸ Neste item não serão discutidos as indústrias fornecedoras diretas que estão localizadas, sobretudo no DI, isto será feito no próximo sub-item.

vendedoras de material de consumo (material de escritório, produtos alimentares, conserto de equipamentos de escritório, combustíveis e outros), não se caracterizando por fornecer mercadorias ou serviços exclusivamente, e nem por terem a Perdigão com o seu principal cliente. Já outras empresas como as transportadoras agropecuárias, possuem um envolvimento maior, tendo suas atividades fortemente dinamizadas pelo complexo instalado. Algumas dessas empresas abriram filiais em Rio Verde para atender a demanda provocada pela instalação da Perdigão, ampliando suas atividades e sua área de abrangência, como é o caso da COMELLI Transportadora Ltda.³⁹

Do total de empresas fornecedoras (excetuando-se as indústrias de apoio à produção), 15% fornecem produtos e serviços ligados a veículos automotores; 9,5 % são transportadoras (setor importante dentro do CAI, sobretudo porque é responsável pelo transporte de animais e insumos para as granjas); 10% são empresas do setor de construção civil, ou que fornecem produtos para a atividade de construção (isto pode ser explicado pelas constantes ampliações, reformas na planta e nas granjas administradas pela empresa, e pela construção de novos módulos de integrados); 6,27% são responsáveis pelo fornecimento de produtos e serviços agropecuários; 5,53% destinam-se a fornecer produtos e serviços mecânicos e metalúrgicos; a mesma percentagem de empresas oferecem produtos alimentícios (neste grupo destacam-se os supermercados do município) (ver tabela 27).

A maioria das empresas fornecedoras tiveram um incremento nas suas atividades a partir da inclusão da Perdigão como cliente, pois, em alguns casos, a empresa é o maior comprador. Dentre as fornecedoras, 95% têm sede na cidade, isto mostra que as atividades se limitaram a impactar a economia local.

Neste contexto, cabe destacar as empresas responsáveis pelos serviços terceirizados, uma vez que estas possuem um envolvimento maior com a Perdigão. A título de exemplo, pode-se mencionar: Seiva (restaurante), Limpureza (limpeza) Barduch (lavanderia), Coral (segurança patrimonial), Eficaz, Auri Francisco, Cardoso Sondagem (manutenção), Isomont e Refricenter (refrigeração), Paraúna (transporte de pessoal), e as várias transportadoras agropecuárias e de produtos finais.

As transportadoras são as principais prestadoras de serviços para a Perdigão, pois fazem o transporte de matérias-primas para as granjas, de animais para a unidade industrial, e de produtos para os consumidores; pode-se afirmar que são as "artérias" que alimentam o processo produtivo da empresa.

³⁹ Os sócios da empresa também se tornaram integrados da Perdigão, a exemplo dos sócios da Kade Engenharia e da Gerwal Estruturas Metálicas.

Tabela 27 - Principais tipos de empresas fornecedoras de produtos e serviços - 2004.

Tipos de empresas fornecedoras	%
Produtos e serviços automobilísticos e de máquinas agrícolas	15,12
Serviços e produtos agropecuários	6,27
Produtos e serviços mecânicos e metalúrgicos	5,53
Derivados de Petróleo (combustíveis, gases)	2,95
Produtos Alimentares e bebidas (Supermercados e similares)	5,53
Serviços e produtos eletroeletrônicos e móveis	3,32
Produtos e serviços para construção civil	10,00
Transportadoras	9,50
Outras (13 tipos de produtos e serviços)	41,78

Fonte dos dados: Perdigão, 2004. Org. R. E. Borges, 2006.

Em 1999, a Perdigão firmou um convênio com o Banco do Brasil para financiar a frota de veículos para atender a agroindústria, com isso as transportadoras passaram a contar com financiamento a uma taxa de juros de 6% ao ano + TJLP (taxa de juro a longo prazo), podendo retirar como empréstimo até 90% do valor do veículo, e tendo 4 meses de carência e prazo de 8 anos para quitar a dívida.

[...] o Banco do Brasil assinou um convênio com a Perdigão, abrindo uma linha de crédito especial para o financiamento da frota de caminhões que atenderá ao Complexo Industrial. [...]

[...] Os recursos utilizados são providos pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT) e somam R\$ 50 milhões. (PERDIGÃO HOJE, 1999, p. 11)

Este fato justifica a importância do setor de serviços no CAI, principalmente o sub-setor de transportes, que fazem com que produtos, mercadorias e pessoas possam circular. São as "artérias" do complexo. Mais uma vez, comprova-se que o Estado é o fomentador responsável pela dinamicidade do complexo.

No mesmo nível de importância dessas empresas estão as indústrias de apoio, fornecedoras de produtos (matérias-primas) e serviços (Kade e Gerwal).

3.2.3.1.3 Indústrias de apoio ou Indústrias fornecedoras diretas.

A Perdigão conta com cinco indústrias de apoio, localizadas no distrito industrial II - DARV, responsáveis pelo fornecimento direto de produtos, a saber: Triel-HT Indústria de Equipamentos Rodoviários Ltda; Orsa Celulose, Papel e Embalagens S/A; Vide Plast Centro-Oeste Ltda; Kade Engenharia; M Mecar Indústria e Comércio de Câmaras Frigoríficas e Refrigeração. Estas se instalaram no município, tendo como forte objetivo o fornecimento de matérias-primas para a Perdigão ou para os seus integrados. Grande parte do faturamento dessas empresas é oriunda de negócios com a Perdigão.

É importante colocar que elas também são responsáveis por centenas de postos de trabalho e são, concomitantemente, efeitos do processo de territorialização da Perdigão e agentes de transformação socioespacial no município, contribuindo, entre outras coisas, para o amadurecimento da cultura do trabalho industrial e para a materialização do CAI em Rio Verde.

a) Triel-HT Indústria de equipamentos rodoviários Ltda.

A empresa tem sua matriz em Erechin (RS), onde está o setor de P&D e uma unidade de fabricação. Possui filiais em Rio Verde (figura 32) e Uberlândia (MG), sendo que esta visa atender às demandas do estado mineiro e, em especial, à Granja Rezende, localizada em Uberlândia, e que foi comprada pela Sadia S/A.

A unidade de Rio Verde instalou-se no ano de 2000, atraída pela disponibilidade de financiamento, através dos recursos do FCO; pelos incentivos fiscais oferecidos, e pela demanda criada a partir da instalação da Perdigão. Destina-se à fabricação de silos graneleiros e de carroceiras para transporte de ração e animais vivos (aves e suínos), respectivamente, para atender a Perdigão e os demais interessados nas regiões Centro-Oeste e Norte.

A filial recebe os kits pré-moldados da matriz e monta as carroceiras e silos, fazendo pequenas alterações para atender ao mercado regional. As outras matérias-primas necessárias são adquiridas de terceiros, localizados em São Paulo, São José do Rio Preto e Goiânia. Conta com 21 funcionários, que possuem, na sua maioria, pouca qualificação técnica e baixa escolaridade (45% possuem ensino fundamental, 44% ensino médio e/ou técnico).

Segundo o diretor da filial⁴⁰, a desqualificação e a baixa produtividade da mão-de-obra são os problemas enfrentados pelas empresas que pretendem se instalar. Este fato levou a empresa a trazer 7 funcionários da região Sul para treinar os trabalhadores locais e manter a programação de entrega dos pedidos.

Ainda segundo o diretor, a empresa não possui exclusividade de fornecimento para a Perdigão, mas é responsável por 100% das carroceiras (para transporte de animais e ração) rodantes na microrregião. A Perdigão representa cerca de 50% das vendas da Triel-HT em Rio Verde. A empresa também atende outros clientes da região e do estado, entre eles: Cereal Ouro, CFI Transportes, Frango Ouro (Goiânia) e outras cooperativistas.

b) Orsa - Celulose, papel e embalagens S/A.

O grupo Orsa, com matriz em Suzano -SP (destinada à fabricação de chapas de papel) e filiais em Paulínia-SP (fabricação de miolo e papel reciclado), Nova Campinas-SP (papel grafite) e

⁴⁰ Entrevista realizada em outubro de 2004.

Manaus-AM (chapa e embalagens), instalou sua filial em Rio Verde (figura 33) no ano de 2001. Esta tinha como objetivo produzir chapas e embalagens de papelão para atender, inicialmente, à Perdigão e, posteriormente, ao mercado do Centro-Oeste. Para tanto, contou com o financiamento do BNDES, FCO e o do FOMENTAR, fato que também foi motivo de sua instalação em Rio Verde, segundo informações fornecidas pelo gerente administrativo⁴¹.

De acordo com o gerente, a Perdigão representa 13% das vendas da filial, sendo o restante consumido por outras empresas da microrregião, do estado de Goiás e de estados vizinhos. O mercado da filial atinge um raio de 450 km. Entre os outros clientes, estão: Comigo, Arisco, Sadia, Gessy Lever, Caramuru, Bunge Alimentos, Refrigerante Rinco, Caninha Feiticeira, Frigoboi, Mabel, Souza Cruz, Cera Ingleza, Só Frango, etc.

A empresa possui 260 funcionários próprios e 90 terceirizados, num total de 350, que trabalham em três turnos diários de 8 horas. Assim como na Triel-HT, a desqualificação, ausência da cultura de trabalho industrial e a baixa escolaridade (maioria com ensino fundamental) são os problemas enfrentados pela empresa, pois tem que investir na qualificação dos seus funcionários para obter melhores resultados.

A empresa terceirizou os serviços de transportes para empresas de Goiânia e Cascavel (PR); os de portaria (empresa Grupo Social); os de carregamento (Employer); os de refeitório (NutriSapone); e os de limpeza (Star Rio).

A Orsa é a única fornecedora que mantém o sistema *just-in-time* para atender a Perdigão (conforme pode ser visto na figura 34), revelando-a como a indústria de apoio com maior nível de flexibilidade produtiva, entre as pesquisadas.

c) Vide Plast Centro-Oeste.

Segundo informações fornecidas pelo diretor da empresa⁴¹, a Vide Plast, com matriz em Videira (SC), foi instalada em Rio Verde (figura 35) no ano de 2000, atraída pela Perdigão, pelos incentivos fiscais e linhas de crédito facilitadas pelos órgãos de fomento. O principal propósito era atender a demanda de embalagens de plástico da Perdigão, possuindo exclusividade no fornecimento de embalagens de plásticos para a unidade Rio Verde. Relação, esta, que corresponde a 30% do faturamento da filial.

Os outros 70% são oriundos de vendas para outros clientes, como: COMIGO, Frigorífico Margem, Só Frango (DF), Super Frango, Nutrisu, Milho Pan, Cooperativa Ltda. de Uberlândia (CALU), Copervale, CooPatos (Patos de Minas-MG), Frigorífico Mata Boi (Araguari - MG), Frango Ouro (Taboado - MS); Frango Rico (Votoporanga-SP).

A empresa conta com 140 funcionários, sendo a maioria possuidora de ensino fundamental. Também terceiriza os serviços de segurança, refeitório, transporte (parte), manutenção.

d) Kade Engenharia Ltda.

A referida empresa, com matriz em Abelardo Luz (SC) e filiais em Cuiabá e Sorriso (MT), instalou sua unidade em Rio Verde no ano de 1998, com o objetivo de fornecer peças pré-moldadas para a planta industrial da Perdigão, e para a construção dos módulos dos integrados. Da mesma forma que as outras empresas, veio atraída pela demanda da Perdigão, repetindo a parceria no Sul, e pelos incentivos e financiamentos oferecidos.

Foi a primeira empresa atraída pela Perdigão a se instalar no Distrito Industrial II. Emprega 410 funcionários, sendo 300 próprios e 110 terceirizados. Destes, a maioria possui ensino fundamental, e poucos têm ensino médio e superior.

Passados 7 anos, a empresa ampliou seu mercado e, hoje, fornece seus produtos para outras indústrias e agroindústrias da região e do estado. Segundo o gerente administrativo, a Kade, inicialmente, tinha na Perdigão o seu principal cliente, responsável por quase 80% do faturamento da unidade da Kade em Rio Verde, porém, hoje, este percentual caiu para 20%, uma vez que o ritmo das obras da Perdigão caiu, passando a Kade a prestar serviços para outros clientes da região. Entre estes, estão: COMIGO, BUNGE, Sementes São Francisco, Moinho Centro-Oeste, Frigorífico Margem e condomínios.

A partir dos bons resultados da parceria com a Perdigão, os proprietários da Kade resolveram ampliar a relação com o grupo Perdigão, tornando-se integrados para a produção de ovos e frangos. O grupo é maior produtor de frangos e ovos da unidade Rio Verde, com mais de 52 aviários instalados em uma pequena propriedade adquirida para esse fim, no município de Rio Verde.

e) M MECAR Indústria de Câmaras Frigorífica e Refrigeração Ltda.

A MMECAR foi a última empresa a se instalar no Distrito Industrial de Rio Verde, e é a menor, com apenas nove funcionários. Suas atividades são destinadas à fabricação e manutenção de carrocerias frigoríficas.

Segundo seu sócio-proprietário⁴¹, a participação da Perdigão no faturamento é pequena, apenas 2%, valor que mostra a pequena relação direta entre as citadas empresas, mesmo a primeira tendo se instalado em Rio Verde devido à formação do complexo agroindustrial ligado à segunda. A MMECAR atende outras agroindústrias locais, como a Frigorífico Margem, e outras firmas do Mato Grosso do Sul.

O proprietário colocou que veio para Rio Verde em função dos incentivos e da localização estratégica, no entanto, encontrou problemas para a sua instalação, a saber:

⁴¹ Em entrevista realizada em outubro de 2003.

mão-de-obra desqualificada, dificuldades na obtenção dos incentivos e financiamento para as obras. Diante disto, teve que buscar funcionários na região Sul e arcar, inicialmente, com os custos de instalação.



Figura 32 - Foto - Triel-HT Indústria de equipamentos rodoviários Ltda - Rio Verde (GO).

Autor: R. E. Borges, 2004.



Figura 33 - Foto - Orsa - Celulose, Papel e Embalagens S/A - Rio Verde (GO).

Autor: R. E. Borges, 2004.



Figura 34 - Foto - Caminhão do sistema just-in-time - Indústria Orsa - Rio Verde(GO).

Autor: R. E. Borges, 2004.



Figura 35 - Foto - Vide Plast Centro-Oeste - Rio Verde (GO).

Autor: R. E. Borges, 2004.

Analisando as características das indústrias de apoio, evidencia-se:

- 1) a forte influência da Perdigão, através do Projeto Buriti, na instalação das filiais em Rio Verde;
- 2) que vieram para Goiás visando atender a Perdigão, entretanto, encontraram um mercado amplo e tornaram-se fornecedoras de várias outras empresas, ocupando um nicho de mercado existente no Sudoeste de Goiás, e até no restante do estado;
- 3) das cinco empresas que caracterizamos, quatro mantinham relações com a Perdigão em outros estados, sobretudo em Santa Catarina;
- 4) que todos os entrevistados disseram que queriam ampliar seus negócios em Rio Verde. Acreditamos que isso se deve ao sucesso dos empreendimentos iniciais e à ausência de concorrentes;
- 5) que todos reclamaram da pouca ou nenhuma qualificação da mão-de-obra local, e da necessidade de importação de profissionais de outras regiões;
- 6) que os incentivos fiscais e os financiamentos foram decisivos na instalação das filiais;
- 7) que a maioria adota práticas de gestão administrativa flexíveis, através da terceirização de serviços "periféricos" no sistema produtivo e, em alguns casos, utilizando sistema *just-in-time*;
- 8) que representam uma diversificação na atividade industrial de Rio Verde, mesmo estando fortemente associadas às agroindústrias, tendo nessas os seus principais clientes;
- 9) que se tornaram agentes de transformação socioespacial no município, não se restringindo, apenas, em serem efeitos da chegada da Perdigão.

3.2.3.1.4 Instituições de ensino e pesquisa e órgãos públicos.

Algumas instituições participam diretamente do CAI Perdigão, através de parcerias para a produção de conhecimento, tecnologia e qualificação de mão-de-obra, entre elas podemos citar: Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV), Universidade Federal de Goiás - campus de Jataí (UFG-CAJ), Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e outros órgãos e agências do governo do estado de Goiás.

A Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV) é a instituição com maior envolvimento com a Perdigão. Fundada em 1973, mantém 20 cursos de graduação (Administração, Agronomia, Biologia, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Mecânica, Farmácia e Bioquímica, Fisioterapia, Geografia, Letras, Matemática, Medicina Veterinária, Nutrição, Pedagogia, Psicologia e Zootecnia), com mais de 6 mil alunos matriculados.

Destes cursos, cabe destacar: Engenharia Mecânica, recém criado (reconhecido em 2003), para atender a uma demanda crescente na região por profissionais capacitados, devido ao crescimento da atividade industrial; o curso de Medicina Veterinária, autorizado

recentemente, também pode ser considerado resultado do desenvolvimento das novas atividades agroindustriais no Sudoeste Goiano. Já os cursos de Zootecnia e Agronomia, tradicionais na instituição e bastante procurados, sobretudo pelos filhos dos produtores rurais da região, mantêm uma forte ligação com a Perdigão.

A FESURV mantém dois convênios com a Perdigão. Um é o projeto de pesquisa sobre o tratamento e destinação/uso de dejetos de suínos, desenvolvido pela departamento/curso de agronomia, e dirigido pela Embrapa com o acompanhamento de campo da FESURV e Perdigão, que visa monitorar a aplicação de dejetos de suínos, verificando a viabilidade, as dosagens e as conseqüências do uso destes dejetos ao longo dos anos.

O outro projeto é o da Granja Escola FESURV, que:

é um projeto de implantação do Centro de Excelência de Agronegócios que pela ausência de pesquisas voltadas para a expansão do Agrobussines [...]. Os experimentos estão voltados para integração de atividades produtivas rurais, tais como: avicultura, suinocultura, bovinocultura de corte e leite, adubação orgânica, pastagens, agricultura e meio ambiente, com o objetivo de diminuição nos custos de produção e acompanhamento do dinamismo das inovações tecnológicas. (FESURV *et al*, 2003, p. 2)

Este projeto foi criado, também, para suprir a demanda de mão-de-obra qualificada, capaz de operacionalizar os sistemas de produção de aves e suínos, uma vez que, dada a inserção desta nova atividade, de forma pioneira, na região, surgiu a necessidade de preparar um contingente de profissionais para trabalhar no sistema de integração da Perdigão.

O projeto foi concebido também para atender a emergencial necessidade de preparo de mão-de-obra, no sentido de operacionalizar os sistemas de produção de aves e suínos, como também desenvolver "Know How" para utilizar a tecnologia de manejo dos subprodutos destas granjas, preservando o meio ambiente da forma preconizada no projeto [...]. (FESURV *et al*, 2003, p. 2)

O projeto é composto por um centro de treinamento estruturado com instalações para desenvolver atividades de suinocultura, contendo os sistemas de produção de leitões (SPL) e de engorda de suínos, ou sistema terminador vertical (STV), e de avicultura com sistema de engorda de frangos. E, também, por uma fábrica de rações, e toda a infra-estrutura de uma propriedade integrada. A Granja Escola intenciona, ainda, pesquisas para a utilização de resíduos da criação de frangos e suínos para a recuperação de áreas degradadas, e outras possibilidades de uso destes, como adubos.

A Granja Escola prevê o envolvimento de vários órgãos públicos do estado de Goiás, instituições de ensino e formação profissional, associações, cooperativas e empresas privadas. Dentre os envolvidos, estão: Secretaria da Indústria e Comércio e Goiasindustrial, Secretaria da Agricultura e Agência Rural, Agência Ambiental, Secretaria de Meio Ambiente

e Recursos Hídricos, Secretaria da Ciência e da Tecnologia, Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde, CEFET - Jataí, Universidade Federal de Goiás (Campus de Jataí), EMBRAPA, Prefeituras Municipais, SENAI, SENAR, Perdigão, Frango Galle, Cooperativas (COMIGO).

Outra instituição de ensino (qualificação profissional) que tem relação forte com a Perdigão é o SENAI (Serviço Nacional da Indústria), unidade de Rio Verde. A construção das instalações da unidade foi impulsionada e financiada, em parte, pela Perdigão, através da compra de equipamentos para a oficina de mecânica industrial e eletrônica.

Segundo o diretor do SENAI⁴², há um convênio de cooperação técnica entre a instituição e a Perdigão, para oferecer cursos de aperfeiçoamento profissional,

um acordo de cooperação técnica para desenvolver cursos de aperfeiçoamento, disponibilizar vagas para alunos que desejam ingressar no SENAI na habilitação técnica. Parcerias em eventos técnicos, entre outros. Esse é o acordo de cooperação que nós fizemos em 2000.⁴³

Além deste, tem o programa "menor aprendiz", no qual os alunos entre 16 e 18 anos estudam a teoria no SENAI, e fazem a prática, ou formação complementar, nas instalações da empresa. No futuro, esses jovens poderão ser efetivados como profissionais da indústria. É uma maneira de formar mão-de-obra qualificada para as atividades tipicamente industriais, uma vez que esta é bastante escassa na região, que tem tradição agropecuária.

A partir dos convênios com o SENAI, a empresa tem a possibilidade de ter, a curto prazo, uma força de trabalho qualificada para executar funções especializadas na área industrial, tais como operadores de caldeiras, empilhadeiras, mecânica industrial, eletroeletrônica e outros.

3.2.3.1.5 Os integrados: histórico e perfil.

Um dos elementos chave do CAI implantado pela Perdigão são os produtores rurais integrados, responsáveis pela produção e engorda de suínos e pela produção de ovos e de frangos. A integração é dividida em quatro tipos: sistema produtor de leitões (SPL), sistema terminador vertical (STV), sistema produtor de frangos (FGO) e sistema produtor de ovos (ovos).

Segundo informações da empresa, a integração é um projeto de

[...] terceirização de parte do processo, regida por um contrato com normas técnicas e jurídicas preestabelecidas pelas partes envolvidas, sendo um projeto de auto-sustentação, proporcionando uma fonte de renda freqüente para o integrado parceiro (sic), viabilizando o abastecimento de matéria-prima para a indústria. (FESURV *et al*, 2003, p. 22)

⁴² Entrevista realizada em outubro de 2003.

⁴³ Entrevista realizada com o diretor do SENAI - Rio Verde em 2004.

No processo de integração, o produtor passa a ter as seguintes responsabilidades: investir em instalações e equipamentos; fornecer mão-de-obra para a realização da atividade contratada; custeio e impostos; vender a produção para a Perdigão, de forma exclusiva, dentro de um padrão preestabelecido; seguir as orientações técnicas da empresa; adotar sistemas de controle da empresa; produzir a ração com *premix* da empresa; compra de sêmen da empresa, no caso dos integrados do SPL.

Em contrapartida, a empresa se responsabiliza por:

- 1) no caso dos integrados de suínos: fornecer os reprodutores (matrizes) em regime de comodato (SPL); fornecer os leitões de 25 kg (STV); fornecer rações, *premix* e medicamentos; prestar assistência técnica; adquirir os leitões produzidos e os animais engordados; despesas com transportes dos animais/leitões, rações e animais para o abate; remunerar o integrado pela parceria, conforme resultado técnico;
- 2) no caso dos integrados de frangos: fornecer pintos de um dia; fornecer ração e medicamentos; prestar assistência técnica; despesas com transportes dos pintainhos, e remunerar o integrado, conforme acordado.

As granjas instaladas no Sudoeste de Goiás têm um custo elevado de instalação, tanto em função da tecnologia utilizada para o seu funcionamento, como pela sua capacidade de alojamento, chegando a 24 mil aves (por galpão) e 3.500 suínos (por módulo). Os valores podem chegar na média de R\$ 140 mil para um módulo de terminação de frangos, a R\$ 1.700 mil para um módulo de SPL, e a R\$ 500 mil para SVT, valores elevados para os padrões de outras regiões brasileiras.

No complexo agroindustrial de Rio Verde, a Perdigão tinha, em 2004, 260 produtores integrados, sendo 61 de SPL, 71 de STV, 12 de ovos e 116 de FGO, conforme visualizado na tabela 28:

Tabela 28 - Quantidade de integrados e de propriedades por tipos de integração Perdigão - Rio Verde (GO).

Tipo de integrado	Quantidade	Quantidade de Propriedades
Frangos	116	50
Ovos	12	3
Leitões	61	26
Terminadores de Suínos	71	39
Total	260	118

Fonte dos dados: Perdigão, 2004. Org. R.E. Borges, 2006.

Embora tenha um número grande de integrados, quando se observa sua distribuição por propriedades rurais, percebe-se que estão localizados em 118 propriedades. A

explicação deste quadro está no fato de um produtor, além de pegar financiamento do FCO em seu nome, contrair outros, em nome de parentes (filhos, sobrinhos, esposa, irmãos), com o intuito de instalar outros módulos, de forma recíproca, aumentando com isso a produção e a renda, e reduzindo os juros pagos pelo financiamento. Para tanto, os produtores são avalistas dos parentes, ou dão parte da terra em comodato, sobretudo para os filhos, fazendo com que estes tenham condições de contrair o empréstimo. Depois disto, administram as granjas e dividem a renda.

Em contrapartida, se fosse solicitado o valor de empréstimo suficiente para a instalação de dois ou mais módulos, poderiam ocorrer três impedimentos, ou dificultadores: 1^o - elevação da taxa de juros pagos; 2^o - dificuldades para avalizar o empréstimo; 3^o - redução no percentual do capital a ser emprestado.

Em outros casos, os integrados são empresários ou industriais, que adquiriram uma porção de terra no município, para fins de integração e contraem, também, em nome de parentes, financiamento de módulos, dando seus bens, industriais ou não, como garantia. Assim, instalam vários módulos em sua propriedade. Como exemplo deste fato, cabe citar os proprietários da Kade Engenharia, da Gerwal Estruturas Metálicas e da Transportadora Comelli.

Entusiasmados com o porte e as oportunidades oferecidas pela unidade de Rio Verde, o complexo industrial que a Perdigão inaugura em breve no Sudoeste de Goiás, fornecedores que participaram da implementação do projeto estão se transformando em produtores rurais, atuando como parceiros integrados. Operando em outros negócios, eles apostaram tão fortemente na iniciativa para criar aves, suínos e produzir ovos, crescendo junto com a Perdigão e com a cidade. (DE FORNECEDORES a parceiros integrados, 2000, p. 16)

Ainda num terceiro caso, existem os integrados avalizados pela própria Perdigão, que instalam mais de um módulo nas propriedades, adquiridas com o apoio da empresa.

Em várias propriedades estão localizados mais de um módulo (composto por quatro granjas), chegando ao número máximo de 13 módulos na propriedade dos sócios da Kade Engenharia. Percebe-se que há uma concentração "disfarçada" da produção de aves e suínos, com grande parte centralizada nas mãos de alguns produtores confiáveis da Perdigão.

Quando se analisa a localização dos integrados por municípios no Sudoeste de Goiás, verifica-se que Rio Verde concentra 71,16% dos integrados, fato explicado pela proximidade da fábrica (conforme pode ser visualizado na figura 36 e na tabela 29). O segundo município com maior número de produtores integrados é Santo Antônio da Barra (6,92%), seguido de Aparecida do Rio Doce (5,73%), Montividiu (5,38%) e Santa Helena de Goiás (3,07%). Fatos também explicados pela proximidade da planta industrial, o que reduziria custos de transação.

O número reduzido de produtores nos municípios mais distantes, como Maurilândia, Turvelândia, Castelândia, Cachoeira Alta e Bom Jesus de Goiás, é consequência dos custos maiores de transporte dos animais até a indústria. Na maioria dos casos, estes produtores são integrados que firmaram convênios no início das atividades, quando não havia grande interesse dos produtores rurais na integração.

Tabela 29 - Distribuição dos integrados da Perdigão em Rio Verde por municípios -2004.

Municípios	Total Geral		Frangos		Suínos		Ovos	
	Qte	%	Qte	%	Qte	%	Qte	%
Rio Verde	185	71,16	87	75	89	67,4	10	83,3
Santo Antônio da Barra	18	6,92	9	7,6	7	5,3	2	16,7
Aparecida do Rio Doce	15	5,78	4	3,5	11	8,3	0	0
Montividiu	14	5,38	4	3,5	10	7,6	0	0
Santa Helena de Goiás	8	3,07	4	3,5	4	3	0	0
Quirinópolis	4	1,54	4	3,5	0	0	0	0
Turvelândia	4	1,54	0	0	4	3	0	0
Maurilândia	3	1,16	2	1,7	1	0,8	0	0
Castelândia	3	1,16	2	1,7	1	0,8	0	0
Cachoeira Alta	2	0,76	0	0	1	0,8	0	0
Jataí	2	0,76	0	0	2	1,5	0	0
Bom Jesus de Goiás	2	0,76	0	0	2	1,5	0	0
Total Geral	260	100	116	100	132	100	12	100

Fonte dos dados: Perdigão, 2004. Org. R.E. Borges, 2006.

Quando se observa, especificamente, a distribuição dos integrados de frangos, a seqüência se repete, ou seja, a maioria (75%) localiza-se em Rio Verde, 7,6% em Santo Antônio da Barra, e 3,5% em Montividiu, Santa Helena, Quirinópolis e Aparecida do Rio Doce.

Já os integrados de suínos estão distribuídos em um número maior de municípios, embora concentrem-se em Rio Verde (67,4%), Aparecida do Rio Doce (8,3%) e Montividiu (7,6%). Diferentemente dos produtores de frangos, os produtores de suínos estabeleceram-se em maior número, depois de Rio Verde, nos municípios de Aparecida do Rio Doce e Montividiu.

LOCALIZAÇÃO DOS INTEGRADOS DA PERDIGÃO - SUDOESTE DE GOIÁS - 2003

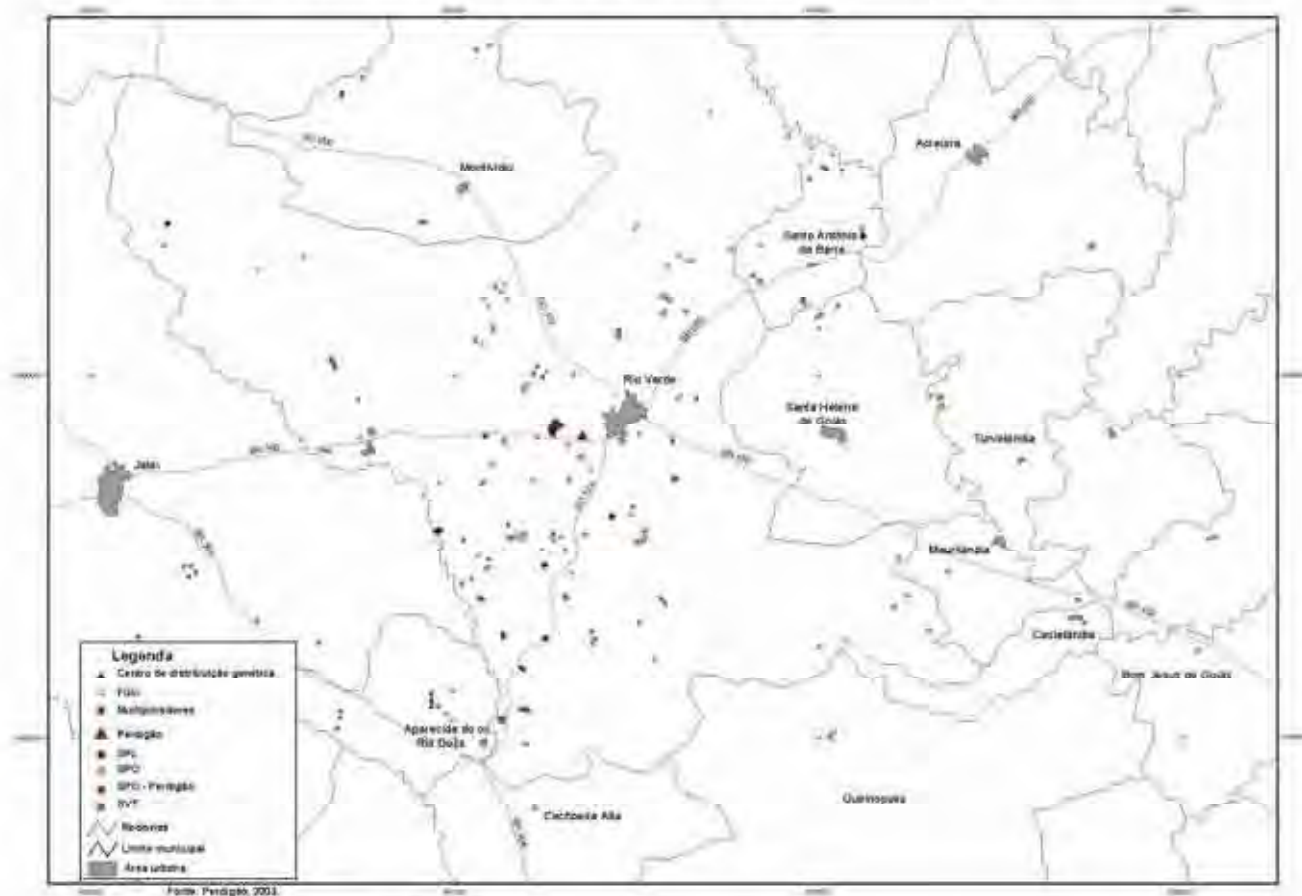


FIGURA 38.

Pelo mapa, pode-se perceber a concentração dos integrados no município de Rio Verde (conforme demonstrado no quadro anterior) Neste município, os produtores localizam-se, na sua maioria, no Sul, Sudoeste e Oeste, na área que está entre as rodovias GO 422 (Rio Verde - Aparecida do Rio Doce) e BR 060 (Brasília - Cuiabá), facilitando o transporte dos produtos e dos animais. A maioria das granjas é de aves (sistema produtor de frangos), com a presença de multiplicadores de suínos e produtores de leitões e STV em pequeno número.

Percebe-se, também, que a maioria das granjas estão num raio de 40 km da planta industrial da Perdigão, e que a granja mais distante está a cerca de 110 km, no município de Bom Jesus de Goiás - GO, cujo o proprietário reside em Uberlândia-MG.

Outro aspecto a ser destacado, é que os produtores do SPL estão, na sua maioria, num raio superior a 30 Km, e distribuídos em pontos estratégicos do território. O mesmo ocorre com os integrados de STV que estão, comparativamente aos de frangos, localizados mais distantes da planta industrial.

No caso dos suinocultores, a proximidade da indústria não é tão definida, pois o transporte é menos regular, ocorre um número menor de viagens para transportar os animais por ano, e as características da produção exigem propriedades maiores. Outro fato que explica a descentralização dos suinocultores é que alguns destes pertencem ao sistema de produtores de leitões, facilitando a logística de distribuição para os terminadores.

Quanto às granjas de produção de ovos, pertencentes aos sócios da Kade e aos irmãos Abib e à própria Perdigão, estão dentro de um raio máximo de 30 km, facilitando o transporte para o incubatório que fica junto à planta industrial.

Quanto ao tamanho das propriedades dos integrados entrevistados, verificou-se que possuem tamanhos que variam de cerca de 30 ha a 3.000 ha, concentrando a maioria (60%) entre 100 e 400 ha (ver figura 37). Portanto, a maioria possui propriedades médias para os padrões do cerrado. Cabe destacar que 20% têm menos de 100 ha, representando o grupo das pequenas propriedades, onde as atividades de suinocultura e avicultura são responsáveis pela maior parte, ou mesmo a totalidade, da renda. Ao contrário, as propriedades com mais de 400 ha têm nessas atividades uma diversificação e agregação de renda, ou apenas uma fonte de adubo gratuito. Nessas propriedades predomina o cultivo de outros produtos agrícolas, ou a pecuária (ver tabela 30).

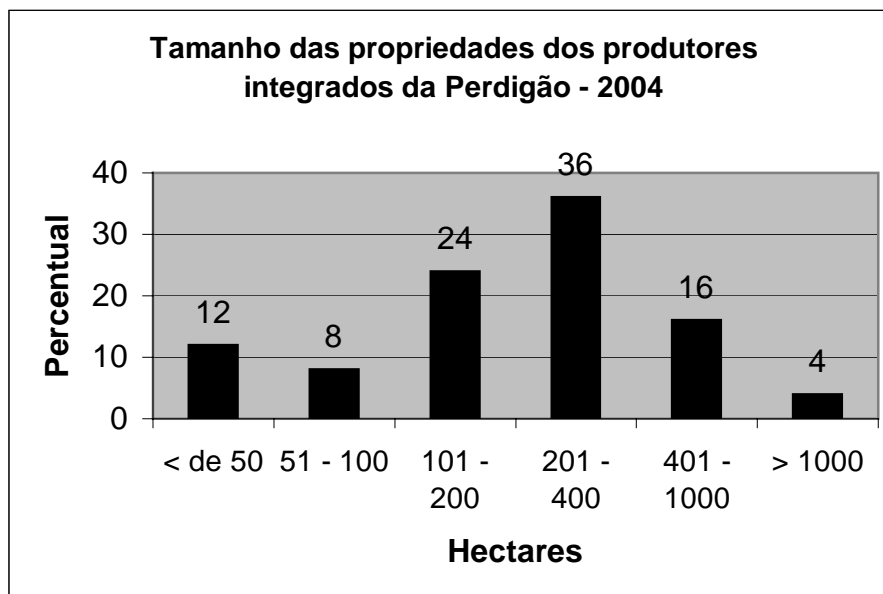


Figura 37 -

Elaborado por: R. E. Borges, 2006

Tabela 30 - Percentual das atividades desenvolvidas nas propriedades dos entrevistados antes da integração e da principal atividade após a integração - 2003.

Atividades desenvolvidas antes da integração	% das propriedades	Principal atividade após a integração	% das propriedades
Soja	32	Soja	18,6
Milho (Safrinha)	16	Pecuária de corte e leiteira	18,6
Pecuária de corte e leiteira	36	Avicultura	27,9
Cana-de-açúcar	4	Suinocultura	34,9
Propriedades adquiridas para fins de criação de aves e suínos	24		

Fonte: Entrevistas realizadas em outubro de 2003. Org. R. E. Borges, 2006.

As propriedades com áreas entre 201-400 ha apresentam um quadro variado quanto à importância das atividades de suinocultura e avicultura em sua renda total. Algumas têm como principal atividade a avicultura ou a suinocultura e, para outras, essas atividades servem apenas como diversificação de renda.

Segundo 43,5% dos entrevistados, a renda oriunda dessas atividades corresponde a cerca de 80% da renda total da propriedade. Já para 26,1% essas atividades são responsáveis apenas por 20% da renda total; e para 21,7% dos entrevistados, elas respondem por cerca de 30% da renda total. Em suma, mais de 50% dos proprietários entrevistados afirmam que as atividades de suinocultura e avicultura são responsáveis por menos de 50% da renda produzida na propriedade.

Quando indagados como se tornaram integrados da Perdigão, os entrevistados elencaram várias situações, oriundas de um cenário complexo, no qual as novas atividades de criação de aves e suínos se inseriam. A saber:⁴⁴

- a) tornou-se integrado a convite e com o apoio da Perdigão⁴⁵;
- b) participou como consultor no projeto Buriti, interessando-se pela cidade de Rio Verde e pela criação de leitões. Com isso, fez um acordo com um antigo proprietário de terras do município de Montividiu, com o objetivo de montar um negócio próprio. O acordo previa o pagamento da terra com os dejetos gerados pela atividade de suinocultura;

[...] Moura chegou a Rio Verde em abril de 1998 com um plano definido. Junto com outros quatro sócios pretendia criar frangos [...] o planejamento foi alterado [...] e Moura decidiu explorar a criação de suínos. [...]

A solução veio sob a forma de um acordo com o produtor Paul Aernaoudts [...] O acerto entre os dois prevê a cessão a Moura de 40 hectares da fazenda São Francisco. Como moeda de troca, um contrato vitalício estabelece que toda a produção de dejetos da granja que Moura está montando serão destinados à fazenda. Os rejeitos, após tratados ainda na granja, serão aproveitados para adubação, reduzindo gastos com fertilizantes químicos [...]. (VEIGA FILHO, 2000, p. 6)

- c) conheceu o projeto e tornou-se integrado;
- d) a conselho de amigos, pela isenção de impostos, e pela facilidade de financiamentos;
- e) era integrado da Perdigão na região Sul, em sociedade com o irmão, considerados os melhores criadores. Receberam um convite da empresa, motivo que, juntamente com a melhor qualidade de vida na cidade, levou à integração;
- f) através da divulgação feita pela empresa, por meio de palestras em sindicatos, igrejas e outras instituições;
- g) sócios e ou proprietários de empresas que vieram prestar serviços para a Perdigão, diante da dificuldade de encontrar integrados, foram convidados para serem parceiros;
- h) viu a possibilidade de usar os dejetos para a formação de pastagens e/ou como adubo para as lavouras de soja e milho.

Os motivos que levaram, de fato, os produtores entrevistados a se integrarem podem ser resumidos em: 1) aumento e diversificação da renda - 78,6%; 2) estabelecimento de um negócio próprio - 7,1%; 3) uso de dejetos na propriedade - 17,9%⁴⁶.

Com relação à destinação dos dejetos (de aves e suínos), 60,7% dos entrevistados os usam como adubo na própria propriedade, 35,7% os vendem e 3,6% os usam como pagamento da terra.

⁴⁴ Informações obtidas durante entrevistas com os integrados em outubro de 2003.

⁴⁵ Financiamento do projeto, avaliação junto ao banco, apoio financeiro para comprar a terra, uma vez que era funcionário da empresa.

⁴⁶ Informações coletadas em entrevistas em outubro/2003. O total é superior a 100%, pois alguns entrevistados informaram mais de um motivo.

Ao longo das entrevistas com os produtores e com os diretores da Perdigão, ficou claro que o uso dos dejetos como adubo é um argumento muito difundido como uma vantagem, um fator positivo e mercadológico (fertilizante barato) na venda dos projetos de integração. Na verdade, este argumento serve como justificativa para disfarçar os impactos ambientais e os problemas que podem derivar da disposição dos dejetos na natureza.

[...] Durante todo o ano, são produzidos grandes volumes destes fertilizantes orgânicos: cerca de 1.400.000 m³ de dejetos líquidos de suínos e 95.000 toneladas de cama de frango, capazes de fertilizar aproximadamente 60.000 ha/ano ou 10% da área agricultável da região. Consciente de sua responsabilidade ambiental, a empresa e seus produtores integrados detêm um sistema de aproveitamento destes resíduos, transformando-os em excelentes fertilizantes orgânicos com baixo custo para a produção de grãos e pastagens [...]. (PERDIGÃO HOJE, 2003, p. 5)

Os produtores integrados passaram por vários problemas que, inicialmente, dificultaram a integração, tais como: falta de mão-de-obra qualificada (47,4%); falta de assistência da Perdigão (5,3%); monopólio de peças e deficiência na assistência técnica na construção dos projetos (10,5%); monopólio na construção das granjas (5,3%); pouca expectativa no sucesso do projeto (5,3%); demora na liberação do financiamento (10,5%); e energia elétrica deficitária (15,8%).

O primeiro problema mencionado levou os produtores integrados a pagar salário maior para segurar os funcionários treinados e adaptados às atividades. Diante disto, o custo do trabalhador é mais elevado, em Rio Verde, do que em outras regiões, e a média salarial paga para esses é maior. O valor do salário dos trabalhadores nas granjas varia entre 1,5 SMN (salários mínimos nacionais) mais produtividade, até 2,5 SMN mais produtividade. O fato comum a todos os produtores entrevistados é a adoção do pagamento de bonificação, chamado de produtividade, fazendo com que o valor final recebido pelo trabalhador fique acima do padrão recomendado na planilha de custos da Perdigão, usada para pagar os produtores.

Outro fato relatado, e que nos causou estranheza, foi a diferença de salários entre homens e mulheres. Quando o casal é admitido na propriedade para cuidar das granjas, a mulher recebe cerca da metade do valor pago ao esposo. O argumento utilizado foi que a mulher se envolve menos na atividade de cuidar das granjas, pois tem outras atividades, como o trabalho doméstico.

Como já foi mencionado, o trabalho nas granjas exige muito do trabalhador, pois não tem horário fixo de entrada e saída, muitas vezes, o trabalhador é obrigado a acordar a qualquer hora da noite, para resolver algum problema nas granjas, acompanhar um parto, ou verificar se está tudo certo com os animais. Este fato contribui para uma média salarial mais elevada em relação aos demais trabalhadores rurais, e para a dificuldade de encontrar interessados, entre a população local, tendo que importar trabalhadores de outras regiões ou estados.

Com relação à força de trabalho, é importante salientar que a integração provocou uma elevação no número de trabalhadores no campo. Em algumas propriedades, o número é pequeno, 2 ou 3, em outras é elevado, 18, 22 e 40. Como exemplo, pode-se citar a propriedade dos sócios da Kade e dos sócios da Gerwal, que compraram terra, única e exclusivamente, para fins de integração. Uma verdadeira empresa agrícola, administrada nos moldes empresariais, como se fosse um condomínio de granjas, gerenciadas por um profissional especializado.

A grande maioria desses funcionários passou a residir no campo em função da integração, no mínimo dois por módulo de 4 granjas, com isso aumentou o número de trabalhadores residindo no campo. Para se ter uma idéia, só os produtores entrevistados contrataram, somados, 260 novos funcionários para cuidar das granjas. Este fato, numa região onde o "normal" é diminuir postos de trabalho, devido à mecanização excessiva, contribui para reduzir o agravamento do desemprego no campo. Pode-se dizer que houve um pequeno retorno do trabalhador para o campo, contrariamente ao que vinha ocorrendo na microrregião.

Essa mudança, assim como as outras citadas (nas páginas anteriores), podem ser colocadas como impactos/efeitos da instalação e territorialização da Perdigão no Cerrado Goiano. No próximo capítulo, vamos aprofundar a discussão dos principais impactos/efeitos provocados pelo processo instaurado pela empresa, além de sua própria instalação que é o impacto imediato e mais significativo, e ainda é o impacto motriz, desencadeador de outros efeitos e impactos.

CAPÍTULO 4

4. IMPACTOS/EFEITOS DO PROCESSO DE INSTALAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DA PERDIGÃO NO SUDOESTE DE GOIÁS

Todos os grandes investimentos industriais ou agroindustriais provocam mudanças socioespaciais. Em alguns casos, em maior escala, em outros, em escala reduzida, dependendo das condições locais e do tipo do empreendimento. Roseli Piquet, em seu livro "Cidade Empresa" (1998), relata vários exemplos em que a implantação de uma grande indústria provocou vários impactos/mudanças nos espaços locais e regionais.

Cabe destacar três exemplos pesquisados pela autora. O primeiro é o da Açominas, em Ouro Branco (MG), em que a empresa, após sua criação e instalação, tornou-se o maior agente modelador do espaço urbano local e da circunvizinhança. A empresa foi a responsável pela criação de bairros residenciais e pela implantação de infra-estrutura e serviços urbanos.

O segundo é o caso da empresa Klabin - Papel e Celulose S/A na cidade de Telêmaco Borba (PR), que contribuiu para o crescimento urbano, através da criação de três vilas operárias, reservadas para suprir a falta de mão-de-obra especializada. Além disto, inseriu o cultivo de eucalipto/pinos de forma vertical na região.

O terceiro, e o mais conhecido, é o caso de Volta Redonda (RJ), que teve grande parte do seu crescimento associado à implantação da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), tornando-se uma cidade modelo na relação entre o Estado populista e a classe operária. Nesta relação, a empresa pública assume uma série de serviços, como saúde, limpeza, educação, dentre outros, além de fornecer habitação aos operários especializados em atividades vitais para a siderurgia. Com isso, a empresa fez surgir bairros residências, espaços de consumo e de produção, em Volta Redonda (RJ) ou nas cidades vizinhas. Por outro lado, atraiu um grande contingente de imigrantes em busca de empregos diretos e indiretos relacionados à CSN, o que, aliado à carência de infra-estrutura urbana e à forte pressão imobiliária existente, culminou com um processo de "favelização" na cidade, acentuando a especulação imobiliária e a segregação do espaço urbano, cada vez mais desigual, crescendo desordenadamente.

M. Barrow e M. Hall (1995), no trabalho intitulado "The impact of a large multinational organization on a small local economy", mostram os impactos econômicos, sociais e espaciais provocados pela instalação da American Express na cidade de Brighton (Inglaterra). Os autores utilizam uma metodologia que se baseia em ligações inter-empresariais; fazem uma descrição da economia local, antes da instalação da American Express, e a comparam com outra, posterior. Definem os impactos como qualitativos e quantitativos, dentre estes, estão as alterações no mercado de trabalho, o aparecimento de empresas, as novas ligações com empresas locais.

Entretanto, elas também provocaram impactos qualitativos - relações transacionais. São condutores em potencial para uma rede de influências qualitativas do comprador para vendedor/fornecedor e vice-versa. A idéia básica de um *linkage* primário pode ser refinada em *linkages* posteriores, na qual a empresa que chega fornece insumos produtivos para as firmas locais, ou *linkages* anteriores, na qual a firma advéncia compra insumos das firmas locais. (BARROW; HALL, 1995, p. 636)

O estudo de Debarbieux (1985), intitulado "IBM à la campagne: l'evolution du Dutchess County (Etat de New York) (1940-1984)", revela como a IBM impactou a região em questão, após sua chegada. Segundo o autor, a instalação da empresa em uma região tipicamente agrícola provocou muitas transformações na organização do espaço local. Os principais impactos ocorreram na dinâmica do emprego local e regional, através o surgimento de novos postos, de novas funções no mercado de trabalho, e de atração de trabalhadores de outras regiões. A IBM tornou-se a maior empregadora da região.

A instalação da IBM no Dutchess County foi um dos motores do aumento da imigração para o distrito, embora, evidentemente, não tenha sido o único. Com efeito, 15 mil pessoas residentes em Dutchess County trabalhavam em outras cidades (recenseamento 1980). A maior parte, dos novos habitantes, trabalhava na área metropolitana nova iorquina, provando, por seu comportamento, que o Dutchess County tende a se tornar um subúrbio distante da grande cidade.

Outra consequência imediata da instalação/implantação desse grande empregador numa região predominantemente rural e dotada de numerosas de pequenas indústrias clássicas, é o papel de maior empregador na bacia de empregos. [...] (DEBARBIEUX, 1985, p. 275-276) (tradução nossa).

Além das mudanças no nível do trabalho, a instalação da IBM influenciou o surgimento de pequenas e médias empresas e firmas de alta tecnologia. Também teve participação no aumento da renda, no aparecimento de novos serviços, na elevação da atividade comercial, incentivou a migração e reorganizou o espaço. Em contrapartida, aumentou a disparidade entre a população pobre e a rica; e reorganizou o espaço.

Neste mesmo caminho, realizamos, em 2000, um trabalho sobre a representatividade socioeconômica da Cia de Cigarros Souza Cruz S/A para a cidade de Uberlândia (MG). Naquele trabalho, debatemos quais os impactos da indústria na economia local, a partir da geração de empregos, do uso de tecnologias e das redes de relações estabelecidas com empresas locais.

Os trabalhos citados são mostruários de como as indústrias transformam, produzem, reproduzem espaços. Santos (1997) esclarece afirmando que são elementos fixos que geram fluxos e, estes, por sua vez, geram novos fixos, dinamizando o espaço geográfico.

A implantação do CAI da Perdigão em Rio Verde também promoveu impactos/efeitos muito semelhantes aos listados acima. Didaticamente, podem ser classificados em: efeitos no espaço urbano (novos bairros, criação dos distritos industriais II e III, crescimento

populacional, instalação de novas indústrias e efeitos na economia urbana local⁴⁷: incremento do comércio e dos serviços locais, mudanças na movimentação dos bancos, geração de postos de trabalho); impactos sociais (fortalecimento da cultura do trabalho industrial, formação das associações de produtores integrados, influências e parcerias com as instituições de ensino locais); efeitos no campo (aumento no rebanho de aves e suínos, implantação do sistema de produção integrada de aves e suínos e o surgimento de um novo modelo deste tipo de produção); efeitos no espaço regional (consolidação do CAI-carnes, implantação do "Projeto Araguaia"- uma nova unidade da Perdigão em Mineiros (GO)).

Salientamos que a classificação proposta é um recurso didático, explanatório, uma vez que os impactos/efeitos são interdependentes e interagem, formando um conjunto complexo, que transforma o espaço local e regional.

4.1 Efeitos no espaço urbano.

Um dos efeitos provocados no espaço urbano foi a expansão do espaço construído, feita principalmente através de financiamentos.

Na Perdigão existe a Credi-Perdigão (Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo da Perdigão), fundada em 1989, por um grupo de 30 funcionários. Este número cresceu e, em 2001, passou a ser de 16.900 cooperados, sendo uma das maiores cooperativas do gênero no país (REVISTA PERDIGÃO, 2001).

Segundo informações do gerente financeiro da unidade Rio Verde: "O funcionário participa contribuindo com um percentual, que varia de 1,5 a 30%, do salário. O dinheiro pode ser utilizado como empréstimo pessoal, poupança e em outras linhas de financiamentos. É uma opção de rendimento maior que os rendimentos normais do pequeno poupador."⁴⁸

Além do empréstimo pessoal, o dinheiro pode ser utilizado para aquisição da casa própria, através do PROHAB - Programa Habitacional que, em parceria com a Caixa Econômica Federal, constrói residências para funcionários cooperados, financiando, em vários anos, o saldo devedor. Porém, o uso mais relevante é para custear cursos de ensino superior, através do programa FATES (Fundo de assistência técnica, educacional e social).

O PROHAB é um programa habitacional que tem por objetivo facilitar o acesso à casa própria, buscando melhorar a qualidade de vida dos funcionários da empresa. Recebe o apoio da CEF ou, em outras palavras, a empresa participa como aglutinadora da demanda e facilitadora para aquisição do empréstimo, tendo uma participação real reduzida.

⁴⁷ Devido a sua importância, debateremos esses efeitos em um item individualizado.

⁴⁸ Entrevista realizada em outubro de 2003.

No PROHAB a cooperativa, normalmente,

[...] compra uma área bruta, dotando-a de infra-estrutura e repassando a preço de custo os terrenos. Só para você ter uma idéia: hoje, o Parque Laranjeiras, que é um dos loteamentos feitos pela empresa, lá o terreno custou para o funcionário R\$ 3.500,00. Enquanto isso, o preço de mercado chega a R\$ 12.000,00. Contratamos uma construtora que construiu as casas dentro de um bom padrão. As moradias são repassadas sem lucratividade. Essa é uma forma que nós temos de facilitar a aquisição.⁴⁹

Em Rio Verde já foram construídas 174 moradias para funcionários, de acordo com a disponibilidade de pagamento de cada interessado. Com esse processo a Perdigão contribuiu para o surgimento do bairro Parque das Laranjeiras (figura 38), com residências de 2 ou 3 quartos, e condomínio Parque dos Ipês, com 28 residências (figura 39). Além destes, foram entregues 34 casas no Jardim Mondale e 100 apartamentos .

O residencial Parque das Laranjeiras, destinado para funcionários com salários menores, localiza-se próximo à planta industrial, na periferia da cidade (ver figura 41); já os demais empreendimentos, destinados aos funcionários que ocupam cargos de gerência ou similares, localizam-se em áreas mais valorizadas e mais próximas ao centro da cidade.

A construção dessas residências se deu, não só pelo interesse dos funcionários ou para melhorar a qualidade de vida e de trabalho, mas também para torná-lo "fiel" à empresa, e porque Rio Verde passa por um déficit habitacional, que resulta na especulação imobiliária, que sofre um crescimento rápido dos últimos anos.

[...] Com a chegada das indústrias, a cidade recebe fluxo migratório intenso e os preços de venda e aluguel estão inflacionados. [...] A inflação é provocada pela lei da oferta e da procura. É grande a variação de preço entre um aluguel de um imóvel no Centro e nos bairros. Situação que antes não era percebida com tamanha ênfase [...]. (A GRANDE procura inflaciona os aluguéis, 2003, p. 5)

Corroborando com os argumentos acima, a gerente do UNIBANCO afirma que:

A chegada dessas empresas, Perdigão e as outras que vieram juntas, fez inflacionar o mercado imobiliário, tornando os aluguéis muitos altos e os preços dos imóveis também subiram muito, pois a instalação dessas empresas provocou um crescimento da cidade, sobretudo a partir da atração das pessoas. Quando cheguei aqui, percebi que as pessoas acreditavam que as transformações ou o crescimento era por causa da Perdigão. Porém, isso não é totalmente verdadeiro, pois tiveram vários outros investimentos (sic) em outras áreas, como: educação, serviços e outras indústrias.⁵⁰

Além do PROHAB, a Perdigão contribuiu diretamente para o aparecimento de outros fixos no espaço urbano, são os postos de saúde, integrados a postos segurança (figura 40), que foram implantados via parceria com o BNDES. Para tanto, a empresa investiu cerca de 1,1 milhão de reais, que serão reduzidos nos juros pagos pela contração do financiamento para a construção da planta agroindustrial, junto ao BNDES.

⁴⁹ Entrevista realizada em 2004.

⁵⁰ Entrevista realizada com a gerente do Unibanco, em outubro de 2003.



Figura 38 - Foto - Casa no Parque das Laranjeiras - Rio Verde (GO).
Autor: R. E. Borges, 2004.



Figura 39 - Foto - Parque dos Ipês - condomínio fechado - Rio Verde (GO).
Autor: R. E. Borges, 2004.



Figura 40 - Foto - Posto de saúde, integrado com posto policial - Parque das Laranjeiras - Rio Verde (GO).

Autor: R. E. Borges, 2004.

LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DERIVADOS DA INSTALAÇÃO DA PERDIGÃO NO ESPAÇO URBANO DE RIO VERDE - GO

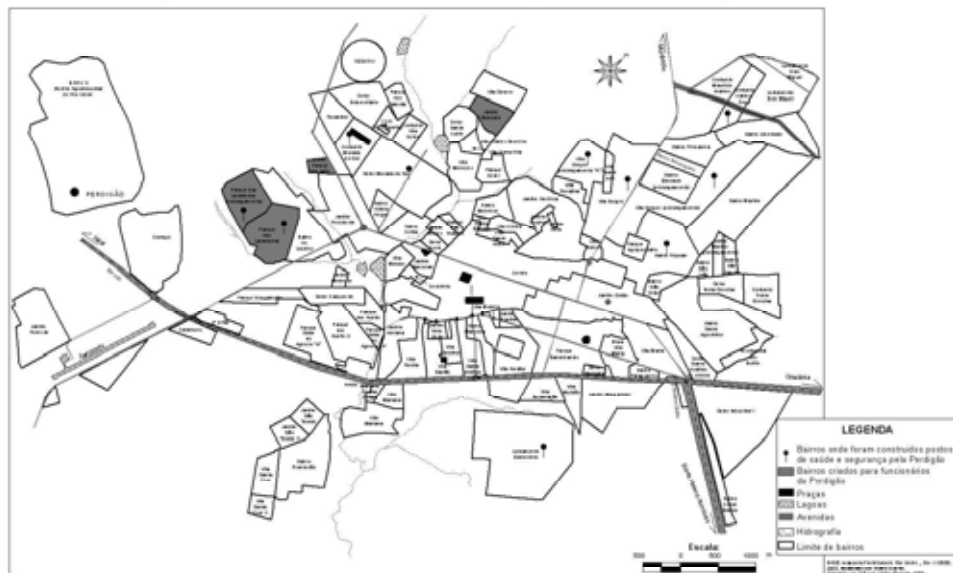


Figura 41.

Segundo dados da empresa, foram construídos 9 postos em bairros carentes e distintos que prestam serviço e atendimentos à população. Os bairros "contemplados" são: Vila Popular, Vila Borges, Morada do Sol, Valdeci Pires, Gameleira, Parque Laranjeiras, Distritos de Lagoa do Bauzinho, Riverlândia e Ouroana (figura 41)

Outro impacto espacial (na malha urbana do município) provocado pela presença da Perdigão, foi a criação e implementação do distrito industrial II - DARV II, localizado na saída para Jataí, às margens da BR 060 (figura 41), com 252 ha e onde está localizada a planta industrial da empresa.

O DARV II foi criado no final da década de 1990, objetivando a instalação do complexo industrial da Perdigão, composto pela planta industrial da empresa e pelas indústrias atraídas, bem como outras empresas de serviços e indústrias interessadas.

Atualmente, tem 10 empresas instaladas, entre elas: Orsa Papel e Celulose, Kade Engenharia; Vide Plast, Triel, Cargill. Em 2004, foi iniciada a construção de um posto de combustível com vários serviços agregados (oficinas, hotel, restaurantes, lojas de peças, etc), pretendendo ser o mais completo da região.⁵¹

Mesmo abrigando várias indústrias, o distrito necessita de fortes investimentos em infra-estrutura, sobretudo pavimentação asfáltica, e melhoria no sistema viário que lhe dá acesso, bem como a construção do anel viário, prometido à época da assinatura dos primeiros convênios entre o estado de Goiás e a Perdigão. Estes dois últimos pontos afetam, sobretudo no período chuvoso, a movimentação de cargas.

Além dos efeitos mencionados, cabe dissertar sobre mais um, o crescimento populacional. A especulação sobre a construção do complexo e, posteriormente, a materialização dos investimentos do grupo na cidade provocaram, segundo o poder público local, um crescimento rápido do município.

O município atraiu pessoas de outras localidades e de outras regiões, em busca das oportunidades de trabalho criadas pelas novas empresas e indústrias que se instalaram em Rio Verde, a partir de 1998 e, que geraram, juntas, mais de 10 mil postos de trabalho diretos, ou seja, equivalentes a cerca de 8% da população do município (dados de 2001)

As notícias chegavam a centenas de quilômetros de distância da região. Diante disto, milhares de pessoas migraram para Rio Verde em busca do Eldorado "moderno" no Cerrado Goiano, vindas de cidades vizinhas estagnadas na geração de postos de trabalho; de outras regiões goianas, e até mesmo de estados vizinhos (Mato Grosso e Minas Gerais).

Em 2004, a rede Globo de televisão fez uma série de reportagens mostrando os lugares com oportunidades de emprego, chamando a série de "o mapa do emprego". Em uma das reportagens, mostraram Rio Verde e as oportunidades geradas pelas novas

⁵¹ Fato não muito difícil, devido a precariedade da rede de postos local, sobretudo para o atendimento aos profissionais das estradas.

indústrias e pelos investimentos no campo. Nela, os empresários e as autoridades executivas locais diziam, em outras palavras, que sobravam vagas/oportunidades de emprego em Rio Verde. Nos dias seguintes, inúmeros trabalhadores desembarcaram na cidade à procura dos anunciados empregos. Porém, os postos de trabalho disponíveis eram para pessoas com qualificação. Na mesma semana, o jornal da Globo fez uma nova reportagem, corrigindo e informando aos telespectadores que havia a necessidade de trabalhadores qualificados, em áreas mais deficitárias.

As palavras usadas por Furtado (1999), na reportagem "Uma nova Rio Verde surge", mostram, claramente, a euforia das autoridades locais e as expectativas criadas em torno da implantação da Perdigão.

Rio Verde é um belo exemplo. A região sudoeste de Goiás era nada em 1970 e hoje já produz bem mais de 1 milhão de toneladas de soja, milho e outros cereais. De lá para cá a população da cidade cresceu 150% (a do Brasil, 77%). Com investimentos da Perdigão e agregados somando cerca de 1 bilhão de reais, a expectativa dos agentes econômicos com quem conversei é de que a cidade dobre de tamanho no máximo até 2005 [...]. (FURTADO, 1999, p. 12)

Estes fatos revelam o tamanho da especulação gerada pelas autoridades e pela mídia em função da instalação do complexo agroindustrial em Rio Verde, o que provocou a migração de milhares de pessoas, mesmo não tendo oportunidades para todos. Com isso, os problemas sociais (violência, falta de moradia, desemprego) também aumentaram na mesma medida da expectativa criada.

No período de 1991 a 2004, a população do município de Rio Verde cresceu cerca de 35%, enquanto a população total do estado cresceu 19,6%. O percentual de população vivendo na cidade, neste período, chegou a cerca de 90%. Já no campo, houve pequenas variações, ocorrendo um decréscimo de 1,7%, no período de 1991-1996; no período seguinte, 1996 a 2000, houve um aumento de 485 habitantes, cerca 5% (tabela 31).

Parte deste crescimento deve-se às novas empresas instaladas no município, por meio da instalação do complexo industrial da Perdigão, ou ao que chamamos de "efeito Perdigão". Várias pessoas migraram de várias partes do país para Rio Verde, em busca de oportunidades de trabalho, trazidas pelos novos investimentos agroindustriais.

Tabela 31 - População do município de Rio Verde - 1991 a 2004.

Ano	Total	Urbana	Rural	População do Estado
1991	96.309	84.142	12.167	4.018.903
1996	100.586	90.518	9.988	4.514.967
2000	116.552	106.079	10.473	5.003.228
2002*	122.153	111.716	10.437	
2004*	130.211	----	-----	

Fonte: IBGE, 2001 e SEPLAN-GO, 2005. * Estimativa pelo método logístico.

Cabe destacar na tabela um fato interessante. No ano de 2000, a população rural havia crescido 4,85% em relação a 1996. A nossa estranheza está no fato de que os outros municípios da região tiveram redução. Acreditamos que parte da explicação deve-se às parcerias da Perdigão para a criação de aves e suínos, onde os produtores rurais empregam trabalhadores para cuidar das granjas.

A população ocupada no setor industrial cresceu muito, também, fato derivado da instalação da Perdigão e das outras indústrias do complexo. Segundo dados da SEPLAN - Secretaria de Planejamento de Goiás, houve um crescimento de 340%, no período compreendido entre 1996 a 2001. Enquanto isso, o município de Jatai, que teve um crescimento significativo, no mesmo período, não ultrapassou os 164%.

Um outro efeito a ser mencionado foi a atração de empresas, indústrias de apoio e das transportadoras agropecuárias, conforme apresentado no capítulo 3, chegando ao número de 24 firmas. A Perdigão atua como uma empresa "motriz", atraindo novas empresas e indústrias, fazendo com que haja ampliação do número de indústrias no município, consolidação da cultura do trabalho industrial, e diversificação da economia regional, que se caracterizava fortemente pela agropecuária.

Este quadro nos remete à teoria do pólos de crescimento, defendida inicialmente por Chardonnet (1953) e, posteriormente, por F. Perroux, em que uma indústria "mãe" induz a instalação de empresas/indústrias menores, gerando um crescimento/desenvolvimento desta atividade numa determinada região.

No caso de Rio Verde, isto é claro, mesmo o município e a região abrigando outras agroindústrias (conforme já salientamos no cap. III), nenhuma contou com o aporte de investimento que a Perdigão teve, e nem possui seu poder financeiro e estratégico. Fatores, estes, que justificam as transformações promovidas pela empresa no Sudoeste de Goiás, especialmente, em Rio Verde. Ou, como chamamos, o "efeito Perdigão".

A partir da atração de indústrias e empresas, surgem novos espaços de produção, novos postos de trabalho, aumenta a circulação de dinheiro na economia local, aumenta o fluxo migratório, fortalece-se a cultura do trabalho industrial. Por outro lado, aparecem problemas derivados deste crescimento, tais como: falta de moradia, poluição/alteração nos elementos da natureza, violência, especulação imobiliária, elevação do custo de vida, incompatibilidade entre o crescimento rápido e os investimentos em infra-estrutura urbana. Enfim, todos os efeitos negativos que costumam surgir após processos rápidos e "intensos" de industrialização/urbanização, em economias capitalistas (Rio Verde não é exceção à regra). E atente-se que é apenas uma industrialização de cunho agroindustrial.

O "intenso", aqui, é relativo, obviamente, não se pode comparar com o processo de industrialização de uma cidade das áreas *core* do espaço industrial brasileiro, como, por exemplo, as cidades paulistas de Sumaré, Paulínia, ou a mineira Betim, onde processos

realmente intensos (e rápidos), com indústrias efetivamente motrizes, aconteceram. Há que se guardar as devidas proporções.

Mas, sem dúvidas, há espaços sendo "intensamente" (dados suas características anteriores) transformados em Rio Verde e no Sudoeste de Goiás, pela implementação da Perdigão Agroindustrial S/A.

4.1.2 Efeitos na economia urbana.

Segundo o gerente administrativo da Perdigão, no final de 2003, a empresa empregava 3.500 funcionários e pagava um total de R\$ 1.800.000 por mês em salários, que acabavam circulando dentro de Rio Verde, dinamizando o comércio.

A gama de negócios que surgiram com a vinda da empresa para cá é significativa. 3.500 funcionários a R\$ 1.800.000,00 por mês de salários, nós pagamos isso por mês, que acaba circulando dentro de Rio Verde, 95% do dinheiro pago, repassado para os funcionários, são gastos em Rio Verde. Rio Verde hoje é um centro regional e as pessoas gastam aqui dentro, pelo menos 95% desses recursos ficam aqui, e aí entra o fator multiplicador de renda, o que eu recebo na Perdigão gasto no boteco de Zezinho [...] (sic)⁵²

Um outro dado que fortalece este argumento é a evolução da receita municipal, que saltou de 9,6 milhões de reais para 110 milhões, na última década. Na última safra de 2003, o agronegócio injetou 300 milhões de dólares na economia do Sudoeste de Goiás, sendo que Rio Verde ficou com um terço desse valor. Só o CAI da Perdigão, nos últimos anos, investiu mais de meio bilhão de reais e gerou, aproximadamente, 5.000 empregos diretos e 18.000 indiretos. No entanto, grande parte do volume de capital investido saiu dos cofres dos governos federal, estadual e municipal, por meio de incentivos fiscais e financiamentos com recursos públicos.

Segundo dados do IPEADATA (2005), a receita corrente⁵³ de Rio Verde saltou de R\$ 26.984.000, em 1997, para R\$ 73.100.000, em 2001, aumento de 170% (tabela 32). Esse aumento deriva, em boa parte, da consolidação CAI de carnes, por meio da Perdigão. Comparativamente, Jataí, o segundo município mais importante da microrregião, teve um aumento de 45%, e com volume total 50% menor, no mesmo período.

⁵² Entrevista concedida pelos diretores da unidade Rio Verde em setembro de 2003.

⁵³ A receita corrente engloba as receitas tributárias, de contribuição, patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços, as transferências correntes, e as demais receitas correntes que deverão ser destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.

Tabela 32 - Receita corrente dos principais municípios do Sudoeste de Goiás - 1995 -2001 (em milhões de reais).

Município	1995	1997	1999	2001
Aparecida do R. Doce	13,880	---	---	---
Jataí	15,971	22,592	25,821	34,834
Mineiros	5,125	8,746	---	23,860
Montividiu	4,631	---	---	9,198
Rio Verde	20,436	26,984	44,045	73,100
Santa Helena de Goiás	6,667	8,867	11,400	16,769

Fonte: Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 21 set. 2005. (adaptado)

Apesar da Perdigão ter tido isenção de impostos municipais, o município de Rio Verde teve uma aumento de 6,19% no total de Impostos Municipais, no período de 1997 a 2001. Os Impostos Municipais representam o somatório dos seguintes campos: "Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU", "Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISS" e "Outros Tributos" (IPEADATA, 2005). Esse aumento está relacionado ao crescimento populacional do município, ao aumento no número de estabelecimentos comerciais e industriais, e a uma fiscalização mais eficiente. O total de IPTU recolhido teve um aumento de 180%, no período de 1997 a 2002, e o ISS foi de aproximadamente 92%, de 1997 a 2001, como podemos verificar na tabela 33:

Tabela 33 - Valores IPTU e ISS do município de Rio Verde (GO) - 1997 a 2002.

	1997 R\$ milhões	1999 R\$ milhões	2001 R\$ milhões	2002 R\$ milhões
IPTU	1.410.681	1.500.072	1.782.957	3.951.550
ISS	1.498.553	1.501.793	2.886.423	-----
TOTAL	3.795.740	4.286.201	6.259.880	3.951.550

Fonte: Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 20 ago. 2005. (adaptado)

De acordo com os dados da Perdigão, ela participava, em 2001, com R\$ 57.141.000,00 dos R\$ 1.003.772.000,00 de valor adicionado ao município de Rio Verde. Este número representava 5,53% do total do valor adicionado e revela a importância econômica da Perdigão para o município.

Em apenas três anos [...], a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) saltou de R\$ 36,5 milhões para R\$ 80 milhões e o seu produto Interno Bruto registrou um aumento de quase 200%. Poucas cidades cresceram tanto em tão pouco tempo - e a Perdigão tem muito a ver com isso. (A NOVA fronteira, 2004, p. 14)

Ainda, como subconsequências dos investimentos promovidos pelo CAI da Perdígão, cabe mencionar as mudanças ocorridas na movimentação e na dinâmica das agências bancárias de Rio Verde.

Rio Verde possui 14 agências bancárias, que representam nove bancos, a saber: Banco do Brasil (4 agências), Bradesco (3), Itaú (2), HSBC, Caixa Econômica Federal, Mercantil de São Paulo - FINASA, ABN AMRO Real, Unibanco. Número expressivo se comparado com os outros municípios do mesmo porte populacional. Tal fato é explicado pelo dinamismo do agronegócio que atrai fortes investimentos, inclusive do setor financeiro.

O setor bancário, como um todo, teve aumento nos serviços prestados, porém, os bancos do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco, que possuem relação direta com o complexo agroindustrial de carnes ligado à Perdígão, tiveram um aumento maior. Os demais bancos apresentaram poucas alterações ou nenhuma, como salienta a gerente do banco HSBC.

O banco foi fundado há um ano, possui aproximadamente 1000 clientes, tem poucos clientes ligados à Perdígão, apenas uma empresa terceirizada é cliente do banco. Não houve alteração na movimentação e no aparecimento de novos clientes, oriundos da Perdígão.

A abertura da agência em Rio Verde ocorreu em função, é lógico, do crescimento da economia local, no qual a Perdígão tem uma parcela.⁵⁴

Está informação é fortalecida pelo gerente da banco Finasa que argumenta:

O banco não tem nenhum vínculo com a Perdígão diretamente, e nem com empresas terceirizadas ou subcontratadas da Perdígão, e não tem nenhum funcionário da empresa como cliente. Houve alteração na dinâmica do comércio, dos serviços e do setor imobiliário local. O que percebo é um aumento no número de clientes do banco, que está aqui há 18 anos, mas como reflexo das novas políticas do banco de custear e baratear os serviços (sic).⁵⁵

O banco do Brasil foi o que mais cresceu em termos de números de clientes e serviços, como poupança, empréstimos e conta corrente. Isto ocorreu, principalmente, porque o banco é o responsável pelo repasse dos recursos do FCO, mantendo um vínculo natural com a Perdígão e com os produtores rurais. Além disto, presta vários serviços à empresa e a algumas de suas parceiras, tais como: execução da folha de pagamento; gerência das contas correntes e caderneta de poupança dos funcionários, dos integrados e terceirizados; empréstimos e financiamentos; e investimentos em fundos.

Em função disto, aumentou expressivamente o número de clientes e a prestação de serviços, contribuindo para a abertura de novas agências, sendo uma especializada e destinada ao agronegócio. Segundo o gerente entrevistado, a agência central de Rio Verde é uma das maiores em volume de negócios do país, mas, com o volume de dinheiro aplicado pelo FCO na região, não poderia ser diferente.

⁵⁴ Entrevista concedida em outubro de 2004.

⁵⁵ Idem nota anterior.

A CEF apresentou mudanças modestas, uma vez que não é o agente repassador de recursos. Segundo informações do gerente geral, o banco financiou a construção de habitações para funcionários da empresa e teve um aumento de 30% nos serviços de empréstimos e pagamento de contas, após a instalação da empresa. Nos demais serviços, não houve mudanças significativas pela interferência da Perdigão.

De acordo com o gerente do Bradesco, algumas subcontratadas da Perdigão e os seus funcionários têm contas no banco, recebendo salários e efetuando pagamentos. Com isso, alguns serviços como: seguro, poupança, conta corrente e instalação de caixas de auto-atendimento sofreram aumentos. Para o gerente, o volume de negócios da agência em Rio Verde foi incrementado em cerca de 8 a 10%, por conta de vínculos diretos e indiretos com a Perdigão.

De maneira geral, houve uma elevação de 10 a 60% no número de clientes dos bancos impactados, e crescimento do número de contas correntes, poupanças e empréstimos. Com isso, ocorreram investimentos em infra-estruturas e recursos humanos nas agências em Rio Verde, e a expansão da rede bancária de algumas instituições, como o banco do Brasil e CEF, esta, por meio das agências lotéricas.

4.2 Impactos sociais.

4.2.1 Complexo agroindustrial da Perdigão e a cultura do trabalho industrial.

A chegada da Perdigão e de outras empresas para compor o complexo industrial demandou uma força de trabalho especializada e tipicamente industrial, com uma cultura de execução de atividades repetitivas, horários rígidos e turnos trabalho diferentes dos até então consolidados. Embora existissem indústrias na cidade, poucas (ou nenhuma) tinham a sua estrutura e o poder econômico da Perdigão Agroindustrial S/A, fato que gerou transformações significativas no mercado de trabalho local.

Mas, é no nível de emprego que Rio Verde demonstra o grau de mudanças pelas quais vem passando. No ano passado, a unidade do Sistema Nacional de Emprego (SINE) na cidade ofereceu cerca de 5,8 mil vagas. Desse total, só 3,8 mil foram ocupadas. Não é que falem interessados, o que falta é qualificação, além de haver certa dificuldade de adaptação ao trabalho industrial. (PERDIGÃO: uma fábrica de empregos, 2004, p. 10.)

Essas mudanças ocorrem dentro de um cenário em que a maioria dos postos de trabalho estavam nos setores de serviços e na agropecuária, com rotinas mais flexíveis, onde a máquina não ditava o ritmo. A falta de "costume" e de treino dos trabalhadores locais para a realização de atividades deste tipo trouxe dois problemas sérios, sobretudo, para a Perdigão: a falta de profissionais qualificados para as novas funções ou postos de trabalho,

deixando-as sem preenchimento, ou com profissionais aprendizes, ou ainda, desqualificados.

A passagem de uma economia agrícola para uma economia agroindustrial é lenta [...] sair de uma atividade com três níveis de agentes - lavradores, pessoal que opera máquinas e gerentes e proprietários - para outra com ampla gama de níveis de decisão. "Mas logo uma nova geração, a de seus filhos estará chegando ao mercado, mais preparada para o trabalho industrial e, certamente, com um futuro mais promissor". (PERDIGÃO: uma fábrica de empregos, 2004, p. 10.).

Mas, enquanto a nova geração não chega, as empresas encontraram duas alternativas para resolver o problema:

- 1º) buscar mão-de-obra em outras regiões, principalmente no Sul, para trabalhar no processo produtivo, ou para ocupar cargos de chefia, ou, ainda em alguns casos, enviar profissionais para as indústrias de Santa Catarina para aprenderem o ofício e serem multiplicadores na unidade de Rio Verde;
- 2º) investir na qualificação dos trabalhadores locais, através de escolas técnicas como o SENAI. Segundo o diretor do SENAI, a Perdigão impulsionou a construção da sede em Rio Verde, que foi construída com o apoio da Prefeitura e equipada em parceria com a Perdigão. Além disto, provocou o oferecimento de vários cursos na área industrial, tais como: mecânica automotiva, mecânica industrial, eletricista industrial, técnicos em segurança do trabalho, operadores de caldeiras, de empilhadeiras e técnico em eletrotécnica e, a partir de 2003, curso superior (tecnólogo). Isto porque "[...] a Perdigão foi a empresa número um que chegou e foram vindo outras empresas para fechar o que se chama de condomínio industrial, e que começaram a prestar serviço para a Perdigão."⁵⁶ Percebe-se que a Perdigão dinamizou em muito a atividade no SENAI, utilizando-o como um centro de formação e capacitação de mão-de-obra para a área industrial.

Nesta mesma linha, pode-se acrescentar a criação do curso de Engenharia Mecânica na FESURV, que visa, entre outras coisas, formar profissionais para atender a demanda crescente, no município e região, provocada pela a instalação dessas novas indústrias.

Nós estamos trabalhando já com o projeto de implantação de cursos que já está na fase final. O primeiro vestibular para os cursos de Engenharia Mecânica, Farmácia será realizado em 2004. [...] exatamente para atender essa necessidade da implantação dessa grande indústria e toda sistemática que envolve a atuação do município quanto agora, um produtor de grande porte na área agroindustrial [...].

Houve crescimento de demanda, bastante significativa não só na Zootecnia quanto também no curso de Agronomia e, bastante acentuada, no curso de Administração de Empresas [...]

⁵⁶ Entrevista com diretor do SENAI, 2004.

Estamos exatamente nessa fase de construção da matriz curricular, inserindo dentro dos cursos que tem mais afinidades, as disciplinas mais específicas voltadas para atender essa necessidade, não só na questão da teoria, mas também no aprimoramento dessa teoria com a vivência prática que essas indústrias oferecem. (sic)⁵⁷

Outro fato que revela problemas relacionados à força de trabalho local empregada pela Perdigão é a elevada rotatividade dos trabalhadores, sobretudo nos setores ligados diretamente à produção. Tal fato se justifica pela dificuldade de adaptação às tarefas repetitivas e rotineiras do setor industrial, e aos horários e ritmos de trabalho. Dados da própria empresa mostram que, em 2001, a média de rotatividade era de 4,25% e a de absenteísmo de 3,32%, através de atestados médicos e ausências não justificadas. No período de outubro/2000 a agosto/2001, foram demitidos 1.624 trabalhadores. Esse número representava quase 50% dos funcionários da Unidade Rio Verde.⁵⁸

É interessante mencionar que, em conversas informais com trabalhadores, os mesmos relataram a dificuldade de se adaptar ao ritmo de trabalho no setor de cortes, e que muitos trabalhadores apresentavam sintomas de lesões por esforço repetitivo, e vários, principalmente os jovens, não suportavam o ritmo, as cobranças e horários rígidos, e pediam demissões.

Diante desses problemas e da ausência de interessados entre a população rioverdense, a empresa adotou uma prática pouco convencional, passou a buscar trabalhadores nos municípios vizinhos. Para tanto, firmou acordo com as prefeituras municipais de Santa Helena de Goiás (a 62 km) e Santo Antônio da Barra (50 km), onde a prefeitura se encarrega do transporte dos funcionários. Os trabalhadores da primeira cidade trabalhavam em uma unidade da Parmalat no município, que encerrou suas atividades em 2000.

Por causa disso, a Perdigão está buscando mão-de-obra nos municípios vizinhos. Todo dia, cinco ônibus percorrem 62 km para buscar e levar funcionários que vivem em Santa Helena. Parte deles veio da fábrica da Parmalat desativada no início de 2000. Outro ônibus vai diariamente até Santo Antônio da Barra, a 50 km de distância. (PERDIGÃO: uma fábrica de empregos, 2004, p. 10).

Com a instalação das indústrias do CAI da Perdigão, o oferecimento e a procura por trabalho industrial tornaram-se rotina. Prova disto é a página da internet do SINE, em que aparecem anunciados vários postos de trabalho tipicamente industriais.

Atualmente, parte da população aceita e projeta "como futuro profissional" e como opção de trabalho os postos e funções oferecidas pelas indústrias. Isto era difícil de se imaginar há 10 anos. É a inserção da "cultura do trabalho industrial", no território local.

⁵⁷ Entrevista com um dos diretores da FESURV, em outubro 2004.

⁵⁸ Dados adquiridos durante entrevista com os gerentes da empresa em setembro de 2003.

4.2.2 As Associações de produtores integrados.

Outro "impacto/efeito da Perdigão" foi a criação de duas associações de produtores integrados, a AGIGO (Associação dos Granjeiros Integrados do Estado de Goiás) e AGINTERP - (Associação dos Granjeiros e Integrados em Terminação da Perdigão Agroindustrial S/A - Unidade de Rio Verde (GO)). Algo impensável antes da instalação do Projeto Buriti, pois o município não produzia suínos e aves para atender o mercado.

A primeira a ser formalizada foi a AGIGO, entidade sem fins lucrativos, fundada em 9 de outubro de 2001. A associação possui como principais objetivos:

- a) congregar em seu quadro todos os produtores rurais [...] que tenham interesses diretamente ligados à produção de suínos e aves;
- b) [...] apoio e a defesa dos interesses dos granjeiros que mantenham contratos com empresas públicas ou privadas de parceria ou integração, de compra e venda de suínos terminados ou leitões que se destinem a recria e engorda, de matrizes com linhagens específicas, para produção e venda de ovos e aves em geral.
- [...]
- e) fornecer assessoria [...] aos associados e funcionários de associados nas áreas jurídicas, econômica, veterinária, contábil e de assistência social.
- d) Viabilizar aquisição de insumos [...]
- j) promover o desenvolvimento da suinocultura e da avicultura em sua área de atuação;
- [...]
- l) promover ações visando a melhoria contínua da produtividade e lucratividade da atividade agrícola e de suinocultura e avicultura. (AGIGO, 2001)

Como se observa, um dos objetivos da AGIGO é celebrar convênios e parcerias com empresas privadas e fortalecer a classe dos integrados, em face das empresas, governos e instituições financeiras. É interessante ressaltar que, em momento algum, o estatuto fez menção à qualquer relação específica com a Perdigão, como faz a outra associação, a AGINTERP.

Poderão se filiar à AGIGO os produtores rurais com as seguintes atividades: produção de leitões, terminação e multiplicação de suínos, produção de ovos e aves, em geral.

A AGIGO contava, em 2003, com 37 associados, na sua maioria produtores de leitões (20), sendo, num primeiro momento, uma associação dos integrados de SPL, quase que exclusivamente. Prova disto é que a associação mantém um veterinário, especialmente treinado em suínos, com a função de assessorar os produtores integrados.

A outra associação, a AGINTERP, foi criada em 21 de outubro de 2001, com a presença de 18 produtores de aves e suínos integrados da Perdigão, tendo as seguintes finalidades:

[...] congregar [...] os integrados da Perdigão Agroindustrial S/A Unidade de Rio Verde e dentro do estado de Goiás, na área de terminação;
Representação social, apoio e defesa dos interesses dos granjeiros integrados da Perdigão em terminação;

.....
m) promover o desenvolvimento da integração em terminação com a Perdigão Agroindustrial S/A Unidade de Rio Verde-GO e demais unidades da integradora;

n) propugnar pela solução dos problemas técnico-científicos, sociais e econômicos e políticos relativos à integração [...];

o) promover ações visando a melhoria contínua da produtividade, da lucratividade, da integração em terminação;

p) apoiar o associado, individual ou coletivamente, buscando soluções de eventuais problemas que possam surgir nas questões de cama ou dejetos junto ou em consonância com a Perdigão Agroindustrial S/A [...].
(AGINTERP, 2001, p. 1-2).

Não se percebe uma oposição entre a associação e a empresa integradora. Cabe mencionar que o presidente da AGINTER, e um dos fundadores, foi um funcionário da direção da Perdigão que, posteriormente, se tornou integrado nas áreas de STV e FGO. Tamanha é a relação com a integradora que a área de atuação da associação abrange apenas a "integração e terminação da unidade de Rio Verde - GO, dentro de sua área de atividade e subordinação." (AGINTERP, 2001)

Segundo o estatuto, pode-se tornar associadas

[...] todas as pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas que mantenham contrato de integração em caráter de terminação com a Perdigão Agroindustrial S/A Unidade de Rio Verde - GO que tenham capacidade civil plena, idoneidade moral e que não possuam interesses concorrentes ou conflitantes com @AGINTERP. (AGINTER, 2001, p. 2).

O estatuto também deixa claro que o propósito da AGINTERP é promover a integração na região, negociar remuneração e condições de trabalho, e desenvolver as atividades de integração em parceria com a Perdigão.

A associação cresceu rapidamente: em 2001, eram 18 associados, já em outubro de 2003, somavam-se 122, sendo a maioria criadores de aves. Do total de associados, 61% possuem apenas um módulo de granjas (composto por 4 granjas/galpões). Os associados estão espalhados por 65 propriedades, ou seja, metade do total de integrados associados, isto significa dizer que existem propriedades com mais de um módulo. Quando se divide o total de integrados pelo número de propriedades, tem-se uma média de 2,2 módulos por propriedade.⁵⁹

Este fato ocorre porque os produtores requerem financiamentos em seu nome, no do filho e da esposa, e constroem os módulos na mesma propriedade. Embora cada pessoa física tenha um contrato com a Perdigão e seja considerada um integrado, quando se analisa a localização, nota-se que estão concentrados em uma só propriedade. Nestes

⁵⁹ Informações coletadas junto à associação, em outubro de 2003.

casos, os módulos são administrados de forma coletiva, como um condomínio, ou por um dos membros da família. Este é um fato comum entre todos os tipos de integração praticados em Rio Verde, feito para aumentar a renda da propriedade.

Finalizando, é importante colocar que a diferença básica entre as duas associações está no fato de que a AGINTERP demonstrar, claramente, no seu estatuto, a relação com a Perdigão, ou seja, mantém uma postura definida de que seu papel é articular e discutir os interesses dos associados com a Perdigão e, juntos (empresa e associação), buscarem um retorno mais adequado. Ao contrário, a AGIGO reserva no seu estatuto a possibilidade de agregar outros integrados que não só os da Perdigão, e apresenta uma disposição maior para a oposição na defesa dos interesses dos associados.

4.3 Efeitos no campo.

A Perdigão provocou modificações na atividade agropecuária de Rio Verde, principalmente na criação de suínos e aves, fortalecidos após a instalação do Complexo Agroindustrial de Carnes (CAI), orientado pela Perdigão. A figura 42 revela este processo, mostrando o forte aumento do rebanho no município, nos últimos anos, após a instalação da Perdigão.

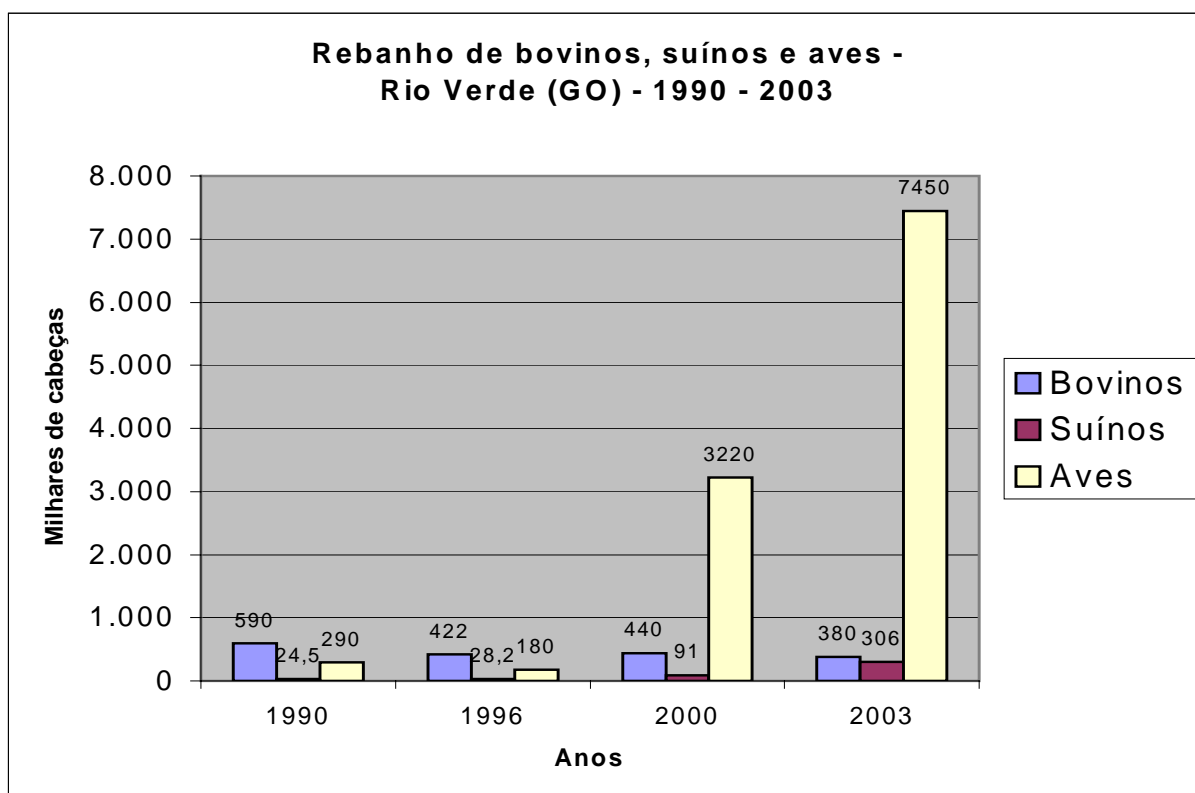


Figura 42.

Fonte dos dados: IBGE, Censo Agropecuário 1995-96 e SEPLAN-GO, 2005

No período de 1990 a 1996, o número de cabeças de aves variava em torno de 15.600; já em 2000, este número chegou a 3.220.000, revelando um aumento de 205 vezes, em relação à quantidade de 1996. Porém, o maior aumento absoluto ocorreu no período de 2000 a 2003, alcançando o total de 7.450.000 cabeças de aves. O total cresceu, aproximadamente, em 7.434.400 cabeças, cerca de 4.775%, em 13 anos. Vale citar que, enquanto isso, o rebanho do estado apenas triplicou.

Diante da análise destes dados, pode-se constatar que, só após três anos da instalação da Perdigão no município, é que o rebanho aumenta significativamente. Pressupõe-se que esse fato esteja ligado ao tempo necessário para que os produtores da região acreditassem no Projeto Buriti e, a partir de então, comesçassem a buscar a integração. Segundo o gerente regional da Perdigão⁶⁰, essa foi uma das dificuldades encontradas pela empresa para a sua instalação, e para o fortalecimento da integração.

No começo a gente tinha uma proposta diferente para a região, você pegava produtores de grãos ou pecuaristas e convidava esses caras (sic). Escuta, vem ser meu parceiro! Vamos criar aves e suínos. Propondo uma rentabilidade que as pessoas não sabiam se iria acontecer ou não, então esse foi um dificultador que nós tivemos, na verdade esse foi um trabalho pioneiro na região. [...] Então a dificuldade inicial aconteceu pelo desconhecimento. Será que a Perdigão veio para ficar? Nós tivemos o ocorrido com a Gessy Lever, que veio, se instalou e depois teve que sair. As pessoas pensaram que Gessy Lever veio para cá apenas para se beneficiar dos incentivos e depois saiu. Algumas pessoas acharam que a Perdigão irá fazer a mesma coisa.⁶¹

O número de cabeças de suínos permaneceu entre 15.000 e 24.500, no período de 1990 até 1995, no entanto, diferentemente do que ocorreu com as aves, cresceu, significativamente, logo após 1995, chegando em 2003 a 306.000 cabeças, ou seja, de 1990 a 2003, houve um crescimento de 281.500 cabeças. Enquanto isso, o restante do estado apresentou queda no rebanho.

Em contrapartida, quando se comparam esses números com os de bovinos, percebe-se a expressividade da transformação na pecuária de Rio Verde e do Sudoeste de Goiás, que tinha na criação de gado de corte e leiteiro sua principal atividade pecuária.

Segundo dados da SEPLAN-GO (Secretaria de Planejamento do estado de Goiás), em 2003, Rio Verde era o município com maior participação no rebanho de aves e suínos do estado, correspondendo a aproximadamente 20,73% e 20,41%, respectivamente, do total de cabeças. Quando se considera o cenário microrregional, estes percentuais se elevam para 59,20%, no caso do rebanho de aves, e 54,53%, no caso do de suínos. Em contrapartida, no rebanho bovino os percentuais de participação se reduzem significativamente, chegando a 1,88% em relação ao total estadual, e 14,10% do total da microrregião do Sudoeste de Goiás.

⁶⁰ Em entrevista realizada em setembro de 2002

⁶¹ Entrevista concedida pelos diretores da unidade Rio Verde em set. 2003.

Estes números demonstram que a instalação da Perdigão contribuiu para a transformação do município de Rio Verde e do Sudoeste de Goiás. Essas transformações fizeram com que, ao falar da produção agropecuária em Rio Verde e no Sudoeste de Goiás, não mais se remeta apenas à produção de grãos e aos "bois", mas também às aves e aos suínos. Estes se tornaram produtos da microrregião e estão se consolidando como signos de alguns municípios do Sudoeste de Goiás. É a inserção do brilho dos telhados de zinco e do colorido das lonas no verde das pastagens e no amarelo da soja, mudando a paisagem do campo regional.

4.3.1 Surge um novo-novo modelo de integração.

França e Fernandes Filho (2003) colocam que existem 3 sistemas de produção de aves⁶², a saber: produção independente, cooperativa e integração.

Na produção independente, o produtor é responsável por todo o processo, toda decisão tem caráter pessoal, e está cercada dos riscos inerentes à produção e comercialização. Segundo os autores, são comuns nas mediações das pequenas e médias cidades.

Esse tipo de criador enfrenta vários obstáculos, uma vez que não têm condições de verticalizar sua produção, mantendo abatedouros próprios. Pouquíssimos são os casos em que os produtores independentes conseguem realizar todo o processo produtivo, indo desde a fabricação da ração até o abate. Entre os produtores independentes, os únicos que conseguem realizar o processo com maior independência são os produtores de ovos, uma vez que possuem custos menores e maiores facilidades para integrar as fases da produção.

São criadores independentes produtores de ovos que mais comumente conseguem integrar sua produção, mesmo porque os investimentos com separação e embalagem dos ovos são bem menores que a instalação de abatedouros. Para os criadores que vendem sua produção, seja para abate, seja para selecionadores, embaladores e distribuidores de ovos, sua independência será restrita ao não-controle de sua produção por uma integração e estão menos subordinados à indústria a montante da agricultura caso produzam sua própria ração. Entretanto, sua subordinação se faz junto às indústrias à jusante, no caso os abatedouros ou comercializadores de ovos. Portanto, estão apenas parcialmente verticalizados. (FRANÇA; FERNANDES FILHO, 2003, p. 185)

No sistema cooperativo, o produtor se envolve na organização e nas decisões, correndo os riscos de um eventual fracasso comercial. Geralmente, as cooperativas produzem os pintainhos, os leitões, rações e outros insumos, que são consumidos pelos próprios cooperados a preço de custo. No final da engorda, são agregados às matérias-primas iniciais os demais gastos com aquecimento, cama, mão-de-obra, medicamentos, despesas administrativas, técnicas e operacionais, etc, e que,

⁶² A classificação também é válida para a produção de suínos.

posteriormente, são rateadas entre o total de animais. Os lucros obtidos podem ser destinados a novos investimentos pela, e na, cooperativa, ou serem distribuídos entre os cooperados, respeitando a proporcionalidade das quotas de participação.

Segundo Arana (2002), no texto "Os Avicultores Integrados no Brasil: estratégias e adaptações - o caso Coperguaçu Descalvado - SP", os produtores vinculados à cooperativa da cidade de Descalvado-SP, apresentam um perfil com as seguintes características:

- compartilham a condição de proprietário da terra, embora suas atividades não se limitem ao campo;
- não se assemelham aos produtores cooperados tradicionais, pois contribuem com as decisões da cooperativa;
- controlam o processo de produção de cada lote;
- são produtores integrados, pois dependem da cooperativa;
- são empresários e produtores modernos, mercantilizados e tecnificados;
- têm uma produção elevada, que varia de 12 a 24 mil aves por granja, possibilitando remuneração entre 10 e 160 mil reais por lote.

Comparados aos integrados da Perdigão no Sudoeste de Goiás, percebe-se que os produtores integrados à cooperativa de Descalvado (SP) apresentam um padrão de produção e remuneração semelhante.

No caso da Perdigão (unidade Rio Verde), os integrados de frango eram remunerados, em 2003, com média de R\$ 5.800,00, por lote de 24.500 aves, ou seja, 0,2400 por cabeça. Este é valor líquido, já descontados todos os custos/ despesas, tais como: salário, energia elétrica, seguro das instalações, licença ambiental, retenção para o fundo de pagamento do financiamento⁶³ e outros custos. A remuneração para STV era, em média, de R\$ 42 mil para cada lote de 4.000 animais, já descontados os custos. Os produtores de leitões recebiam (2005) R\$ 70,00 por leitão de 22 kg.

Para França; Fernandes Filho (2003), em função da necessidade que as cooperativas têm de competir com as empresas privadas, e de o poder de direção estar centralizado nas mãos de poucos que tomam a decisão, em detrimento da participação da maioria, pode-se incluir grande parte dos criadores do sistema cooperativo no mesmo "mote" da produção integrada.

⁶³ Esta retenção de parte do pagamento é destinada ao pagamento do financiamento adquirido junto ao banco do Brasil para construção da estrutura para alojar os animais. Foi uma iniciativa da empresa juntamente com os produtores, reservando desde o primeiro lote de animais recursos para pagar o financiamento, mesmo tendo carência de até 36 meses para começar a pagar as prestações. Segundo a empresa isto vai evitar atrasos, suspensão do pagamento e até "calotes" no Governo. O valor retido no fundo chegava, em média, a R\$ 1.370,00 por lote de FGO e 21.770 por lote de suínos..

Já no sistema de produção por integração, o produtor é mais um elemento do processo produtivo de uma grande empresa; em outras palavras, é um terceiro que executa parte da produção da empresa contratante. Nesse processo, cabe à integradora fornecer o material base (pintinhos ou leitões), ração, medicamentos, vacinas, desinfetantes, assistência técnica e transporte. Além disto, cabe a ela o abate e a comercialização dos produtos e, após esse ciclo, remunera-se o produtor rural.

Ao criador (integrado), cabe construir toda infra-estrutura (galpões, equipamentos e instalação de exigência ambiental), e fornecer o trabalho para engorda dos animais, sendo o próprio trabalho familiar ou de funcionários contratados.

Esta relação é regida por um contrato de integração que apresenta vantagens para o produtor, garantindo: o escoamento da produção, facilidade de crédito junto ao sistema bancário, assistência técnica, e a certeza da renda no final do processo. Porém, tem um "inconveniente", torna o produtor dependente da indústria integradora, tendo que se submeter aos padrões de produção impostos (quantidade, produtividade, remuneração etc) pela contratadora.

A empresa integradora deve se responsabilizar pela boa qualidade dos serviços prestados e dos insumos fornecidos, assim como pela retirada dos lotes combinados. O integrado tem o dever de executar os trabalhos segundo as condições previstas, de se abastecer de insumos junto à integradora, de aceitar a assistência técnica, etc. (FRANÇA; FERNANDES FILHO, 2003, p. 188)

Esse modelo de produção apresenta características pós-fordistas, ou de produção flexível, implementadas pela agroindústria, ou seja, o repasse de parte da produção para terceiros, exigindo padrões de produção pré-estabelecidos e, com isso, reduzindo custos de produção. É a chegada da organização da produção flexível no campo, que altera a dinâmica produtiva, que era dada pelas condições da natureza. Os procedimentos produtivos foram artificializados e intensificados, encurtando o tempo de produção, quer seja por meio da transformação genética plantas e animais, quer pela inserção de práticas da organização do trabalho, típicas da atividade industrial. Em outras palavras, ocorre a industrialização da produção agropecuária em todas as suas dimensões, não só pela inserção de tecnologias, máquinas e equipamentos, mas também pela transformação da organização do trabalho no campo.

Este quadro resulta do intenso aumento na competitividade por mercados no setor agroindustrial brasileiro, em que as grandes agroindústrias vêm adotando estratégias para reduzir custos de produção. Além das transferências para o campo de procedimentos adotados no processo industrial, essas empresas adotaram outras estratégias para se tornarem/manterem competitivas, conforme já salientamos no capítulo III. Uma delas é expansão do seu território de produção para outras regiões, como fez a Perdigão, através da instalação do Projeto Buriti, no Sudoeste de Goiás.

A realidade regional encontrada pela empresa durante o processo de instalação exigiu mudanças significativas no seu modelo de integração adotado na região Sul. Essa adequação fez surgir um novo modelo de integração, com as seguintes características:

- alto nível de automação das granjas;
- grande volume de aves confinadas por aviário/produtor integrado, variando entre 96 mil a 1,248 milhões de aves por produtor;
- grande número de suínos alojados por produtor, em média 3.500 a 4000 mil animais por módulos;
- redução do número de produtores integrados, devido ao volume produzido;

Os integrados de Goiás têm capacidade de produzir 10 vezes mais do que os do Sul. De acordo com gerente regional da Perdigão de Goiás, o menor produtor do Sudoeste de Goiás tem capacidade de produzir 100.000 frangos, enquanto no sul o maior produtor tem capacidade em torno de 10.000 aves⁶⁴.

A tabela 34 demonstra que, mesmo possuindo um número menor de integrados na unidade de Rio Verde, o volume de produção é superior às demais unidades da empresa nos estados do RS e PR, fruto do uso maior de tecnologia e do elevado investimento na infra-estrutura.

Tabela 34 - Quantidade de produtores, abates, produção e exportação da Perdigão por estados de atuação.

Variáveis	Estados			
	SC	RS	PR	GO
Produtores integrados (aves e suínos)	3.41	1.641	786	167
Abates (em milhões de cabeças)	232,4	72,7	51,1	38,9
Produção (em milhares de toneladas)	555	151,4	93,5	150,2
Exportações (em toneladas)	232,1	70,3	54,9	61,7

Fonte: Perdigão Hoje, 2003, p. 11. (adaptado).

Embora dados apresentados pelo estado de Santa Catarina sejam em termos absolutos maiores, quando divide-se os números referentes a abates, produção e exportação pelo número de produtores, obtém-se uma proporção muito mais elevada no estado de Goiás. Por exemplo, quando se divide o total de abates pelo de produtores em integrados, tem-se a média de 68.132 abates/ano por produtor em Santa Catarina, e de 232.934 em Goiás. O mesmo acontece com o total da produção, em que a média em SC é de 161 toneladas por produtor e em GO é de 899 toneladas.

- produtores integrados classificados como médios e grandes, em consequência das exigências mínimas de aporte de capital para se tornar integrado;

⁶⁴ Entrevista concedida pelos diretores da unidade Rio Verde, em set. 2003.

No caso da Perdigão em Rio Verde, o projeto inicial pretendia ter pequenos integrados, como no Sul. Porém, diante da realidade regional, formada por médios e grandes proprietários de terras, com rendas garantidas e prosperando em outras atividades; da disponibilidade de grandes volumes para financiamento; e do desinteresse e desconfiança dos produtores, ocorreu o aumento do tamanho das granjas. Com isso, a Perdigão mudou o perfil de seus integrados, de pequenos, na região Sul, para médios e grandes, no Sudoeste de Goiás.

Ninguém acreditava muito, não tinham certeza se a proposta da Perdigão era real, se teria viabilidade econômica, como os projetos estavam dizendo. Nós tivemos, no início, dificuldade, inclusive, em conseguir com que as pessoas acreditassem no projeto e comprassem a idéia. O pessoal da implantação, que foram os pioneiros, vieram (sic) para cá, vender os projetos (sic). Tiveram uma dificuldade grande, com certeza, por isso que se concentrou mais, porque quem acreditou, vamos fazer, assim aumentou o número de instalações. Graças ao trabalho sério que foi feito e os resultados alcançados essa situação se inverteu. Se, hoje, tivéssemos que dobrar o projeto, uma segunda etapa, não teríamos (sic) dificuldades de conseguir integrados [...].⁶⁵

- produtores mais informados sobre o mercado, e que busquem melhor alternativas de investimentos, e não apenas uma nova fonte de renda;
- redução no número de trabalhadores e o uso predominante de mão-de-obra assalariada;
- concessão de benefícios fiscais e financeiros (juros reduzidos), visando reduzir os possíveis riscos com o investimento;
- poucos profissionais prestando assistência técnica;
- existência de determinado grau de organização dos produtores em associações, como já mencionamos em parágrafos anteriores;
- exclusão do pequeno produtor, e fortalecimento dos médios e grandes, devido às condições de obtenção de financiamento e/ou infra-estrutura para criar os animais;
- utilização dos dejetos como adubo/fertilizante natural, tornando-se, em vários casos, mercadoria;
- integrados com perfis variados, indo desde produtores rurais, que dependem fortemente da integração, empresários, profissionais liberais, empresas agrícolas e/ou industriais que diversificaram sua atuação, até a ex-funcionários da Perdigão, que adquiriram terras na região com aval da empresa, e passaram a ser integrados.

Esta prática de ex-funcionários se tornarem integrados deve-se à dificuldade que a Perdigão teve em convencer os produtores rurais da região a se integrarem. Os "integrados ex-funcionários" desempenharam duas funções: primeira, serviram de modelos e divulgadores do *know how* do processo de integração, demonstrando bons resultados, o que despertou o interesse de outros produtores pela atividade; segunda, serviram também como uma fonte segura de produção, de experiências e de procedimentos para aumentar a produtividade.

⁶⁵ Idem nota 13.

- homogeneização da base técnica no conjunto dos integrados.

Segundo França e Fernandes Filho (2003), embora várias características desse novo modelo de integração estejam presentes no modelo tradicional, aquele apresenta uma diferença crucial, a homogeneização da base técnica e da tecnologia no conjunto dos produtores integrados de uma determinada planta agroindustrial.

[...] Várias das características deste novo modelo, particularmente no que se refere à utilização de inovações tecnológicas, como automação de alimentação, uso de equipamentos de climatização, módulos de confinamento maior, entre outros, podem ser observadas, ainda que de maneira parcial, no modelo tradicional de integração, daí a característica do modelo a grande diferença entre esse novo modelo e o tradicional está, portanto, na homogeneização destas características no conjunto de integrados de uma mesma planta industrial. (FRANÇA; FERNANDES FILHO, 2003, p. 205) (grifo nosso).

Em outras regiões, a integração ocorre baseada na utilização de alta tecnologia e com investimentos elevados, e é adequada aos médios e grandes produtores, como mostram os trabalhos de Cleps Jr.; Pelegrini (2000) e Oliveira (2000). Nos estudos destes autores, a integração realizada no Triângulo Mineiro, tendo como integradora a Rezende Alimentos (pertencente ao grupo Sadia), apresenta algumas características semelhantes à integração no Sudoeste de Goiás, a saber:

- a) grande volume de capital próprio para a montagem da estrutura produtiva;

Os produtores têm que investir muito de seu capital para ter condições de integrar. Porém, no Sudoeste de Goiás, este fato não existe, pois os produtores recebem o apoio do Estado, que financia até 70% das instalações.

- b) elevado grau tecnológico e rapidez na incorporação de inovações;

- c) grande capacidade de alojamento. No caso dos suínos, os produtores alojam, no mínimo, 1.040 matrizes, ou 1.000 animais, no caso dos terminadores de suínos. Já os avicultores têm galpões com capacidade para alojar, no mínimo, 18.000 aves.

Quando se compara esses números com os da Perdigão em Goiás, percebe-se uma proximidade, no tocante ao volume, porém os formatos dos projetos de integração do Sudoeste de Goiás são padronizados, não existindo diferença entre a capacidade de alojamento de um galpão para outro, ou entre módulos (4 galpões). Na integração da Rezende, pode-se ter um produtor com apenas um galpão e outro com dois ou mais, enquanto isso, os da Perdigão têm, no mínimo, um módulo com 4 galpões, alojando 24.500 aves cada, ou cerca de 98.000 por módulo. O mesmo ocorre com os suínos, onde um produtor aloja, de forma padronizada, 3.500 animais por módulos.

Assim, embora a integração praticada nas duas regiões seja semelhante, no que diz respeito ao uso de tecnologia e ao perfil dos produtores, elas não possuem a homogeneidade, e nem os níveis de investimentos e de organização dos praticados na integração da Perdigão, em Goiás.

Esse novo modelo, segundo Queiroz e Senju (2005), Espíndola (2001), França e Fernandes Filho (2003), levará à redução de custos de transação, produção e logística pois, ao possibilitar a redução do número de integrados por planta industrial, ocorreria uma diminuição nos custos ligados à formulação e ao monitoramento de contratos, assistência técnica, entrega de ração, pintainhos, medicamentos, transporte dos animais para abate, e redução dos problemas sanitários.

Enquanto isso, o modelo tradicional apresenta custos mais elevados, pois tem-se: um maior e diferenciado número de contratos a serem elaborados, devido às desigualdades na base técnica dos produtores; o monitoramento e a assistência técnica são mais custosos, uma vez que se tem um maior número de produtores com base técnica diversa; custos mais elevados de transação entre o integrado e a integradora, pois os produtores têm pequena capacidade de alojamento, o que eleva os custos de transporte de insumos e dos animais; por fim, maiores problemas sanitários, consequência da localização dos integrados, ora muito próximos uns dos outros, ora distantes da planta industrial (conforme já salientamos no cap. III).

No entanto, mesmo com o grande volume de investimentos, alguns problemas foram apontados pelos integrados entrevistados, entre eles: a mão-de-obra desqualificada, o oligopólio de construtoras para construção das granjas, demora do financiamento, falta de assistência técnica para os equipamentos utilizados nas granjas, o retardamento na construção da granja escola, e a frustração de alguns produtores com a atividade.

4.4 Efeitos no espaço regional.

4.4.1 Nidificação de um novo CAI no Sudoeste de Goiás.

A empresa Perdigão instalou-se em Rio Verde como consequência do processo de expansão agroindustrial da região Sul, e em busca de novas áreas produtivas de matéria-prima, com posturas flexíveis perante a proteção ambiental e com incentivos fiscais e financeiros. Este fato provocou inúmeras mudanças no agrário regional, possibilitando a consolidação do CAI de carnes, incipiente, até aquele momento, na mesoregião do Sudoeste Goiano.

Até 1999, existiam apenas cinco agroindústrias com plantas industriais atuando no Sudoeste de Goiás, sendo duas de soja (Coinbra e COMIGO), uma de tomates (Gessy Lever) e duas de carnes, a Frigorífico Margem, beneficiadora de produtos bovinos, e a Frango Gale, beneficiadora de frangos (localizada no município de Jataí)

Cabe mencionar que a Gessy Lever encerrou suas atividades no final dos anos 1990, mantendo a unidade apenas para cumprir contratos já firmados com produtores. O frigorífico Margem também encerrou suas atividades em 2004, após um escândalo envolvendo sonegação fiscal.

Até 1997, apenas a Frango Gale representava efetivamente o CAI-carnes na região. A empresa Gale Agroindustrial S.A. foi fundada em abril de 1993, por sete empresários da cidade de Jataí-GO, onde está localizada sua planta industrial e a maioria dos produtores integrados.

O início efetivo das operações se deu em outubro de 1996, com uma capacidade instalada de abate de aves de 16.000 aves/dia, passando, em 1997, para 35.000 aves/dia, chegando, em 2000, a 74.000 aves/dia. A empresa conta, ainda, com uma fábrica de rações, que abastece o sistema de integração composto por 121 aviários, sendo 102 semi-climatizados e 17 climatizados.

O mercado da empresa atinge as regiões Centro-Oeste e Norte. Porém, 50% do volume comercializado é destinado ao Sudoeste Goiano, abarcando um raio de 350 km da planta industrial. Pode ser considerada uma empresa de porte médio e de abrangência regional, sobretudo, tendo sido a pioneira na criação de aves e no beneficiamento de aves, no Sudoeste de Goiás.

Com a instalação da Perdigão, foram inseridas novas relações econômicas e sociais no campo, que levaram à consolidação definitiva do complexo agroindustrial de carnes. Em outras palavras, a Perdigão “nidificou” (aninhou) o CAI de carnes no Sudoeste de Goiás, garantindo sua reprodução enquanto empresa/agroindústria.

Como demonstramos no capítulo IV, a empresa estabeleceu uma grande rede composta por várias empresas (industriais, comerciais, serviços, financeiras), centenas de produtores rurais, milhares de trabalhadores, vários órgãos e instituições públicas, e o Estado, sendo este importante agente para a nidificação do CAI-carnes.

O CAI consolidado mudou a realidade regional, estabelecendo novas relações, inserindo novos produtos, produzindo inúmeros fluxos e impactando o campo e a cidade, como já salientado. Esse processo materializou na microrregião um novo símbolo econômico, a Perdigão. Hoje, quando se fala da produção no Sudoeste de Goiás, se remete à soja e, também, às aves e suínos, conseqüentemente, à Perdigão Agroindustrial S/A.

4.4.2 Implantação do Projeto Araguaia.

Outro efeito recente, fruto da instalação da Perdigão no Sudoeste de Goiás, é a implantação do "Projeto Araguaia" no município de Mineiros, destinado ao beneficiamento de carnes de peru e chester. O projeto será composto por dois abatedouros (um de peru e outro chester) com capacidade para produzir 81 mil/ton/ano, destinados basicamente ao mercado externo; um incubatório; fábrica de ração; centro de distribuição e 200 módulos de engorda.

Segundo dados da Perdigão⁶⁶, o projeto terá investimentos da ordem de 510 milhões, desse total a empresa arcará com cerca de 240 milhões, com o apoio do financiamento do Programa de Crédito Especial do Governo de Goiás e de recursos do BNDES. Os outros 270 milhões serão aplicados pelos produtores integrados na construção dos módulos, com recursos do FCO, como ocorreu com o "Projeto Buriti" em Rio Verde, e do FAT (Fundo de Apoio ao Trabalhador). A previsão é que o investimento irá gerar, inicialmente, cerca de 2.000 empregos diretos e 6.000 indiretos.

A escolha de Mineiros deve-se, além dos fortes incentivos fiscal e financeiro dos governos, à "[...] alta produtividade agrícola da região e a baixa densidade animal, importante para a questão sanitária, um ponto que tem garantido ao Brasil importante vantagem competitiva no mercado internacional de carnes" (MÁQUINAS em ação, 2005, p. 3)

Em novembro de 2004, a empresa comprou 823 ha de terras para assentar as famílias que virão do sul para disseminar a tecnologia de criação das aves, sobretudo de chester (ave geneticamente desenvolvida pela empresa).

Em agosto de 2005, iniciaram-se os trabalhos de terraplanagem na área destinada à construção da planta industrial, através de doação da Prefeitura Municipal. A prefeitura também dou terrenos na área urbana para a construção de casas para os funcionários da nova unidade. Percebe-se que os trabalhadores virão de fora, então, os impactos na geração de empregos serão menores do que a previsão.

Em setembro, seguindo as etapas de implantação, foram assinados, pelos cinco primeiros produtores, os contratos de financiamento das granjas, junto ao banco do Brasil. As propriedades onde serão instaladas as granjas, localizam-se nas proximidades da cidade de Mineiros, num raio de 60 km, um dos requisitos utilizados pela empresa para seleção de integrados. Além disto, a propriedade precisa ter tamanho mínimo de 60 ha e o produtor, perfil empreendedor.

Mais uma vez, pode-se perceber que os investimentos são fortemente custeados pelo Estado, tanto na esfera federal quanto nas estadual e municipal. A empresa irá aplicar um valor bastante reduzido de recursos próprios, a exemplo do que ocorreu com a unidade de Rio Verde.

Nesse novo projeto, a Perdigão irá se beneficiar da estrutura das indústrias fornecedoras presentes no complexo de Rio Verde, ganhando com economia de aglomeração e de escala, e ainda, com o *know how* adquirido na experiência anterior, evitando erros e, conseqüentemente, obtendo um retorno dos investimentos de forma mais rápida. Como preconizam os diretores da empresa: Mineiros será "a nova Rio Verde". Com certeza, os impactos provocados por esse novo projeto serão iguais ou maiores do que os ocorridos em Rio Verde.

Mas isto é assunto para uma outra pesquisa.

⁶⁶ Revista Perdigão Hoje, out. 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a explanação desenvolvida ao longo deste trabalho foi no sentido de corroborar a tese por nós proposta: a alocação da agroindústria Perdigão, no município de Rio Verde - e a conseqüente estruturação de um CAI - desencadeou processos de mudanças significativas no campo (novas formas de integração, criação de aves e suínos, inserção de novas tecnologias e diversificação da produção); na cidade (atração de empresas, pessoas, capitais, ampliação dos negócios locais e criação de novos espaços de produção, circulação e habitação), alterando a preexistente organização do espaço; e, também, mudanças sociais (geração de postos de trabalho, fortalecimento da cultura do trabalho industrial e surgimento de associação de produtores). Nesse momento do trabalho, com base nos fatos e argumentos apresentados nos capítulos II, III e IV, acreditamos que nosso objetivo tenha sido alcançado.

A instalação da empresa provocou vários impactos ou efeitos no espaço local e regional⁶⁷. A Perdigão Agroindustrial S/A tornou-se um elemento transformador do espaço, contribuindo com modificações no nível econômico, social e espacial. Remetendo à idéia "Miltoniana", é um fixo que gerou novos fluxos e (re)produziu espaço.

A implantação da Perdigão em Rio Verde (Sudoeste de Goiás) foi, por si só, o primeiro e o grande impacto espacial que desencadeou outras mudanças ou efeitos. Em outras palavras, a instalação do complexo da agroindústria Perdigão foi o impacto motriz, provocando, como em "ondas", outras mudanças nos espaços local e regional. Inicialmente, teve efeitos imediatos/diretos como: a estruturação da rede de fornecedores, demanda por grãos (soja e milho), criação de aves e suínos, integração de produtores, atração de indústrias e geração de novos empregos; e, posteriormente, outros efeitos como: crescimento urbano, dinamização do comércio e dos serviços, especulação imobiliária, surgimento de novos empreendimentos imobiliários; contribuição para um melhor direcionamento da economia local para o setor industrial; fortalecimento da cultura do trabalho industrial; e a consolidação do CAI de carnes, que veio se sobrepor o CAI da soja.

Não seria "audácia" argumentar que os maiores e mais expressivos efeitos da instalação da Perdigão no Sudoeste de Goiás foram as transformações no campo. O primeiro desses foi a elevação dos rebanhos de aves e suínos na microrregião, com ênfase no município de Rio Verde. Os rebanhos de aves e suínos tiveram, aumentos, respectivos, de cerca a 4.000% e de cerca de 1.000%, desde a instalação da empresa. Estes números colocaram a microrregião do Sudoeste de Goiás como a maior produtora de aves e suínos do estado de Goiás, e uma das maiores produtoras do país, e o município de Rio Verde como o maior produtor estadual desses animais.

⁶⁷ Conforme já salientamos, essa classificação e divisão têm apenas cunho didático, pois os efeitos/impactos formam um complexo de efeitos que interagem e se inter-relacionam.

Essa elevação fez com que Rio Verde e o Sudoeste de Goiás passassem a ser reconhecidos não somente como produtores de grãos e "bois", mas também de aves e suínos, tornando-se o novo "front", em um antigo "belt" (SANTOS; SILVEIRA, 2002), da avicultura e da suinocultura brasileiras.

Outro efeito, materializado no campo regional, foi o novo sistema de integração, com um conjunto de características distintas dos outros implementados no restante do país. O novo sistema apresenta: alto nível de automação das granjas; grande volume de animais confinados; reduzido número de produtores integrados; produtores médios e grandes com perfil de empreendedor; exclusão do pequeno produtor (sobretudo familiar); reduzido número de trabalhadores e uso predominante de mão-de-obra assalariada; concessão, pelo Estado, de fortes benefícios financeiros aos produtores; homogeneização da base técnica; redução de custos por parte da integradora (economia de escala); grande utilização de dejetos como adubo, tornando-o mercadoria.

Este modelo foi implementado, sobretudo, por que a realidade regional (com grandes produtores rurais, disponibilidade de dinheiro para investir, etc) exigiu, fazendo que com a integradora (Perdigão) alterasse seus planos iniciais, de implementar um sistema de integração semelhante ao praticado na região Sul (conforme relatado no capítulo IV), e adotasse um sistema altamente tecnificado, caro e com alta produção.

Outros efeitos importantes derivados da instalação do complexo da Perdigão são aqueles materializados no espaço urbano de Rio Verde (conforme descrito no capítulo IV). Esses podem ser divididos em novos fixos: criação de loteamentos e a construção de moradias para funcionários da empresa, construção de postos de saúde e policiamento, implantação do distrito industrial II - DARV II, instalação das indústrias de apoio e de transportadoras agropecuária; e, em efeitos econômicos, que começam pela "injeção" de mais de 1 milhão de reais na economia local por meio da folha de pagamento, que possui mais de 5 mil empregados, contribuindo com a dinamização do comércio local.

Somando-se a isto, a instalação do complexo da Perdigão colaborou: para o aumento, na receita municipal, de cerca de 170% nos últimos cinco anos; para o incremento no movimento das agências bancárias, sobretudo naquelas que têm ligação direta com a Perdigão, com os integrados ou com os fornecedores diretos da empresa; para o aumento no número de novos postos de trabalho, principalmente no setor industrial, contribuindo, como já mencionamos, com cerca de 5 mil empregos diretos e 15 mil indiretos.

Além desses efeitos diretos na cidade, cabe reforçar alguns outros indiretos, como: o processo de especulação imobiliária no município de Rio Verde, e a contribuição para a elevação da população urbana, através da migração em busca de novas oportunidades de trabalho.

O terceiro conjunto de impactos são os de ordem social. Em primeiro lugar, a instalação da Perdigão Agroindustrial S/A colaborou fortemente para o desenvolvimento da cultura do trabalho industrial em Rio Verde e na região. No início, a empresa e seus fornecedores tiveram que importar mão-de-obra qualificada da região Sul. Porém, com os esforços das empresas no treinamento próprio de trabalhadores e de parcerias com SENAI e com a FESURV, esse quadro está sendo mudado. Atualmente, a qualificação e o interesse dos trabalhadores para as funções industriais aumentaram, e a nova geração de trabalhadores já projeta, como futuro profissional, trabalhar nas indústrias, fato pouco provável há uma década.

Em segundo lugar, provocou o surgimento de organizações/associações de produtores integrados à Perdigão, a AGIGO e a AGINTERP (ver capítulo IV), fundadas para defender os direitos dos produtores rurais integrados, fato que demonstra a capacidade de organização política desse grupo, componente do CAI de carnes na microrregião.

Aos efeitos e impactos mencionados, cabe acrescentar dois outros efeitos que rebateram no espaço regional, e que reforçam nossa tese. O primeiro é a consolidação do CAI de carnes na microrregião. Até a chegada da Perdigão na microrregião o CAI de carnes era incipiente e pouco expressivo. A instalação da Perdigão - uma grande empresa capitalista, que teve forte apoio do Estado - e a formação do seu CAI, formado por vários agentes a montante e a jusante (ver figura 25 - capítulo III), consolidou definitivamente o CAI de carnes no Sudoeste de Goiás. CAI, este, cujos os agentes componentes (fixos) estabeleceram inúmeros e variados fluxos de produtos, de informação, de capital e de pessoas, dinamizando os espaços local e regional.

O outro efeito que se projetou no espaço regional foi a escolha da cidade de Mineiros (GO) para a implantação do Projeto Araguaia (ver capítulo IV), novo empreendimento da Perdigão destinado a criar, engordar e beneficiar peru e chester, completando, assim, a linha de produção animal da empresa, e ampliando o já consolidado CAI de carnes nas terras do cerrado goiano. Em outras palavras, esse novo projeto é um desdobramento da sedimentação e "sucesso" do complexo agroindustrial da Perdigão em Rio Verde e, conseqüentemente, do CAI de carnes.

A materialização do complexo agroindustrial delineado pela Perdigão foi fundamental na consolidação do CAI de carnes no Sudoeste de Goiás. Sem dúvidas, a empresa, devido ao seu porte, seu *know how*, e seu poder de aglutinar investimentos trouxe os elementos que faltavam para a sedimentação desse CAI.

A empresa, ao consolidar o CAI de carnes no Sudoeste Goiano, inseriu a microrregião e o estado de Goiás na Divisão Territorial e Social do Trabalho no país, não só como produtores de grãos e de "bois", mas também como produtores de carnes de aves e suínos. Tal região tornou-se, assim, uma nova fronteira para a referida atividade agropecuária.

Hoje, quando se fala no Sudoeste de Goiás, mais especificamente em Rio Verde, remete-se, automaticamente, a dois elementos econômico-espaciais, a produção de grãos (sobretudo a soja) e à Perdigão. Essa transformação pode ser bem elucidada pela frase dita por um produtor integrado a um jornal local: "antes criávamos porcos, hoje criamos suínos". Criar porcos não exige conhecimento, técnica e nem capital, mas criar suínos, sim. É uma mudança provocada pela inserção de tecnologia, técnica e capital no campo, e que introduz o produtor num ciclo de constantes inovações e dependência e que, no caso do Sudoeste de Goiás, não existia.

A partir disto, a Perdigão passou a ser tida pelas autoridades locais, e no imaginário de grande parte da população, principalmente neste momento inicial, como um novo símbolo de orgulho local (embora não tenha suas origens na cidade), muito mais pelo sentimento de ter conquistado um grande investimento, do que pelo sentimento de ter uma empresa gerada na comunidade, que cresceu e representa as ambições e os desejos da população local. Também, por que representa uma possibilidade de emprego e melhoria da qualidade de vida.

Estes fatos confirmam, ainda, a nossa conjectura complementar, a de que a Perdigão consolidou o CAI de carnes no Sudoeste Goiano, inserindo a microrregião e o estado de Goiás na Divisão Territorial e Social do Trabalho do país, não só como produtora de grãos, mas também como produtora de aves e suínos.

Todo o processo de instalação da Perdigão em Rio Verde e a formação do CAI de carnes organizado pela empresa, ocorreu em função da aliança de agentes sociais locais (os poderes político e econômico locais e regionais, interessados em atrair novos investimentos, e os produtores rurais) com agentes sociais não locais como: a grande empresa capitalista (a Perdigão); o Estado, que foi o concessionário e fomentador do investimento, por meio de políticas públicas de desenvolvimento regional, neste caso através do FCO (Fundo Constitucional para o Centro-Oeste) e de apoio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); o mercado, por meio de mudanças nas conjunturas econômica, concorrencial e mercadológica em que a empresa está inserida.

As forças exógenas contribuíram para transformar a realidade local, seja de forma direta, por meio da "indução" ou da facilitação da instalação da empresa Perdigão ou, indiretamente, através da criação, como vimos no capítulo II, de uma "base" agroindustrial, com alta produção de grãos, com estruturação do CAI da soja e com a modernização/industrialização do campo. Essa primeira "onda" de agroindustrialização possibilitou, no momento atual, uma segunda "onda", com a implementação da Perdigão, e a conseqüente consolidação do CAI de carnes.

Nas palavras de Santos e Silveira (2002, p. 119) "[...] áreas que, ocupadas em outro momento, hoje se densificam e se tecnificam. Nelas amadurecem as inovações de ontem e chegam outras, próprias do período, para criar novos arranjos, com a resistência e a cooperação das rugosidades do lugar".

Esses argumentos nos permitem confirmar o pressuposto (apresentado no capítulo I) de que os espaços locais e regionais são impactados/transformados por forças e agentes externos, que os vêem como um território de potencialidades e recursos, e neles instalam seu poder.

No entanto, cabe colocar que as rugosidades (ou a realidade local) ofereceram resistências à implantação do projeto da Perdigão, mais fortemente em dois aspectos: no modelo de integração e no trabalho industrial. A empresa teve que buscar alternativas para se adaptar às características do local, alterando seus planos iniciais de integração, importando trabalhadores e investindo em parcerias para treinamento de mão-de-obra (conforme discutimos no capítulo IV).

Dito de outra forma, as transformações não foram apenas em um sentido, ou seja, provocadas pela Perdigão, mas, concomitantemente, a realidade local provocou mudanças na empresa, uma vez que a agroindústria encontrou uma realidade espacial totalmente distinta daquela em que já estava acostumada, e teve que fazer várias adaptações no seu projeto inicial, principalmente no sistema de integração e no recrutamento da força de trabalho.

A Perdigão Rio Verde, antes Projeto Buriti, representou uma transformação na organização do processo produtivo e no sistema de integração da empresa, pois foi necessário implantar novos modelos produtivos, que trouxeram, e estão trazendo, um *know how* diferenciado para a sua história. Também, foi o início da dispersão espacial da Perdigão da região Sul, o seu ninho primitivo, para novos territórios, consequência do aumento da demanda internacional por seus produtos, e de fatores repulsivos na região Sul (como os de ordem ambiental). Atualmente, além de Rio Verde, a empresa possui investimentos no Mato Grosso (Nova Mutum) e no município de Mineiros (Sudoeste de Goiás), onde está sendo implementado o Projeto Araguaia.

O Projeto Buriti marcou, ainda, uma nova postura administrativa e de gestão empresarial, após a mudança no controle acionário da empresa, com uma gestão científica e desvinculada da estrutura familiar (como ocorrera durante décadas na empresa), e com uma visão vinculada às grandes articulações políticas e desenraizada regionalmente. Este fato contribuiu para a expansão do território de atuação da empresa em direção às áreas de fronteira.

O complexo agroindustrial de Rio Verde desempenha um papel diferente no conjunto da estrutura produtiva da Perdigão, pois é o responsável por suprir de matéria-prima outras unidades e por fabricar produtos com menor valor agregado para atender o mercado interno e, quando ocorre o aumento de demanda internacional, "suprir" o mercado externo. Ou seja, o novo complexo da Perdigão gerou, no âmbito interno à empresa, uma divisão técnica e territorial da produção, em que as unidades próximas aos grandes centros consumidores

(aquelas localizadas na região Sul) se especializaram na produção de mercadorias para atender o mercado interno (com produtos de maior valor agregado, ou seja, especializando em determinadas linhas de produtos), e o mercado externo, com produtos padronizados para cada país importador. As unidades mais distantes passaram a concentrar a produção em produtos para suprir as unidades localizadas no Sul, e em produtos de menor valor agregado para o mercado interno.

Teoricamente, isto lembra o "ciclo do produto" apresentado por Benko (1996) e Lipietz e Leborgne (1998), segundo o qual as plantas industriais nas antigas regiões industriais se especializam na fabricação de produtos com mais tecnologia e maior valor agregado, enquanto as produções rotinizadas vão para as plantas industriais nas novas regiões produtoras, com linha de produção dirigida à fabricação de produtos com pouca tecnologia e com menor valor agregado.

Um outro aspecto que merece algumas considerações finais é o do uso dos CAI's como aporte teórico para explicar o problema que pesquisamos.

Os CAI's devem ser entendidos como resultado/materialização do processo de modernização/industrialização da agricultura, possuidores de uma dinâmica interna demonstrada pelas relações entre os seus agentes, e externas com outros setores. Logicamente, são influenciados por políticas governamentais, mudanças internacionais e interesses múltiplos (nacionais e internacionais), sendo, também, possuidores de uma dinamicidade espacial, vinculada às macro-mudanças no espaço. Seus agentes (fixos) são responsáveis por transformações locais e regionais, onde atuam por meio do estabelecimento de fluxos e relações.

Os CAI's se consolidam como realidade, no agrário brasileiro, a partir dos anos 1970, diante de um quadro que possibilitava, de forma mais ampla, relações intersetoriais entre a agricultura e a indústria, tanto a jusante quanto a montante. Essas relações já ocorriam anteriormente, porém só se consolidaram e se tornaram completas neste período, como nos mostram Müller (1989), Graziano (1991 e 1996) e Guimarães (1982), quando o D1 foi internalizado no país.

Assim, os aparatos teóricos e analíticos do sistema agro-exportador, baseado em um único produto, ou do Complexo Rural e do Complexo Cafeeiro, não possibilitavam entender a realidade da agricultura brasileira, naquele momento. Surge, então, um novo aparato, o Complexo Agroindustrial, que se origina da derivação da noção de agribusiness, cunhada nos E.U.A nos anos 1950. Esta noção fazia uma interpretação macro-escalar das relações inter-setoriais da agricultura brasileira; porém, esse aparato não conseguiu dar conta de explicar a totalidade do campo brasileiro.

Nesse sentido, emergiu um outro aparato teórico/analítico alicerçado na análise micro-escalar do campo brasileiro, levando em consideração as especificidades e diferenças

da materialização do processo de modernização/industrialização: os CAI's. Os autores, Graziano da Silva (1991, 1996) e Kageyama e Graziano da Silva (1996), defendem que só é possível compreender as mudanças da agricultura brasileira, a partir da adoção da noção de vários complexos agroindustriais distintos e específicos, CAI's. A saber: CAI's completos, incompletos, atividades agrícolas modernizadas e atividades artesanais, ou à margem da industrialização da agricultura.

No entanto, Mazzali (1995), e Costa e Mazzali (1995) polemizam a discussão do uso dos termos CAI e/ou CAI's para entender a dinâmica da agricultura brasileira nas últimas décadas (1980 e 1990). Para eles, o modelo de apreensão da modernização/industrialização da agricultura brasileira via CAI já está ultrapassada, sendo insuficiente para ler a realidade.

Assim,

dada a natureza das novas configurações, fica patente que o "complexo agroindustrial" é insuficiente para apreender as articulações recentes entre os agentes. Isto porque tais articulações não estão mais assentadas em relações bem definidas e estruturadas a partir da matriz de insumo-produto, mas em um conjunto de estratégias dos agentes que redefinem dinamicamente a forma e o conteúdo das relações. De fato, as novas condições da concorrência, em cujo centro estão a velocidade do progresso técnico, a transformação da natureza das barreiras à entrada em setores e nos mercados e novos padrões de demanda, exigem formas de organização flexíveis. (MAZZALI, 1995, p. 162)

Mazzali (1995) coloca que, a perda da capacidade do CAI, como aparato teórico/metodológico adequado para descrever as novas articulações entre as empresas, conduz à busca de novas ferramentas conceituais.

Nesse sentido, o conceito de organização "em rede", utilizado por diversos autores na área de "Economia Industrial", na França e na Itália, coloca-se como um referencial possível para a explicação das relações entre as empresas nas configurações recentes. (MAZZALI, 1995, p. 163)

Assim, pode-se perguntar: será que o aparato teórico dos CAI's não é mais suficiente para entender as relações estabelecidas na agricultura brasileira?

Ao contrário do que afirmam Mazzali e Costa em seus trabalhos, acreditamos que, em face da complexidade e da desigualdade da agricultura brasileira, os CAI's ainda são importante categoria analítica. O aparato da organização em rede, apresentado pelos autores citados, revela uma via de mão única, em que as mudanças no núcleo dinâmico do CAI – a indústria a montante e a jusante – irão afetar todo o complexo de forma homogênea, sem nenhuma resistência dos agentes pertencentes ao setor agropecuário, introduzindo uma nova organização das relações agricultura-indústria. Mudanças ocorreram, sem dúvida, nas relações entre as empresas, agricultores e o mercado consumidor, no entanto, ainda não são tão amplas para atingir todas as cadeias produtivas e fazer vigorar um novo paradigma.

Além disto, no caso que pesquisamos, um dos argumentos usados pelos autores para questionar a validade do aparato teórico dos CAI's, a saber: a crise fiscal do Estado, fazendo com que se retire da função de financiador e articulador do desenvolvimento agroindustrial, é fortemente desconstruído, como vimos no capítulo III. No Sudoeste de Goiás, é o Estado que injeta capital e dá condições para o desenvolvimento e consolidação do CAI de carnes, portanto, a crise fiscal não retirou, neste caso (como acreditamos em outros na região de fronteira agrícola), o poder estatal de intervenção e financiamento dos complexos agroindustriais.

Diante disto, reiteramos que a teoria dos CAI's ainda é válida para explicar grande parte da realidade agroindustrial do campo brasileiro, a qual é diversa, complexa e dinâmica, inclusive nas regiões de fronteira consolidada, em que o meio técnico-científico se faz densamente presente.

Finalizando, ficam algumas sugestões para futuras investigações, tais como: buscar compreender os desdobramentos da instalação da Perdigão e da consolidação do CAI de carnes no Sudoeste de Goiás, após um período mais longo, uma vez que o estudo que ora terminamos, entende a materialização deste processo nos seus primeiros anos; desvendar o processo de instalação do Projeto Araguaia, em Mineiros (GO), e os seus impactos; e, ainda, avaliar os impactos ambientais ocasionados pela agroindústria e pelo sistema de integração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A GRANDE procura inflaciona os aluguéis. **Jornal o Mercado**. Rio Verde, 30 set. 2003. p. 5.
- A NOVA fronteira. **Perdigão Hoje**. São Paulo, n. 47, p. 14-16, ago. 2004.
- A NOVA Rio Verde. **Perdigão Hoje**. São Paulo, n. 50, p. 12-13, jan/fev. 2005.
- AGIGO. **Estatuto Social da Associação dos Granjeiros Integrados do Estado de Goiás - AGIGO**. Rio Verde (GO), 2001. (Digitado)
- AGINTERP. **Estatuto Social da Associação dos Granjeiros e Integrados em terminação da Perdigão Agroindustrial S/A - Unidade de Rio Verde Estado de Goiás**. Rio Verde (GO), 2001. (Digitado).
- AMORIM, Wilma M.. **O amarelo da soja invade o cerrado**. 1996, 101f. Dissertação (Mestrado em História das sociedades agrárias), Universidade Federal de Goiás. Goiânia(GO). 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Bom tempo, 2002.
- ARANA, Alba R. A. Os avicultores integrados no Brasil: estratégias e adaptações - o caso Coperguaçu Descalvado - SP. **Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 19, p.147-162, jul./dez. 2002.
- ARAÚJO, Ney Bittencourt de; PINAZZA, Luiz Antônio e WEDEKIN, Ivan. **Complexo Agroindustrial**: o "agribusiness" brasileiro. Rio de Janeiro: Suma Econômica. Rio de Janeiro, 1990. 235 p.
- BARBOSA, Marta. A riqueza que brota do chão: o sucesso do agronegócio faz bem mais que enriquecer fazendeiros. **Veja**: Especial Agronegócio, São Paulo, p. 32-39, abr. 2004.
- BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. A transição na política agrícola brasileira. In: AGUIAR, Danilo R. D.; PINHO, J. B.. **O agronegócio brasileiro**: desafios e perspectivas. Brasília: SOBER, 1998. p. 1-19.
- BARROW, Michael; HALL, Mike. The impact of a large multinacional organization on a small local economy. **Regional Studies**, v. 29, n. 07, p. 635-653, 1995.
- BELIK, Walter. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para avaliação. In: RAMOS, Pedro e REYDON Bastiaan Philip (Orgs). **Agropecuária e agroindústria no Brasil**: ajuste, situação atual e perspectivas. Campinas: ABRA, 1995. p. 107-123.
- BENKO, Georges. **Economia Espaço e Globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **GEOSUL**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.
- BORGES, Barsanufu G. **Goiás: "modernização" e crise (1920-1960)**. 1994. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo. 1994.
- _____. **Goiás nos quadros da economia nacional (1930-1940)**. Goiânia: ed. da UFG, 2000 (a).
- _____. A economia goiana na divisão regional do trabalho (1930-1960). In: SILVA, Luiz S. Duarte da (Org.). **Relações cidade-campo**: fronteiras. Goiânia: ed. da UFG, 2000. p. 249-272 (b).

BORGES, Ronan Eustáquio. **As indústrias de produtos alimentares de Uberlândia (MG): redes e fluxos**. 2000, 124f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente (SP). 2000.

_____; CARNEIRO, Patricio A. Estudo da evolução do crédito rural e outros indicadores da política de crédito entre 1969 e 1982. In: Jornada de Geografia, 5, 2003. **Anais...**, Jatai-CAJ, 2003. 1 cd room.

BRUM, Bruno; WEDEKIN, Ivan. Um 'agricluster' acima da média. **Agroanalysis/ Revista de Agronegócios da FGV**, p. 56-72, jun.-jul. 2002.

BURBACH, Roger. **A agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

CAMPOS, Christiane S. S. **Complexo Agroindustrial, sob forma de cooperativas, na ocupação e uso do Cerrado** - o caso da COMIGO em Rio Verde-GO. Goiânia (GO), 1999, 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás - Insitituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia (GO), 1999.

CARAMURU Alimentos Ltda. Disponível em: <<http://www.caramuru.com/home.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2004.

CARDOSO, Cíntia. Agronegócios enriquece Rio Verde, Goiás. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 jun. 2003. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro>>. Acesso em: 23 ago. 2003.

CARGIL no Brasil. Disponível em: <<http://www.cargill.com.br>>. Acesso em: 27 jul. 2003 e 20 set. 2005.

CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 1995.

CHASE, Jacquelyn R.. Espaço e Mobilização no sudoeste goiano: uma proposta de pesquisa sobre trabalhadores agrícolas assalariados no município de Rio Verde. In: Encontro Nacional De Geografia Agrária, n. 10, 1990, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1990. p. 315-331.

CLEPS JUNIOR, João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998, 291p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro (SP). 1998.

_____; PELEGRINI, Djalma. A integração agroindustrial no Triângulo Mineiro: a Rezende Alimentos. **Caminhos da Geografia**. Uberlândia: IG/UFU, v. 1 n. 1, p. 27-38, set. 2000. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/caminhosdageografia>>. Acessado em: 10 maio 2005.

COINBRA S/A. Disponível em: <<http://www.coinbra.com.br>>. Acesso em: 15 ago. 2004.

COMIGO. Cadastro da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda - Comigo. Disponível em: <<http://www.comigo.com.br>>. Acesso em: 11 abr. 2004.

COSTA, Vera Mariza H. de. E MAZZALI, Leonel. A perda de dinamicidade do modelo de desenvolvimento via CAI e a necessidade de um novo aparato conceitual. **Boletim Geografia Teorética**, v. 25, n. 49 e 50, p. 139-152, 1995.

COSTA, Armando Dalla. Agroindústrias brasileiras e sua estratégia de ocupação do território nacional. **Geografia**, Rio Claro, v. 23, nr. 3, p. 39-64, dez., 1998.

DE FORNECEDORES a parceiros integrados. **Perdigão Hoje**. São Paulo, n. 22, p. 16-17, set/out. 2000.

DEBARBIEUX, Bernard. I.B.M à la compagne: l'evolution du Dutchess County (etat de New York). **Annales de Géographie**, nº523, p. 270-297, 1985.

ELIAS, Denise. Globalização e agricultura no Brasil. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 23-32, jul.-dez. 2002.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Modernização da Agricultura no Sudoeste de Goiás**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil**: o caso da Sadia. Chapecó: Grifos, 1999. 263p.

_____. Os investimentos agroindustriais no Centro-Oeste brasileiro. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n.7, p. 71-84. 2002a.

_____. **As agroindústrias de carne do Sul do Brasil**. 2002. 260 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) -FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002b.

FAJARDO, Sérgio; MORO, Dalton Aureo. O complexo agroindustrial e a atuação das cooperativas agrícolas no Norte Central do Estado do Paraná. **Boletim de Geografia**. Maringá (PR), v.18, nº 1, p. 85-111, 2000.

FAVERET FILHO, Paulo; PAULA, Sérgio R. L. de. **Um estudo da integração a partir do Projeto Buriti, da Perdigão**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acessado em: 12 abr. 2005.

FESURV *et alli*. **Centro de excelência de agronegócios (Projeto)**. Rio Verde (GO), (199-). (Digitado).

FOI DADA a largada: construção do novo complexo industrial em Mineiros (GO) avança em ritmo acelerado. **Perdigão Hoje**. São Paulo, n. 49, p. 10-11, nov/dez. 2004.

FRANÇA, Levy P. de; FERNANDES FILHO, José F. A evolução da avicultura de corte em Goiás. In: PEREIRA, Sebastião L.; XAVIER, Clésio L. (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: ed. da UFU, 2003. p. 175-212.

FURTADO, José Maria. Uma nova Rio Verde. **Perdigão Hoje**. São Paulo, n. 15, p. 12 e 13, ago/dez, 1999.

FURTUOSO, Maria Cristina O. **O produto interno bruto do Complexo Agroindustrial brasileiro**. 1998. 278f. Tese (Doutorado em Ciências - Economia Aplicada) - ESALQ, Universidade de São Paulo, Piracicaba (SP). 1998.

GRAZIANO da SILVA, José. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**, p. 5-34, set/dez., 1991.

_____. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In:_____;KAGEYAMA, A.. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia, 1996. p. 1-40.

_____. A industrialização e a Urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.7, n. 3, p. 02-10, jul/set., 1993.

GONÇALVES, Claudécir. A Cooperativa Mista dos Produtores do Sudoeste Goiano (COMIGO) e o desenvolvimento da região de Rio Verde-GO. In: PEREIRA, Sebastião L.; XAVIER, Clésio L. (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: ed. da UFU, 2003. p. 213-250.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 2ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.362.

HELFAND, Steven M. e REZENDE, Gervásio C. de. **Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil**: o papel do Centro-Oeste. Disponível em: <<http://www.nemesis.org.br>>. Acessado em: 27 jan. 1998.

HISTÓRIA de Goiás. Disponível em: <<http://www.go.gov.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2004.

HISTÓRIA de Goiânia. Disponível em: <<http://www.goiania.go.gov.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2004.

INFORME COMIGO, Rio Verde, ano 17, n.193, p. 1-22, ago.-set.. 2001.

_____. Ano 7, n. 193, ago/set. 2001.

_____. Rio Verde, ano 17, n.203, p. 1-24, ago. 2002.

_____. Ano 7, n. 203, ago. 2002.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil**: região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. v.1

_____. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: várias datas de 2002 a 2005.

_____. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em: várias datas de 2002 a 2005.

IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acessado em: várias datas 2003 a 2005.

INVESTINDO NO SER HUMANO. São Paulo: Perdigão S/A, ano 7, n. 8. 2002.

INVESTINDO NO SER HUMANO. São Paulo: Perdigão S/A, Ano 8, n. 8. 2003.

KAGEYAMA, Angela; GRAZIANO DA SILVA, J. **A dinâmica da agricultura brasileira**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas: Instituto de Economia, 1996.

LEMOS, Mauro Borges. Organização agroindustrial, entrada em tecnologia e liderança de mercados: o caso brasileiro. In: RAMOS, Pedro e REYDON, Bastiaan Philip (Orgs). **Agropecuária e agroindústria no Brasil**: ajuste, situação atual e perspectivas. Campinas: ABRA, 1995. p.69-105.

LIPIETZ, Alain e LEBORGNE, Daniéle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**. São Paulo, v. 8, n. 25, p. 12-26, 1998.

LUNAS, Divina L. **Constituição do complexo agroindustrial da soja no Sudoeste de Goiás**. 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, Uberlândia (MG). 2001.

_____.; ORTEGA, Antônio C. A constituição do complexo agroindustrial da soja no Sudoeste Goiano. In: PEREIRA, Sebastião L.; XAVIER, Clésio L. (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: ed. da UFU, 2003. p. 139-174.

MACHADO, Vilma de Fátima. **Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual**. 1996, 143p. Dissertação (Mestrado em História das sociedades agrárias), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO). 1996.

MAMIGONIAN, Armem. Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário. **Boletim de Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 51. p. 7-14, jun. 1976.

MANZAGOL, Claude. **Lógica do Espaço Industrial**. Trad. Silvia Selingardi-Sampaio. São Paulo: Difel, 1985.

MARAFON, Glaucio José. **Constituição do complexo agroindustrial e a modernização da agricultura: o caso do município de Marau-RS**. 1998. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia - Organização do Espaço), UNESP, IGCE, Rio Claro (SP), 1988.

_____. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, n. 3, p.7-21, jun., 1998.

_____. Organização do Complexo Agroindustrial soja no estado do Rio Grande do Sul. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, nr 5, p.49-66, jan/jul, 1999.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MÁQUINAS em ação. **Perdigão Hoje**, nr. 53, p. 3, jul/ago. 2005.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"**. 1995. 248p. Tese (Doutorado em Economia de Empresas), EAESP/FGV, São Paulo, 1995.

_____. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000. (Coleção Prisma)

MENDONÇA, Sônia. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Moderna, 1997.

MOMENTO PERDIGÃO. Videira (SC), ano 8, n. 89, jul. 2003.

MÜLLER, Geraldo. **O CAI Brasileiro e as Transnacionais e o CAI soja/indústria oleoginosas**. Rio de Janeiro: FVG, 1982. p. 149.

_____. **Complexo Agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. Observações sobre a noção de complexo agroindustrial. **Rascunho**, Araraquara/Campinas, nº 19, p. 1-28, out., 1991.

_____. Brasil Agrário: heranças e tendências. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.7, nº 3, p. 11-20, jul/set., 1993.

NUNES, Eduardo Pereira e CONTINI, Elisio. **Complexo Agroindustrial Brasileiro**. Brasília(DF): Associação Brasileira de Agribusiness - ABAG, 2001. p. 109.

O NOVO vôo da Perdigão. **Perdigão Hoje**, n. 48, p. 10-13, set/out. 2004.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Agroindústria e reprodução do espaço: O caso soja no Mato Grosso do Sul**. 1994. 217f. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia da FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP). 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista Geografia**, n. 58, p. 1-59, set. 1981.

OLIVEIRA, Vanderlei M. de. **Agroindústria e produção rural integrada: um estudo sobre a avicultura no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - MG**. 2000. 171f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. 2000.

OS PRIMEIROS parceiros do cerrado. **Revista Parceria**, s/n, p. 6-9. 199-

PAIVA, Carlos Aguedo Nagel e CAMPREGHER, Gláucia Angélica. Considerações sobre a origem da indústria no Brasil. **Ensaio de Economia**. Uberlândia, v.2, n. 2, p.15-23, set. 1986.

PAGE, Brian. Across the great divide: agriculture and industrial geography. **Economic Geography**. v. 72, nº 4, p. 376-397, 1996.

PERDIGÃO: uma fábrica de empregos. **Perdigão Hoje**. São Paulo, n. 45, p. 8-11, maio/jun. 2004.

PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S/A. Disponível em: <<http://www.perdigao.com.br>>. Acessado em: várias datas de 2003 a 2005.

PERDIGÃO S/A . **Relatório anual 2001**. São Paulo: Takano Editora e Gráfica, 2002.

_____. **Relatório anual 2002**. São Paulo: Perdigão, 2003.

_____. **Relatório anual 2003**. São Paulo: Perdigão, 2004.

_____. **Relatório anual 2004**. Disponível em: <<http://www.perdigao.com.br>>. Acessado em: 20 jul. 2005.

PERDIGÃO em Rio Verde na reta final. **Perdigão Hoje**. São Paulo, n. 18, fev/mar, 2000.

PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 02, jun/jul. 1997.

PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 06, fev/mar. 1998.

PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 09, ago/set. 1998.

PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 10, out/nov. 1998.

PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 14, jun/jul. 1999.

PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 15, ago/set. 1999.

PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 17, nov/dez. 1999.

PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 22, set/out. 2001.

PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 24, dez/jan. 2001.

PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 26, abr/maio. 2001.

PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 28, ago/set. 2001.

- PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 29, set/out. 2001.
- PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 37, jan/fev. 2003.
- PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 42, nov/dez. 2003.
- PERDIGÃO HOJE, São Paulo, n. 44, mar/abr. 2004.
- PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 47, ago. 2004 (Edição Especial)
- PERDIGÃO HOJE, São Paulo, n. 53, p. 3, jul/ago. 2005.
- PERDIGÃO HOJE. São Paulo, n. 54, set/out. 2005.
- PERDIGÃO HOJE. São Paulo: Perdigão, 1997- . Bimestral. (coleção)
- PEREIRA, Sebastião L.; XAVIER, Clésio L. (Org.). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: ed. da UFU, 2003.
- PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- POSSAS, Mário Concorrência, inovação e complexos industriais: algumas questões conceituais. **Rascunho**, Araraquara/Campinas, n. 19, p. 1-28, out. 1991.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 40ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 56-66.
- QUEIROZ, Antônio M. de; SENJU, Eliana K. A. A abordagem da economia dos custos de transação e da teoria Neo-schumpeteriana na avicultura de corte: o caso da Perdigão - Rio Verde (GO). **Revista Economia Industrial**. Disponível em: <<http://www.alfa.br/revista/pdf/>>. Acessado em: 03 set. 2005.
- REGULAMENTO do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - Fomentar. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br>>. Acessado em: 20 maio 2004.
- REVISTA PARCERIA. São Paulo: Perdigão, n.1, 199-.
- REVISTA PARCERIA. São Paulo: Perdigão, s/n, dez. 1998.
- REVISTA PARCERIA. São Paulo: Perdigão, n. 4, abr. 1999.
- REVISTA PARCERIA. São Paulo: Perdigão, ano 2, n. 5, dez. 1999.
- ROBERTS, Rebecca. Introduction: critical rural Geography. . **Economic Geography**. v. 72, nº 4, p. 376-397, 1996.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 5ª , São Paulo: Hucitec, 1997.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 1-140.

SEIXAS, Wandell. Do carro de boi à modernização. **A Granja**, p. 12-21, set. 2003

SELINGARDI-SAMPAIO, Silvia. **Geografia Industrial de Piracicaba: um exemplo de integração indústria-agricultura**. São Paulo: USP/Instituto de Geografia, 1976. (Série Teses).

SEPLAN-GO. **Revista Economia e Desenvolvimento**. Ano 1, n. 3, abr/jun. 2000.

_____. **Revista Economia e Desenvolvimento**. Ano 2, n. 6, jan/mar. 2001.

_____. **Revista Economia e Desenvolvimento**. Ano 2, n. 7, abr/jun. 2001.

_____. **Anuário Estatístico de Goiás**. Disponível em: <<http://www.portalsepin.seplan.go.gov.br>>. Acessado em: várias datas de 2003-2005.

_____. **Fundo Constitucional do Centro-Oeste (F.C.O)**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br>>. Acessado em: 15 jul. 2004.

SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA. **Memórias Goianas: relatórios dos governos da Província de Goiás 1875-1879**. Goiânia(GO): Ed. UCG, 1999.

SOUSA, Ivan Sergio Freire de. Estudo das cadeias agroalimentares do Brasil. **Caderno de Ciências & Tecnologia**. Brasília, v. 14, n. 1, p. 179-196. 1997.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUZIKI JUNIOR, Júlio T. **Complexo Agroindustrial: aspectos do novo ambiente competitivo**. Disponível em <http://www.pr.gov.br>, acessado em 27 jul 2003.

SZMRECSANYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: BORIS, Fausto (Org.). **História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: DIFEL, tomo III, v. 4, 1984. p. 109-207.

TAKITANE, Izabel Cristina e SOUZA, Maria Célia Martins de. Coordenação de cadeias agroindustriais: o caso da Illycafé. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 25, nº 07, jul., 1995.

TALAMINI, Dirceu João Duarte; SANTOS FILHO, Jonas Irineu; CANEVER, Mario Duarte. O complexo grãos-carne e sua dinâmica recente no Brasil. In: AGUIAR, Danilo R. D.; PINHO, J. B.. **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília: SOBER. 1998. p. 225 – 237.

UMA CIDADE em transformação. **Revista Parceria**, s/n, 199-. p.14-19.

VEIGA FILHO, Lauro. Integrado troca dejetos de suínos por terra. **Gazeta Mercantil Goiás**, Goiânia, p. 6, 9 ago. 2000.

WOOD, Jr., Thomaz. Fordismo e toyotismo e volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista de Administração de empresas**. São Paulo, v. 32, n. 4, p. 6-18, set-out, 1982.

69 ANOS: trajetória de sucesso. **Perdigão Hoje**, n. 41, p. 10-11, set/out. 2003.